



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

HERBERT BACHETT

**“NO CAOS NINGUÉM É CIDADÃO”:
UMA ANÁLISE SOBRE O PODER SIMBÓLICO DA POLÍCIA
MILITAR NA REGIÃO DE VITÓRIA/ES**

Londrina
2021

HERBERT BACHETT

“NO CAOS NINGUÉM É CIDADÃO”:
UMA ANÁLISE SOBRE O PODER SIMBÓLICO DA POLÍCIA
MILITAR NA REGIÃO DE VITÓRIA/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Cléber da Silva Lopes

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

B122 Bachett, Herbert.
"No caos ninguém é cidadão" : uma análise sobre o poder simbólico da Polícia Militar na Região de Vitória/ES. / Herbert Bachett. - Londrina, 2021.
173 f.

Orientador: Cléber Lopes.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Polícia Militar - Tese. 2. Representação Simbólica - Tese. 3. Ideia de Polícia - Tese. 4. Greve da Polícia - Tese. I. Lopes, Cléber. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

CDU 316

HERBERT BACHETT

“NO CAOS NINGUÉM É CIDADÃO”:
UMA ANÁLISE SOBRE O PODER SIMBÓLICO DA POLÍCIA
MILITAR NA REGIÃO DE VITÓRIA/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.º Dr. Cléber da Silva Lopes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof.ª Dr.ª Jacqueline de Oliveira Muniz
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.ª Dr.ª Haydée Glória Cruz Caruso
Universidade de Brasília – UnB

Londrina, 10 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa a quem devo agradecer é o orientador deste trabalho, Cléber da Silva Lopes. Profissional exemplar, não só a sua inteligência e empatia foram essenciais para que este trabalho fosse possível, como sem a sua ajuda, nem mesmo teria conseguido ingressar no Programa de Pós-Graduação com a bolsa CAPES que conquistei no processo seletivo. Obrigado.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Laboratório de Estudos sobre Governança da Segurança – LEGS (UEL), pelos ensinamentos e companheirismo. Tenho sorte de participar de um Laboratório tão comprometido e repleto de bons profissionais – e amigos. Um agradecimento especial para Carla Avanzi e Gabriel Patriarca, companheiros de LEGS e de batalha neste mestrado: sobrevivemos!

Agradeço a Universidade Estadual de Londrina, minha casa desde que saí de casa, e seus (meus!) professores, em especial do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGSOC. Vocês também são culpados! Sinto e sentirei muita saudade de todos.

Aos professores doutores Jacqueline de Oliveira Muniz e Rivail Rolim, pelas contribuições na banca de qualificação. Também agradeço a Haydée Glória Cruz Caruso, por compor a banca de defesa. “Se eu vi mais longe foi por estar sobre os ombros de gigantes.”

À minha família, que mesmo sem compreender bem o que faço, me apoia. Em especial, minha vó Josélia, mulher forte e batalhadora, passou por muitas dificuldades na vida e neste momento, passa por mais uma.

Aos meus amigos, em especial, Lucas Maciel e Gabriel Patriarca, companheiros de jornada acadêmica desde o início; Gabriel Aver, leitor assíduo de meus textos e bourdieusiano de primeira; Débora Pinhatari, que me estendeu a mão em um dos momentos difíceis da vida; Ao Luis Felipe Casagrande, o D2, grande parceiro de república, do futebol e das musicalidades. A todo mundo que esqueci de mencionar e que sabem que é minha cara esquecer alguém importante: obrigado!!!

Ao Espírito Santo – o estado – e os capixabas. Em especial, Ana Heckert, Márcio Mendonça, Kelder Brandão e Alexandre Lemos, que ajudaram um caipira do norte do Paraná a empreender um trabalho de campo que, muito mais do que um simples trabalho, representou uma experiência pessoal inigualável.

Por fim, à sorte, pois é o que sinto ter quando lembro de todos que fizeram parte, e de tudo que este período representou.

Em memória de Luiz Inácio Silva Rocha.

BACHETT, Herbert. “No caos ninguém é cidadão”: uma análise sobre o poder simbólico da Polícia Militar em Vitória/ES. 2021. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

A avaliação do público sobre a polícia tem crescentemente despertado a atenção dos cientistas sociais de todo o mundo, uma vez que compreender os termos de sua aceitação perante o público é essencial para as agências fornecerem um serviço policial efetivo. Entretanto, ainda sabemos pouco sobre as percepções sociais e o valor cultural da polícia no Brasil. O objetivo deste trabalho é analisar a representação popular sobre a Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo no Brasil, de modo a compreender como é assimilada e expressada por seu público. É realizado um estudo de caso com os moradores de Vitória/ES e região, que vivenciaram recentemente a ausência da Polícia Militar durante o período em que ocorreu um movimento paredista no Espírito Santo. Na expectativa de dar voz a diferentes perspectivas sobre a polícia no interior da mesma região, os entrevistados foram escolhidos a partir de tipos ideais de moradores, segundo as variáveis de renda média mensal, exposição a eventos criminais e condições socioespaciais. Como os moradores de diferentes regiões e sociabilidades assimilam e avaliam a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES)? Através de quais estruturas ideológicas a PMES é expressada por seu público? A hipótese é que os entrevistados de estrato socioeconômico superior avaliem a polícia prioritariamente sob estruturas morais/expressivas, uma vez que a posição privilegiada no espaço urbano e o poder de contratar os serviços e tecnologias de segurança privada lhe garantem a proteção imediata no cotidiano. Em contraposição, os entrevistados de estrato socioeconômico inferior – moradores de áreas degradadas e deficitárias na mobilidade urbana e assistência dos aparelhos públicos – também avaliam a polícia em termos morais/expressivos, mas sob maior desconfiança e percepção de injustiça, visto a convivência com problemas como corrupção policial, violência urbana, enfrentamentos entre polícia e tráfico, abusos de autoridade, etc. O estrato socioeconômico médio tenderia a avaliar a polícia sob os parâmetros de efetividade de seus serviços, a despeito de avaliações expressivas/morais. Os resultados apontam que a hipótese foi, em grande medida, corroborada pelos dados. Em resumo, os entrevistados de estrato socioeconômico inferior compreendem a PMES como uma instituição opressiva e distante, cujo papel se resume à proteção das áreas que concentram capital econômico (comércio e bairros elitizados). O estrato socioeconômico médio apresentou discursos igualmente expressivos/morais, embora tenham expressado também uma maior importância dos encontros cidadão-polícia para a avaliação da instituição, o que se aproxima da hipótese traçada. No estrato socioeconômico superior, a PMES é vista principalmente sob leituras patrimonialistas, simbolizando o controle e redução das populações periféricas, vistas como produtoras de violência e cuja presença é temida nos espaços elitizados. A análise indica que o poder simbólico da Polícia Militar do Espírito Santo se expressa através dos signos do privilégio de classe, da segregação socioespacial e da guerra ao crime/lei e ordem.

Palavras-chave: polícia militar; representação simbólica; ideia de polícia; greve da polícia.

BACHETT, Herbert. **“In chaos nobody is a citizen”**: an analysis of the symbolic power of the Military Police in Vitória/ES. 2021. 168 p. Dissertation (Master in Sociology) - State University of Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The police's public assessment has increasingly called attention of social scientists around the world, since it is essential to understand the terms of its acceptance before the public so that agencies can provide an effective police service. However, we still do not know much about the social perceptions and cultural value of the police in Brazil. The objective of this study is to analyze the popular representation of the Military Police, responsible for the ostensive policing in Brazil, in order to understand how it is assimilated and expressed by its public. A case study is carried out with the residents of the Vitória, Espírito Santo, and its surroundings, since the population recently experienced the absence of the Military Police during a 'strike' in Espírito Santo state. Hoping to give voice to different perspectives on the police in the countryside of the same region, the interviewees were chosen from the ideal types of residents, according to the variables of the average monthly income, exposure to criminal events and socio-spatial conditions. How do residents of different regions and sociabilities assimilate and evaluate the Military Police of Espírito Santo (PMES)? Through which ideological structures is the PMES expressed by its population? The hypothesis is that the interviewees from higher socioeconomic strata evaluate the police primarily under moral/expressive structures, since the privileged position in the urban space and the power to hire private security services and technologies guarantee immediate protection in their daily lives. On the other hand, interviewees from lower socioeconomic strata - residents of degraded and deficient areas regarding urban mobility and assistance from public facilities - also evaluate the police in moral/expressive terms, but under greater distrust and perception of injustice, given their coexistence with problems such as police corruption, urban violence, confrontations between police and trafficking, abuse of authority, etc. The average socioeconomic strata would tend to assess the police under the parameters of the effectiveness of their services, despite expressive/moral evaluations. The results show that the data extensively corroborates with the hypothesis. In summary, neighborhoods of lower socioeconomic strata understand PMES as an oppressive and distant institution, whose role is limited to the protection of areas that concentrate economic capital (commerce and elite neighborhoods). The middle socioeconomic strata presented equally expressive/moral speeches, although they also expressed a greater importance of citizen-police meetings for the evaluation of the institution, which was close to the outlined hypothesis. In the upper socioeconomic strata, the MPES is seen mainly under patrimonial perspective, as a symbol of the control and the reduction of peripheral populations, seen as violent and whose presence is feared in elite spaces. The analysis indicates that the symbolic power of the Military Police of Espírito Santo is expressed through the signs of class privilege, socio-spatial segregation and the war on crime/law and order.

Keywords: police; policing; symbolic power; idea of police; police strike.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	“A DETERMINAÇÃO DE MANTER TUDO EM SEU LUGAR”: UMA REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE POLÍCIA	12
2.1	CONTROLE SOCIAL E POLICIAMENTO.....	14
2.2	POLÍCIA E ORDEM SOCIAL	16
2.3	O DILEMA DO ENFORCEMENT E A DISCRICIONARIEDADE POLICIAL	21
2.4	A IDEIA DE POLÍCIA	30
2.5	O PODER SIMBÓLICO DA POLÍCIA	34
2.6	A IDEIA DE POLÍCIA NO BRASIL	43
2.7	LEGITIMIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: OPERACIONALIZANDO A IDEIA DE POLÍCIA	55
3	METODOLOGIA	63
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
4.1	ESTRATO SOCIOECONÔMICO INFERIOR.....	69
4.1.1	Efetividade.....	72
4.1.2	Confiança.....	78
4.1.3	Justiça	87
4.2	ESTRATO SOCIOECONÔMICO MÉDIO	94
4.2.1	Efetividade.....	96
4.2.2	Confiança.....	103
4.2.3	Justiça	110
4.3	ESTRATO SOCIOECONÔMICO SUPERIOR.....	120
4.3.1	Efetividade.....	123
4.3.2	Confiança.....	132
4.3.3	Justiça	143
4.4	“NO CAOS NINGUÉM É CIDADÃO”: O MOTIM COMO SÍNTESE SIMBÓLICA DA POLÍCIA	150
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

1. INTRODUÇÃO

Fevereiro de 2017: um mês inesquecível para os capixabas. Entre os dias três (3) e vinte e cinco (25), o Brasil inteiro acompanhou o pânico e a violência que tomou conta do estado. O estopim foi a “greve” da Polícia Militar do Espírito Santo, que mesmo proibida constitucionalmente¹, cessou seus serviços para reivindicar melhorias nas condições de trabalho e correções salariais atrasadas. Para driblar o impeditivo legal, foram as mulheres e familiares dos policiais que tomaram a frente nas movimentações, bloqueando os portões dos batalhões e impedindo que os oficiais saíssem para o trabalho. Após um final de semana relativamente tranquilo, a partir do dia 06/02 uma onda de crimes (homicídios, saques e furtos) e medo tornaram a ausência da polícia um “caos”, de modo que as aulas das redes municipal e estadual, e serviços essenciais como transporte público e saúde foram afetados. O estado praticamente parou e a população se protegeu como pôde em suas casas.² Com o descontrole na segurança pública, o governo federal enviou a Força Nacional para retomar o policiamento ostensivo nas ruas. Entretanto, a rotina continuou afetada e os crimes continuaram a níveis preocupantes durante todo o evento. No total, foram contabilizadas pelo menos 300 lojas saqueadas ou depredadas, mais de mil registros de roubos e furtos a veículos, com prejuízo calculado em mais de R\$ 300 milhões ao comércio.³ Com a suspeita da atuação de grupos de extermínio durante a crise⁴, o governo do estado foi denunciado na ONU, que, através da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SESP-ES), salientou na época as investigações em curso e o ímpeto em punir os manifestantes, definindo em 224 o número de casos de mortes violentas durante o evento – mais que o dobro da média esperada para o período.⁵

Os dados são estarrecedores e, não à toa, tomaram proeminência nas incontáveis manchetes durante e depois do evento⁶. Para os habitantes da Região Metropolitana da Grande

¹ Artigo 142, inciso IV – Constituição Federal (1988).

² Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/sem-polícia-nas-ruas-es-tem-dia-de-roubos-saques-e-mortes.html> <Acesso em: 22/12/2019>.

³ Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/12/greve-da-pm-teve-219-mortes-e-prejuizo-no-comercio-do-es-1014158815.html> <Acesso em: 22/12/2019>.

⁴ Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/policia/2017/02/12/investigacao-aponta-que-parte-das-mortes-registradas-no-es-teve-atuacao-de-pms.htm> <Acesso em: 22/12/2019>.

⁵ A ONG Conectas, que fez a denúncia à ONU, considerou a resposta insatisfatória. Segundo seu assessor jurídico: “Resposta repetitiva, não vai a lugar nenhum. Não reconhece a culpa do governo do estado. Não há informação sobre a grave violação de direitos humanos. Eles falam em 224 mortes. É um massacre.” (Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/crise-na-seguranca-faz-6-meses-e-g1-mostra-a-resposta-do-governo-a-onu-e-a-realidade-de-vitimas-e-pms-no-es.ghtml> <Acesso em: 22/12/2019>).

⁶ Em comparação com o primeiro trimestre de 2016, o primeiro trimestre de 2017 contabilizou 120 vítimas a mais de homicídios dolosos, elevando a taxa de 8,4 homicídios por cem mil habitantes em 2016 para 11,4 em 2017

Vitória (RMGV), epicentro do movimento, o evento se desenrolava na TV e no WhatsApp/Facebook com uma simbologia muito clara: a polícia é essencial para a manutenção da ordem e segurança dos indivíduos. Sem ela, a vida social é impossível. Andrea^{7 8}, 50 anos, desembarcou em Vitória/ES, proveniente de São Paulo/SP, logo na primeira segunda-feira das movimentações paredistas, exatamente o primeiro dia de alta na violência urbana. Pega de surpresa, tentou descrever a situação:

Não estava sabendo de nada sobre isso. Eu tinha que procurar ainda um trabalho, uma casa para alugar, e fiquei três semanas presa por causa da greve. Foi um desespero, porque eu não tinha nada, precisava correr atrás, mas não podia, não tinha como sair na rua.

(Andrea, 50 anos, Gerente Administrativa, Centro/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Quando questionada sobre seu entendimento daquele período, e como explicaria a violência que se seguiu a ausência da polícia, pensativa, respondeu:

Sabe como é? A polícia está lá, você não vê, mas sabe que está por aí em algum lugar. Quando você sabe que ela não está mais lá: ah! A polícia está de greve! Virou uma loucura! Porque aí qualquer um poderia fazer o que quisesse, como disse, não tinha lei. Foi assustador, nunca vi algo daquilo, nem mesmo em São Paulo.

(Andrea, 50 anos, Gerente Administrativa, Centro/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Bittner (2017), um dos maiores especialistas em polícia e policiamento, foi o primeiro a argumentar que para compreender o lugar da polícia no nosso cotidiano, é necessário atenção não só para o que a polícia faz – práticas e culturas institucionais –, mas também para o que se espera que a polícia faça, ou seja, o significado social que a polícia expressa e sob o qual é avaliada perante a comunidade em que atua. A “ideia de polícia” – essa expectativa de que a polícia está sempre a postos para garantir a ordem e que virá sempre que há “algo que não deveria estar acontecendo e alguém precisa fazer alguma coisa, AGORA!” – tem um efeito, por si só, importante para o autocontrole individual e coletivo das pulsões e dos comportamentos potencialmente violentos (PROENÇA e MUNIZ, 2006). Por isso, ao dizer que “sabe como é? A polícia está lá, você não vê, mas sabe que está por aí em algum lugar”, a entrevistada está

(IJSN – Governo do Espírito Santo). As taxas anuais de homicídios no estado aumentaram pela primeira vez desde 2009; no mês do evento, segundo relatório anual do Observatório da SESP-ES, foram 227 homicídios dolosos, totalmente “fora da curva” quando comparado ao mês anterior (janeiro de 2017: 97 homicídios) e o posterior (março de 2017: 130 homicídios).

⁷ Todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

⁸ Mora no centro da cidade, onde também trabalha no ramo hoteleiro.

expressando não só o significado da simples presença física da polícia (ou de sua ausência), mas a confiança de que mesmo sem vê-la, a polícia virá (pelo menos deveria) se for chamada. Quando há uma quebra da ideia de polícia, como no motim da PMES, há a quebra dessa expectativa de que a polícia virá se for necessário. De modo que, se algo estiver acontecendo, *não há a quem recorrer*: ao indivíduo, resta-lhe apenas o medo e a autoproteção – a clássica armadilha hobbesiana.

Como argumentaram Proença e Muniz (2006), os eventos de ausência da polícia se configuram como uma experiência ímpar e rica para compreender sociologicamente o significado cultural e o lugar da instituição no cotidiano dos brasileiros, contribuindo para uma agenda pouco ou inexplorada no país. O objetivo deste trabalho é analisar qualitativamente como a polícia é avaliada, representada e legitimada⁹ perante a população, de modo a compreender qual o lugar da polícia “nas ideias” de seu público. A análise é realizada por meio de 15 entrevistas episódicas concedidas por moradores de Vitória, Cariacica e Serra, cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) que vivenciaram a conhecida “Greve da Polícia Militar do Espírito Santo (2017)”. Através de análise de discurso, buscou-se compreender como diferentes estratos socioeconômicos de um mesmo conglomerado urbano representam simbolicamente a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). Como os moradores de diferentes regiões e sociabilidades assimilam e avaliam a PMES? Através de quais estruturas ideológicas a PMES é expressada por seu público? Assim, acredita-se possível definir minimamente o poder simbólico da Polícia Militar do Espírito Santo na Região de Vitória.

O trabalho parte da noção de que o contexto socioeconômico, espacial e criminal são fatores determinantes e explicativos para a construção da ideia de polícia, de modo que diferentes grupos sociais representam a polícia e outras instituições de formas diferentes, já que convivem com elas em situações também distintas. Por isso, os entrevistados foram alcançados e subdivididos em três tipos-ideais de estratos socioeconômicos: baixo, médio e alto – construídos a partir dos dados: de média de renda per capita disponibilizada pelo Censo de 2010 (IBGE); de criminalidade violenta por bairro em Vitória/ES; além das condições socioespaciais captadas em campo e nas próprias entrevistas. A hipótese é que os moradores dos bairros de

⁹ Cada termo remete a nomenclatura presente nas bibliografias utilizadas para construir a metodologia: “representação social” é utilizada principalmente nos estudos sobre percepções da violência no Brasil (cf. Maria Grossi Porto); e “legitimidade policial” é utilizada pela literatura internacional contemporânea, principalmente nos estudos baseados na Teoria da Justiça Procedimental (PJT). Ademais, Proença e Muniz (2005) utilizam o termo “confiança” e o conceito de “credibilidade” para definir a ideia de polícia. Nesta pesquisa, compreende-se que os termos/conceitos são em grande medida redundantes, descrevendo o mesmo fenômeno sociológico sob contextos e perspectivas diferentes.

estrato socioeconômico superior avaliam a polícia prioritariamente sob estruturas morais/expressivas, uma vez que a posição privilegiada no espaço urbano e o poder de contratar os serviços e tecnologias de segurança privada lhe garantem a segurança imediata e objetiva (instrumental). Em contraposição, os moradores de bairros de estrato socioeconômico inferior – morador das áreas degradadas e deficitárias na assistência dos aparelhos públicos – também avaliam a polícia em termos morais/expressivos, mas no sentido negativo, visto a convivência com problemas como corrupção policial, violência urbana, enfrentamentos entre polícia e tráfico, abusos de autoridade, etc. Os entrevistados do estrato socioeconômico médio, por sua vez, tenderiam a avaliar a polícia sob os parâmetros instrumentais de seus serviços, a despeito de avaliações expressivas.

Os dados analisados mostram que os moradores de bairros de estrato socioeconômico inferior compreendem a PMES como uma instituição distante, que só se faz presente através das operações e cujo papel se resume à proteção das áreas que concentram capital econômico, principalmente as áreas de comércio e residenciais de elite. O estrato socioeconômico médio apresentou discursos igualmente expressivos/morais, embora tenham expressado também uma maior importância dos encontros cidadão-polícia para a avaliação da instituição, o que se aproxima da hipótese traçada. No estrato socioeconômico superior, a polícia é representada sob leituras patrimonialistas, vista como responsável pelo controle e redução das populações periféricas, vistas como produtoras de violência e cuja presença é temida pelos mais ricos, depositando assim a confiança de que a polícia é quem livrá-los “do crime e dos bandidos”. Concluiu-se que o poder simbólico da Polícia Militar do Espírito Santo se expressa, de forma geral, através dos signos do privilégio de classe, da segregação socioespacial e da guerra ao crime/lei e ordem.

Além desta introdução, o trabalho contém mais cinco partes. O capítulo seguinte é uma revisão da bibliografia especializada em polícia, policiamento. O seguinte corresponde aos materiais e métodos que balizaram a análise e produziram os resultados e a discussão (quarta parte). Por fim, a seção 5 traça as considerações finais, procurando sintetizar os resultados desta dissertação. Por fim, as referências bibliográficas se encontram nas referências bibliográficas.

2. “A DETERMINAÇÃO DE MANTER TUDO EM SEU LUGAR”: UMA REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE POLÍCIA.

A polícia apresenta suas armas
Escudos transparentes, cassetetes
Capacetes reluzentes
E a determinação de manter tudo
Em seu lugar.

Selvagem – Os Paralamas do Sucesso

O que é a polícia? Nos últimos 60 anos, não foram poucos os estudiosos que buscaram responder tal pergunta. Entretanto, todos acabaram por perceber, cedo ou tarde, que a resposta não é assim tão simples de se obter. Os policiais, mais do que ninguém, conhecem muito bem os meandros complexos pelos quais a prática policial é constituída, embora não tenham conseguido, até hoje, construir uma justificativa para seus serviços embasada no que de fato fazem. Do mesmo modo, a população que convive com a polícia no cotidiano – alguns grupos mais e outros menos –, tem ricas interpretações sobre o que representa e o que se espera dos encontros com esta instituição estatal. Por isso, cada indivíduo define a polícia de um modo único. Alguns dizem que a polícia é aquela corporação de homens inteligentes e fortes, que devem proteger os “cidadãos de bem” dos bandidos. Outros, que é uma simples agência do governo encarregada de aplicar a lei e manter a ordem. Ainda há aqueles que veem a polícia como um aparato opressor do Estado para oprimir as minorias. Os exemplos são infinitos, mas o ponto aqui é que a polícia é presente no cotidiano das cidades, e o significado de sua existência está, assim como a política, em constante disputa e sob muitas óticas – que podem ser conflitantes entre si, mas que não deixam de ser, cada qual à sua maneira, reveladoras da realidade na qual seus interlocutores experienciam a relação com os policiais.

Bittner ([1974; 1990] 2017) destacou que, das instituições governamentais, a polícia desperta um interesse especial, pois é a mais conhecida e a menos compreendida delas. Conhecida porque praticamente todos sabem de sua existência, de sua utilidade emergencial, e como se comportar quando está presente. Menos compreendida porque essas mesmas pessoas não são capazes de ir além do senso comum para explicar os termos e objetivos do serviço policial – não raro os próprios acadêmicos não são capazes de ultrapassar essa barreira. O fato é que todas estas tentativas de definição são de algum modo verdadeiras, afinal, policiais devem ter as condições físicas e cognitivas necessárias para perseguir contraventores e proteger os cidadãos, aplicando a lei e mantendo a ordem social. Mas também incompletas: nem todos os

policiais são fortes, inteligentes e ágeis, além de que não são poucas as denúncias por prevaricação na aplicação da lei, ou as críticas das minorias e da mídia quando, ao invés de garantir a ordem, a polícia acaba por catalisar elementos que levam a mais desordem, ilegalidades e/ou violência.

Essas definições sobre aspectos da função policial são exemplos do que costumamos denominar de definições normativas: baseadas em crenças ou opiniões sobre o que a polícia deveria ser ou fazer. Acabam por nos dizer mais sobre os medos, anseios, frustrações, e sentimentos de seus interlocutores do que propriamente sobre os policiais e sua atuação. São tentativas de definições que recaem sobre o fim da instituição, ou seja, seu objetivo e razão de ser – e não sobre seus meios: o que a polícia de fato faz. Em contraposição, uma definição científica da polícia deve se concentrar na ferramenta fundamental e universal da instituição e seus agentes, no exercício de seu trabalho. A polícia utiliza dessa ferramenta para alcançar um leque enorme de fins: proteger os cidadãos, aplicar a lei, manter a ordem, apaziguar brigas, perseguir infratores, controlar pessoas em surto, enfim, toda e qualquer situação em que o uso da força possa vir a ser necessário. Dito de outro modo: a ferramenta fundamental e universal da autoridade policial é a autorização, dado pelo mandato público – garantido pelo consenso dos cidadãos e pela lei –, do uso da força física. Entretanto, a polícia é muito mais do que simplesmente uma burocracia especializada no uso da força. A polícia também se define através dos desdobramentos e consequências de sua atuação no interior da comunidade política – e por isso cada polícia é *uma* polícia, única no interior do tempo e espaço em que atua. Não à toa, como muitos teóricos argumentam, a polícia é tida como um dos principais termômetros de um regime político, especialmente a democracia, e do nível de justiça e liberdade que um Estado adota frente a seus cidadãos (BITTNER, 2017; BAYLEY, [1985] 2017; HUQ; JACKSON e TRINKNER, 2017).

Por isso, definir sociologicamente o que é polícia continua sendo um dos principais desafios no campo dos estudos sobre policiamento e segurança (PROENÇA e MUNIZ, 2014). No Brasil, a polícia não figurava como temática importante para os pioneiros nos estudos sobre violência da década de 1980. Aparecia, geralmente de forma indireta, como um agente (re)produtor de violações, um aparelho repressivo do Estado. Não havia, portanto, esforços para desvendar a polícia brasileira como um objeto em si, por dentro. Bastavam-se as apurações e denúncias dos efeitos perversos de sua ação, ou seja, os “olhares de fora, de cima e ao redor da polícia” (MUNIZ, CARUSO e FREITAS, 2018, p. 151). Com as mudanças jurídicas e políticas vividas entre as décadas de 80 e 90, incluindo um maior trânsito de pesquisadores nas instituições judiciais e policiais, começa a se desenvolver uma sociologia da organização

policial. Porém, é só nos anos 90 que a polícia se torna um objeto da problemática sociológica nacional, com um foco especial em suas práticas, seja nas violações de direitos, no seu papel em políticas públicas, ou suas relações nos encontros com diferentes segmentos sociais. Mesmo assim, temas centrais da problemática policial ainda são pouco explorados no país, visto a baixa produção acadêmica sobre “confiança, imagem da polícia e relações comunitárias” (ibid).

Na bibliografia internacional, embora o grande interesse desde os anos 60, os autores não construíram uma teoria universal do trabalho policial. Como introduzido, o foco recaiu sobre aspectos específicos das práticas e representações policiais (cf. MUNIZ e PROENÇA, 2014). O objetivo deste capítulo é reconstruir alguns pontos-chaves dessa bibliografia sobre a polícia. Estas considerações específicas sobre as funções policiais serão utilizadas como fio condutor para tratar da natureza da instituição Polícia e de seus encontros com os cidadãos. Posteriormente, serão importantes para a análise da representação social e significado cultural sobre a polícia e os policiais, nosso objeto de estudo. Em resumo, este capítulo é crucial para localizar o conceito de polícia e os parâmetros básicos da análise que seguirá.

2.1. CONTROLE SOCIAL E POLICIAMENTO

Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez (BOURDIEU, 2005, p. 40).

A atividade policial não é uma invenção estatal e muito menos moderna. Policiar é sinônimo de uma pretensão de governança das intransigências básicas da natureza humana e é inerente a qualquer relacionamento ou grupo social. Governar comunidades humanas complexas como as nossas faz necessário o uso de instrumentos coletivos de submissão e consentimento que garantam o mínimo de ordem e hierarquia para que um governo realmente exista (BAYLEY, 2017).

O conceito de controle social engloba e, em grande medida resume, as estruturas institucionais e relacionais sob as quais a sociedade se organiza para reagir e administrar comportamentos, atitudes e ideias inapropriadas (REINER, 2004). Deste modo, quando falamos de controle social, os primeiros exemplos são as instituições seculares como a escola, as igrejas, as prisões e o governo de modo geral; mas também abarcam organizações como centros comunitários, ONGs, e os próprios cidadãos. Isso significa que o controle social não só é natural das sociedades complexas como é necessário, pois se o controle destas instituições

pode ser opressivo, também é o único garantidor de liberdades fundamentais e de uma segurança propriamente pública (MUNIZ e PAES-MACHADO, 2010).

Toda e qualquer estrutura cultural e/ou institucional exerce, em alguma medida, funções de controle social. Entretanto, nem todas adotam funções de policiamento, ou seja, alcançam o controle social através da vigilância e do uso de sanções – vigiar, regular, impor, fiscalizar, patrulhar, guardar, conter – para identificar e ajustar desvios de conduta (REINER, 2004; MUNIZ e PAES-MACHADO, 2010). Em grandes centros urbanos, como a Região Metropolitana de Vitória/ES, as funções de policiamento são praticadas por um grande leque de agentes, que vão das polícias Militar e Civil, até as agências de segurança privada, vigilantes civis e, principalmente, os próprios cidadãos. Muniz e Paes-Machado (2010) nos dão parâmetros para esquadrihar esse campo, permitindo sistematizar as funções desses agentes através do casamento de variáveis que se organizam em três eixos: i. tipo de governança que propõem (estatal ou privada), ii. o espaço que governam (público ou privado) e a iii. referência normativa de sua governança (legal ou ilegal). Esta seção tem como objetivo desenhar a posição, características e disputas próprias de uma análise sociológica da polícia e do campo do policiamento, explicitando os aspectos gerais de suas práticas contemporâneas de controle social e policiamento. Um primeiro passo para a compreensão do que é a polícia e como é significada pelo seu público.

As características, crescimento e transformações das agências de policiamento tem recebido grande atenção de estudiosos nas últimas décadas. Alguns argumentam que a “pluralização” dos agentes de policiamento, a partir dos anos 80, é o retrato de um novo estágio do desenvolvimento social, onde os espaços públicos passam a ser governados por entes privados (SHEARING e STENNING, 1983). O processo de privatização dos espaços públicos transferiu a responsabilidade de seu policiamento para seus proprietários, se não diminuindo, pelo menos relativizando a importância e centralidade do Estado no campo do policiamento frente ao estabelecimento da segurança como uma commodity (REINER, 1992; 2004).¹⁰ Outros estudiosos partem de uma premissa distinta: admitem a crise da identidade estatal, mas não veem o crescimento dos espaços governados por agentes privados como uma ameaça à estrutura de nomeação legítima que os órgãos do Estado representam. Principalmente a polícia estatal e pública, que assume novos papéis na estrutura total do policiamento, especializando-se em atividades como levantamento de informações, serviços de inteligência e diagnóstico

¹⁰ No Brasil, o mercado da segurança privada nasceu oficialmente com a obrigação legal das agências bancárias em prover o próprio policiamento (Decreto lei 1034/69). A medida foi imposta como resposta aos atentados a bomba em bancos, que marcaram o fim dos anos 60.

(LOADER e MULCAHY, 2003). Seja uma agenda ou outra, o fenômeno mundial do crescimento da segurança privada é realmente impressionante e praticamente todas as grandes democracias apresentam, hoje, um número maior de agentes privados de segurança do que os públicos ou estatais, incluindo o Brasil (FLORQUIN, 2011; LOPES, 2013).

De qualquer modo, a perspectiva plural se tornou uma premissa importante para qualquer análise sociológica sobre um agente específico ou do próprio campo do policiamento. Atentar-se para um campo plural do policiamento significa dar atenção à todas as formas ideológicas e objetivas de governança da ordem social (HUGGINS, 2010). Por isso, nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que uma investigação sociológica das representações sociais sobre a polícia não pode deixar de levar em conta essa pluralidade de agentes. Para se compreender o lugar da polícia na sociedade, é necessário compreendê-la antes de tudo como um agente que, dentro de um campo, tece cooperações e disputas com outros agentes e que, literalmente, vão definir os fundamentos e limites do capital simbólico da instituição. Dito de outro modo, é através da interação entre os agentes e, desses agentes com o espaço social em que se insere, que cada um deles assume uma função específica e necessária no tecido social de sua comunidade.

2.2. POLÍCIA E ORDEM SOCIAL

Se o policiamento não é um monopólio estatal, o que diferencia os agentes estatais dos outros agentes? Dito de outro modo, o que diferencia a Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) dos seguranças privados da guarita da Ilha do Boi ou dos condomínios da Mata da Praia, dois dos bairros mais ricos de Vitória/ES? Para respondermos essa pergunta, é preciso compreender o sentido histórico das instituições policiais modernas. A polícia estatal surge como uma solução administrativa para problemas antigos da governança política dos territórios¹¹. Nas repúblicas, seu papel crucial é exercer o controle coercitivo, distribuindo e garantindo determinados poderes e dominações – econômica e política – sem cair em tiranias ou

¹¹ Elias (1993) narra com riqueza o mecanismo monopolista das disputas entre senhores de terras a partir do séc. XIII, na Europa. Repletas de sangue e violência, é sob este pano de fundo que se dá a construção do Estado moderno e dos modos de vida “civilizados” com os quais hoje estamos acostumados. Somente por volta do séc. XVI e XVII é que os monopólios do uso da força e da tributação nos territórios começam a “deslizar” das mãos das famílias reais para os governos representativos, no processo de transformação dos absolutismos em repúblicas. Como resultado, as burocracias surgiram para governar o Leviatã sob o sentido da impessoalidade e da ciência, fruto da ideologia liberal. Com o crescimento das grandes cidades e do comércio, os mecanismos de policiamento do exército se tornaram obsoletos frente a complexificação da vida urbana. No século XVIII, na França, surge o embrião das polícias modernas, amadurecido no século seguinte, em Londres, para então o seu modelo ser “exportado” por todo o ocidente.

mandonismos. Do mesmo modo, a polícia também serviu como solução para o perigo constante que a insurgência interna daqueles em que se confia o monopólio do uso da espada representa. Maquiavel já chamava a atenção para o controle dos exércitos como ponto nevrálgico da estabilidade política, de forma que a administração do uso da força nunca deve ser monopolizada por um único agente, pois governar significa, antes de tudo, controlar quem controla a “espada” em seu território. A falha neste controle político tem, como principal perigo, o risco “dos vigias” se voltarem contra o próprio governante ou tornarem-se instrumento para tal.

A solução de criar um duopólio em que o exército é responsável pela proteção externa ao território e a polícia ao controle interno, com suas divisões e compartimentos burocráticos, comum às repúblicas atuais, também não é o que define uma polícia moderna – pelo menos não só. Como veremos melhor nas próximas seções, a definição conceitual da polícia estatal moderna não se encontra em seus meios ou instrumentos de ação, afinal, todas as atividades de policiamento naturalmente se utilizam do uso ou ameaça da força. A questão é que, historicamente, essas atividades visaram fins privados: seletivos, desiguais e excludentes. Em lógica inversa, nas democracias a polícia estatal surge e se diferencia pela sua razão de ser, por seu mandato público (BITTNER, 2017). Essa é a diferença entre a PMES e os seguranças privados: enquanto os agentes privados agem e traçam seus objetivos a partir dos contratos que regulam as propriedades privadas que os empregam – como os condomínios da orla de Vitória/ES – e pelas leis específicas do setor; a PMES é autorizada e legitimada a usar os instrumentos coercitivos sob a letra da lei; a única força especializada e cujo objetivo é o policiamento sob valores universais, igualitários e inclusivos. Ou seja, a polícia foi a solução burocrática para uma transição de um “policiamento dos bens” privados para um policiamento do bem-público, codificado pela lei.

Portanto, a polícia deve garantir a administração estatal ao se colocar como instituição encarregada em “manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança individual”¹². Na modernidade, se espera que esse serviço seja prestado seguindo um princípio liberal, pretensamente universal, que trouxe uma grande revolução ao lançar as bases para um governo fundamentado na ideia de cidadania, sob liberdades individuais e controle das tiranias do Estado. Entretanto, no debate público contribuiu – e contribui, principalmente aos discursos reacionários e moralistas – para suprimir a percepção real dos conflitos e inseguranças que permeiam as relações entre aqueles que têm modos alternativos de conduta (geralmente as

¹² Código do Brumário Ano IV.

minorias) e as instituições tradicionais de controle social e policiamento, especialmente a polícia estatal¹³.

A verdade é que governar a ordem social não é tão simples assim. A ordem é policiada através de julgamentos interpretativos sobre quais os comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, aplicados por todos os agentes sob a influência do contexto situacional do encontro entre a polícia e o policiado – o tempo, lugar, espaço e comunidade envolvida (cf. BITTNER, 1967; KLOCKARS, 1980). O problema é que a modernidade liberal trouxe não só a criação de uma polícia estatal que se pretende pública, como a ideia de que há uma “ordem monolítica” a ser resguardada por ela (HALL, 1998). Ou seja, nossa forma de pensar e operacionalizar os controles sociais em nossa comunidade política está profundamente enraizada na falsa universalidade de valores e comportamentos. Como resultado, as instituições de policiamento, especialmente a polícia, carregam em si diversos elementos contraditórios, muito porque a própria ideia moderna de polícia já nasce embebida em uma esperança idílica, assumindo um papel contraditório: produzir universalidade moral, pretensamente democrática, através de decisões excludentes, não negociadas e sob o signo da força. Guiada pelos chamados da população, o trabalho policial deve lidar não só com uma crescente e constante ideia de desordem – que promove vários “demônios folclóricos” que legitimam o uso dos meios coercitivos do Estado para controlar aqueles que são historicamente associados à desordem –, como com a multiplicidade de visões do público sobre os termos da ordem social que anseiam ou protegem (HALL, 1998).

Uma investigação sociológica sobre a ideia de polícia, portanto, deve operacionalizar um conceito de ordem social que abarque todas essas nuances e variações no âmbito das representações públicas. Neste trabalho adota-se o conceito de ordem social proposto por Silva (2014), pois carrega um duplo significado: primeiro, expressa a ideia de que a organização social não é estática, como um padrão bem ou mal ajustado, mas é produzida por disputas e conflitos que são percebidos e avaliados pelos agentes, sejam indivíduos ou grupos, capazes de avaliar seu lugar nesta ordem social e assim, realizar suas ações nela. Ou seja, trata-se de um padrão hierárquico, construído pelos próprios homens para organizar suas relações e distribuir recursos. Quando se fala de “boa ordem” ou “manutenção da ordem” deve se pensar, primeiro, sob que perspectiva estamos encarando o conceito de ordem. Em outras palavras: boa ordem

¹³ Esse desejo por um policiamento universal sob a ética pública fundou a Nova Polícia Metropolitana de Londres, em 1829, que com um policiamento baseado no consenso e uso mínimo da força, hoje é tida como precursora das polícias modernas porque foi a primeira a assumir o projeto de produzir uma “uniformidade supracomunal” através da habilidade prática de produzir universalidades (HALL, 1998).

para quem? O segundo significado decorre das consequências práticas da disputa sobre o seu significado e de sua imposição concreta, ou seja, a ordem social como uma ideia mutável, produto de seu contexto e de seu tempo histórico. Dito de outro modo, é preciso definir de qual ordem social estamos falando: quando, onde e em qual contexto histórico e social?

Hall (1998) resume e divide os múltiplos discursos populares sobre a ordem social em dois grandes eixos filosóficos, codificados em meta-narrativas dicotômicas: os discursos com base na filosofia modernista, que promovem as narrativas universalistas – valores que correspondem ao ideal e pretensão de uma sociedade moralmente coesa e sem distinções internas marcantes; e, de forma oposta, os discursos de uma filosofia pós-modernista – das narrativas regionalistas, identitárias e pluralistas, que se orientam na diversidade interna da comunidade. A primeira está muito presente nos discursos conservadores, enquanto a segunda nos discursos progressistas. Frente a demandas tão discrepantes e, por vezes, incompatíveis, a ideia de polícia se torna difusa, pouco precisa. Ao mesmo tempo que alguns grupos pedem restrição da presença da polícia em assuntos privados e mais específicos do cotidiano das comunidades; outros grupos demandam dos governantes o maior recrudescimento da solução policial (HALL, 1998). No Brasil não é diferente. Nos grandes centros urbanos as avaliações sobre as Polícias Militares também não fogem muito da transitoriedade entre o medo para as minorias e a ineficácia para os estabelecidos (BEATO e RIBEIRO, 2016).

Operacionalizar um controle social pautado na perspectiva moderna/liberal de ordem carrega consigo um perigo iminente: tomar interesses privados ou individualistas como parâmetro de eficácia, fragilizando a pretensão de universalidade e, assim, do serviço policial público. Resulta na imposição de uma ordem social que exclui valores minoritários enquanto reafirma os valores hegemônicos e tradicionais da comunidade política. Este risco de assumir atitudes excludentes sob o verniz comunitário tem sido uma das maiores críticas ao modelo sensação dos administradores de polícias: o policiamento comunitário (REINER, 2004). A questão é que operacionalizar a perspectiva pós-moderna de ordem social não é menos problemático. A característica central da ideologia pós-moderna é a contestação de uma noção de “verdade” – e é aqui que mora o perigo. Quando falamos de controle social através do policiamento, estamos falando da aplicação prática de padrões de disciplina sob racionalidades compartilhadas. A pós-modernidade trouxe um questionamento desses padrões e racionalidades, que embora muitas vezes oportuno para identificar e tratar injustiças, pode gerar a perda de um consenso mínimo, sobre qual se constrói o padrão eficiente e eficaz de policiamento para a comunidade (HALL, 1998).

Na falta de um norte operacional, o policiamento pode, por exemplo, adotar uma postura de tolerância zero, assumindo como objetivo a produção de “boas” estatísticas criminais em detrimento dos limites éticos e da avaliação da população sobre os procedimentos adotados pela polícia. De outro modo, para a população a ausência de um norte pretensamente universal tem o efeito colateral de produzir um aumento da ansiedade e do medo, reforçado pelos programas de TV, mídias sociais e jornalísticas, além de capturado pelos discursos políticos de recrudescimento violento da força policial como resposta para uma criminalidade cada vez mais descontrolada. Por isso, há um grande risco em se priorizar os fins (controle social) sem delimitar quais os instrumentos (meios) ideais para isto. Se a perspectiva moderna apresenta o risco de assumir uma cultura como superior, a pós-moderna apresenta uma dificuldade na comunicação e entendimento entre as diversas culturas.

Neste contexto confuso, repleto de mitos e sombras, a polícia tem procurado ampliar os medidores de seu impacto e qualidade. Se até os anos 70 o padrão era avaliar o trabalho policial por seus índices de resposta eficiente e eficaz, desde então a polícia e seus administradores estão igualmente preocupados em reduzir o medo e refletir as prioridades do público que atende. Isso se deve à uma série de estudos que desmistificaram a real eficácia da polícia, produzidos principalmente nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Os estudos concluíram que todos os métodos até então utilizados pelas polícias modernas, voltados para a prevenção, controle e investigação de crimes, eram extremamente limitados. A ampliação quantitativa dos serviços da polícia, os métodos de patrulhamento preventivo, a resposta mais rápida às ocorrências e o investimento em investigações especializadas, não demonstraram resultados animadores em estudos controlados. Na verdade, o patrulhamento rotineiro tem pouco efeito sobre o controle do crime; diminuir o tempo de resposta não produz mais flagrantes ou prisões e as técnicas investigativas não são preponderantes para o sucesso da ação policial (REINER, 2004; PROENÇA e MUNIZ, 2006).

Esses estudos contribuíram para uma virada no conceito e na forma de se administrar as polícias pelo mundo. Porque, se ficou claro que a efetividade da polícia não perpassa um simples aumento de seus recursos, também ficou clara a importância da participação e boa relação da polícia com a população para um trabalho – e resultados - melhores. A patrulha a pé, por exemplo, se mostrou benéfica ao aumentar a proximidade dos policiais com a comunidade policiada, gerando sensação de segurança e engajamento de ambas as partes. O mesmo vale para o controle do crime e atividades de inteligência: o engajamento da população com os serviços da polícia é central, pois é quem relata sua ocorrência e é fonte das informações que subsidiam as investigações. Em resumo, por mais que muitos grupos defendam seu fim por sua

inefetividade, a polícia não é desnecessária. Pelo contrário, ela é central na vida comunitária, mas por motivos e funções que ainda não estavam claros na literatura especializada: a polícia não é capaz de controlar o crime ou criar as pré-condições de uma ordem social organizada e pacífica. Seu papel é fornecer um *serviço* emergencial de manutenção da paz e da ordem social (REINER, 2004; BITTNER, 2017).

2.3. O DILEMA DO *ENFORCEMENT* E A DISCRICIONARIEDADE POLICIAL

Voltando ao exercício que inicia o capítulo, também é muito comum perguntarmos para uma pessoa que vive em democracias ocidentais, “qual é o dever da polícia?”, e obter-se como resposta: “garantir a lei e a ordem”. Nas percepções populares, os conceitos de lei e de ordem são complementares, ou consequentes – a ordem é garantida pela aplicação da lei, assim como a aplicação da lei é a forma garantida de se obter uma boa ordem. Mesmo que seja uma concepção equivocada dos dois conceitos e, conseqüentemente, sobre o papel das polícias – suas práticas, funções e limites –, não é difícil compreender porque é tão comum pensar a polícia dessa forma. A polícia é naturalmente objeto de muita atenção romantizada, tanto pela dramaticidade de seus atos como pelo papel que assume no sistema de justiça e no processo penal (SKOLNICK, 1966).

Ao contrário do senso comum, as categorias da imposição da lei e de ordem social formam um dilema característico quando aplicado para o contexto das atividades de controle social. O dilema do *law enforcement* (SKOLNICK, 1966) se fundamenta na constatação de que o estado de direito não é meramente um instrumento para a ordem, mas frequentemente um obstáculo ou até mesmo um adversário. Assim, seguir o princípio da legalidade não é sinônimo de ordem social, da mesma forma que manter uma determinada ordem social não significa seguir a lei. Comunidades que aparentam ser desordenadas – como bairros boêmios, comunidades periféricas, entre outras – não raro apresentam poucas ilegalidades propriamente ditas. Assim como os sistemas totalitários são um exemplo de estruturas sociais que aparentam um grau elevado de organização social, mas geralmente encobertam um leque de ilegalidades, especialmente as praticadas pelas instituições policiais (ibid.).

Isso sem contar que aplicar a lei nem sempre é necessário para as atividades do controle social, já que há outros meios para se obter a ordem para além dos controles físicos e penais

sobre as pessoas.¹⁴ Ou seja, nem sempre aplicar estritamente a letra da lei é o melhor caminho para a manutenção da ordem, pelo contrário, às vezes deixar de aplica-la é o melhor a ser feito em termos de manutenção da paz social. Mas como saber quando é preciso ou não, usar de elementos legais e/ou coercitivos para se governar a ordem social? Como sustenta Klockars (1985), o ponto crucial é que tratar a polícia simplesmente como uma “aplicadora das leis” e/ou “mantenedora da boa ordem” é deixar de lado o aspecto crucial para explicar o comportamento – e o trabalho – policial: a *discricionariedade*.

Discricionariedade é exercida sempre que “limites efetivos às ações ou poderes, de policiais ou agências, os deixam livres para fazer escolhas sobre possíveis cursos de ação ou inação” (KLOCKARS, 1985, p. 93, **tradução nossa**)¹⁵. Se refere tanto às decisões cotidianas no trabalho dos policiais, enquanto *streetcorner politicians* (MUIR, 1977), como sobre a influência que as decisões e políticas institucionais, seja ao destinarem recursos para determinada atividade em detrimento das outras, nos requisitos para contratação dos agentes, no treinamento, no trato com a população, e nas tantas outras decisões administrativas, exercem no comportamento dos policiais. Os tons da ordem política e social, seu relacionamento com a comunidade e a própria qualidade de vida das pessoas sempre estão em jogo no curso destas ações. Essas decisões são influenciadas por outros fatores, mas em última instância, a decisão sempre é do policial. Esse poder é perceptível nas ações tomadas e disponíveis para o escrutínio público, mas seu melhor exemplo retrata as ocasiões em que o policial decide não agir. Afinal, quem revisa as ações cotidianas da polícia são os próprios policiais, e a natureza do processo administrativo e do trabalho policial torna praticamente impossível a revisão de situações nas quais o policial deixou de agir (KLOCKARS, 1985).

Klockars (1985) elenca três motivos para os políticos, agências e policiais minimizarem ou negarem os seus enormes poderes discricionários. Esses motivos também nos ajudam a compreender algumas características centrais do trabalho policial, que geralmente são objeto de fantasia ou romantização. Primeiro, a polícia é imbuída legalmente da tarefa de aplicar *todas* as leis. Nestes casos, admitir uma aplicação discricionária da lei seria admitir uma ilegalidade. A verdade é que não passa de uma technicalidade impossível de se efetivar, porque nenhuma polícia no mundo possui recursos para isso. Também seria injusto, pois a lei não leva em conta todas as especificidades e peculiaridades de cada caso atendido pelo policial, sempre correndo

¹⁴ O incentivo a comportamentos pacíficos e controle autônomo dos impulsos violentos é, historicamente, um elemento tão importante quanto o desenvolvimento das instituições penais e de aplicação do uso da força (cf. ELIAS, 1993).

¹⁵ A police officer or police agency may be said to exercise discretion whenever effective limits on his, her, or its power leave the officer or agency free to make choices among possible courses of action or inaction.

o risco de criminalizar mais ou menos do que deveria ou quem não deveria. As próprias legislaturas sabem que determinadas leis não serão aplicadas se não houver interesse e que, se isso ocorre, não significa uma ilegalidade sistemática. Segundo, as responsabilidades legais da polícia e as outras instituições democráticas formam uma rede de interdependência e accountability necessária às democracias. Neste caso, a polícia não aplicar uma lei promulgada pelo legislativo, por exemplo, violaria o princípio de separação e interdependência dos poderes. Embora nas aparências e formalidades seja o oposto, para os legisladores a polícia não é aplicadora da lei, mas resolvedora dos problemas e que mantenha o mínimo de coesão social que possibilite o seu governo e organize a ordem a qual administra. Para eles, a polícia é uma agência reguladora, a ser chamada quando há uma necessidade ou emergência. Terceiro e último, a polícia ou o policial não pode, por motivos legais, agir por interesses particulares, arbitrários, sob o risco de ser compreendido como prevaricador ou arbitrário.

Como argumenta Klockars (1985), um governo de leis também se faz por um governo de homens, afinal, uma aplicação estrita ou “mecânica” da lei não necessariamente significa diminuir atitudes discriminatórias e arbitrariedades, pelo contrário. Há que se ter em mente que essa aplicação ampla impactaria exatamente a vida daqueles que mais arrumam problemas com as leis e seus agentes: os pobres, periféricos e os grupos minoritários. Neste sentido, quando a polícia invoca as leis criminais, age como seu intérprete chefe, atuando no limite de sua autoridade legal (SKOLNICK, 1966; KLOCKARS, 1980; 1985).

Algumas práticas e políticas são apropriadamente resguardadas do escrutínio público por segredo profissional e direito legítimo, mas principalmente por questões de necessidade prática. O terceiro motivo para minimizar a discricionariedade é que se a polícia anunciasse abertamente ao público que, por exemplo, não prenderá ou multará aqueles que estiverem a 15 km/h a mais do que o limite, os perpetradores de pequenos roubos ou furtos, ou aqueles com quantidade irrisória de drogas ou mercadorias contrabandeadas, seria vista como se estivesse endossando essas práticas. Há um jogo de performance e retórica que utiliza da imagem da polícia como meio para proteger certas ideias que tradicionalmente conectam positivamente a instituição e a comunidade, garantindo para a polícia a legitimidade pública tão importante para o seu trabalho. Esse âmbito do poder policial é presente nos trabalhos de Skolnick (1966) e Klockars (1985). Embora mais claro no segundo, ambos, ao explicar o que é a polícia e seu trabalho, tratam inevitavelmente da capacidade que a organização institucional tem em afetar a prática policial em seu cotidiano.

Pela natureza do trabalho, todo policial tem como objetivo uma ideia de ordem que preza, a princípio, pela regularidade e previsibilidade (SKOLNICK, 1966). Ou seja, o trabalho

policial é em grande medida o exercício da suspeição e a resposta às demandas sociais. No curso do serviço, seu maior comprometimento é com o ideal de legalidade, que fundamenta e limita suas ações no objetivo maior da governança da ordem social. Entretanto, como você já está percebendo, quando se trata de polícia, sempre há muitos complicadores e nuances. Já vimos que tanto o conceito de lei como o conceito de ordem são fluidos. Como diz o ditado popular: “o mundo das leis não são as leis do mundo”. A lei não pode prever todos os fatores que implicam na sua aplicação prática pelos agentes do controle social. As leis podem enganar as pessoas, serem excessivas, pouco claras, e até mesmo ruins ou injustas. Nestes casos, o público e os próprios legisladores sabem e esperam que não as apliquem, acreditando no bom senso dos policiais. A própria natureza das leis e do sistema de justiça deixa margens para que os policiais exerçam um enorme poder discricionário, correndo risco sempre de recair em ilegalidades. Do mesmo modo, como vimos na primeira seção, a ordem social não é livre de valor, mas fruto de um processo histórico no qual estruturas hierárquicas distribuem o poder, enquanto modos de agir e pensar se desenvolvem sob essas estruturas (FOUCAULT, 2013; ELIAS, 1993).

As condições sociais e econômicas da comunidade interferem e condicionam a ação da polícia tanto quanto sua própria organização interna. Skolnick (1966, p. 230, **tradução nossa**) tem como argumento central que o dilema de garantia da ordem sob o estado de direito constitui-se como um fruto do ordenamento democrático e da forma como esse sistema busca controlar os efeitos potencialmente maléficis do serviço da polícia e das autoridades políticas como um todo. Portanto, o dilema do *law enforcement* é fruto da natureza do trabalho de servidores autorizados ao uso da coerção, numa sociedade que preza reprimir qualquer tipo de arbitrariedade e autoritarismos. Assim, esses dois conjuntos de demandas (do estado de direito e garantia da ordem) implicam em uma força normativa clássica na definição sobre o que é a polícia (SKOLNICK, 1966). O que Skolnick não compreendeu é que por mais que essa força normativa ambivalente seja o dilema intrínseco da polícia em democracias modernas, ela não pode ser tomada como sua definição, sua razão de ser; mas como uma descrição dos meios pelos quais a polícia consegue atingir seus objetivos e expectativas, permeados por essas ambivalências de um dilema político característico e insolúvel.

Klockars (1985), por sua vez, dá maior atenção para a influência que as pressões dos cidadãos exercem sobre as decisões discricionárias da polícia. As reclamações das pessoas ajudam os policiais a focar seus recursos e atenções sob as demandas da comunidade em que atua, modulando a aplicação da lei à sua concepção de ordem. O desejo da população é a maior influência sobre o trabalho policial, pois a natureza reativa da polícia faz com que as suas ações

dependam enormemente das contribuições dos cidadãos. Quando você liga para a polícia, seja porque alguém está em seu quintal, algo desapareceu em sua casa, ou alguém lhe assaltou na rua; você já está guiando a ação policial desde o momento em que a ligação foi atendida. Ou seja, a primeira ação discricionária pode ser – e geralmente é – do cidadão e não da polícia. E esse é um alerta constante para a polícia: o policial é treinado para observar com desconfiança quaisquer sinais de desordem, inclusive no trato com os cidadãos, para não correr o risco de ser enganado (SKOLNICK, 1966). Como ainda mostra Klockars (1985), a discricionariedade do cidadão não cessa no fim da chamada telefônica, mas continua exercendo influência durante todo o curso do processo legal. Vide que, se o reclamante não demonstrar vontade de prosseguir com a acusação penal perante o judiciário, a polícia não pode prender o “acusado”, mesmo que seja um caso legalmente concreto.

Reiner (2004) desenha um modelo capaz de separar e dar luz aos encontros entre instituição policial e a comunidade em que atua. Em um contexto de pluralização da segurança, com atores privados atuando no controle social tanto quanto as polícias, duas mitologias persistem sobre essa última, se amplificando na modernidade: o mito da lei e da ordem, que retrata a polícia como a salvadora dos problemas da ordem pública e aplicação da lei – expressão muito encontrada na mídia sensacionalista, nos discursos dos administradores da polícia; e sua antítese, o mito do “aparato repressivo do Estado”, que entende a polícia como uma força política essencialmente opressiva, com atividades preconceituosas, rotuladoras e voltadas para a dominação da classe dominante sob as classes dominadas. Enquanto o primeiro mito defende um maior recrudescimento das atividades ostensivas, ou seja, uma polícia enquanto força; a segunda defende o controle do poder da polícia como condição da segurança e harmonia social, buscando circunscrever as atividades policiais ao âmbito dos serviços prestados à comunidade (REINER, 2004). O argumento de Reiner parte da ideia de que esse dilema entre polícia da “lei e ordem” versus polícia como “aparato repressivo” está apoiado em uma premissa falsa, que simplifica a função policial. Os dois papéis são distintos, assim como são interdependentes e originam-se de um mandato mais fundamental, de primeiros socorros para a manutenção da ordem.

Reiner (2004, p. 165) utiliza duas dimensões, cada uma com dois conceitos, para explicar o trabalho da polícia na prática: i. em toda ocorrência atendida pela polícia há duas possibilidades de relação entre o policial e os civis: o consenso ou o conflito. ii. e que podem ou não demandar a utilização de poderes legais para acusar ou prender. Tem-se então quatro possibilidades com o casamento dessas variáveis. Quando há um consenso entre cidadão e policial, a polícia assume um papel de serviço, variando a partir da utilização dos poderes legais

entre um serviço pautado na autoridade ou na aquiescência voluntária. Se há conflito, a polícia assume um papel de aplicadora da lei quando se utiliza dos poderes legais, e mantenedora da ordem quando não os utiliza (REINER, 2004).

A discricionariedade do policial e como seu trabalho é influenciado por sua personalidade, pela instituição e pelo contato com a população, foi desenvolvida teoricamente por Muir (1977). Analisando policiais de uma cidade anônima dos Estados Unidos, ele ambicionou explicar o que faz de um policial, um bom policial. No que ele chamou de “paradoxos do poder coercitivo”, cria um modelo típico-ideal que comporta toda e qualquer relação envolvendo o uso da força. A partir do modelo, Muir evoca a clássica definição weberiana da vocação do político, para dar resposta à sua pergunta:

O policial se torna um bom policial ao desenvolver duas virtudes: intelectualmente, deve compreender a natureza do sofrimento humano; moralmente, ele tem que resolver a contradição de alcançar os fins justos por meios coercitivos. O policial que desenvolve esse senso trágico e equanimidade moral tende a crescer no trabalho, incrementando a confiança, habilidade, sensibilidade, e consciência. (MUIR JR., 1977, p. 3, **tradução nossa**)¹⁶

No âmbito das habilidades, o autor destaca a importância do diálogo para o serviço policial. A abertura para conversar facilita o trato com os cidadãos e ajuda no acesso a seus sentimentos e percepções. Também é importante no trato com os colegas, facilitando a socialização e evitando a solidão e distanciamento social, muito comum entre os policiais. No âmbito do trabalho, as circunstâncias paradoxais são uma constante: o policial está sempre na linha tênue de ser poderoso, mas não ser absolutamente poderoso (MUIR, 1977, p. 4). Como descrito por Weber, a autoridade política não pode sucumbir aos paradoxos éticos de sua profissão, mas sopesar os benefícios, malefícios e contradições de sua atuação. A personalidade deste profissional encarregado de administrar o uso da força cotidianamente, tem duas características básicas: paixão e perspectiva. A primeira descreve a capacidade de integrar a coerção sob a moral, conciliando o inconciliável: o policial deve ser apto para a coragem tanto quanto para a sensibilidade. O policial não pode se deixar afetar pelas possíveis consequências negativas do seu trabalho, naturais por envolver a violência. A perspectiva diz respeito à objetividade intelectual. Ela é a chave para colocar em equilíbrio os meios coercitivos como meios para atingir objetivos justos (MUIR, 1977).

¹⁶ A policeman becomes a good policeman to the extent that he develops two virtues. Intellectually, he has to grasp the nature of human suffering. Morally, he has to resolve the contradiction of achieving just ends with coercive means. A patrolman who develops this tragic sense and moral equanimity tends to grow in the job, increasing in confidence, skill, sensitivity, and awareness.

Como destaca Klockars (1980), no trabalho policial, para se atingir objetivos justos, por vezes, é necessário utilizar meios “sujos”. É o que demonstra o “problema do Dirty Harry”: imagine o caso em que um psicopata faz uma criança refém, aprisionada em um lugar desconhecido, e pede para que o dinheiro do resgate seja entregue em um encontro marcado em um lugar inóspito. No ato da transação, o psicopata decide negar o dinheiro e diz que irá matar a menina, fugindo do policial. A perseguição só para quando o policial consegue feri-lo na perna. Capturado, o sequestrador se recusa a confessar a localização da refém, alegando só falar na presença de seu advogado. O policial tem uma escolha: os meios sujos, ou seja, torturar o ferimento do bandido para obter a confissão; ou os meios limpos, seguindo o protocolo do trabalho policial, mesmo que isso signifique correr um grande risco de perder a vida de uma criança. Não há dúvida que salvar a vida de uma vítima inocente é um objetivo justo e bom, no sentido moral e ético. Também não há dúvida de que torturar para obter uma confissão não é moralmente e legalmente aceitável. Mas a situação, em si, não tem solução. Para atingir o objetivo justo, é necessário utilizar-se de meios sujos: “a questão problemática no problema de Dirty Harry não é se, sob algum cálculo, pode ser feita uma escolha certa, mas que a escolha deve sempre estar entre pelo menos dois erros. E ao optar por fazer algo errado, o policial inevitavelmente mancharia sua autoridade e ele mesmo.” (KLOCKARS, 1980, p. 37, **tradução nossa**)¹⁷.

Para o cotidiano dos policiais, esse dilema moral é muito presente. Mas é preciso atentar-se que o escopo de meios sujos possíveis a ser tomados pelos policiais é muito grande. Além disso, o que é considerado como um objetivo justo também não é um consenso. Os policiais podem desde fazer prisões ilegais, forjar provas, forçar confissões, para “solucionar” processos e investigações, como fazer revistas ilegais para procurar drogas, ser violento com a população para “enfrentar o crime”, entre tantos outros exemplos do nosso cotidiano. O real problema nestes casos é que, primeiro, os policiais geralmente trabalham com a premissa do suspeito. Parte-se do suspeito para então investigar e encontrar as provas de sua culpa. Se o policial estiver minimamente inclinado a lidar com os suspeitos pressupondo sua culpabilidade, antes de qualquer averiguação ou prova concreta, o policial está igualmente inclinado a tratar os meios sujos não como instrumento para atingir um fim justo, mas como um fim em si mesmo, como uma forma de culpar alguém que a polícia acredita que merece ser punido. É para controlar esse comportamento que a lei protege os cidadãos dos excessos autoritários da polícia,

¹⁷ The troublesome issue in the Dirty Harry problem is not whether under some utilitarian calculus a right choice can be made, but that the choice must always be between at least two wrongs. And in choosing to do either wrong, the policeman inevitably taints or tarnishes himself.

deixando que os meios sujos sejam utilizados apenas quando *necessário* – a recusa de provas alcançadas sem o devido respeito processo legal é um exemplo de controle processual destas distorções e/ou irregularidades pela polícia (KLOCKARS, 1980).

Os meios sujos, para um “bom policial”, só são alternativas reais quando percebe que todas essas restrições são indesejáveis, irracionais ou injustas. É preciso fortalecer a polícia, através do treinamento e gestão dos recursos administrativos e materiais, de modo que ela não veja nos meios sujos uma oportunidade para atingir objetivos escusos (KLOCKARS, 1980; MUIR, 1977). Entretanto, como toda obra humana, a polícia nunca será perfeita. A imagem da polícia como uma máquina quase-militar, com policiais altamente treinados e educados, uma agência equipada com os instrumentos mais modernos do mercado e livre de qualquer interferência política, mas que responde obedientes às políticas de um comando administrativo central, é muito sedutora. Essa ideia de polícia perfeita esconde o principal: a polícia não é um exército automatizado de homens programados para a aplicação da lei, mas antes de tudo uma agência de serviço social, composta por pessoas com interesses e aspirações individuais, tal qual qualquer outra burocracia estatal e, como tal, não gostam de serem definidos por números, estatísticas ou simples cotas. A ideia romantizada do modelo profissional-burocrático leva a uma percepção e avaliação irreal do trabalho policial. Uma ideia de polícia que espera soluções cujas quais a instituição não é capaz de prover.

Klockars (1985) demonstra como as representações sobre a instituição e o trabalho policial na Inglaterra e Estados Unidos foram moldadas por duas estruturas simbólicas: o âmbito ostensivo, pela venda ao público de que há uma guerra urbana contra o crime, enunciada pelos uniformes, símbolos, armas e equipamentos, que funcionam como totens de um teatro que não corresponde à real efetividade da polícia no controle do crime. Resulta-se numa ideia de polícia como patrulheira, responsável por combater o crime nas ruas, perseguindo e prendendo bandidos. Ela é muito presente nos discursos dos administradores, nas séries, filmes e livros, pautando grandemente as políticas de segurança, voltadas para o fortalecimento das atividades de patrulha (KLOCKARS, 1985; MANNING, 2005). Em âmbito oposto, a ideia de polícia também é construída por representações sobre suas funções investigativas. A ideia de detetive, na Inglaterra encarnada por grandes personagens da literatura policial como Sherlock Holmes e Poirot, foi parte de um movimento para a construção de uma imagem distante da ideia de ineficiência e de acusações sobre crimes praticados pelos vigilantes, que culminou na criação de uma polícia estatal, especializada e profissional (KLOCKARS, 1985; BAYLEY, 2017).

Como descreve o autor, a ideia de detetive “clássico” incorpora uma das esperanças mais profundas da cultura democrática: uma aplicação criativa, disciplinada e determinada da

moralidade, se aproximando da ética religiosa e das disposições legais. Os personagens policiais clássicos geralmente representam uma expressão sólida desses valores, encontrados em Shakespeare, Hugo, Dostoiévski, entre outros (KLOCKARS, 1985; BAYLEY, 2017). Em contraposição a eles, há a figura dos detetives anti-heróis, mais insensíveis e consequencialistas, que justificam seus atos pelos resultados alcançados e não pelos meios de ação que assumem. Temos nestas representações literárias, portanto, os dois núcleos de significados culturais da polícia: o primeiro, corresponde à ideia de polícia como um exército urbano no combate ao crime; o segundo, à moralidade esperada das decisões policiais. Para Klockars (1985), o conflito moral caracterizado na literatura pela contraposição entre os detetives “adultos” e os clássicos demonstra o coração da ideia de polícia e os problemas para controlá-los:

O fato é que damos à polícia o direito de usar meios moralmente perigosos, sujos, e ilegais para alcançar bons fins, pois as aspirações mais profundas de nossa cultura e de suas mais nobres instituições não contêm os meios necessários para garantir a sobrevivência deles. Polícia, a única ocupação doméstica a qual damos o direito de usar os meios sujos e moralmente perigosos de força coercitiva e fraude, que existe porque todos os meios respeitáveis e civilizados para lidar com problemas e superar dificuldades simplesmente não estão à altura da tarefa (KLOCKARS, 1985, p. 89, **tradução nossa**).¹⁸

Enquanto instituição burocrática, a polícia preza por suas funções delegadas pela autoridade superior (Estado), sob uma hierarquia e organização interna e, o mais importante, devidamente autonomizada ao passo que também é controlada, de modo a se adequar ao seu caráter público. Entretanto, não é como as outras burocracias. Embora muitas outras instituições tenham funções policiais, a polícia é a única instituição profissional e especializada no uso da força física. Seu papel profissional específico na aplicação das leis e na manutenção da ordem é fundamentado nessa especialização. Por isso, a polícia está no coração do funcionamento do Estado (BAYLEY, 2017; REINER, 2004).

Como vimos, a polícia, desde sua gênese, se confunde com as atividades administrativas e políticas. De certa forma, isso permanece verdade, mas a modernidade trouxe, com a ideologia liberal e o sentido da burocratização, uma especialização e independência da instituição para operacionalizar e controlar a aplicação da força sob os princípios de uma sociedade democrática. Embora seja invariavelmente política, a razão de ser da polícia deve ser a Razão

¹⁸ The fact is that we give to police the right to use morally dangerous, dirty, and illegal means to achieve good ends because the most profound aspirations of our culture and its most noble institutions do not contain the means necessary to ensure their survival. Police, the only domestic occupation to which we give the right to use the morally dangerous and dirty means of coercive force and fraud, exist because all the morally respectable and civilized means of handling problems and overcoming difficulties are simply not up to the task.

do Estado, sob o propósito público, para que a força não seja usada para a submissão da razão e da democracia.

2.4. A IDEIA DE POLÍCIA

Todas essas perspectivas teóricas sobre o trabalho policial dialogam, direta ou indiretamente, com a teoria da polícia de Bittner. Sua peculiaridade é ter fugido do dilema da lei e da ordem, que pautava o debate sobre a polícia quando propôs sua teoria. Centrado no mandato policial, compreende a polícia não como uma instituição de imposição da lei e garantia da ordem, mas como uma agência encarregada de garantir e manter a paz, através de respostas e soluções emergenciais. Para o autor, portanto, “o policial, e apenas o policial, está equipado, autorizado e é necessário para lidar com toda emergência em que possa ter de ser usada força para enfrentá-la” (BITTNER, 2017, p. 240). Bittner reconstrói o conceito de polícia por duas dimensões empíricas: o que se espera que a polícia faça e o que de fato ela faz. Ou seja, em termos de expectativas sociais e respostas institucionais concretas. Como já dissemos, a polícia se diferencia de outras agências e instituições estatais exatamente pela autoridade no uso da força física, um atributo presente em tudo que a polícia faz ou se espera que ela faça. Não significa que a polícia usa da força em todas as suas atividades, mas que o trabalho policial consiste em lidar com os problemas em que a força possa ser necessária. É por esse mandato legítimo do uso da força que a polícia é sempre chamada quando há “algo que não deveria estar acontecendo e sobre o qual alguém deve fazer algo imediatamente” (BITTNER, 2017, p. 236).

Se até então a polícia era compreendida conforme as suas atividades estatutárias – na investigação e na ostensividade, na aplicação da lei e na garantia da ordem –, Bittner foge dessa compreensão institucionalizada e normativa, buscando sua definição enquanto fenômeno social. Sob essa ótica, a polícia se define pela autorização em usar a força sempre que há “algo que não deveria estar acontecendo e sobre o qual é melhor alguém fazer algo, AGORA” (BITTNER, 1974, p. 30, **tradução nossa**)¹⁹. Esse “alguém” é a polícia, pois é equipada na medida em que é armada e treinada para isso. Sua ação também é autorizada pela comunidade política – através da lei – e pelas pessoas – através do consentimento social – para utilizar a força em qualquer emergência que perturbe a paz social, dando a essas emergências soluções no aqui e “AGORA!”. Esse conceito não só abrange todas as funções de policiamento da polícia

¹⁹ Something-that-ought-not-to-be-happening-and-about-which-someone-had-better-do-something-NOW.

como as muitas outras funções sociais para além das propriamente denominadas “de polícia”: “não existe problema humano, ou não se pode imaginar um, sobre o qual se possa dizer, decisivamente, que não poderá, com certeza, vir a se tornar um assunto de polícia” (BITTNER, 2017, p. 235).

Sobre o que a polícia de fato faz, o autor não nega completamente a compreensão da polícia como uma instituição voltada para aplicação da lei criminal, afinal, ela se organiza administrativamente e vende sua imagem ao público como tal. A organização administrativa interna da polícia reforça esse ideal através dos valores, treinamentos, divisões internas das atividades, além do plano de carreira dos policiais. Todos são fundamentados nos códigos penais e têm como objetivo a efetividade no cumprimento da lei criminal. Entretanto, mesmo que intuitiva, essa pressuposição da polícia como uma burocracia encarregada de aplicar a lei é, no mínimo, limitada. Por mais que a polícia seja a responsável por dar início aos processos criminais, o policiamento criminal não é um elemento predominante no cotidiano da maioria dos policiais. Muito pelo contrário, apenas uma pequena parcela – geralmente de grupos operacionais especializados e divisões de investigação – tem uma rotina voltada para investigar e/ou prender suspeitos e criminosos. “Em outras palavras, quando se olha o que os policiais de fato fazem, descobre-se que o policiamento criminal é algo que a maior parte deles faz com uma frequência que fica entre virtualmente nunca e muito raramente” (BITTNER, 2017, p. 225).

Olhando para a polícia brasileira sob esta perspectiva, é igualmente perceptível como os policiais passam a maior parte do seu tempo em rondas motorizadas, vigiando espaços públicos ou em atividades administrativas. Além disso, mesmo sendo raro para o policial efetuar um serviço de policiamento criminal, quando ocorre, é comum que a polícia decida deixar de aplicá-la. Porque na rotina do trabalho policial, é natural a percepção da lei não como um princípio a ser seguido, mas realmente um instrumento para solucionar problemas e manter a paz social. Não necessariamente essa visão instrumental da lei é ruim, por muitas vezes, aplicar a lei é desproporcional ao objetivo maior de manter a ordem social e dar uma solução momentânea a algum problema. Afinal, qual a finalidade ética em prender alguém por um ato insignificante, distante de representar algum perigo para a ordem social ou algum código/valor comportamental/moral?

Os policiais deixam de agir frente a muitos crimes porque eles não estão preocupados em combater todos os crimes cometidos. Pelo contrário, é esperado e aceito que ela não seja capaz de combater e prender todos os crimes e criminosos. A polícia só se preocupa com crimes e problemas que não são socialmente tolerados: “eles estão sempre tentando salvar as coisas da

eminência do desastre, [...] e impedir, em geral, qualquer coisa que não tenha permissão de continuar; e ao executar tudo isso, se as circunstâncias parecerem exigir, algumas vezes eles prendem pessoas” (BITTNER, 2017, p. 238). O ouvido vocacional da polícia está sempre sintonizado em ouvir as vozes da comunidade, hierarquizar demandas e encontrar meios efetivos de solução momentânea para problemas urgentes. Deste modo, se no decorrer de uma atividade, outra lhe chamar maior atenção, é de sua natureza alterar seu curso de trabalho. Temos aqui o traço característico do policial, ou seja, um funcionário treinado e vocacionado para estar, sempre, atento e preparado para, quando necessário, entrar em cena e apresentar as soluções cabíveis e necessárias para manter tudo em seu lugar. Por isso, a polícia é, antes de tudo, um ofício, uma atividade, um meio restrito e não-monopolista de se alcançar a manutenção da ordem e da lei em sociedades democráticas (MUNIZ, 1999; PROENÇA e MUNIZ, 2006).

Mesmo apresentando soluções restritas para o combate ao crime, a polícia é muito mais do que apenas a capacidade de usar a força sob o mandato da lei. Autorizada a adotar medidas extremas quando considerar necessário, o policial tem na discricionariedade um traço chave na condução de seu mandato policial na prática. Entretanto, o poder da polícia não se resume à espada, mas tem nela seu fundamento para a concentração de outros tipos de capitais, que só o capital coercitivo possibilita. Como um instrumento da paz social, apresenta uma grande variedade de tarefas que vão além das tarefas de policiamento e, da mesma forma, captam e articulam diferentes instrumentos relacionais nos encontros com os cidadãos, de modo a alcançar os objetivos sem aplicar a coerção. Como bem notaram Proença e Muniz (2006), o poder do mandato policial não está presente apenas nas vezes em que a força é utilizada; mas se expressa em todas e quaisquer situações em que a polícia se faz presente ou simplesmente é lembrada, afinal, se o uso concreto da força está resguardado apenas para as situações extremas, o uso potencial da força acompanha as percepções sobre o policial onde estiver. Dito de outra forma, a figura simbólica de um policial, sob mandato, em qualquer situação, coloca todos em um estado implícito de alerta e autocontrole, que só uma autoridade capaz de adotar legitimamente medidas extremas é capaz de despertar.

A polícia é uma resposta ao desafio de se produzir *enforcement* sem recair em atos tirânicos ou interesses particulares (PROENÇA e MUNIZ, 2006; 2014). Entretanto, o trabalho policial tem limites práticos na produção de obediência. Na medida em que a polícia tem o poder de impor soluções imediatas, também as impõe como uma solução momentânea, que se finda rapidamente no tempo. Ou seja, a solução policial só tem efeito forma provisória, pois a polícia não combate as causas dos problemas que encontra (BITTNER, 2017; PROENÇA e

MUNIZ, 2006; MUNIZ e PROENÇA, 2007a). A solução policial tem como objeto situações, conflitos, atos e atitudes; e da mesma forma que a realidade se impõe como seu limite, a legalidade e a legitimidade também é determinante para seus efeitos e resultados (PROENÇA e MUNIZ, 2007a). Na decisão do policial – fruto de uma equação composta por sua experiência e conhecimento sobre lugares, pessoas e acontecimentos particulares –, os elementos idiossincráticos são determinantes para as decisões, sendo impossível de se prever, de “se reduzir a um roteiro pré-determinado” (PROENÇA e MUNIZ, 2007a, p, 235).

Como se vê, o poder discricionário da polícia é condicionante para que a autorização de uso da força se concretize em instrumentos de ordem, já que a escolha sobre a forma de agir depende, única e exclusivamente, do policial. Além disso, a ação policial só é sujeita à apreciação política, social ou judicial depois de tomada, a posteriori (PROENÇA e MUNIZ, 2006; 2007a). Dizer que a discricionariedade policial é condição para o exercício da coerção significa dizer que o policial tem a liberdade procedimental de fazer mais ou menos do que seu mandato exige que se faça, desde que sua ação seja justificável na busca da paz social (BITTNER, 2017; KLOCKARS, 1980). Além do âmbito prático, a lei e a legitimidade também constroem e determinam o leque de alternativas operacionais que o policial pode adotar para que uma solução seja alcançada sem a necessidade do uso da força. É a legitimidade frente a população que se encarrega de prover uma *accountability* intermitente sobre o trabalho policial, recaindo sobre o mesmo e assim, determinando suas próprias opções operacionais.

A definição de um conceito de polícia a partir de seu mandato é tirar o olhar sociológico de suas consequências sociais – expressadas pelas diferentes percepções sobre suas funções – e colocá-lo sobre a própria instituição e seu significado social. Fundamentalmente, a polícia é uma atividade ensimesmada, que não deve ser compreendida como um meio – político, legal ou de dominação. A polícia tem como fim garantir e proteger a comunidade política e prover a paz social sempre que ela é ameaçada. A medida da ameaça é dita pela lei e pelo senso de ordem da população e dos próprios policiais. Como consequência, essa função é delegada para um grupo profissional, especializado, de modo que sua autonomia política esteja garantida na condição de uma burocracia. Como destacado anteriormente, o lugar que se assume ou ocupa na ordem social, define a forma como a polícia é representada, compreendida, significada. Tal qual podemos definir os papéis e funções dos políticos eleitos como representantes da sociedade – dando-lhes pelo voto o “mandato” –, a polícia detém um mandato público, intermitente e profissional, de representação dos interesses da comunidade política, de toda sociedade.

Para operacionalizar essas premissas, a polícia, através de sua discricionariedade, define como prioridade aqueles casos em que a aplicação da lei exige sua competência primordial, que

é, como vimos, o uso da força – mesmo que o mais próximo de um padrão ideal de “bom policiamento” seja exatamente manter a ordem sem se utilizar dela. Bittner (2017, p. 227) chama a atenção para o fenômeno “interessante” dos casos em que não há aplicação da lei ou a necessidade do uso da força: ocorre com frequência o que denominou de “show simbólico de força”, com o policial algemando, prendendo, enfim, reagindo de forma desproporcional ou desnecessária. O objetivo destas demonstrações é reforçar sua autoridade perante a comunidade, se sobrepondo até mesmo ao tratamento eficiente e eficaz da ocorrência. Entretanto, como argumentam Proença e Muniz (2006), uma série de equívocos e desentendimentos sobre a teoria de Bittner fez com que este âmbito simbólico do serviço policial ficasse em segundo plano nas agendas dos anos 80 e 90, sendo “redescoberto” a partir dos anos 2000. Sobre esta agenda que avançou em discussões ainda inexploradas até mesmo pelo próprio Bittner é que se tratam as duas próximas seções.

2.5. O PODER SIMBÓLICO DA POLÍCIA

A partir dos anos 80, um número cada vez maior de criminólogos passou a enfatizar o papel limitado que a polícia desempenha no controle do crime e na manutenção da ordem social. As evidências levantadas sugerem que, embora possa tranquilizar a população, aumentar o número de policiais em serviço ou alterar o modelo de policiamento faz pouca ou nenhuma diferença para o sucesso nas capturas e/ou investigações (REINER, 2004; BAYLEY, 2017). No Brasil, Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005) chegaram a mesma conclusão ao revisar a bibliografia nacional sobre o processo endêmico dos homicídios e da criminalidade suburbana.

Nos países anglo-saxões os gerentes da polícia têm reconhecido essas limitações. Percebendo que as causas do crime estão além de seu controle e que mais investimento não é a solução, buscaram indicadores alternativos para medir a eficácia e eficiência de seus serviços. Como resultado, deram mais atenção às iniciativas de prevenção ao crime, o que incluiu a articulação com outros agentes, como a segurança privada e a sociedade civil organizada, no combate ao crime. Medidas que visaram de alguma forma transformar agentes orgânicos da comunidade em “olhos e ouvidos” adicionais da polícia (LOADER, 1997). Por aqui, os efeitos da alocação de mais recursos para a polícia também tendem a ser pífios em termos da diminuição da criminalidade. Para Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), isso indica um modelo de polícia obsoleto, que deve ser repensado antes de se falar em alocar mais recursos para a polícia. Entretanto, esse não parece ser o interesse dos administradores da polícia no Brasil, uma vez que pouco mudou nos modelos de polícia e policiamento desde 1988.

Frente à essas novas evidências sobre o policiamento e o papel da polícia na manutenção da ordem pública, estudiosos como Loader (1997), Loader e Mulcahy (2003), Loader e Walker (2007) e Proença e Muniz (2006) argumentaram que os estudos sobre a eficácia da polícia não levam em conta o papel que a polícia ocupa nas “estruturas de sentimento”²⁰ da população. Enquanto os primeiros se debruçaram sobre a mitológica polícia britânica, partindo de pontos levantados – mas pouco explorados – por Reiner (1992), no que resultou na agenda conhecida como Pluralismo Ancorado (LOADER, 1997; LOADER e MULCAHY, 2003; LOADER e WALKER, 2007); Proença e Muniz (2006), baseados na definição de polícia de Bittner (2017), analisaram o que conceituaram como “ideia de polícia”²¹ a partir dos eventos de greves policiais no Brasil em 1997. Para ambas agendas, a polícia continua como uma voz proeminente na cultura popular, constituindo-se como figura central na produção e reprodução da ordem e segurança pública.

O núcleo da posição adotada pelo Pluralismo Ancorado é a crítica à inobservância do âmbito simbólico, tanto nos estudos empíricos, como mais especificamente nos estudos na área da governança da segurança conhecidos como Governança Nodal (SHEARING e WOOD, 2003). O Pluralismo Ancorado de Loader e Mulcahy (2003) adequa a ideia de redes plurais de segurança à sociologia dos capitais de Bourdieu, de modo que os atores estatais – ou o próprio Estado em suas instituições regulatórias – adquirem uma proeminência a priori na composição das redes de relações entre os agentes, funcionando exatamente como uma “âncora” que baliza todos os outros atores. Essa posição privilegiada dos agentes estatais nas redes de segurança descende do metacapital possuído e assumido pelo Estado enquanto agência que se pretende legítima na defesa de um interesse *público* ((LOADER, 1997; LOADER e MULCAHY, 2003; LOADER e WALKER, 2007). Uma prova deste valor simbólico aplicado ao caso da polícia é que, mesmo com as evidências de suas limitações e deslizos pipocando na mídia, nas falas de especialistas, e até mesmo das autoridades; a demanda da população por proteção policial visível e constante ainda persiste, inabalada (LOADER e MULCAHY, 2003).

O sentimento popular sobre a polícia é marcado por uma forte carga de fantasia sobre o que ela pode ou deve fazer. Para Loader (1997, p. 3), há uma ideia da polícia como "fonte onipotente de ordem e autoridade, capaz de lidar com o outro criminoso", dotada de uma afetividade que se parece com a religiosa, impondo-se por si mesma sem a necessidade de provas (LOADER e MULCAHY, 2003). Proença e Muniz (2006) mostram a real implicação

²⁰ “Structures of feeling” (LOADER, 1997, p. 2, **tradução nossa**).

²¹ “Idea of police” (PROENÇA e MUNIZ, 2006, p. 235, **tradução nossa**).

que essa percepção simbólica da polícia tem no cotidiano da segurança e da ordem nas sociedades modernas. Essa ideia de polícia é expressa na expectativa de que a polícia está ali e virá quando ocorre qualquer tipo de emergência, seja como solução para conter assassinatos e roubos, como salvar um catador de papel de um ataque de abelhas²² ou auxiliar uma mãe em um parto emergencial²³. Num entrelaçamento entre as estruturas objetivas e subjetivas de percepção, que se encaixa no mecanismo de legitimação do Estado para Bourdieu (1996), os autores destacam que a ideia de polícia se inscreve no âmbito simbólico da ordem social que só é quebrado a partir do conhecimento geral de que a polícia deixou, literalmente, de existir – como foi o caso da greve de Pernambuco em 1997. Poucas horas após a saída da polícia das ruas, anunciada pela mídia nacional, o estado já estava tomado por milícias armadas e os serviços de transporte, educação e saúde pararam. Quem pôde pagou por segurança, surgiram toques de recolher, escoltas armadas e com a dificuldade do exército em substituir a polícia, em dez dias a organização de milícias pela população já nem era mais velada. Tudo isso enquanto casos de roubos e violência disparavam (PROENÇA e MUNIZ, 2006).

De modo inverso, outra greve no mesmo ano, em Minas Gerais, não teve as mesmas consequências, visto que a polícia não paralisou todo seu serviço, continuando a prestar socorro nas situações de emergência. Para os autores, quando a ideia de polícia desaparece, “cada indivíduo, família ou comunidade se veem confrontados com a imediata e urgente necessidade de prover sua própria segurança” (ibid., 2005, p. 253).²⁴ Contrastados com os estudos de patrulhamento (KELLING et al., 1974; POLICE FOUNDATION, 1981), as greves demonstram que a ideia de polícia não só foi negligenciada pelos aplicadores, como em grande medida explica os resultados obtidos. A hipótese de que variações nas patrulhas gerassem variações no crime e na desordem não se concretizou porque, primeiro, as pessoas não sabiam do estudo em andamento; e segundo, os atendimentos a emergências por telefone não foram interrompidos – por motivos muito razoáveis. Isso leva os autores a especular que os resultados dos estudos poderiam ter sido diferentes se as pessoas soubessem que haveria menos policiais nas ruas (PROENÇA e MUNIZ, 2006).

²² G1. Policial leva mais de 100 picadas de abelhas enquanto salvava homem de ataque em Florianópolis. Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/12/04/policial-leva-mais-de-100-picadas-de-abelhas-enquanto-salvava-homem-de-ataque-em-florianopolis.ghtml>. <Acesso em 05/12/2019>.

²³ UOL. Policiais fazem parto de emergência e salvam bebê prematuro no Pará. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/23/policiais-parto.html>. <Acesso em: 05/12/2019>.

²⁴ Esses eventos podem ser o mais próximo que sociedades complexas e estabilizadas podem experimentar daquilo que Hobbes (2000) hipotetizou como estado de natureza.

Se ambas literaturas enfatizam o caráter de representação da moral e da ordem social da polícia para a comunidade em que atua, sua ausência equivaleria a quebra dessa ordem naturalizada, resultando num quadro psicossocial em que os valores sociais compartilhados perdem sua baliza institucional, deixando de ser garantida de forma objetiva no cotidiano de suas vidas. Um verdadeiro estado hobbesiano em que o medo do “outro” se sobressai a qualquer outra pretensão de sociabilidade universal (PROENÇA e MUNIZ, 2006).

Loader e Mulcahy (2003) constroem seu arcabouço teórico sobre a dimensão simbólica da polícia e do policiamento a partir da contraposição aos teóricos da “dessacralização”²⁵ da polícia britânica, em especial Robert Reiner (1992). A queda de popularidade e de boa avaliação da polícia britânica durante o século XX, com o auge de sua legitimidade social nos anos 50 e o início de sua crise nos anos 70, revela segundo essa perspectiva, que a polícia *era* uma instituição sacralizada pelas pessoas. Reiner definiu causticamente essa sacralização como sendo um “fetiche da polícia” (ibid., 2004, p. 19). Essa crise de consentimento e confiança pública estaria relacionado com as mudanças em larga-escala na economia política, na cultura e nas relações de autoridade e crime, na região durante o fim do último século.

No âmbito da economia política, a transição de um estado de bem-estar social que alocou as classes trabalhadoras à estrutura política da Inglaterra durante os anos 50 até os anos 70, para um modelo político neoliberal, em que o Estado retraiu seus empreendimentos para investir no encorajamento dos cidadãos em se imaginarem como consumidores de seus próprios “bens-públicos” – entre eles, a segurança e policiamento –, resultou em eventos de conflito e desordem que deixou a polícia britânica numa posição mais visível e politicamente sensível aos olhos do público. Seu papel na supressão de movimentos grevistas e manifestações serviu para corroer a ideia de polícia até então corrente – como um símbolo do consenso e orgulho nacional. Nesta toada, discussões e questões sobre os limites do poder da polícia e a emergência de tecnologias e modelos de policiamento paramilitares tomaram a mídia e as instituições representativas. Do mesmo modo, relações tensas e problemáticas entre a polícia e as classes trabalhadoras foram desenvolvidas durante as décadas de exclusão econômica e política desses grupos, dificultando a acumulação de capital simbólico e assim, de consenso legitimado sobre e a favor da polícia (LOADER e MULCAHY, 2003).

No âmbito da cultura, Reiner (2004) destacou o período de inclusão econômica e unificação cultural vivenciado pela Inglaterra nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, uma fase de estabilização e resignação das relações sociais hierárquicas. Nessa “era

²⁵ “Desacralization thesis” (LOADER e MULCAHY, 2003, p. 3, **tradução nossa**).

de ouro”, o policial era tão bem quisto quanto as profissões usualmente aceitas e respeitadas – como médicos e padres –, fruto da sacralização da polícia britânica como incorporadora da ordem cultural nacional e da harmonia entre diferentes estratos de uma mesma sociedade. Neste sentido, o poder simbólico da polícia era fruto da tradição britânica, alocada em suas representações e práticas (LOADER e MULCAHY, 2003). Entretanto, depois dos anos 60 este mundo desapareceu, dando lugar a uma profunda reconfiguração das relações entre autoridade e identidade, uma “destraditionalização”²⁶, com a queda dos padrões de consenso, aceitação à autoridade e a emergência de um pluralismo individual, que fragmentou a cultura britânica e, assim, alterou as disposições das relações que envolvem a educação, a mídia, raça, gênero, etc. (ibid.). Nessa sociedade pluralista, as demandas dos diversos grupos à polícia acabaram por se tornar mais diversas e muitas vezes conflitantes, o que dificulta a construção de uma ideia de polícia que responda ao público como um todo. Assim como severiza a perda de capital simbólico e legitimidade social pela polícia.

Em uma cultura fragmentada pelo individualismo, a construção de um corpo moral e político comum a todos é uma tarefa tão complexa que impossibilita a polícia se incorporar como um símbolo efetivo de unidade nacional e promoção de uma ordem pacífica (ibid.). Neste caldo, a mídia contribuiu com o processo ao criar um universo imaginário negativo sobre a polícia no período, com programas policiais e noticiários sensacionalistas, em que ela é representada de maneira crítica, salientando seus fracassos e abusos. Para piorar, a partir dos anos 80 a Inglaterra – assim como grande parte do ocidente – também viveu uma crise de criminalidade, que marcou a ascensão do crime como categoria presente na vida cotidiana das pessoas, seja nas relações familiares, seja nas relações institucionais da democracia representativa. Na visão dos britânicos, o crime se institucionalizou, transformando o medo em objeto de preocupação da polícia. Como resultado, a polícia passou a ser percebida como incapaz de responder efetivamente às demandas do público por uma ordem social menos criminal. No vácuo da erosão simbólica da polícia, e da autoridade estatal como um todo, as empresas de segurança privada tiveram caminho aberto, a partir da segunda metade do século passado, para criar e modular as bases de um “novo” mercado, formando as redes plurais de segurança como as conhecemos hoje (REINER, 1992; LOADER e MULCAHY, 2003).

Entretanto, o mesmo processo histórico que baseia a aceção de Reiner também serve para fundamentar oposições à teoria de dessacralização. Afinal, se o mundo está cada vez mais sensível ao crime, às desordens, aos problemas sociais e afins, como a polícia continua tão

²⁶ “Detraditionalization” (LOADER e MULCAHY, 2003, p. 14).

intimamente conectada às noções de segurança, medo, vida e morte da população frente a este derretimento de suas estruturas simbólicas? Para Loader e Mulcahy (2003), as mesmas mudanças históricas descritas por Reiner (2004) podem muito bem ser usadas como argumento contrário, como promotoras do fortalecimento simbólico da polícia como instituição legítima frente as outras. Segundo eles, a partir dos anos 50 a polícia inglesa passou a acumular os poderes de incorporar o discurso popular e a diagnosticar e classificar os problemas sociais. De figuras locais poderosas nos anos 50 e 60, nos anos 70 os policiais eram retratados na cultura britânica como heróis nacionais; o que se alterou no fim dos anos 80, com a elite policial priorizando uma imagem mais corporativa e liberal (LOADER e MULCAHY, 2003). Em resumo: em um mundo de riscos e desconfianças, a polícia continua sendo uma instituição vista como segura e legítima, principalmente em prover informações confiáveis e dar voz aos valores da população – portanto, em direção contrária à ideia de sua deslegitimação.

Invertendo o argumento de Reiner, os autores mostram que nas pesquisas de satisfação pública, a polícia passou longe de sofrer uma corrosão extensa de seu poder simbólico. Pelo contrário, durante os anos 80 os níveis de aprovação permaneceram relativamente estáveis enquanto o Estado se reorganizava e eclodiam muitos conflitos – embora drasticamente menores do que os encontrados nos anos 50. Cerca de 43% das pessoas responderam a um survey em 1989 dizendo que tinham um grande respeito pela polícia britânica. Como uma instituição sob corrosão de sua imagem manteria um grau de confiança tão alto, com quase metade da população consentindo positivamente sobre sua legitimidade? Para os autores, essas perguntas só são respondidas por meio do exame mais profundo das categorias de pensamento das pessoas e de como se constroem as representações públicas da polícia nas estruturas de sentimento dos cidadãos (LOADER, 1997; LOADER e MULCAHY, 2003).

O apego emocional que dá legitimidade ao policiamento público tem, principalmente, um caráter afetivo, no qual as pessoas demonstram um profundo comprometimento emocional, intimamente conectado à própria percepção individual de *self*²⁷. Como destacam Loader e Mulcahy (1997; 2003), o policiamento público parece fornecer uma lente interpretativa sobre a qual as pessoas compreendem seu mundo e sua posição no ordenamento social, construindo a

²⁷ “Si mesmo”, em tradução livre do inglês. Embora o conceito de *self* tenha uma longa história na psicologia, aqui seu significado clássico é suficiente: o conhecimento que o indivíduo tem sobre si próprio. É construído a partir de três experiências: consciência reflexiva (consciência de si); interessoalidade dos relacionamentos humanos (nos quais o indivíduo recebe informações sobre si); e a capacidade de ação individual. Como resultado, este conhecimento do “eu” sobre “si mesmo” tem dois aspectos: a autoimagem (descritivo) e a autoestima (valorativo).

“segurança ontológica”²⁸ das pessoas. Como tal, não pode ser quebrada pela simples apresentação de dados e estudos empíricos sobre a ineficácia da polícia, pois é ela, e só ela, quem tem a autorização social ampla para tratar das emergências cotidianas. Enquanto Reiner (2004, p. 19) define esta carga emocional frente ao papel da polícia em seu cotidiano como um “fetiche” – “a pressuposição ideológica de que a polícia é pré-requisito essencial para a ordem social, e que sem a força policial, o caos vai instalar-se” – Loader (1997) demonstra que a polícia não detém apenas um poder coercitivo, mas um poder simbólico, que reside no âmbito da legitimação de seus serviços: o poder de diagnosticar, classificar, autorizar, e representar tanto indivíduos como a sociedade geral. Esse poder de *nomeação legítima* não é apenas levado a sério, mas tido como certo – o que não significa que a polícia seja incontestada, e sim que parte de uma posição privilegiada no campo de disputas (LOADER, 1997). Aqui é importante resgatar a definição de poder simbólico formulada por Bourdieu:

[...] poder de constituir o dado através de enunciados, de fazer as pessoas verem e acreditarem, de confirmar ou transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização [...] (BOURDIEU, 2000, p. 14).

Tratar a polícia em termos de poder simbólico implica em entender o conjunto de disposições duráveis e acumulativas que conduzem uma grande parte das pessoas a agirem e reagirem de maneiras específicas ao papel e a natureza da polícia (LOADER, 1997; PROENÇA e MUNIZ, 2006). Ou seja, é traduzir seu poder em variáveis subjetivas e objetivas, estruturais e individuais, que se afetam e se constroem mutuamente, o que Bourdieu (1996; 1983) denominou de *habitus*. É essa a noção que Loader (1997) se utiliza para separar as disposições subjetivas sobre a polícia em dois níveis distintos. O primeiro remete ao que Bourdieu denominou de nível “dóxico”, que “refere-se àquelas disposições tidas como certas, geralmente pré-conscientes, que geram e moldam as atitudes, percepções e práticas das pessoas” (LOADER, 1997, p. 4). O segundo nível se refere ao “paleo-simbólico”, caracterizado pelo caráter anterior a qualquer crença ou sentimento: trata-se da construção emocional sobre aquilo que está em jogo (LOADER, 1997; LOADER e MULCAHY, 2003).

Juntas, as duas disposições “habitualmente e inquestionavelmente levam as pessoas a interpretar a conexão entre crime, ordem social e policiamento como óbvia, natural, algo que

²⁸ “Ontological security” (LOADER, 1997, p. 3, **tradução nossa**).

‘não se precisa dizer’” (LOADER e MULCAHY, 2003, p. 43, **tradução nossa**)²⁹. Essa ideia de naturalização do policiamento e da polícia na vida social é reforçada pelo próprio trabalho policial e pelas representações midiáticas sobre essas relações cotidianas. Não é por acaso que filmes, livros e séries policiais são extremamente consumidos no mundo e no Brasil. Essas figuras simbólicas presentes no cotidiano e no imaginário da vida social são os meios para a produção e reprodução das condições e dos condicionantes pelos quais a polícia sustenta sua legitimidade no campo do policiamento e na cultura política da comunidade em que atua. Se a Inglaterra possui Poirot e Sherlock Holmes como personagens policiais clássicos, representando muito do que Robert Peel pregou para a polícia londrina: a inteligência operacional aliada à ética cidadã; no Brasil, onde estes personagens também fizeram grande sucesso, a polícia é corriqueiramente representada por traços autoritários, violentos, corruptos e/ou machistas – com algumas exceções. Destacar estes traços não significa qualificar a avaliação policial como negativa. Como expressa a famosa frase de Bourdieu: não existe poder simbólico sem o simbolismo do poder; a imagem autoritária cercada de excessos, o comportamento violento e descontrolado, geralmente (des)regrado por paixões ou irracionalidades anti-heroicas dignas de soldados romanos, conformado por um imaginário conservador da ordem social, são valores positivos que encontram legitimidade para recortes da população.

Infelizmente, não há um trabalho no Brasil sobre o tema em específico, por isso, as características elencadas acima não são fruto de apreciação empírica. Na verdade, descrevem o personagem de Capitão Nascimento, famoso nacional e internacionalmente pelos filmes “Tropa de Elite” (2007; 2010). Baseado em experiências reais dos policiais do BOPE (Batalhão de Operações Especiais do Rio de Janeiro), a personagem representa a lógica da guerra urbana que invadiu as políticas públicas cariocas na segurança e no policiamento, principalmente a partir dos anos 1990 e 2000. Pensado como um anti-herói – ou um vilão arrependido –, representa um pai de família sob o dilema pessoal de continuar na guerra ao crime ou largar os riscos da profissão e atender aos pedidos recorrentes da família. No plano profissional, Nascimento tortura para conseguir informações, atua como justiceiro com poder de vida e morte nos morros, tidos como zonas de guerra, treinando seus comandados para trabalharem como máquinas de matar, frios e certos. Contrariando as expectativas dos próprios criadores, Capitão Nascimento se tornou um verdadeiro herói no imaginário brasileiro (cf. MEDEIROS, 2014)³⁰.

²⁹ “Habitually and unquestioningly lead people to construe the connection between crime, social order and policing as obvious, natural, something that “goes with-out saying”.

³⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhatee/fm2210200705.htm>. <Acesso: 27/01/2021>

Estes casos nos lembram que a violência, principalmente oriunda de autoridades como a policial, pode ser positivamente avaliada pela população, principalmente por aqueles distantes das realidades onde ocorrem. Segundo Silva (2019), a personagem revela não só o ethos policial brasileiro, como capta o “espírito do tempo” da governança da Segurança Pública nos grandes centros urbanos do país. Como destacou Bourdieu (1996), os diferentes campos da vida social são inerentemente marcados por disputas simbólicas entre os agentes neles inseridos. No campo da segurança e do policiamento, o que está em jogo é sempre a proteção de si contra um outro subentendido como perigoso, indesejável:

Falar de policiamento é, por um lado, evocar um lembrete do Outro criminoso indesejável. Como tal, é suscetível de suscitar ... a sensação de que a segurança de alguém é contingente, o mundo social um lugar bastante frágil e preocupante. No entanto, a ideia de policiamento [público] também traz à tona as sensações de ordem, autoridade e proteção; torna possível que as pessoas acreditem que existe uma força poderosa para a boa posição entre elas e um mundo anárquico. (LOADER e MULCAHY, 2003, p. 43-44, **tradução nossa**).³¹

Para Loader (1997), os dois níveis, em conjunto, permitem pensar em pré-disposições que fazem com que, quando as pessoas pensam em crime e ordem social, instintivamente conectam estas ideias à polícia – o que Bourdieu definiu como uma categoria de pensamento não pensada. O poder simbólico da polícia nos fornece uma base para compreender por que as atitudes do público em relação à polícia são frequentemente marcadas por emoções e fantasia sobre sua função, o caráter afetivo destas atitudes e por que mesmo com inúmeras notícias e eventos negativos, o imaginário público sobre a polícia pública britânica permanece (LOADER e MULCAHY, 2003). Uma visão idealizada da polícia voltada para o bem-público (nível dóxico) é vista como lutando e procurando conter um mal desconhecido, imprevisível e demonizado (nível paleo-simbólico ou emocional). Nestes termos, a conexão entre polícia e ordem social é clara (LOADER, 1997).

O policiamento se posiciona entre a ação instrumental e as rotinas emocionais e ritualísticas que afirmam a certeza e valor da ordem social e da polícia como sua guardiã. Neste sentido, investigações orientadas em compreender as formas simbólicas de constituição do policiamento, sob contextos sócio-históricos específicos, devem ser efetuadas para o desenvolvimento dessa agenda de estudos. Este trabalho pretende contribuir neste intuito,

³¹ “To speak of policing is, on the one hand, to conjure a reminder of the undesirable, criminal Other. As such, it is apt to prompt ... a sense that one’s security is contingent, the social world a rather fragile and troubling place. Yet the idea of policing also brings to the fore sensations of order, authority and protection; it makes it possible for people to believe that a powerful force for good stands between them and an anarchic world.”

procurando compreender as representações simbólicas sobre a Polícia Militar na Região Metropolitana de Vitória/ES. Da mesma forma em que Loader e Mulcahy (2003) estão preocupados com o relacionamento entre policiamento público e a cultura britânica, pretendendo compreender como e por que o policiamento contribui para a produção e reprodução da cultura, e de modo inverso, como os modos de vida formam e conformam os serviços prestados pelos agentes da lei. Este trabalho pretende tratar a realidade brasileira atentando-se para as especificidades da relação entre polícia pública e a população em nosso país, além das condições objetivas – que se referem ao espaço e contexto social em que habitam – e subjetivas dos discursos e interesses políticos que as nossas polícias concentram e expressam no cotidiano.

Na próxima seção, resgatamos alguns aspectos-chaves das organizações policiais brasileiras, especialmente as polícias militares e a Polícia Militar do Espírito Santo. Ela nos dará as características básicas das culturas e práticas que envolvem a polícia no cotidiano de nossas grandes cidades.

2.6. A IDEIA DE POLÍCIA NO BRASIL

O ponto introdutório para se compreender a(s) polícia(s) no Brasil é a divisão de suas funções. Aqui, as atividades de patrulha e registro de ocorrências são responsabilidade das Polícias Militares; enquanto a investigação dos delitos e o atendimento ao público nas delegacias é função das Polícias Civis. Ambas são corporações estaduais, de modo que o país conta com 27 Polícias Militares e Civis. No Brasil também existem a Polícia Federal, encarregada de tarefas de polícia judiciária, e as Guardas Municipais, que respondem às prefeituras. Embora tenham suas atribuições específicas, na prática, os limites de atuação das instituições policiais são pouco claros e quando existem, nem sempre são respeitados por seus profissionais. Exemplos comuns são os conflitos recorrentes – que já foram piores – entre a Polícia Militar e a Civil, já que não raro a primeira atua em demandas de investigação ou a segunda em operações ostensivas. Dito isso, o que nos interessa aqui é o fato de que quando se fala da polícia responsável pelo policiamento ostensivo e administração da paz social, no Brasil, está se falando das responsabilidades exclusivas das Polícias Militares, atendendo às chamadas pelo famoso “190”. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2018 o Brasil tinha 462.432 policiais militares, número maior do que a soma de todas as outras forças públicas de segurança.

Essas atribuições foram oficializadas pelo Decreto-lei nº 66.862/70 como parte da última grande transformação das estruturas policiais do país, durante os anos de chumbo da ditadura militar. Entretanto, a Polícia Militar não nasceu nem se resume às idiossincrasias adquiridas durante o regime (1964 – 1985). É uma instituição centenária, que remete à chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808, embora a historiografia brasileira sobre as polícias considere que elas nasceram e se desenvolveram apenas no século XIX, marcadas principalmente pela indisciplina, amadorismo e sob condições precárias de trabalho. Deste modo, se consolidou no período como um agente muito presente no cotidiano das populações urbanas, mas pouco transformador. Disputando – ou aliando – sua autoridade com os coronéis, muitas vezes os policiais eram responsáveis por criar tensões entre os níveis locais e nacionais de poder. Como se vê, a avaliação dos policiais da época já demonstra a pauperização e desprestígio da atividade (BRETAS e ROSEMBERG, 2013).

Alguém pode estar se perguntando: então a polícia no Brasil – ou pelo menos a do Rio de Janeiro –, é mais antiga que a própria polícia de Peel? Sim e não. Sim porque o desembarque da coroa em terras tupiniquins não deixa de ser a raiz da nossa administração policial. Entretanto, não pode ser comparada à “Nova Polícia” de Londres pois a modernização do policiamento é inerente ao processo de transformação da própria ordem social, de instituição de uma governança política pretensamente pública, que enquanto tal, só é possível em repúblicas representativas. Uma polícia que atenda a estes requisitos mínimos, portanto, não pode se situar na monarquia absolutista de D. João. Só poderia ser encontrada a partir da Primeira República (1889 – 1930), embora se apresente de maneira mais clara apenas com as reformas modernizantes pós-Estado Novo e o período democrático pré-1964. Ainda assim, é interessante sustentar o primeiro recorte, pois nos apresenta o início do processo de autonomização política das polícias brasileiras, que se deu ainda no período regencial. Durante o século XIX, na medida em que as polícias se expandiam para cidades do interior, maior também era a autonomia frente aos governos locais, do Império e até mesmo frente ao judiciário – nas palavras de Bretas e Rosenberg (2013, p. 169): “instituíam-se, embora obliquamente, um embrião de burocracia moderna que obstinava diante da politicagem.”

Se definir o nascimento e contexto da “polícia moderna” no Brasil é uma tarefa aos historiadores, aos sociólogos cabe o desafio de compreender a estrutura e o sentido dos desenhos institucionais que as polícias adotaram e que reverberam às relações contemporâneas. Diferente de outras instituições modernas como a própria Polícia Metropolitana de Londres e o Departamento de Nova York (cf. KLOCKARS, 1985), em quase dois séculos de existência,

nossas PMs³² se aproximam mais do tipo ideal de uma corporação militarizada do que propriamente de uma organização policial moderna. Isto significa que por aqui a polícia ostensiva é empregada para fins de defesa e segurança nacional – e não para funções de segurança pública (MUNIZ, 2001). Olhando para o arcabouço legal atual, constata-se como fruto da doutrina de segurança nacional que fundamentou os rumos do país durante o Regime Militar (1964 – 1985), tornando-se lei em 1967³³ – e que ainda vigora pela Lei nº 7170/1983. Essa filosofia talvez seja o traço mais característico de nossas polícias frente às de outros países. Aqui, a tradição policial é se submeter e replicar a estrutura e cultura do Exército brasileiro³⁴, inclusive os simbolismos de seu poder político, presentes desde a organização hierárquica até os uniformes e seus apetrechos:

Assim como no Exército Brasileiro, as PMs possuem Estado Maior, Cadeia de comando, Batalhões, Regimentos, Companhias, Destacamentos, Tropas, etc. Seus profissionais não fazem uso de uniformes como os agentes ostensivos das [...] Guardas Municipais; eles utilizam “fardas” bastante assemelhadas aos trajes de combate dos militares regulares. Nestas fardas estão fixados diversos apetrechos, como uma tarja com o “nome de guerra”, as divisas correspondentes aos graus hierárquicos e outras insígnias referentes à trajetória institucional do policial (MUNIZ, 2001, p. 180).

A submissão ao exército colocou as polícias cada vez mais longe das funções de policiamento urbano de rotina. Foi assim desde seu nascimento, subordinadas ao ministério da Guerra e da Justiça de Portugal: auxiliando o exército na Guerra do Paraguai e nos motins, rebeliões, conflitos fronteiriços e revoltas populares que marcaram o país desde então. Como consequência, as Polícias Militares se constituem como forças especiais do Exército Brasileiro, mais especializadas na proteção e no alcance dos interesses do Estado do que nas funções convencionais de uma polícia uniformizada, ostensiva e civil: administrar e proteger a vida cidadã. Essa tradição pressupõe uma visão ideológica do Estado brasileiro como uma instituição autônoma frente à sociedade civil, ou seja, o Estado não é visto como um produto da vontade de seus cidadãos. Pelo contrário, a sociedade civil é tida como um inimigo em potencial (MUNIZ, 2001).

Além de implementar o famoso ciclo incompleto de polícia, o decreto-lei de 1970 foi responsável pela volta das PMs em atividades de patrulha convencional. Esse retorno às funções de policiamento civil marcou o recrudescimento do controle autoritário do Regime Militar, já

³² Expressão utilizada para designar a Polícia Militar ou seus integrantes.

³³ Decreto-lei 314/67.

³⁴ O decreto-lei nº 192/36 determinou a organização das Polícias Militares segundo as estruturas das unidades de infantaria e cavalaria do Exército (MUNIZ, 2001, p. 180).

que também integrou as PMs às redes de serviços de inteligência e opressão política. No caminho inverso dos princípios das polícias modernas, as PMs voltavam à cena para atender a demanda de militarização e repressão da ordem urbana e civil: “cabia às PMs, ir para as ruas “manter” a segurança do Estado através da disciplinarização de uma sociedade rebelde à “normalidade” e a “boa ordem” (MUNIZ, 2001, p. 183).

Essa identidade ambígua, que fica entre uma polícia patrulheira e uma força militar auxiliar, perpassou o período em que se afastou do policiamento das ruas e se desdobrou nos dias atuais, mesmo depois da Constituição Federal de 1988. Foi apenas com o processo de democratização do Estado e dos serviços públicos brasileiros que se pode compreender o serviço prestado pelas Polícias Militares do Brasil como um serviço de uma polícia moderna e civil – não porque se apresenta assim na práxis, mas porque as condições normativas para tal pretensão estão dispostas. Isto significa dizer que ao contrário de uma polícia antiga e centenária, nossa tradição de pretensão de um policiamento *público* é muito recente. Entretanto, a democratização também representou o início de uma esquizofrenia na identidade da polícia: uma vez que a tradição militar e a submissão ao Exército permaneceram inalterados pelo processo político de 1988, a polícia continuou sob os treinamentos e condições de administrar uma ordem de Estado; e não uma ordem democrática que demanda um policiamento pautado na ética civil. Além disso, a democratização coincidiu com uma maior produção acadêmica voltada para a análise e avaliação das políticas públicas de segurança, principalmente das Polícias Militares, o que escancarou os diversos problemas do nosso sistema de justiça criminal e transformou a “segurança pública” em temática nacional.

A filosofia militar gera outros problemas para além de uma cultura pouco atenta aos direitos humanos e aos valores da cidadania. A verdade é que os princípios militares são contrários aos princípios do policiamento urbano moderno. Na verdade, representa o modelo obsoleto que a polícia surgiu para substituir. O modelo pedagógico militar é voltado para conflitos tradicionais, ou seja, as guerras propriamente ditas. Por isso, os soldados são treinados para o adestramento, o condicionamento e, principalmente, para tomar decisões através de uma cadeia de comando, onde o comandante é quem determina a “missão” – “e missão dada é missão cumprida!”.³⁵ Logo, não é difícil perceber que a vida e os direitos dos cidadãos não são o princípio modular de sua profissão. O princípio é cumprir o objetivo de Estado, nem que para isso direitos sejam desrespeitados ou mesmo vidas sejam perdidas. Portanto, na polícia “militarizada” o maior constrangimento e fator de controle sobre os policiais é a autoridade de

³⁵ Frase que ficou famosa através da personagem do Capitão Nascimento, nos filmes ‘Tropa de Elite’ (2007; 2010).

seu comandante – e não a letra da lei ou a garantia de direitos aos policiados. Como atenta Muniz (2001), a polícia moderna, de modo inverso, nasce exatamente da necessidade de uma força especializada no policiamento urbano e civil, que não esteja sob o comando cego de um “guerreiro” que é forjado para “neutralizar seus inimigos”.

Muniz (1999) foi uma das pioneiras nos estudos sobre identidade e cultura policial no Brasil. Etnografando a Polícia Militar do Rio de Janeiro, descobriu que a instituição tem como traço cultural central o senso de missão, de hierarquia e disciplina, tal qual o modelo militar. Nos quadros mais baixos, ou seja, na burocracia de rua da PMRJ, predominavam a solidariedade interna, a suspeição, cinismo, estigmatização, pragmatismo, machismo e a valorização de símbolos masculinizados como a ação, a virilidade, juventude e coragem. A adesão a valores da cidadania e dos direitos humanos, por sua vez, é negativa, muitas vezes compartilhando ideias concorrentes, principalmente ideologias autoritárias. Resultados parecidos foram encontrados por Beato (2008), que estudou a Polícia Militar de Minas Gerais. Através de metodologia de survey, encontraram uma antinomia na identidade policial: a ‘comunitária’ e a ‘tradicional’, a primeira valorizando a interação pacífica com a comunidade enquanto a segunda remete ao uso da força como elemento fundamental da ação policial. Os policiais tradicionais indicaram maior propensão a considerar os direitos humanos negativamente (ibid., 2008). Da mesma forma, Lopes, Ribeiro e Tordoro (2016) também identificaram visões desfavoráveis aos direitos humanos na Polícia Militar do Paraná, dando ênfase à possibilidade dessa cultura ser específica dos profissionais a nível de rua, portanto menos corrente entre os administradores.

Analisando os modos de vida dos PMs, dentro e fora dos batalhões da Polícia Militar do Espírito Santo, Magalhães (2015) observou traços profissionais muito parecidos com o encontrado no resto do país. Segundo a autora, a atividade policial capixaba é caracterizada pela imprevisibilidade, enquanto a cultura institucional é constituída pelos valores militares da hierarquia e da disciplina, que incidem sobre a vida profissional e pessoal dos policiais, de tal modo que ser policial exige um esforço *sui generis*, que nenhuma outra profissão exige. Uma série de regras e códigos sociais que se estendem para além da farda, nas relações comunitárias e familiares – como se intitulou Muniz (1999), “ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”. O policial deve se acostumar a uma vida “atravessada pela cobrança institucional, pelas demandas da população, pelos ideais que buscam alcançar, pelas normas antecedentes e pelo que o próprio trabalhador pensa, espera e concebe como valores do viver junto.” (MAGALHÃES, 2015, p. 100). Pereira et al. (2013) descobriu que a tradição militar não só se mantém como o modelo administrativo da PMES, como as suas características burocráticas, que remetem ao regime

militar, ainda são responsáveis por muitas de suas disfunções. Deste modo, a herança autoritária e a inefetividade da política pública de segurança são fatores correlacionados e importantes para explicar as dificuldades da Polícia Militar do Espírito Santo em atender às demandas contemporâneas.

A ambiguidade de uma polícia de moldes autoritários sob uma ordem democrática ainda se revela nos (poucos) mecanismos de regulação e controle das PMs no Brasil, que atuam ainda hoje sob fundamentos legais que decorrem do código tributário de 1966³⁶ – extremamente vago ao justificar a coerção estatal pelo “interesse público” – enquanto devem prover uma ordem política e proteger direitos que provém do pacto constitucional de 1988. O interesse público contido no código de 1966 é o interesse de um poder de polícia que sirva muito mais como instrumento dos “donos do poder”, do que uma burocracia de atendimento ao público. Permanece até hoje um grande mistério sobre qual a extensão e profundidade não só do poder de polícia, mas do uso da força por instituições do Estado de modo geral. Enquanto nos países anglo-saxões as polícias publicizam seus dados, fundamentos e limites operacionais, para que seu trabalho seja não só avaliado de maneira mais apropriada, como até mesmo facilitado por uma maior conformidade nos encontros com os cidadãos. No Brasil, como alerta Muniz e Proença (2007b, p. 161), não há a expressão clara e inequívoca do mandato policial. O mandato policial é “quase um cheque em branco”.

A Constituição “cidadã” também representou uma mudança na forma como a sociedade e a ciência compreendem a instituição e seus agentes. Com o avanço do conhecimento científico e das tecnologias policiais, o mundo da segurança e do policiamento se transformou profundamente – em termos de filosofia, instrução, treinamento, equipamento, composição, táticas e administração – nos últimos 50 anos. Entretanto, esse paradoxo de uma polícia militarizada em uma sociedade democrática, aliado ao desinteresse político em construir uma política pública de segurança realmente moderna e civil, lhe coloca em uma posição estática e errática frente a este processo global (MUNIZ, 2001). Sem um fundamento legal claro e específico sobre seus limites e objetivos, até mesmo o que se espera da polícia se torna impreciso e assim, suspeito: “não se tem estabelecido no Brasil o que é, o que pode, o que não pode no exercício do poder de polícia. O poder de polícia “acontece” nas ruas.” O resultado é que – a falta do – poder de polícia no Brasil se concretiza no cotidiano a partir da negociação etérea entre os poderes do Estado, os policiais e a própria população. Assim, nosso policiamento

³⁶ Art. 78/1966.

público é perpassado por formas de “convivências, conivências e ilegalidades privilegiadas” (MUNIZ e PROENÇA, 2007b, p. 161-162).

Muniz e Proença (2007) usam da personagem de um “jovem policial”, recém-ingressado na PMRJ, para demonstrar como esses meandros complexos da atividade policial no Brasil se traduzem no cotidiano dos trabalhadores a nível de rua. O policial que ingressa na instituição pelo entusiasmo com as atividades de patrulha, atendimento de emergências, assistência social, inteligência e investigação, logo percebe que todas essas atividades não têm como fundamento ou limite as leis, ou mesmo o bom-senso e a discricção de uma autoridade treinada para a cidadania. A lição mais dolorosa e essencial para este jovem é que o “patrão” da polícia não é o cidadão – e muito menos o Estado: a polícia brasileira tem vários padrões. Mas há um longo caminho até que ele se desencante dos mitos que envolvem o senso comum da polícia. De início, o jovem policial percebe que no comércio das periferias é possível – e até bem visto por seus colegas – angariar as refeições que o batalhão não é capaz de prover. Logo, nota que no mesmo comércio também pode conseguir uma cervejinha depois do expediente ou mesmo alguma peça de carne no açougue, para o churrasco de domingo. Não demora muito até que os mimos e privilégios se estendam a passagens de ônibus, desconto na gasolina ou nos consertos da viatura. Como recompensa tácita, cria vínculos de dependência e de demanda por parte daqueles comerciantes que o serve: uma vista grossa de alguma irregularidade ou crime, uma ‘ajuda’ com aquele moleque que anda entrando nas lojas, ou melhor: aproveita a arma, o colete e o treinamento da PM e passa a fazer “bico” para seus “novos padrões” nos horários de folga da farda.

Se a ausência de um fundamento legal e operacional robusto, que defina a extensão e a qualidade do poder de polícia, é o principal responsável pela ausência de controle externo às atividades de polícia; o bico se revela como uma substância que envenena a *accountability* interna dessas instituições e é reproduzido porque “é necessário e todo mundo faz”, já que o salário oficial é insuficiente e a própria distribuição da carga horária é definida para dar espaço informal a essas atividades. Como declararam Muniz e Proença (2007b, p. 164), o bico faz parte da (falta de uma) política de segurança pública do Brasil: “[...] o bico é tolerado por governos e polícias e, em boa medida, tratado como uma política salarial informal e velada.” Uma vez dentro do sistema do bico, é preciso aceitar também o “bico calado” sobre as redes ilegais de segurança privada, estando o jovem policial impossibilitado de criticar a conduta do colega para não “se queimar” junto – mesmo que tal conduta seja mais grave que o próprio bico.

As relações resultantes do bico se escalam nos grandes problemas da polícia brasileira atual, que se resumem na incapacidade de se operacionalizar controles internos e externos

efetivos. Quais os fundamentos da atuação da polícia? O que ela pode ou não pode fazer? Como é o procedimento padrão de atendimento ao cidadão? Qual o método padrão de abordagem? O que se espera do policial e do policiado em seus encontros? Todas essas perguntas, no Brasil, são difíceis de responder. Significa que os cidadãos não tem parâmetros oficiais/legais para avaliar os serviços da polícia. O iceberg ao fundo do “bico” é ainda maior. Foram alguns destes policiais do “mercado moral e ilegal” da segurança que viram como oportunidade a sua inserção no comércio de drogas e de proteção em bairros de periferia do Rio de Janeiro, dando início às “milícias”, muitas vezes legitimadas pela população pela preocupação com o controle dos “bandidos” (CANO e IOTT, 2008). Também são estes os grupos ou agentes de extermínio que começam a tomar proeminência nas cenas suburbanas das grandes metrópoles, introduzindo para a lógica urbana e paramilitar o princípio de justiça privados e empreendedorismo violento, tão marcantes no processo de formação das diferentes regiões do Brasil, inclusive o Espírito Santo (cf. COSTA, 2015).

Hoje, os tentáculos das “milícias”³⁷ não só se confundem como suplantam os do tráfico, com a diferença que os agentes policiais têm tido grande êxito em galgar apoio comunitário e do sistema político formal a nível regional e nacional. Uma prova disso é que cada vez mais policiais ligados a estes tipos de dominação territorial ou empreendedorismo violento assumem posições nas câmaras legislativas do estado do Rio de Janeiro, concorrendo a eleições e se tornando líderes famosos nas comunidades em que atuam (MANSO, 2020). Aqui se tem outro ponto importante do descontrole das polícias no país: diferentemente até mesmo dos militares do Exército, cujo a participação política é proibida, é permitido aos policiais que se afastem das atividades para concorrer a cargos eletivos sob prazos privilegiados de desincompatibilização e afastamento da função, agravada pelo fato de que se perderem no pleito, podem voltar aos batalhões sem qualquer tipo de intermediação ou reserva compulsória – como também é imposto aos militares. O princípio básico de se manter os especialistas e autoridades do uso da força longe da política “palaciana”, no Brasil, parece nunca ter existido de fato. Depois da democratização, cada vez mais as instituições policiais têm servido de palanque e trampolim para carreiras políticas, geralmente oriundas dos próprios batalhões. Nas eleições municipais de 2020 foi constatado um aumento de 39% das candidaturas policiais ou militares se comparado com o pleito de 2016, elegendo ao todo 50 prefeitos e mais de 800 vereadores.

³⁷ O termo, ao mesmo tempo útil para identificar e significar um fenômeno complexo e multiforme, também é inevitavelmente reducionista e estereotipado (MANSO, 2020).

Segundo Renato Sérgio de Lima (FGV/FBSP), nenhuma outra classe de servidores públicos detém tantos privilégios eleitorais como os policiais.³⁸

Em levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estimou-se que o capital social mais íntimo dos policiais – familiares, amigos, filhos e parentes – alcança algo como 18,5 milhões de pessoas no país, quase 9% da população. O potencial eleitoral dos policiais e de suas famílias tem sido explorado e centralizado pelos partidos de direita e centro-direita. Entre 2010 e 2020, mais de 25 mil policiais e militares se candidataram para cargos eletivos.³⁹ Em uma instituição que é historicamente formada por jovens de periferia, em sua maioria negros e pobres, extremamente sucateada e condicionada a buscar auxílio salarial em atividades heterodoxas para a própria disciplina militar e cujo os profissionais são proibidos de se sindicalizar, é bastante natural que partidos e policiais tomem proveito do capital coercitivo e social disponíveis, sem controle, para transformá-lo em capital político e benefício próprio.

A partir do quadro acima, não é difícil entender como as atividades criminosas de grupos paramilitares formados por policiais tomaram tal força que hoje dominam câmaras legislativas e, não raro, ocupam pessoalmente os cargos nos poderes executivos de municípios e estados – como o Espírito Santo: entre tantos exemplos, se destacam Carlos Manato (SD/ES), ex-deputado federal por 4 mandatos consecutivos. Embora não venha dos batalhões, é o político com maior capilaridade entre os policiais capixabas. O grupo político sob sua liderança foi indicado pelo Ministério Público como responsável pela articulação e deflagração do movimento paredista de 2017. Aproveitando a ascensão nos batalhões e na mídia, em 2018 concorreu e foi derrotado no pleito para o governo do estado. Outro ator importante é Capitão Assunção (PSL/ES), oriundo da PMES e filiado a partidos desde 2006, foi deputado federal entre 2009 e 2011, se destacando recentemente como articulador entre o grupo de Manato e o universo das baixas patentes da PMES. Em 2018 foi eleito deputado estadual no Espírito Santo, encabeçando o projeto de anistia aos paredistas logo nos primeiros dias de mandato. A nível federal, o grupo político tem apoio e relações próximas do hoje presidente Jair Bolsonaro (sem partido), representante da ala conservadora da classe militar e com forte apelo nos círculos sociais das baixas patentes das PMs. Mais recentemente e sem relação direta com o grupo citado, o ex-deputado estadual Lorenzo Pazzolini, sob a alcunha de Delegado Pazzolini (Republicanos), saiu do legislativo estadual e alcançou o executivo da capital em 2020. As

³⁸<https://piaui.folha.uol.com.br/policiais-e-militares-elegeram-50-prefeitos-e-807-vereadores/> <Acesso em: 20/01/2021>.

³⁹<https://piaui.folha.uol.com.br/cresce-forca-de-pms-na-politica/> <Acesso em: 20/01/2021>.

polícias estão dentro da política capixaba, e sempre estiveram. Mas, com tanto capital político, por que nem mesmo as condições de trabalho dos policiais foram melhoradas nos últimos 40 anos?

Em resumo, se construiu no Brasil uma terceirização dos profissionais e dos instrumentos de policiamento das PMs, fruto das relações com uma rede informal de interesses políticos e prestação de serviços ilegais e irregulares. Essa privatização beneficia não só figuras externas aos batalhões – como Manato –, mas também líderes orgânicos, como Assunção; que se alimentam das deficiências estruturais e das brechas legais para conduzir os colegas em empreendimentos políticos e/ou criminosos, caso da Greve da Polícia (2017). As articulações com os patrões particulares geram uma sobreposição ao comando das hierarquias oficiais – o cabo que tem muitos contatos com os comerciantes do bairro x, o soldado que arruma um serviço fácil na região y, tem mais capital social e político no interior dos batalhões do que os seus comandantes; ou mesmo os próprios comandantes que se utilizam do status profissional/militar para articular um empreendimento paralelo – envenenando as relações de subordinação e accountability da instituição e transformando os meios de força em mercadoria política. Por dentro, ela se torna um faz de conta, enquanto as redes da informalidade é quem realmente comanda os interesses dos policiais (MUNIZ e PROENÇA, 2007b).

Externamente, a polícia acaba tendo sua imagem manchada pelos inúmeros casos de ilegalidades envolvendo seus agentes, além da convivência cotidiana das classes menos privilegiadas com abusos e a dominação coercitiva dos profissionais “da lei”. No país da carteirada, da autoridade negociada e conquistada no grito, do toma lá dá cá da legitimidade precificada e vendida na esquina, a polícia sofre do que Beato e Ribeiro (2016) denominaram de “fratura de legitimidade”: a incapacidade de atender aos requisitos mínimos de uma instituição que tem como razão de ser a representação da lei, ordem e da segurança pública. O jovem policial, quando menos espera, se vê emaranhado em teias de subserviência voluntária e silenciamento pernicioso, na qual não há saída institucional plausível sem que sua própria carreira esteja acabada.

Se Klockars (1985) encontrou um dilema moral na atividade fim da polícia, justificada pela ética policial, no Brasil o policial já encontra um dilema ético na própria sociabilidade e nas condições precárias de trabalho, muitas vezes caindo na ilegalidade ou na prevaricação mais por necessidade e conveniência do que por perspectiva de grandes vantagens. É preciso esforço e rigidez para escapar das amarras da convivência em um ambiente naturalmente tóxico a qualquer pretensão de institucionalidade/adequação a procedimentos e normas.

Ao nos voltarmos ao cotidiano deles, além do paradigma militar, as polícias brasileiras sofrem com o paradigma criminal, que incide especialmente sobre os treinamentos dos agentes. Há uma sobrecarga de carga horária das disciplinas de legislação e processamento criminal, em detrimento de mais horas voltadas para a capacitação do uso proporcional de força, táticas e estratégias de interação comunitária, e outros saberes e práticas igualmente – ou até mais – importantes para um policial do que um exímio saber jurídico e legal (MUNIZ, 2001). Como discutimos nas duas primeiras seções, o trabalho do policial a nível de rua, o patrolheiro, é responsável por atividades de atendimento a ocorrências/emergências que estão ocorrendo ou já ocorreram, em um mandato executivo da lei, dando soluções provisórias e iniciais para, se necessário, encaminhar os tramites burocráticos de persecução penal. Dito de outro modo: para o trabalho policial é muito mais importante a rapidez e o discernimento para tomar boas decisões frente a toda e qualquer forma de crise do que a capacidade de enquadrar atitudes e comportamentos como crimes ou não. Pois sabemos também que o patrolheiro raramente lida com crimes propriamente ditos, e quando lida, a racionalidade jurídica é um instrumento extremamente limitado, secundário (ibid.).

Essa sobrecarga de treinamento jurídico gera consequências na entrega dos serviços da polícia. Segundo Muniz (2001), esses agentes de patrulha urbana saem dos treinamentos carregados de um imaginário excessivamente penal, tão preocupados em enquadrar condutas criminosas a todo alarme, que logo a instituição é percebida e identificada pela população como suspeita ou “ilegal”. Frente a um ensino precário no interior dos batalhões, é comum que policiais busquem especialização nas universidades ou institutos de pesquisa: ou seja, até mesmo o ensino e a especialização profissional é terceirizada – relicário de privilégios e demarcadora de status no interior das PMs. É o caso do uso do título de bacharel em direito, recorrente entre os profissionais da Polícia Civil e Militar, para equiparar salários de patentes baixas com os quadros superiores da instituição. Mais um fator de desequilíbrio para a hierarquia e controle interno da polícia. Numa instituição militarizada e profundamente moralista, a imagem e legitimidade de um comandante que ganha salário menor que seus comandados provavelmente não é muito positiva.

Tão logo o policial percebe os dilemas imorais de sua profissão, também entende por que para uma grande parcela da população são “mais temidos do que confiáveis” (BEATO e RIBEIRO, 2016, p. 176). A polícia de modo geral é vista como ineficaz e ineficiente, principalmente pela constante veiculação de notícias nas mídias sobre crimes e ilegalidades cometidas por seus agentes. Segundo o Atlas da Violência de 2019, policiais militares e civis mataram 6.220 pessoas no Brasil em 2018. A violência policial chama a atenção pela

vitimização de negros e jovens. A cada 100 mortes violentas registradas no Brasil em 2018, 11 foram cometidas por policiais, o que resultou em uma média assustadora de 17 mortos por dia. Desses mortos, 99,3% eram homens, 77,9% tinham entre 15 e 29 anos e 75,4% eram negros (CERQUEIRA et al., 2019). A falta de parâmetros legais claros e publicizados e de controle interno e externo sob os profissionais, gera um quadro político de onde até mesmo a responsabilização dos policiais se torna mercadoria política.

Em artigo publicado no primeiro número da revista *Preleção*, da PMES, Proença e Muniz (2007c) discorrem exatamente sobre a responsabilização dos profissionais da PM. Sob a frase comum nos círculos da segurança pública “o policial não tem responsabilidade só tem culpa”, os autores argumentam que a responsabilização policial no Brasil “acontece”, no sentido de que na percepção das autoridades a responsabilização pode atingir qualquer um, independentemente de sua atitude e conduta. Como um lance de azar, ou um mal que todos sabem que existe e é natural que faça vítimas aleatórias, a depender não da letra da lei e dos comportamentos dos agentes, mas de vontades e contingências políticas, exteriores. Bittner já destacava como a polícia pode ser (e geralmente é) imaginada e representada como uma instituição naturalmente e intrinsecamente corrupta. A saída para controlar este problema do trabalho policial – afinal, um trabalho policial bem feito não rende capas de jornal, ou mesmo chama a atenção da vizinhança sobre a ocorrência –, é a prescrição de parâmetros operacionais claros e publicizados, além de controles interno e externo dos agentes, premiando os policiais que se adaptam a estes fundamentos e limites, e excluindo/responsabilizando os que não correspondem ao acordo.

O problema é que, como mostramos nesta seção, no Brasil não existe clareza sobre os parâmetros legais, operacionais e de responsabilização das polícias. Proença e Muniz (2007c) expressam as consequências, para o cotidiano do trabalho policial e da democracia brasileira, deste quadro de incertezas institucionais e medos/traumas populares, com a responsabilização sendo decidida “a posteriori”, de acordo com repercussões e pressões políticas de cada caso:

Sem clareza sobre quem é responsável pelo que o(a) titular do executivo não tem como saber o que é ou não de sua responsabilidade política; a polícia não tem como saber qual é a sua responsabilidade profissional, o que pode ou não fazer; o(a) cidadão(ã) não tem como saber o que esperar e como agir diante da polícia – nem o que almejar, cobrar ou creditar ao(à) governante. Esta situação gera incerteza. Esta incerteza expressa riscos. Estes riscos produzem insegurança em todos os atores. O(a) cidadão(ã) sente-se inseguro(a) diante da sua polícia; a polícia insegura em sua ação; o(a) governante receoso do desenrolar, dos resultados e das consequências de qualquer atividade policial; os parlamentares, temerosos do conteúdo de suas deliberações e inermes em seu papel fiscalizador; o Judiciário, incapaz de avaliar o mérito de qualquer conduta ou produto da ação da polícia. Que gestão policial é possível quando policiais, cidadãos e autoridades podem ver-se sujeitos ao que parece

ser moralmente válido, ou politicamente útil, ou que simplesmente reflita os preconceitos de um grupo diante de uma dada circunstância? Uma responsabilização policial a posteriori é contraditória com a própria ideia de democracia, porque ela é inconstante, imprevisível, injusta e discriminatória. Compromete-se, com isso, o principal mecanismo democrático de sustentação da ordem pública e do respeito às leis: a auto-regulação social induzida pela confiança pública na polícia. É neste contexto de responsabilização precária que se pode compreender o jargão comum entre policiais de que a polícia serviria como a “Geni da administração pública”, uma espécie de “elemento suspeito” a priori, sob o qual se expiam as culpas porque seria boa para apedrejar, seria boa para cuspir. A precariedade da responsabilização policial induz, favorece e facilita a instrumentalização política da organização policial e a mercantilização das atividades de policiamento. (PROENÇA; MUNIZ, 2007c, p. 59, 60)

O quadro da legitimidade e imagem da polícia no Brasil se mostra como um ponto nevrálgico para as políticas públicas de segurança nos próximos anos, embora o tema ainda seja pouco estudado no Brasil (MUNIZ; CARUSO e FREITAS, 2018). O desafio de se analisar essas relações da polícia com a comunidade de maneira mais objetiva e direta tem ganhado força na bibliografia internacional. No Brasil, o estudo das representações sociais é bastante capilarizado, embora esteja voltado para os processos mais amplos da violência urbana – e não sobre a polícia. Na próxima seção, são resumidas as contribuições destas bibliografias para este trabalho, de modo que possamos depois compreender a metodologia que guiou a discussão sobre a ideia de polícia em Vitória/ES.

2.7. LEGITIMIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: OPERACIONALIZANDO A IDEIA DE POLÍCIA

Como atenta Muniz e Proença (2014), a dupla face do consentimento – a letra da lei e a legitimidade perante a comunidade – são as variáveis que conformam e indicam o lugar da polícia no interior de uma comunidade política. Nas décadas de 80 e 90, o campo do policiamento sofreu grandes mudanças, com destaque ao processo de fortalecimento dos mercados de segurança e proteção, que foi acompanhada pela bibliografia especializada principalmente a partir século XXI. Entretanto, como notaram Loader e Mulcahy (2003, p. 49), até o início dos anos 2000 a sociologia do policiamento ainda engatinhava na produção sobre significado cultural e o apelo emocional/sentimental do policiamento. Observando a mesma lacuna, Proença e Muniz (cf. 2006, p. 243) atentaram que os estudos sobre polícia estavam focados na compreensão da práxis policial, negligenciando o modo como a polícia é socialmente significada. Ou seja, até meados do início deste século, se sabia relativamente pouco sobre como a polícia é percebida por diferentes grupos sociais e como sua capacidade expressiva se relaciona com a efetividade e legitimidade de seus serviços.

Principalmente a partir das contribuições de Loader em debate com Reiner (1992), a questão da legitimidade da polícia e seu valor cultural passou a figurar com mais força na agenda internacional da criminologia e dos estudos sobre policiamento. No interior desta agenda nascente, Tyler (2004) contribuiu com o conceito de legitimidade policial sob as lentes da Teoria da Justiça Procedimental (Procedural Justice Theory – PJT). Nesta perspectiva, a legitimidade é uma espécie de propriedade (ou capital) possuída pela autoridade, que é acumulada na medida em que convence as pessoas a acreditarem em sua própria autoridade e que suas ações estão baseadas em valores corretos e procedimentos justos. Deste modo, a confiança normativa na polícia é baseada em uma crença positiva e intencional sobre o direito de tal autoridade exercer poder. O principal mecanismo para alcançá-la é através da internalização de valores compartilhados e da ideia de que aquela autoridade é moralmente apropriada (TYLER, 2004; cf. TYLER, 2006).

O conceito de legitimidade da polícia - e no sistema criminal como um todo - se transformou em um fator importante para compreender e até mesmo prever atitudes e comportamentos de pessoas ou grupos perante às autoridades, a lei e até mesmo o crime (MARTIN; BRADFORD, 2019). Entretanto, Bottoms e Tankebe (2012) ofereceram uma contribuição importante para o modelo, ao acrescentar mais um agente na equação. O argumento é que o modelo de Tyler tem um foco excessivamente exclusivo na avaliação do público sobre a polícia, deixando de lado as estratégias e cultura das próprias autoridades e como elas podem refletir e modular as próprias avaliações. Para uma compreensão mais completa do fenômeno sociológico da legitimidade, é necessária atenção às formas como a polícia reivindica e justifica a sua autoridade perante a audiência, e como a audiência assimila e reproduz essas comunicações. Dito de outro modo, quais são as rotinas, símbolos, relações, comportamentos e instrumentos que as autoridades reforçam ou utilizam para comunicar seu lugar de polícia, como elas afetam a audiência de tal forma que altera o “resultado final” de sua legitimidade cotidiana perante a comunidade.

Sob esta perspectiva mais ampla e dialógica, a resposta do público tem o poder de motivar a autoridade – ou o tomador de decisões – a ajustar seus atos e reivindicações de acordo com as demandas da audiência. Assim, o mútuo reconhecimento entre o público e a polícia resultará na produção de uma linguagem em comum. A legitimidade, neste sentido, é resultado de um ajuste discursivo e simbólico entre os agentes. Como um fenômeno não estático, está sempre em disputa no interior do campo do policiamento, de modo que seus processos e consequências são fruto de arranjos fluídos, em constante negociação e transformação. Assim, sob um modelo dialógico, os autores argumentam conseguir uma maior aproximação das

realidades empíricas, tanto das reivindicações, como das respostas, captadas em contextos sociais específicos (BOTTOMS e TANKEBE, 2012; MARTIN e BRADFORD, 2019).

Conforme Huq, et al. (2016), os trabalhos sobre legitimidade da polícia baseados na Teoria de Justiça Procedimental têm se constituído como uma agenda internacional robusta, desenvolvendo-se não só na Grã-Bretanha, como também na África, Israel e Ásia. Na América Central e Latina essa agenda não tem recebido grande atenção, incluindo o Brasil (OLIVEIRA, ZANETIC e NATAL, 2020). Desta agenda internacional, extraiu-se basicamente três conceitos que foram operacionalizados na análise dos discursos desta pesquisa. Eles se encontram em um universo dimensional voltado para compreender a percepção dos entrevistados sobre o comportamento dos agentes da polícia. No fim, essas variáveis correspondem à confiança na polícia e a adesão ao simbolismo de seu poder, no sentido de julgamentos sobre as capacidades e intenções dos agentes para cumprir o que é esperado e/ou valorizado pelo indivíduo, que a avalia por sua função social como profissional e autoridade. Essas avaliações moldam a forma como ela recepciona e interage com a instituição, tal qual em casos cotidianos como reportar um crime ou se submeter à uma revista. Os três conceitos utilizados são: i. efetividade; justiça – procedimental e distributiva; e confiança – instrumental (preocupação com a vitimização) e expressiva (moral; medo) – (TYLER, 2006; JACKSON; BRADFORD e STANKO, 2009). A Figura 1, a seguir, define e resume essas variáveis conceituais.

Quadro 1 – Variáveis de análise dos discursos sobre a confiança e avaliação da polícia

Efetividade	Focado na prevenção, capturando criminosos e respondendo rapidamente as emergências. É a variável independente clássica nos estudos sobre polícia (TYLER, 2006). A polícia é eficaz e/ou eficiente? Atende as expectativas do público (quais)?	
Justiça	Procedimental	Formas de relação entre policiais e cidadãos ao nível interpessoal e de como tomar decisões que interferem na ordem da comunidade (TYLER, 2006). Como os cidadãos se veem tratados pela polícia? Como a polícia trata os cidadãos?
	Distributiva	Sobre a distribuição dos recursos de policiamento entre os diferentes grupos/regiões (TANKEBE, 2013). A polícia trata pessoas de grupos/classes distintas da mesma forma? Trata minorias e grupos étnicos de forma justa?

Confiança	Instrumental	Concebe a polícia voltada para a anulação dos perigos do crime ou vitimização. Vê a polícia engajada com a comunidade sob termos objetivos de proteção e sensação de proteção da vitimização.
	Expressiva	Direção da polícia para os problemas morais vistos como importantes para a comunidade. Ou seja, a polícia como uma “guardiã moral”. Os indivíduos compreendem a polícia e seus objetivos operacionais sob estruturas morais.

Fonte: Elaboração do autor.

A partir destas variáveis, podemos compreender os sentidos que estruturam e fundamentam a sensação de (in)segurança, a (des)confiança sobre os servidores públicos; o tratamento das políticas e dos agentes de segurança e de policiamento no cotidiano das comunidades, etc. Estes saberes e conhecimentos, por sua vez, são fundamentais para a elaboração e avaliações de políticas públicas de segurança e policiamento mais eficazes e eficientes. Seja na agenda bourdieusiana de Loader e colegas (1997; 2003; 2007); no resgate a Bittner de Proença e Muniz (2006), ou na agenda pós-Tyler (2006); também estão presentes os mesmos fundamentos e desdobramentos teóricos: o foco nos condicionantes ideológicos e nas expressões simbólicas e discursivas dos laços de confiança e submissão que envolvem tanto a economia “das práticas”, como das trocas simbólicas entre polícia e cidadão.

No Brasil, os estudos sobre o âmbito subjetivo das relações da segurança pública têm como referência Maria Stela Grossi Porto (UnB). Inserida no ramal teórico da criminologia neo-durkheimiana das Representações Sociais (R.S.) (cf. PORTO, 2009), encontra forte ressonância na bibliografia até agora discutida neste trabalho. Para ela, a sociologia das representações sociais busca “a compreensão de como crenças, valores e normas desempenham uma função prática de orientação de condutas e contribuem para a constituição da realidade da qual [os indivíduos e grupos] se ocupam” (ibid., p. 647). Ao aproximar a perspectiva funcionalista da abordagem compreensiva, transformando-as em âmbitos distintos do fato social, a teoria das representações sociais se encontra no mesmo pano de fundo teórico de Loader, Proença e Muniz, Tyler e companhia. Ambos ambicionam contribuir para uma sociologia que não está apenas voltada para a ação social, mas principalmente para o seu sentido valorativo e cultural, importantes enquanto princípios que orientam as condutas e percepções

dos indivíduos, os procedimentos das autoridades políticas, e a relação entre público e autoridade.

Entretanto, a produção de estudos sobre as Representações Sociais está muito mais voltada para a compreensão de outros fenômenos da violência urbana, do que propriamente com a representação da polícia frente ao público. Principalmente a partir dos anos 2000, o país teve um interesse crescente de pesquisadores com as especificidades da polícia. Neste movimento, a própria Porto (cf. 2004) se voltou para o estudo das representações sociais dos agentes de instituições policiais. Entretanto, seu foco, assim como da maioria, estava nas representações dos profissionais sobre a violência e a instituição da qual fazem parte, não do público sobre os serviços e a legitimidade da instituição.

O tema da legitimidade e representação simbólica da polícia era e ainda é pouco estudado no Brasil. Destacam-se os trabalhos de Lopes (2010) e Oliveira Jr. (2011) como alguns dos poucos esforços neste sentido. Ambos utilizaram de análise estatística de regressão a partir de amostra censitária de pesquisas de opinião para testar hipóteses que relacionam o nível de confiança na Polícia Militar com a percepção de efetividade e legalidade nos encontros. Os resultados indicam uma relação positiva para ambas variáveis, embora Lopes (2010) tenha salientado cautela com seus achados, pois a desconfiança (2/3 da população indicou não confiar na Polícia Militar) pode ser fruto da cultura arraigada (pessoa aprende desde cedo a não confiar na instituição) e não da experiência individual dos entrevistados. Em revisão da produção sobre a polícia entre 2000 e 2017, Muniz, Caruso e Freitas (2018) destacaram o tema da “confiança, imagem da polícia e relações comunitárias” como um dos menos estudados no período, com apenas 8 publicações captadas.

De certo modo, estamos olhando para apenas um lado da relação de reconhecimento que produz o fenômeno policial nas sociedades contemporâneas. Dizer isso não significa dizer que não há trabalhos sobre o tema no Brasil, que embora escassos, são claramente organizados em torno da agenda das Representações Sociais. Um exemplo de uma proposta parecida com a deste trabalho é a tese de doutorado de Amaral (2012), que analisou as representações sociais da população de Contagem/MG sobre a Polícia Militar de Minas Gerais. Sem um recorte geral predefinido, o autor concluiu que encontrou uma ideia de polícia muito conectada à polícia como instituição, em detrimento dos elementos individuais dos agentes. Entretanto, ao mesmo tempo em que destaca uma boa avaliação com foco em elementos institucionais, destaca elementos que indicam uma apreciação muito mais voltada para a figura dos agentes e suas habilidades individuais, fruto de discricionariedades do que das estruturas e recursos institucionais. Assim, os achados do próprio autor parecem ir contra seu argumento, já que

encontrou desde a categorização da população sobre os bons e maus policiais; muitas manifestações de apreço à estética e postura altiva dos agentes; até discursos sobre a atuação agressiva ou desmedida dos profissionais de rua. Ou seja, parece que elementos individuais e relacionados a postura e a disciplina, característica do militarismo e seus símbolos, foram bem avaliados e são admirados por parte da população. Há também uma visão popular de que a corrupção policial é resultado de um desvio individual e não um problema funcional da instituição; e talvez o mais interessante de todos: a polícia foi definida através dos elementos da arbitrariedade, do uso da força física, e principalmente pelo manuseio de arma de fogo. Todos os elementos citados, presentes na discussão de Amaral (2012), vão contra a sua principal conclusão, mas não deixa de apontar caminhos e balizas interessantes.

Outro achado interessante de Amaral (2012), e que também não é explorado pelo autor, é a ambiguidade com que as pessoas avaliam o serviço prestado pela polícia. As opiniões sobre a instituição se constituem em um espectro complexo e variado, presente não só no interior de uma mesma comunidade, como não raro um mesmo indivíduo é capaz de demonstrar as piores desaprovações junto de demonstrações de solidariedade aos policiais. Quem soube explorar bem a questão, embora não tenha se voltado estritamente para a representação simbólica sobre a polícia, e sim para a representação da violência policial para uma comunidade pobre de Salvador/BA, foram Paes-Machado e Noronha (2002). Alertando a importância da construção de uma relação próxima e pessoal da polícia com as comunidades mais pobres, destacaram uma Polícia Militar da Bahia com dificuldades de acumular capital social na região estudada. O resultado são mais casos de erros operacionais, injustiças procedimentais e relação desgastada com os moradores. A soma de violências por parte dos agentes de segurança e dos “bandidos” do bairro leva ao sentimento de insegurança e inefetividade sobre a polícia, ao mesmo tempo que levanta uma decepção pela expectativa de que a polícia cumpra seu papel social de proteger os cidadãos. Entretanto, muitos moradores que condenam a violência policial, justificam e aceitam, desde que seja voltada apenas contra os “bandidos”, sob o prisma utilitarista do “mal necessário”. Assim, a polícia se torna instrumento político e comunitário de violência “legítima” contra o “crime”, com todos os riscos que essa postura assume no cotidiano das periferias – o que os autores intitularam de “a polícia dos pobres” (PAES-MACHADO e NORONHA, 2002).

No Rio de Janeiro, Souza (2016) analisou as representações sociais sobre as Unidades de Polícia Pacificadora na Cidade de Deus. A avaliação, segundo a autora, em geral foi negativa, com a imagem da polícia e seus agentes associada aos elementos da corrupção e da violência, além do uso de arma de fogo aparecer mais uma vez como definidora da função policial.

Entretanto, a ambiguidade se faz presente de alguma forma, como quando os entrevistados são perguntados sobre como era o policiamento e a segurança antes e depois da presença das UPPs no bairro: as mudanças e melhorias são reconhecidas por parte da população. Em Brasília, Suassuna (2013) analisou a expectativa de reciprocidade por ambos: polícia e população. Utilizando-se da etnometodologia, o autor concluiu que a natureza institucional e burocrática da polícia – geradora de assimetria, alienação e homogeneização das interações – desfavorece a construção da confiança entre policiais e cidadãos. As entrevistas mostraram que os policiais expressam mais a expectativa de reciprocidade do que os cidadãos, o que indica uma disfuncionalidade na reciprocidade entre cidadão-polícia, já que a população não reconhece e valoriza os serviços policiais o tanto quanto estes necessitam e requerem a confiança do público para um trabalho mais efetivo. Para o autor, isso se deve a percepção violenta da instituição (SUASSUNA, 2013).

Dito isso, partimos do pressuposto de que a construção de uma ciência social sólida sobre a polícia requer não só o estudo dos agentes e instituições policiais, com certeza imprescindíveis, mas também estudos que analisem as formas como as polícias e seus agentes são assimilados, compreendidos, avaliados e legitimados pelo público. De certa forma, a bibliografia nacional deu atenção demasiada a uma agenda de estudos sobre as organizações em detrimento do estudo das relações comunitárias e dos encontros da polícia com os cidadãos. Em resumo: argumentamos que compreender a polícia “por dentro”, enquanto objeto sociológico, necessita a compreensão das formas como suas práticas e culturas são reconhecidas pelo público e como essa percepção é moduladora dos termos e consequências dos encontros. Afinal, se “o fazer policial cotidiano é a expressão pragmática, funcional, utilitária e invasiva de como sustentar o exercício de certos tipos de poder e de autoridade, às regras do jogo democrático”, é essencial que os holofotes estejam em ambos os lados, da instituição e do público que demanda e experiencia seus serviços. Desta forma, tratar da prática policial é também tratar das consequências duradouras e subjetivas das intervenções policiais em uma sociedade democrática (MUNIZ; PAES MACHADO, 2010; MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018, p. 156).

Este trabalho procura compreender como a polícia pública é avaliada, representada e legitimada pelos indivíduos a partir de suas experiências, memórias e sentimentos referentes ao seu contexto socioespacial e das relações com a referida instituição. Cada termo remete a nomenclatura presente nas bibliografias utilizadas para construir a abordagem teórico-metodológica: “representação social” é utilizada principalmente nos estudos sobre percepções da violência no Brasil (cf. Maria Grossi Porto); “legitimidade policial” é utilizada pela literatura

internacional contemporânea, principalmente nos estudos sobre legitimidade a partir de Tyler (2006). Ademais, Proença e Muniz (2006) utilizam o termo “confiança” e o conceito acumulativo de “credibilidade” para definir a ideia de polícia enquanto processo. Nesta pesquisa, compreende-se que os termos/conceitos são, em grande medida, redundantes, descrevendo o mesmo fenômeno sociológico sob contextos e perspectivas diferentes – porém, complementares. Para evitar uma eventual limitação analítica por mero preciosismo teórico-metodológico, optou-se por utilizar os três termos como correlatos ou sinônimos.

Visando um estudo de caso propício para a análise da ideia de polícia no Brasil, optou-se por aproveitar-se das experiências de uma população que não apenas se relacione cotidianamente com a polícia – o que qualquer cidade oferece. Mas uma região que vivenciou e assimilou as consequências da *ausência* da polícia: a região de Vitória/ES. Como a atuação da Polícia Militar – responsável pelo policiamento ostensivo e emergencial – é representada e legitimada pela população? Como se estrutura a ideia de polícia para a sociedade capixaba – em referência simbólica à (expectativa de) sua efetividade no controle do crime, ou ao quanto ela defende os valores, sentimentos e expectativas compartilhados pela(s) comunidade(s)? Ao responder a essas questões busca-se contribuir para a literatura especializada sobre polícia tanto por meio de uma análise que valorize a dimensão simbólica da polícia e do policiamento nas sociedades contemporâneas, quanto por meio da exploração qualitativa das consequências de uma greve policial no país, que é um tipo de evento raro que vem sendo estudado majoritariamente de forma quantitativa/estatística, ou seja, com foco prioritário em captar apenas o papel objetivo/imediato que a polícia desempenha na construção da ordem social.

3. METODOLOGIA

As entrevistas que compõem esta pesquisa foram produzidas na cidade de Vitória/ES, entre os dias 12/01/2020 e 02/02/2020, período do trabalho de campo. Foram pensadas e estruturadas segundo os preceitos metodológicos de entrevista episódica, em que se pretende alcançar os discursos através de um diálogo informal, cujo principal fio condutor são os relatos de eventos experienciados pelos entrevistados (FLICK, 2003). Os entrevistados foram alcançados através do método conhecido como “bola de neve”, ou seja, angariando novos contatos através dos próprios entrevistados. Foram entrevistados no total 7 mulheres e 8 homens; com negros, pardos e brancos entre os entrevistados dos estratos médio e inferior; o estrato superior só contou com caucasianos. A idade variou entre 22 e 70 anos, com média geral de 43 anos (estrato inferior: 40,5; médio: 45; superior: 43). No total, foram 15 entrevistados de 8 bairros diferentes, em três municípios da Grande Vitória/ES. Esses entrevistados foram tipificados em três categorias chamadas de “estrato socioeconômico” – grupos de indivíduos uniformes em sentido econômico, geográfico/espacial e convivência com a violência urbana. O Quadro 1 sintetiza as características dos entrevistados.

Quadro 2 – Entrevistados segundo as categorias de estrato(s) socioeconômico(s). Também são expostos os bairros e a ocupação, quando informada.⁴⁰

Estrato Socioeconômico	Nome	Idade	Bairro	Ocupação
Inferior	Lourdes	70	S. Benedito	Aposentada
Inferior	Fernando	35	Santana (Cariacica/ES)	Líder Comunitário
Inferior	Adriano	35	Cariacica/ES (N.I)	Motorista por Aplicativos
Inferior	Marcelo	22	Centro	Auxiliar de hotelaria (informal)
Inferior	Anderson	50	Território do Bem	Líder Religioso
Médio	Andrea	50	Centro	Gerente Administrativa
Médio	Dandara	60	Jd. Camburi	Funcionária Pública (Saúde – Grande S. Pedro)
Médio	Ivone	60	Mata da Praia	Profissional Liberal (Transporte Escolar)
Médio	Moisés	35	Serra/ES	Servidor Público/Motorista por aplicativos
Médio	João	35	Jd. Camburi	Policia Civil (ex-PMES)
Médio	André	27	Mata da Praia	Professor/Economista
Superior	Heloísa	33	Ilha do Boi	N.I.
Superior	Silvia	60	Ilha do Boi	Arquiteta/Aposentada
Superior	Rogério	45	Ilha do Frade	Advogado
Superior	Amanda	40	Ilha do Frade	Advogada

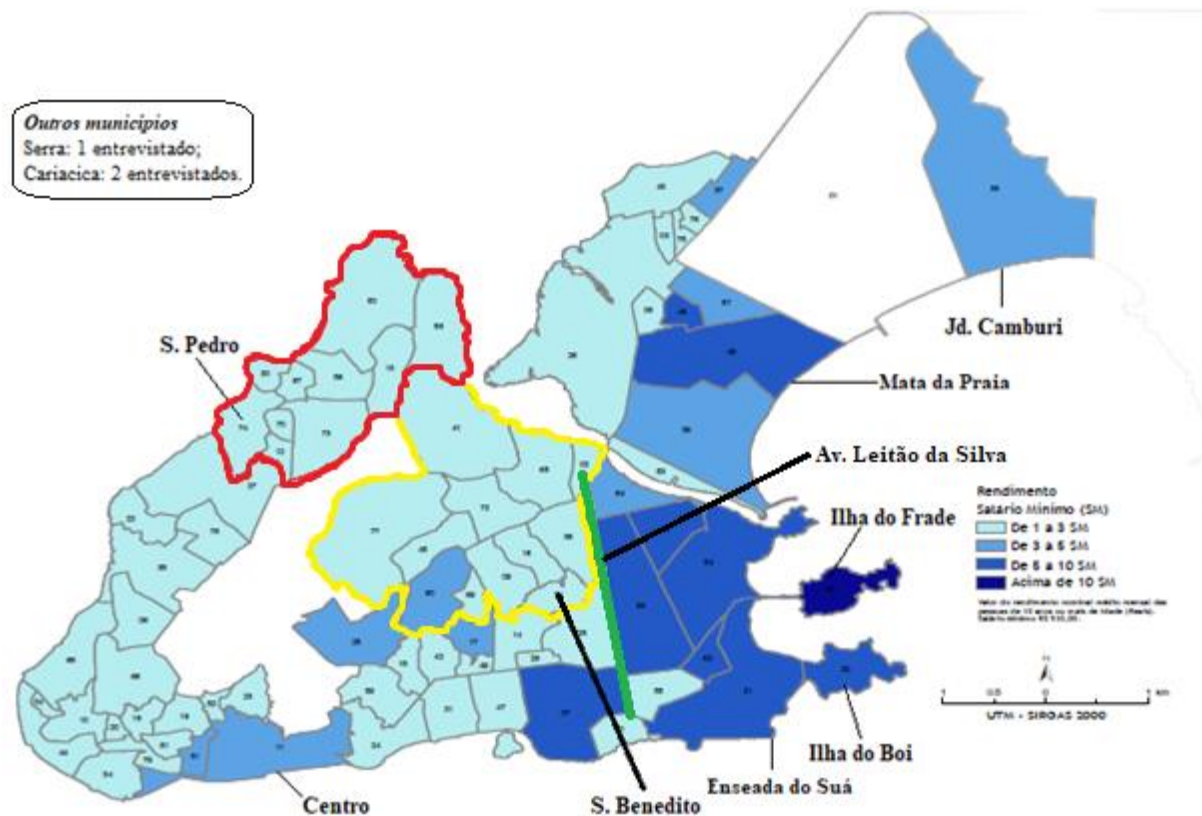
Fonte: Autor.

A Figura 1 mostra o mapa da cidade de Vitória/ES, tomado como base para qualificar o sentido econômico dos recortes de entrevistados. Além da arte referente ao rendimento econômico (em azul), a figura também indica os principais bairros em que moradores foram entrevistados – além dos entrevistados de outros municípios, Serra e Cariacica, de fora do mapa. A zona contornada de vermelho indica a região conhecida como Grande São Pedro. Já a zona em amarelo indica o Complexo da Penha, ou Território do Bem. Elas estão demarcadas para facilitar a apreciação visual da região, que muitas vezes é a referência geográfica de suas populações – sobrepondo os bairros propriamente ditos. O traço verde sinaliza a Av. Leitão da Silva, citada na discussão. As Figuras 2 e 3, por sua vez, apresentam em mapa os dados tidos

⁴⁰ Os nomes dos entrevistados são fictícios.

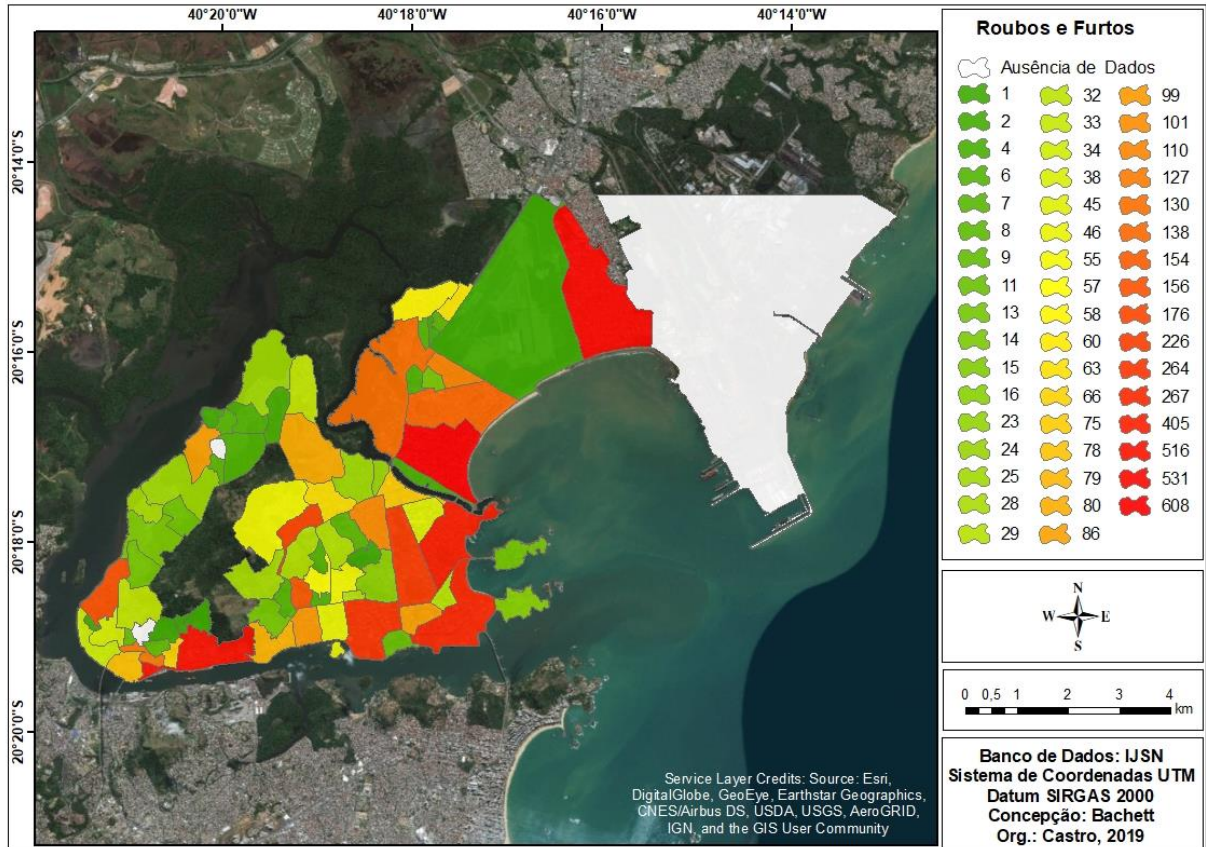
como parâmetro para qualificar a proximidade dos entrevistados com a criminalidade urbana – crimes contra o patrimônio (Figura 2) e contra a vida, os homicídios (Figura 3).

Figura 1 – Bairros/regiões dos entrevistados a partir de mapa de rendimento médio mensal por bairro em Vitória/ES – 2010 (IBGE).



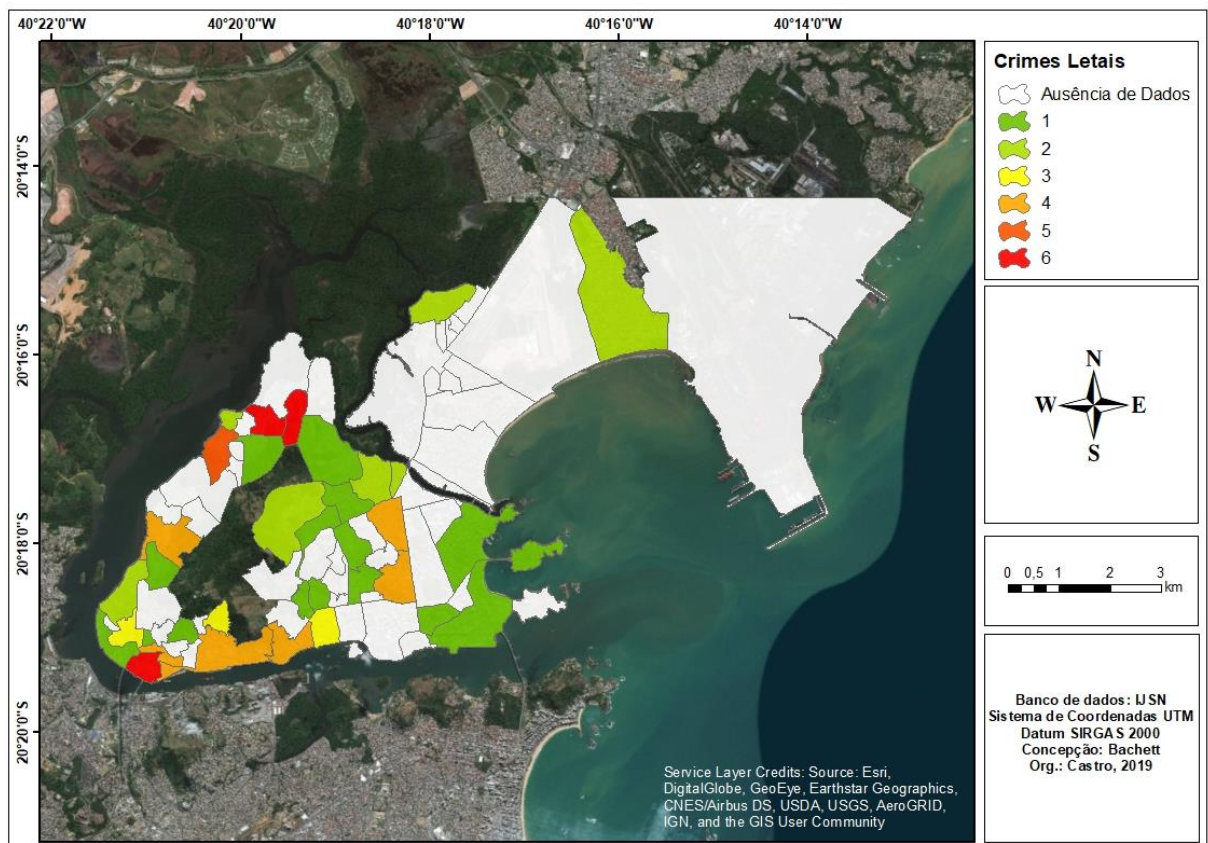
Fonte: Mapa – Prefeitura de Vitória/ES a partir de dados do IBGE (2010). Arte e inscrições do autor.

Figura 2 – Número de ocorrências de roubos e furtos em Vitória/ES no ano de 2017.



Fonte: Dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) disponibilizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP-ES).

Figura 3 – Número de ocorrências de crimes letais em Vitória/ES no ano de 2017.



Fonte: Dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) disponibilizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP-ES).

Cabe ressaltar que foram aproveitados todos os relatos de experiências dos entrevistados e não apenas aqueles circunscritos ao seu bairro ou região em que moram, de modo que a apresentação geográfica dos entrevistados é apenas uma idealização, já que suas experiências e narrativas não se limitam, necessariamente, ao seu bairro/região de origem. Afinal, a vida urbana é móvel – para uns grupos mais, outros menos. A mesma lógica também serve às categorizações socioeconômicas: não é o fato de um indivíduo morar, por exemplo, em São Benedito, que faz dele, necessariamente, de estrato socioeconômico inferior; ou para os moradores da Mata da Praia, que não necessariamente são, todos, de estrato socioeconômico superior. Um exemplo é o de Marcelo e Andrea, que moram no Centro, mas que pelas histórias de vida, foram classificados em estratos socioeconômicos distintos.

Por isso a categorização é, inerentemente, carregada de elementos discricionários do pesquisador, que através de fatores captados em campo (por exemplo: história de vida do entrevistado, ocupação, condições socioespaciais e geográficas do bairro onde mora/frequenta/trabalha), faz a aproximação da realidade com os tipos-ideais que orientaram

metodologicamente a análise. Por vezes, essas condições secundárias acabam sendo chave para uma categorização objetiva de algo tão subjetivo como a captar o contexto da ordem social onde o entrevistado vive e traduzi-lo em três categorias simples – vide Ilha do Boi, que possui uma média de renda mensal igual da do Mata da Praia, por exemplo, mas que como uma “ilha”, detém um privilégio geográfico/securitizante (com apenas uma entrada e saída, naturalmente distante do resto da cidade) que se traduz nos níveis de criminalidade e no cotidiano do policiamento no bairro. Tal argumento é relevante pois é o que explica a importância do prefixo ‘socio’ para a categoria-guia deste trabalho.

A análise do conteúdo das entrevistas, por sua vez, seguiu os parâmetros metodológicos da Análise de Discurso (GILL, 2003) e Representações Sociais (PORTO, 2006). O arcabouço teórico-metodológico que dirigiu a análise de discurso foi construído através das bibliografias especializadas em polícia, policiamento e representação/legitimidade policial, apresentadas no capítulo anterior: i. teoria da polícia/ideia de polícia; ii. pluralismo ancorado; iii. legitimidade policial. A discussão foi dividida em seções que correspondem aos conceitos apresentados na última seção da revisão teórica, no Quadro 1 – efetividade, confiança e justiça.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cada sociedade tem a polícia que faz por merecer. A “melhor” polícia é a que vivifica cotidianamente seus modos de agir, aproximando o que a sociedade deseja que fosse feito em cada situação. Não pode ser diferente. O objeto da polícia é a própria sociedade, que exercita o seu poder de outorgante do mandato policial para demandar as formas, os modos e os meios que deseja na ação das polícias.

(MUNIZ, J.; PROENÇA, D. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 159-172, 2007)

4.1. ESTRATO SOCIOECONÔMICO INFERIOR

Até agora vimos os fundamentos e limites político-operacionais de uma polícia em sociedades contemporâneas. Compreendemos que o que esperamos dela no nosso cotidiano é fruto de um processo histórico de imposição e conformação de uma ordem democrática e republicana, ou seja, uma agência dotada de autoridade requerida em prover um serviço de policiamento voltado ao “interesse público”. Porém, não é nenhum mistério para os brasileiros que as periferias das metrópoles estão muito distantes desta relação ideal entre polícia, ordem social e atendimento ao público. Os grandes bolsões de pobreza também se caracterizam pela acumulação social da violência urbana. Na região de Vitória/ES, não é diferente – pelo contrário, é gritante.

Na ideia de ordem social dos capixabas, há uma clara hierarquia da violência, tanto no sentido de sua incidência – quais regiões são mais violentas do que outras –, mas principalmente sobre quem é violento. As elites e classes médias veem a periferia encrustada nos morros como perigosa; mas “violento mesmo”, para todos – da periferia à elite –, se mostraram as cidades e periferias da Região Metropolitana (principalmente os municípios de Serra/ES, Cariacica/ES, e Vila Velha/ES, mais próximos e populosos, praticamente cidades dormitório da capital). Para quem mora em Vitória/ES, não importa se em um dos morros do “Território do Bem” ou na Ilha do Boi, os municípios vizinhos são considerados como uma espécie de lugar da barbárie, onde é preferível não ir. Fruto do processo histórico de industrialização da região (cf. COSTA, 2015), já faz parte do cenário e do cotidiano da população.

Um dos entrevistados foi um líder religioso que trabalha há décadas em regiões periféricas de Vitória/ES: Anderson. Sabendo que aquela não era a primeira entrevista do pesquisador – e que os turistas geralmente têm medo de subir os morros da cidade –, tratou de definir a insegurança da população que atende e convive com certa ironia, apelando para a sensibilidade de seu interlocutor:

[...] acho que você pode falar isso de per si, né, quando as pessoas falam assim: "olha toma cuidado com isso"; "olha não vai em determinada região" [risos]. "Olha, não fala sobre isso", [...]. É uma população acuada diante dessa insegurança que a gente vive no dia a dia. E o estado ele não dá conta disso, de resolver, porque também, assim, eu vejo que não há muita vontade política para se fazer isso, né? [...]. Então o povo capixaba é um povo amedrontado sim, não tenho dúvida de afirmar isso não. [...]

(Anderson, 50 anos, Líder Religioso, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Em um contexto de medo, a instituição que tem o dever mais imediato de combater/controlar a violência também tem sua ação marcada por ela, principalmente para as principais vítimas desse estigma: os jovens, negros e pobres. “É um estado que vive à mercê da violência e isso interfere em todas as relações, tanto com o poder público, tanto com as forças de segurança, quanto as nossas relações subjetivas também, pessoais, né”, completou Anderson. Um desses jovens, Marcelo, nascido no interior há 22 anos e que já morou nos morros próximos ao centro da cidade, onde morava no ato da entrevista, narrou um pouco da visão que tem sobre a ordem social violenta que o cerca – e o papel da polícia em sua configuração:

De certa forma Vitória é uma cidade até de sorte. Porque eles conseguiram expulsar tudo que eles não queriam, de mais grave que fosse, de Vitória. Então, problema tá lá Serra que foi onde teve muito problema de polícia e, também, a maioria das mortes aconteceram lá. Em Vila Velha e Cariacica, principalmente. [...] Aqui em Vitória é bem tranquilo a atuação dela e a abordagem dela [da polícia]. Você não vê falando que "ah, a polícia fez em Vitória pá, pá, pá". Mas, agora, você já joga ali, da que há 8 quilômetros, na Serra, você já começa ver casos de abuso, começa ver a polícia invadindo a casa das pessoas, e ameaçando as pessoas. Histórias, sabe...

(Marcelo, 22 anos, Auxiliar de hotelaria, Centro/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Os dados realmente mostram que as cidades de Serra, Cariacica e Vila Velha são mais violentas do que Vitória, entretanto, essas subdivisões são significações simbólicas de uma cena violenta fluída, que engloba todos os municípios. O empreendedorismo violento que é alimentado e se conecta – sob a conivência ou conveniência – com o poder estatal, centralizado em Vitória/ES, produz muito mais vítimas diretas e indiretas nos municípios de Serra, Cariacica e Vila Velha, do que Vitória/ES. “Eles matam longe daqui”, narrou Lourdes. Certo é que no interior desta hierarquização ideológica da ordem social, o tráfico é visto em toda a região como o grande produtor de violência homicida.

Adriano, morador da periferia de Cariacica/ES, expressa essa ideia quando discorre sobre esta face simbólica do tráfico, além da lógica espacial da criminalidade violenta:

A visão que eu tenho, da Grande Vitória, é que você tem que separar aqui o tipo de violento, por exemplo: Serra e Cariacica, 90% dos homicídios e tal é em relação ao tráfico de drogas. Então, os bairros mais de periferia, então, Serra hoje saiu [do status de município mais violento da região], Cariacica hoje é a cidade mais violenta. Mas, por exemplo, você vem para cá, para a Praia do Canto, esses bairros mais nobres, você não vê assassinatos, você vê roubos e furtos. [...] Agora, os bairros mais periféricos, aí você tem mortes, morte, morte. [sic]

(Adriano, 35 anos, Motorista, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Entretanto, a violência e coerção do tráfico é apenas uma de suas múltiplas faces simbólicas no cotidiano das periferias: há também a face da justiça, do mercado (de trabalho, dando oportunidades para a juventude excluída; de drogas, vendidas para todas as classes; e da movimentação financeira indireta que alimenta os comércios e igrejas dos morros) e do próprio controle social, na solução para os mais variados problemas da comunidade – desde assistência social até o que seriam assuntos de polícia. Sobre isso, Anderson também narrou um caso singular, que explica como a ordem social das periferias tem, no tráfico, um agente muitas vezes mais presente – e efetivo – do que a polícia ou o próprio Estado:

[...] eu vou contar para você um caso assim: teve um dia que o templo foi roubado de manhã cedo, de madrugada. Roubaram duas caixas de som e entraram no meu apartamento e roubaram um computador. Notebook. [...]. Aí a Polícia Militar foi lá, olhou e tal: "ó, isso daqui não é com a gente não, tem que fazer a ocorrência na Polícia Civil." [...]. Aí o perito tá lá, tira as impressões digitais e tal [...]. Aí ela [a perita] falou assim: "a gente tá fazendo isso aqui, mas é mais um roubo. Isso não vai dar em nada não, não tem nem como investigar isso". Aí falei assim: "Ah é? Você tá falando isso para mim? Tá bom! Eu cumpri com a minha parte, eu chamei a Polícia Militar eu chamei a Polícia Civil... [risos]" - e um coordenador da comunidade estava chegando, eu falei assim: "faz um favor para mim? Passa em todas as comunidades, em todas as bocas, e diz que a Paróquia foi assaltada e que o líder religioso* está muito chateado". Aí falei [para a policial]: "pode deixar que a gente vai resolver do nosso jeito aqui". Isso era uma hora da tarde. [...]. Quando eu cheguei em casa a secretária me ligou: "Anderson, eles trouxeram aqui as caixas de som e o computador e tão perguntando se tá faltando mais alguma coisa".

(Anderson, 50 anos, Líder Religioso, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Ao terminar o relato, o silêncio dominou o escritório onde a entrevista ocorria. Tentando retornar para o fio do diálogo, restou perguntar se isso significa que o tráfico é mais presente do que a polícia na vida da periferia. Anderson sintetiza dizendo que quem comanda e “mantém a ordem funcionando são os generais [do tráfico].” Com mais um caso, dessa vez uma das interações que costuma fazer com os jovens da comunidade em que atua, ele explica a lógica desse domínio – ao mesmo tempo em que demonstra como ele é importante para compreender mais a fundo as representações simbólicas sobre a polícia para essas pessoas:

Se tiram os gerentes das bocas causam o caos, porque às vezes assume um outro gerente que não tem experiência, que não tem traquejo, que não sabe lidar com a comunidade e vira uma guerra na comunidade. Agora, é por que o tráfico quer? Não! É porque o Estado é ausente na vida dos pobres. Eu tinha um grupo de estudos [...] E aí uma das dinâmicas que a gente fez lá um dia foi com jovens, lá da região, né? Nós juntamos esses jovens todos e tal e... para conversar sobre as questões mais relevantes na vida deles, como que é a vida na periferia, o jovem da periferia e tal. E aí, uma das perguntas era assim: "Quais as instituições que eram preponderantes na vida dele nas periferias?". E foi muito engraçado quando eles trouxeram o retorno, porque ficou todo mundo assim assustado, [...] quando eles falaram assim: "As instituições presentes é o tráfico e Igrejas [católica e evangélica]" [...] O tráfico e Igrejas, só! Escola não conta, família não conta, polícia não conta.

(Anderson, 50 anos, Líder Religioso, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Analisar o poder simbólico da Polícia Militar do Espírito Santo neste contexto faz necessário, antes de tudo, demonstrar este esboço mínimo do contexto da ordem social que envolve esta população e suas relações com a instituição. Como as pessoas que vivem a presença do tráfico, os empreendedorismos violentos, a “perversidade” de um Estado que trata e coloca a polícia em seu cotidiano apenas através das “operações” policiais, tão violentas quanto a violência que pretendem findar, avaliam a polícia? O que esperam dela?

4.1.1. Efetividade

Para Lourdes, aposentada e moradora de São Benedito – um dos bairros que formam o Território do Bem⁴¹ – a polícia até “sobe o morro”, mas não sobe da maneira ideal: “aqui no bairro deveria ser melhor a segurança. Não vou dizer que não sobe policiamento aqui não, sobe! Mas só de uma maneira que não atinge os objetivos.” Esses objetivos estão direcionados, basicamente, para a anulação do domínio do tráfico no bairro. De modo que a sua avaliação da efetividade policial se resume na capacidade demonstrada na repreensão do armamento, do uso e venda de drogas, e das festas que o movimento proporciona a poucos metros de sua residência. Para ela, a inefetividade que vê no trabalho policial é o que permite que o tráfico se espalhe e tome conta da região, oprimindo os moradores “de bem”.

A presença da polícia, portanto, se dá de forma esporádica, sem uma presença constante. Quando perguntada sobre a sensação de segurança perante a presença da polícia, a entrevistada não parece querer exatamente uma presença constante, mas o recrudescimento das estratégias

⁴¹ Como a comunidade do “Complexo da Penha” se autodenomina. A troca do nome é um movimento que procura superar o estigma da violência que a região adquiriu, principalmente através da mídia.

que muitas vezes colaboram para aumentar o distanciamento da instituição e a comunidade: a guerra às drogas através das operações. Mesmo com estruturas policiais próximas do bairro, a avaliação é de distanciamento da realidade dos moradores, o que a leva a pensar em convivência dos agentes da lei com o crime.

Eles têm fuzil, eles têm metralhadora, eles têm tudo quanto é tipo de arma. Aí eu pergunto: nós temos uma facção, nós temos uma base policial aqui, em cima da pracinha, e tem outro aqui no ponto final do bairro da Penha, muito próximo; e temos o quartel ali, temos o batalhão, pra cá do quartel.

Entrevistador: E por que você acha que a polícia não combate isso [o tráfico e o Mandela, como é chamada a festa que promovem no bairro e que reúne milhares de jovens]?

Nos bairros [do território do bem], as pessoa tudo reclama essa mesma, esse mesmo problema, porque acho que a polícia é muito conivente [sic]. Porque tinha, eles têm muito, a polícia tem muito a ver, tem com o que acabar com isso aqui - só que não acaba [sic]. Porque nós temos uma base policial aqui pro lado de cima! E temos outra aqui no ponto final, temos ali um quartel, temos aqui no ponto final, por onde você passou você passou por uma base da polícia ali também - e eles vê quando começa a subir gente [sic]. Subir jovem, subir jovem, subir jovem. Por que não... não sobe uns dois camburão e atrapalha a festa? Não deixa começar! Porque depois que começa diz que eles não pode entrar, né? [sic]

(Lourdes, 70 anos, Aposentada, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Durante o trabalho de campo, foi perceptível a ausência de policiamento nos bairros periféricos visitados – Grande São Pedro e alguns bairros do Território do Bem –, enquanto chamava a atenção a presença intensiva de policiamento – viaturas, agentes e estruturas – no entorno destas regiões. O principal batalhão da PMES de Vitória/ES, que ficou famoso durante o movimento paredista, por exemplo, fica ao pé do Território do Bem, onde mora dona Lourdes. Assim, neste conjunto de fatores, a moradora demonstra uma representação do policiamento estatal voltado para a guerra contra os “bandidos”; compreendendo que a inefetividade da polícia neste objetivo é resultado da pouca força empregada pela instituição, além da lentidão e previsibilidade de suas ações. Assim, Lourdes também vê a polícia como principal solução para a criminalidade do bairro. Uma polícia melhor, seria uma polícia ainda mais ostensiva: maior número de agentes, mais armamento e novas estratégias operacionais de combate ao tráfico.

Fernando, natural de Cariacica/ES e liderança comunitária das periferias da região de Vitória/ES, explica que essa ausência de policiamento tradicional – presença física e itinerante sobre um território através de patrulha e atendimento de chamados – é uma das principais reclamações que se têm sobre a instituição e seus agentes nestas regiões. O que a polícia faz é

subir de descer o morro de acordo com o “necessário”, seguindo os preceitos da guerra ao tráfico. Enquanto Lourdes reverbera a ideia de que a polícia não só é responsável, como capaz de solucionar permanentemente o crime em seu bairro, através do incremento dos instrumentos coercitivos; Fernando também vê uma polícia ausente, mas em sentido oposto, não vê a PMES em contraposição ao tráfico, mas como sua congênere na truculência e violência cotidiana das comunidades. Em sua entrevista, fez questão de chamar a atenção para a falta de uma política pública de segurança que não pense, apenas, no âmbito ostensivo da garantia da ordem. Para ele, um policiamento mais efetivo se faz junto de políticas públicas voltadas para a prevenção da violência.

[...] para além desses problemas em relação ao policiamento, em relação à ostensividade, a gente acredita que a segurança pública tem uma falha no ponto de vista da prevenção. Que não consegue, né, desenvolver políticas que consigam aí, é, prevenir a violência, né?

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Frente a essa polícia incapaz de prover o mínimo de sensação de segurança, Fernando discorreu sobre as estratégias que a população de periferia assume para prover sua própria segurança ou se protegerem das ameaças que esse contexto de medo da criminalidade que a pouca presença da polícia produz. Em resumo, a periferia – assim como provavelmente toda a cidade – tem mudado suas rotinas para se proteger dos riscos do crime:

Então, geralmente a segurança pública é apontada pela população como um dos principais problemas, de todo o estado, e acredito que você vai perceber também que essa percepção ela não tá só nas nossas comunidades, percepção geral né, problemas que aparecem são a segurança pública. Aí cada um faz né, da forma, dos meios que se tem. Então, nas comunidades isso é até apavorante assim, você já não consegue circular a noite como circulava há um tempo atrás. Então, é, a partir das 9 horas, quando o povo começa a voltar da Igreja, irem para suas casas. [...] os bairros começam a ficar desertos. Então você não vê mais pessoas na rua como era comum né, anteriormente. [...] a minha mãe por exemplo, ela não leva o celular para a Igreja. [...] ela volta uma oito e meia assim... é... oito e meia no máximo..., mas ela não leva celular. Isso é geral assim, as pessoas não andam com celular, ou quando vai trabalhar né, anda com celular mais velho aí, se tiver um assalto, você entrega o celular mais velho. Então, assim, nas nossas comunidades são diversas formas que a gente tenta né, desenvolver para se livrar da violência, né. Então, não circular em determinados horários, ter um certo cuidado com nossos bens acaba sendo corriqueiro em nossas estratégias de sobrevivência.

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Se a entrevista de Lourdes é marcada pela expressão de necessidade de uma maior presença ostensiva da polícia, em um discurso de “lei e ordem” e/ou “guerra ao tráfico”; Fernando também levanta a distância do cotidiano das comunidades como a principal característica simbólica da polícia nas periferias. Entretanto, argumenta que a presença violenta e militarizada nos morros já é seu *modus operandi* atualmente, e que deve ser combatido em prol de um policiamento que não oprima a população enquanto pretende combater o tráfico.

Neste sentido, o entrevistado demonstrou uma nostalgia do policiamento praticado no início dos 2000, segundo ele mais voltado para a proximidade entre polícia e cidadãos e menos no combate armado ao crime. Essa nostalgia é envolta pelo mito de efetividade que o “policiamento comunitário” parece ter entre os capixabas:

Entrevistador: Como você avaliaria a atuação da polícia nos bairros da periferia?

Então, é deficitária também, no ponto de vista de garantir a segurança, né? É... aqui você já teve um... lá na década... início dos anos 2000 na verdade né, nós tivemos aqui uma tentativa de policiamento comunitário, né? Que foi o PROPAZ (ou PROPAS?), que era um programa de segurança pública. É... em que havia ostensividade assim, da polícia, de modo que você via policiais andando na rua, né. A pé, "Cosme e Damião" que se fala, em dupla. Você tinha destacamentos da Polícia Militar nas comunidades, você tinha uma base em que viaturas ficavam estrategicamente espalhadas nas cidades, inclusive nas comunidades, então você percebia né... e a própria filosofia do policiamento comunitário né? De aproximação, e tá. De muito tempo pra cá, não de agora [risos], de muito tempo pra cá, isso veio desfacelando [sic] e hoje em dia o que você vê são viaturas rondando esporadicamente né, as comunidades pior ainda, é... então você não vai ver policiamento a pé, por exemplo. Não vai ver policiamento de bicicleta, ou algo do tipo. É... e quando não é assim, quando não é esse policiamento esporádico, de uma viatura passar pelas ruas, é quando tem alguma operação. Que a polícia só chega para fazer operação, né, e aí com todos os abusos que isso pode ocorrer. Então, você só vê a presença da polícia ou esporadicamente passando numa viatura, ou quando é para fazer algum tipo de operação.

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

O discurso de Fernando – que se baseia não só em sua opinião pessoal, mas também na leitura das opiniões que capta da população durante os trabalhos enquanto liderança comunitária – acaba por se revelar como idealmente oposto ao discurso apresentado por Lourdes, se aproximando da visão da polícia como um “braço opressor do estado” – como ele mesmo definiu. Para aqueles que nascem nas periferias, crescer envolve aprender que a polícia não resolve muita coisa na sua vida; pelo contrário, é perigoso te arrumar problemas:

Mas assim, no geral, na população das comunidades, a gente percebe uma imagem muito desgastada, porque, primeiro assim, não consegue dar conta do problema da violência. Então, as ocorrências são cotidianas, né? E além disso as pessoas entendem como um braço opressor de fato do estado, né? É... Flechal, Nova Rosa da Penha, comunidades que são mais, é... "ferradas", vamo assim dizer, que tem uma

desigualdade mais intensa, você vê que a polícia não é bem vista, né? [sic]. Os próprios morros aqui, as pessoas, isso começa desde as crianças inclusive. Tem uma percepção muito ruim da polícia, porque é isso né, vê como algo que não resolve o problema e além disso, em alguns casos, gera problema também né, que é o abuso de violência.

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Em âmbitos ideológicos diametralmente opostos, os discursos de Lourdes e Fernando demonstram a ambiguidade das avaliações sobre a polícia, mesmo que, em seu conteúdo, os discursos sejam muito parecidos: distanciamento, violência e inefetividade. Enquanto uma quer mais ordem sem se preocupar muito com possíveis consequências negativas; o outro se preocupa com essas consequências ao se pensar em uma política pública de segurança. Os dois discursos mostram como a percepção e avaliação da atividade policial perpassa os valores compartilhados pela comunidade, assimilados pelos indivíduos de diferentes formas. Através dos infinitos estímulos cognitivos que se apresentam em seu cotidiano – desde onde mora, trabalha, até o que assiste na TV –, não só a percepção do serviço policial é formada, como a avaliação sobre a PMES ser ou não uma instituição confiável, a quem se confia a governança da segurança por ser capaz de, no mínimo, construir *um sentimento* de paz para o público que atende. Assim, valores e avaliações tendem a ser naturalmente ambíguos, da mesma forma que certos padrões também podem ser percebidos em seus discursos. É do trabalho sociológico sistematizar e traduzir estas esperanças e sentimentos que vão além da simples percepção de que a polícia é ineficaz ou ineficiente, mas que explicam sua produção e reprodução enquanto categoria simbólica dotada de significados contrastantes.

Ainda mais ao extremo do espectro da “lei e ordem” está Adriano, que também é de Cariacica. Motorista por aplicativos que se considera bem informado por assistir com afinco a mídia jornalística local e nacional, vê a polícia bastante efetiva, avaliando este aspecto basicamente através de suas funções investigativas e ostensivas, e lembrando que “claro, ela não está em todo lugar”. Entretanto, quando começa a desenvolver a resposta sob estes fundamentos, logo interrompe o próprio raciocínio para falar de outro aspecto importante, de cunho aparentemente moral: a corrupção. Deste modo, assim como Lourdes, a sociabilidade ou reconhecimento comunitário não fazem parte do repertório sobre o que é um bom serviço policial – caracterizado sob os termos da ostensividade e ética profissional. Em síntese, Adriano vê a Polícia Militar capixaba muito bem quista pela população, em “uma posição quase irretocável” – tão irretocável que nem mesmo a paralisação de 2017 foi capaz de destruir esta imagem:

Rapaz, eu confio. Eu acredito que a polícia faz um... faz um... (bom trabalho). Porque aqui, a gente soluciona crimes e a polícia, ela de certa forma está presente. Porque você muitas apreensões, você vê muitos crimes solucionados. Lógico, a polícia não está em todos os lugares, né? Mas... em geral eu acho que... A questão da corrupção eu não vejo tanto, pelo menos não é tanto divulgado, né?! "Ah, os policiais daqui são corrupto e tal", né? [sic]

Entrevistador: E você que mudou alguma coisa depois da greve no serviço da polícia?

A polícia aqui era quase, tinha uma posição quase que irretocável na minha opinião. O que aconteceu foi isolado. [...] porque a polícia sempre fez um bom trabalho e ela continua. O que aconteceu foi, aquilo lá, fato isolado. Não tem muitos escândalos com polícia. Eu gosto de ver telejornais, tá sempre bem informado. [sic]

(Adriano, 35 anos, Motorista, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Mais pragmático em sua avaliação sobre a cena criminosa das periferias, talvez por estar inserido na rede de relações do tráfico – fazendo alguns correios para clientes do hotel em que trabalha no centro da cidade, conectando as bocas com os turistas temerosos com os morros –, Marcelo percebeu, com a ausência da polícia durante o evento de 2017, como a instituição tem um papel extremamente limitado no controle do crime. Segundo ele, a polícia mora muito mais nos sentimentos dos indivíduos – e neste sentido, acaba sendo alvo de expectativas que não é capaz de corresponder (como combater ou prevenir a criminalidade através de maior ostensividade) – do que na efetividade de sua atividade, que se resume ao atendimento de emergências tópicas, inofensivas para a ordem social geral. É sobre este pano de fundo que ele discursa sobre uma polícia pouco presente nas periferias da região – o que pessoalmente não significa desejar o contrário, já que sua presença não é mesmo bem-vinda:

É uma força ilusória e invisível que, tipo, ele vai resolver problemas muito pontuais, né, tipo assim, tão brigando ali com a esposa, ou deu um tiro na cara do outro, aí chama a polícia lá e a polícia resolve. Mas, para cuidar de uma sensação de segurança do todo assim, tipo, é só mesmo no imaginário da pessoa porque, igual eu falei antes, quando ela [a polícia] falou “voltamos, não tem mais greve” também não tinha um carro de polícia na rua, não tinha polícia na rua, em todas as esquinas da praça e tal. O que é muito bom, na verdade, a gente nem quer que esteja, né? [risos].

(Marcelo, 22 anos, Auxiliar de hotelaria, Centro/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

As falas de Adriano e Marcelo nos mostram como a avaliação dos serviços da polícia são marcados e mergulhados em avaliações e percepções morais. Por contraste, percebe-se que se Lourdes considera que o tráfico é a desmoralização da juventude do bairro, não é difícil entender o porquê de depositar a esperança de novos dias em uma maior ostensividade da

polícia: em um bairro sem creches e onde a única escola é achacada pela presença de traficantes armados e drogados, a única solução plausível em seu horizonte cognitivo é o uso da força por parte da instituição encarregada de cuidar da “boa ordem”. Fernando, por sua vez, vê que a solução policial, longe de prover segurança, muitas vezes produz a violência e o medo. Entretanto, é através de uma mudança normativa nas políticas de controle social nos morros que ele espera, primeiro, esteja inserida no interior do cotidiano da população, para então, ser uma polícia menos violenta e capaz de combater cenas criminosas em um contexto marcado pela dominação do tráfico e pelo sucateamento dos serviços públicos do Estado.

Em resumo, falar da efetividade da polícia é falar, inevitavelmente, da vida pública, das relações comunitárias e das consequências das relações entre comunidade e o poder que se pretende legítimo – não porque é justo ou coerente com a realidade das pessoas, mas porque uma vida comunitária melhor, significa, antes de tudo, ter uma polícia melhor. Afinal, mesmo vista como distante, muitas vezes a polícia é uma das únicas políticas/instituições do Estado presente no cotidiano destes territórios, e por isso, acaba como repositório das expectativas da população por transformação social.

Analisar discursos sobre a efetividade dos serviços policiais mostra como falar de polícia, mesmo que especificamente sobre seu âmbito objetivo, significa evocar sentimentos e expectativas sobre as ações da polícia, como do próprio Estado, enquanto instituição voltada para a garantia de condições dignas de vida. Na próxima seção esmiuçamos os sentimentos que compõem a confiança das periferias na polícia.

4.1.2. Confiança

Dona Lourdes fez questão de deixar claro as suas preocupações sobre elementos específicos da presença opressiva do tráfico, simbolizados pelo armamento que possuem e demonstram pelas ruas; pelo Mandela – um baile funk que reúne centenas e até milhares de jovens da região; e que segundo os moradores, é patrocinado pelo tráfico. Mas principalmente, a venda e o uso de drogas no cotidiano. É interessante como as pessoas por trás de todos estes signos são representadas pela categoria simbólica do “bandido” – utilizada para desumanizar e se distanciar socialmente/moralmente daqueles que se envolvem com o “movimento” (como os nativos chamam o tráfico), colocando-os como um outro indesejado. A seguir, alguns trechos recortados onde a categoria aparece no discurso de Lourdes:

Então a gente vê que é muito *bandido*. Muito.

[...]

Nossa, [a greve] foi a pior manifestação de *bandido*. Eles tavam, ó! Se sentiram livre!
[sic]

[...]

[...] eu ia em muita formação na Paróquia [...], na Praia do Canto, e era tudo aquele pessoal do nariz empinado lá e eu não tinha vergonha de ir no microfone não. Falava: “olha, vocês podem ir subir para visitar a Igreja [de] São Benedito, porque lá tem *bandido*, mas não tem tanto não. Quem dá força ao tráfico lá são os filhos de vocês aqui de baixo, que eles não sai lá de cima procurando para comprar” – eu falava dentro das reuniões – “então talvez vocês não sabe, que a força maior do tráfico vem dos filhos de vocês que mora aqui nas mansões”. Porque eles chega lá de carrão, lá em cima, para comprar droga.

[...]

[...] nesses alto de morro, nessas periferias, tem muito *bandido*, mas tem muito trabalhador. [sic]

(Lourdes, 70 anos, Aposentada, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Tendo estes elementos em vista, ela deposita grande confiança de que a polícia forneça a proteção e a segurança frente a este tipo de perigo. Talvez o que mais se sobressaia neste sentido de vitimização não seja exatamente o risco contra si, mas a opressão que testemunha contra seus vizinhos de bairros próximos ou de periferias das cidades de Serra, Cariacica e Vila Velha – segundo ela, mais oprimidos e silenciados pelo movimento do que os moradores de São Benedito. Por isso, a sua sensação de segurança, a concepção de boa ordem e assim, de boa polícia, gira em torno das avaliações que faz sobre a presença do tráfico e das drogas, ou seja, dos “bandidos”. Isso significa que, por mais que a percepção de risco e vitimização pareça conduzir o seu discurso, no fundo, sua avaliação sobre o contexto em que vive é profundamente expressiva/moral – e que fica aparente quando justifica ou reclama que a polícia deve agir com maior poder coercitivo porque os traficantes “estão muito confiantes”, “não respeitam”. Em contraste, entende que os policiais são inefetivos não porque não conseguem atingir “os objetivos” por falta de “coragem” ou “conivência”, já que há estruturas da polícia no entorno da região, e operações policiais quase diárias, como ela mesmo relata.

Deste modo, a entrevistada confia que a polícia é capaz de solucionar a criminalidade, só não o faz porque não quer, é conivente, corrompida moralmente. Assim, a confiança na polícia tem desenhos instrumentais, claro, mas se revelam com uma maior complexidade do que apenas a proteção contra uma percepção de risco de vitimização. Para a entrevistada falta à polícia adotar as práticas condizentes com os valores que projeta como os ideais para a

comunidade em que vive. Em sentido estrito, isso significaria maior recrudescimento na repressão aos agentes do tráfico, os “bandidos”. Ou seja, quer uma polícia que controle pessoas indesejadas e não necessariamente, situações fora de controle. Até porque não há muitos perigos para os moradores do bairro para além de balas perdidas, cada vez mais raras em uma comunidade pacificada pela estabilidade dos conflitos entre as bocas da região. Também não são tolerados crimes no interior do bairro, com os casos sendo violentamente reprimidos, constituindo-se como o símbolo mais direto do perigo desta dominação:

Então aquele armamento dia e noite. Eles têm fuzil, eles têm metralhadora, eles têm tudo quanto é tipo de arma. [...] Então, eles passam com as armas na mão, no meio da criançada na hora do recreio brincando ali [há uma escola próxima] e eles não tem mais aquele pudor, [...] e a polícia tá a mercê deles! [sic].

[...]

Deus me livre se eles cismar com morador, achar que morador tá entregando. Aí sim, aí eles dá de cima até expulsar aquelas pessoa [sic]. Já expulsaram muito morador daqui, morador antigo [sic]. [...] Aí por isso que a gente faz de cego, surdo e mudo.

[...]

Entrevistador: E como a senhora se sente frente a essa situação?

Ah, é horrível né, é horrível. Sinceramente é horrível. A gente não se sente segura, né?

(Lourdes, 70 anos, Aposentada, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Quando perguntada sobre o porquê de a polícia não combater o tráfico, levanta uma explicação que encontra baliza no mito da “maçã podre” e, logo depois, exemplifica sua percepção de conivência da polícia com o movimento. Embora não seja dito de modo explícito e direto em nenhum momento, foi inevitável pensar que a “coragem” e a “pressão” que a entrevistada pede, nada mais são do que o anseio de maior coercitividade no combate aos “bandidos”, em operações dignas de filme, com camburões e táticas de ocupação preventiva do território para evitar o malfadado Mandela – e impossibilitar os lucros das facções:

Eu faço essa pergunta sempre quando nós estamos em grupo assim, eu faço essa pergunta: por quê? Porque parece que depende muito dos plantão [sic]. Eu sinceramente, *eu acho a polícia muito conivente*. Não todos! Às vezes entra alguém querendo trabalhar, mas que tem muitos policial tirando proveito disso aí [sic]. Então, como que a gente vai denunciar? Quando *a gente vê que a própria polícia é conivente*. Denunciar a quem? "Ah, liga para o 180, 190, e..." como? Denunciar a quem? Você não sabe quem que tá do outro lado. A gente é gravado. A voz é gravada, a gente é muito conhecido, e a gente deixa de denunciar porque a gente não sabe quem é que tá do outro lado recebendo a denúncia. Então por isso que nossa Vitória tá desse jeito - e não é só aqui!

Então, é por isso que eu digo: para eles pegar, para eles acabar com isso, eles tinha que acabar com esse Mandela que tem aqui; e eles tinha que acabar... dar mais assistência! Vim mais em conjunto, dar assistência, *fazer pressão!* Porque quando eles tiver acuado, sem poder vender droga, eles vão para outro canto porque eles vive disso. Por isso que eu acho que a lei é muito frouxa, muito devagar, muito, muito, muito mesmo. E com isso tudo quem sofre somos nós os morador [sic]. [...] A nossa lei é muito vagarosa, muito, muito vagarosa.

(Lourdes, 70 anos, Aposentada, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Também é inevitável destacar como este discurso é coerente com a realidade em que Lourdes vive. Onde a ordem social é sinônimo de dominação ditada pelo tamanho do fuzil e o lucro das ilegalidades, um policiamento que não o combata sob os mesmos termos gera, aos olhos da população, uma sensação óbvia de inefetividade – ou pior, descompromisso ou anuência. Ao contrário do que muitas vezes esperam os especialistas (especialmente os europeus), a polícia não parece ser um corolário ambulante dos valores democráticos e/ou republicanos. Em contextos violentos, onde o medo cotidiano é o maior conselheiro, parece natural que parcelas da população tendam a avaliar um Estado e uma polícia violenta como única forma real de se alcançar alguma paz. A esperança de uma senhora simples de S. Benedito também é simples: que alguém faça alguma coisa o mais rápido possível, que dê uma solução para um problema crônico, histórico, que incomoda os trabalhadores, a população “de bem”. Para ela isto significa muito mais do que apenas a avaliação sobre a polícia: essa solução é sinônimo de justiça. Por isso, ao narrar o cotidiano da polícia na região, declara que “a lei é muito vagarosa”, ou quando descreve o episódio do motim da PMES, onde a ausência da polícia significou “uma cidade sem justiça”.

Quem seria capaz de despertar, por menor que seja, este sentimento de que é possível alcançar uma comunidade sem a presença do tráfico? Que é possível alcançar alguma justiça? A única instituição capacitada e autorizada para combater a violência se utilizando dela como instrumento – a polícia:

Entrevistador: E pra senhora qual o papel da polícia?

Eu acho, eu repito novamente, *o papel da polícia aqui era avançar mais*, se eles avançasse mais tem quem possa fazer, tem condições fazer, se eles avançasse mais, acabava com isso aqui [sic]. [...] Então a polícia [...] deveria assim, oprimir mais! Se elas chegassem junto elas acabavam com isso aqui [aponta para a porta da casa, onde um dia já foi uma boca de fumo e até hoje ainda há movimentação de venda e uso de drogas], tá? Então, rola muita droga, muita droga aqui, e eu vejo que a nossa segurança aqui é muito pouca, muito pouca!

[...]

Eu só acho que eles deveriam avançar mais, com mais coragem, com mais rigor na lei. [...] porque a lei aqui é frouxa. [...] A nossa lei é muito vagarosa, muito, muito vagarosa.

(Lourdes, 70 anos, Aposentada, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Sob estes termos, parece muito mais razoável falar da pretensão de uma polícia *justiceira*, do que de justiça propriamente dita – sob um mandato legal e em respeito aos direitos humanos e a cidadania, principalmente. De qualquer modo, há uma clara paridade entre a atuação da polícia e a noção de justiça, sem separações simbólicas claras entre os mandatos executivos e legislativos do sistema criminal; depositando na PMES e em seus agentes uma confiança de alcançar expectativas que parecem ser muito além das capacidades limitadas de uma polícia, principalmente nas condições da PM capixaba. Parece claro que Lourdes se aproxima muito do ideal dos discursos modernistas de “lei e de ordem” (HALL, 1998; REINER, 2004), onde a polícia assume exatamente uma função que flerta com o moralismo e o militarismo, agindo sob o signo da imposição coercitiva, admitindo a opressão de liberdades e direitos como mecanismos “justos” de manutenção da ordem. Lourdes nutre uma ideia de polícia que encontra baliza e justificativa não só no cotidiano violento que vivencia, como em discursos presentes na mídia e na política eleitoral. A confiança de que a polícia é capaz de dar fim no tráfico e assim, alguma civilidade – significada pela ausência da influência imoral das armas e drogas – esbarra na própria lógica violenta da confiança que nutre. Uma percepção perigosa sobre a atividade policial, comum não apenas nas periferias.

Dandara, que trabalha em uma das únicas estruturas de serviço público da região da Grande São Pedro, um posto de saúde, contou que em um contexto de abuso de drogas, tráfico, pobreza e falta de oportunidades, “o mais gritante é como eles [a população do bairro] veem os jovens que fazem as ilicitudes. Isso é que me choca. [...] chamam esses jovens de “o vagabundo”. As lideranças comunitárias e as lideranças negras falam desses jovens: “os vagabundos daqui”.” Os propagadores destes estigmas têm um padrão já conhecido: condutas e ideologias de extrema direita, reforçadas pelas lideranças políticas e religiosas – que se alimentam, mutuamente. Como consequência, a polícia se torna a instituição executora por excelência destes valores:

Os evangélicos do território falam “os vagabundos” - os meninos! [...]. Qualquer um ali, passou políticos. Políticos e vereadores têm igrejas no território. E aí ganha quem? Ganha Bolsonaro, e a fala dessas pessoas chegam até mim: “eu vou votar no Bolsonaro porque ele disse que vai acabar com os gays, com as lésbicas e com os vagabundos”. Aí a gente falava: “os vagabundos são os meninos que vocês viram crescer”. Não

adiantou! Porque eles têm a violência lá também. É tiro, tráfico, eles acharam que a polícia ia chegar, no governo Bolsonaro, e acabar com tudo! [...] O que ficou foi, através das Igrejas, que ele é um enviado de Deus - foi isso que os pastores [...] pediram, voto em Bolsonaro, que ele vai acabar com os gays, as lésbicas e os vagabundos - e os vagabundos são os meninos. Não são gay, não tenho filho diretamente envolvido, o olhar que se tem é: são todos vagabundo. Treze, quatorze, quinze anos - aos dez já começa a faltar na escola, a vizinhança na rua a se recrutar. Ainda mais se for esperto, um garoto esperto, um menino esperto, né? [...]. 60% dos alunos do Colégio [...] lá de S. Pedro, [...] - isso foi dito pela pedagoga -, 60% dos pais ou foram mortos ou estão presos. [...] Essa é a realidade da periferia - e a polícia tá lá, presente.

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Na verdade, o contexto violento e o sentimento que a população tem de que é esquecida pelo poder público – “aqui em cima nós não temos posto médico [...], não temos uma creche”, contou Lourdes – é o berço de produção e reprodução de discursos e práticas que naturalizam a guerra homicida entre tráfico e polícia, além da violência nas relações privadas. A perversidade mais direta destes discursos apareceram, nas entrevistas, em dois momentos.

Um foi quando Lourdes contou da opressão que sofria do comandante de uma boca de fumo que se instalou, há alguns anos, logo na frente de sua casa. Constantemente ameaçada, não se calava e batia boca com os membros do movimento – jovens, predominantemente negros, de 12 a 20 e poucos anos. Uma cena que em si já é muito significativa, toma contornos ainda mais dramáticos quando ela conta que o seu algoz, na verdade, *era* filho de uma amiga. *Era*, porque foi morto pela polícia em um dos becos do morro. Para entrevistada – que narrou com a naturalidade de quem conta sobre a morte de mais um *bandido* do morro – a morte do filho de uma amiga significou um alívio; para a mãe, o desgosto em continuar vivendo no bairro onde o filho foi brutalmente assassinado:

Porque eu já bati muito de frente com eles. [...] Muito de frente! Porque eles botaram a boca na minha porta. Botaram a boca ali [apontando para a porta]. Ali era dia e noite. Aí eu saía pra varrer a rua e eles tava tudo ali - vendendo, recebendo, vendendo, recebendo. Aí eu fui falei assim: "por que é que vocês não volta lá na porta de vocês, vocês não tem casa não?" [sic] [risos]

Entrevistador: E eles?

[eles respondem:] "Ah porque nós tamo na rua, nós não tá na porta da senhora" [sic]. Falei assim: "Se eu abrir a porta e esquecer, vocês vai vender lá da minha sala!" [sic] [...]. Aí teve um deles que chegou até a me ameaçar várias vezes. "A senhora vai amanhecer com a boca cheia de formiga!" Aí eu fui e falei assim: "ainda bem que é de formiga!" Aí, esse atrevido que uma policial feminina matou. [...] Matou. Deve ter uns dois anos, mais ou menos. Até o Padre foi ainda, falou: "vamo lá comigo" [sic]. Falei: "não vou não" - a mãe dele é uma cabeleireira muito boa, até mudou daí, ficou desgostosa e mudou. Ai, mas ele era muito perigoso. Que que adiantou?

[...]

Aí eu falei: "não vou não padre, que ele me ameaçou, então bom que ele foi primeiro". [risos] Ele foi: "a mulher não é sua amiga, a mãe dele? Têm nada a ver com ele!" Aí nós fomos lá um pouquinho no velório dele lá.

Entrevistador: Então você tinha atrito com ele, mas era amiga da mãe dele?

Era muito amiga da mãe dele. [...] Eu falava pra mãe dele: "olha, seu filho tá me ameaçando muito, conversa com ele que eu não sou filha de pai... não sou filha de fundo sem choro não. Ele não tá nem bobo, que por trás de mim tem muita gente!" - falei com ela um dia - "Então você fala com ele pra ele baixar a crista, daí se não quiser ouvir ou reclamar, que saia da minha porta!" [...]. Aí esse aí que a policial matou ele, pelas costa até [sic].

Entrevistador: Caramba. E pra senhora então...

Ai que alívio! [...] Que tranquilidade! [risos].

(Lourdes, 70 anos, Aposentada, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Anderson, líder religioso que atua em uma das dezenas de templos religiosos (em sua grande maioria, evangélicos) da região do Território do Bem e também já atuou na região da Grande São Pedro, narra uma periferia trancafiada em casa, com medo dos bandidos – “se vê todo mundo assim... trancafiado dentro de casa, né? E uma coisa muito comum que se ouve aqui, né: "a gente fica dentro de casa e os bandidos nas ruas.” [...] a insegurança é muito mais presente na vida do povo do que a segurança [...].” Mais pragmático que os outros entrevistados, ele acredita que, no geral, a população não tem problemas com a polícia, e nem mesmo com o tráfico. O problema maior é a violência dos dois agentes: “de maneira geral, o povo gosta da polícia. Eles não têm problema com a polícia, eles têm... como também não tem problema com tráfico. O povo tem problema com a violência praticada pela polícia e com a violência praticada pelo tráfico. É simples assim!”. Como estamos vendo, tal perspectiva só é possível em um contexto com uma polícia e um Estado deficitários, distantes da realidade e cotidiano dos bairros. Tão distantes que quando há alguma emergência no morro, “não é a polícia que resolve não” – relatou Anderson.

O segundo momento que mostra a perversidade dos discursos simplificadores das relações cotidianas nas periferias foi contado por Anderson, quando argumentava sobre essa naturalidade com que a população transita entre estes dois mundos, do crime e da lei:

Então o povo lida muito bem com isso, né? [a ambiguidade de conviver com “bandidos” e policiais]. [...] era muito engraçado, assim. Tem um agente [...], hoje é da Polícia Civil. Ele é casado com uma senhora, né, e a irmã - a cunhada dele - era casada com o chefe do tráfico do bairro

[...]

Então você tem na família alguém que é do aparato da segurança e alguém que é do aparato do tráfico e conviviam harmoniosamente, sem nenhum problema. [...] porque isso é da necessidade do povo. Trabalhar na polícia e trabalhar no tráfico é uma necessidade que se impõe às questões sociais, ideológicas, morais, enfim.

(Anderson, 50 anos, Líder Religioso, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Portanto, a ambiguidade mora muito menos nos discursos do que na realidade da sociabilidade violenta, afinal, é dos morros que saem os policiais e os traficantes. São amigos, parentes, conhecidos; viveram, cresceram juntos. A vida na periferia é muito diferente da que imaginam as classes médias e altas, acostumados a assistir a essa cena única e exclusivamente através dos programas policiais ou pelos discursos das autoridades e líderes religiosos/políticos – e onde não raro o pobre vira objeto, mercadoria política. Como transparece na fala de Anderson, os discursos simplificadores servem muito mais para o lucro político de qualquer um dos agentes – criminosos (da polícia e do tráfico), políticos e religiosos –, do que para descrever a realidade das comunidades, de modo que na reprodução desse embate simbólico, se fortalecem mutuamente:

O que é ser envolvido com o crime? [risos]. É retórica! Justifica a morte porque tá envolvido com o crime. Quem é que não tá envolvido com o crime no Espírito Santo? Quem é que tá envolvido com o crime no Brasil, né?” [...] Eu to envolvido com o crime porque eu trabalho numa periferia em que o tráfico é que movimenta a vida das pessoas. Quem tá preso são os filhos das catequistas, dos ministros de palavra, dos ministros de eucaristia - filhos, netos, sobrinhos, amigos. Quem é que não tá envolvido com o tráfico? Com o crime? Na periferia? Todo mundo tá envolvido com o crime. O dinheiro que vem pro meu dizimo aqui acredito que boa parte [risos] venha do tráfico também.

Entrevistador: O dinheiro da política também, né.

Nem se fala! Pra mim hoje - já que você tocou no assunto - é determinante na política capixaba, são duas forças: tráfico e pentecostalismo - e que estão diretamente correlacionados. [sic]

(Anderson, 50 anos, Líder Religioso, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

João, que trabalha na Polícia Civil e já foi policial militar, passou a infância e juventude em um dos morros de S. Pedro. Ele é um exemplo de alguém que cresceu nesta ambiguidade simbólica, e seu relato de vida é um retrato dela. Hoje morador do Jd. Camburi, um bairro de classe média, relembrou o medo que sentia, na juventude, quando via os policiais – o que não o impediu de entrar para a polícia anos depois, onde o discurso de lei e ordem é muito cativante para os calouros que como ele, cresceram na periferia e anos depois se veem trabalhando sob a farda:

Então, para um moleque em S. Pedro, né, aí a polícia tinha uma visão bem assim, mais de autoridade, né? Então era uma visão de medo, né? Você via a polícia você corria, se escondia, coisa do tipo assim, né? [risos]. Que a polícia muito lá atrás não tinha muito essa visão mesmo, depois a própria polícia foi mudando, começando a ter um perfil. Quando eu fui militar, em 2006 eu entrei, então assim, a gente começou a ter uma estrutura muito melhor de formação. [...]. Mas culturalmente ainda, nos ingressantes da polícia - e falo por mim - ainda tinha a visão militar, né? "Não, eu que mando, você que obedece". [...]. Inicialmente eu não entendia, achava que isso era bobagem. "Você tem que ser polícia mesmo, quebrar o pau e não tem conversa não". Depois que eu fui mudando a minha visão [...].

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Essa percepção sobre a polícia, de desconfiança e medo, é muito próxima da que expressou Marcelo, jovem que tem um envolvimento tópico com a rede de relações do movimento:

Tipo assim, parece que eles [os policiais] abriram uma semana [para matar sem se preocupar em responder judicialmente, utilizando-se e produzindo o caos do motim] porque, eu tenho total assim para mim que, parece até que isso é um combinado entre eles, sabe? Porque a gente também sabe que a polícia faz esses esquemas, sabe? Não a corporação polícia como um todo, mas tipo, policiais dentro da corporação que vai lá, pega seu 200 ali do dia, amanhã volta buscar mais. [...] Uma vez eu morava em um bairro aqui de Vitória chamado Solon Borges. Perto lá da UFES. Lá tinha uma boquinha, nem era grandes coisa, sabe? Ai o policial, ele pegava dinheiro com o pessoal, né? Quando eles não deram o dinheiro da semana, ele pegou o cara e deu uma surra nele... deu uma surra. E até fez coisas pior, tipo assim de só dar uma surra, sabe? É o esquema que eles agem, sabe? Porque, na real, eles sabem. Todo o governo ele sabe onde que tá, como que tá chegando as coisa, eles sabem tudo. [sic]

[...]

A polícia sabe muito bem quem ela tá... e aonde que ela pode fazer as coisas [ilegais/criminosas]. Entendeu? Já tá na cabeça, tipo assim, é de Porto Canoa [bairro da cidade de Serra/ES], então todo mundo é analfabeto, ninguém sabe como que vai procurar uma defensoria, ou que se... foi o que fizeram com o menino [amigo dele que se mudou para um bairro de periferia de Serra/ES], tipo assim, depois ele ficou perseguido pela polícia. Ele teve que ir embora daqui para ir para São Paulo.

(Marcelo, 22 anos, Auxiliar de hotelaria, Centro/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

É importante notar como uma ideia parecida sobre a polícia é compartilhada por um jovem que se tornaria policial de carreira e um jovem que tem proximidade com o tráfico: desconfiança profunda de uma polícia corrupta, que quer tomar vantagens escusas e/ou proteger os mais ricos através da violência como controle dos mais pobres, tornando-se assim tão perigosa – ou até mais – que o próprio tráfico. Um retrato da desconfiança que a população de estrato socioeconômico inferior nutre pela PMES.

Na próxima seção, o foco são os relatos e discursos sobre a forma como a polícia e seus administradores tratam esses cidadãos.

4.1.3. Justiça

Os discursos sobre as avaliações pessoais da justiça com que a polícia trata e distribui, a diferentes grupos, seus recursos e serviços, tiveram um norte muito claro para a população de estrato socioeconômico inferior. Como mostramos, há não só muita desconfiança sobre a polícia, como alguma expectativa de que ela consiga alcançar melhorias reais e urgentes para a vida das pessoas. Entretanto, estas esperanças pedem que a polícia faça mais do que uma polícia parece capaz, principalmente controlar ou até mesmo “resolver” a criminalidade. Quando se pergunta sobre a perspectiva geral, como se veem tratados pela instituição em comparação com pessoas de outros grupos/estratos socioeconômicos, os discursos tomaram novos contornos. Assumem uma postura de contestação, de protesto pelo que consideram uma forma de esquecimento. Mas a verdade é que o Estado não esquece de ninguém, apenas escolhe a quem atender. Não só os recursos são escassos como os interesses são concorrentes. Esquecimento esse que é assimilado como consequência das prioridades políticas e operacionais da polícia: proteger e garantir a acumulação de capital econômico, principalmente através de mecanismos subjacentes à lógica política de segregação e estratificação socioespacial. Ou seja, para o morador de periferia, a PMES tem como princípio “manter a pobreza em seu lugar”⁴².

Lourdes, que trabalhou a vida toda como doméstica nos bairros ricos, não tem dúvida de que a polícia é mais presente:

Ah eu vejo sim [diferença de tratamento pela polícia]. Eu vejo porque quando outros locais aí, de estatura média, de estatura a ter um ‘Q.I’ mais alto, elas [as polícias] tão mais presente, tá? [...], então a gente vê que os avanço deles é muito diferente do que nas nossas periferias [sic].

(Lourdes, 70 anos, Aposentada, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Quando lhe perguntada sobre o porquê dessa diferença, da polícia ser tão devagar nas periferias enquanto no resto da cidade não, ela demonstra o sentimento de descaso do Estado como um todo, na medida que o pronome “eles” parece indicar não apenas a polícia, mas também os governantes e políticos responsáveis pelas diretrizes e princípios procedimentais e distributivos das instituições policiais. Também é importante nortar como Lourdes pede com afincos uma polícia mais opressiva contra os “bandidos” de seu bairro, ao mesmo passo que vê a sua atuação quase como um castigo comunitário, coletivo, da sociedade geral contra *nós*, as

⁴² Fala de Dandara.

comunidades que produzem violência, pobreza e negritude; e *eles*, são os donos do poder, brancos e ricos:

Eu acho assim, eu... para *eles* não tem importância. É um morro, só tem pobre, só tem preto. É uma periferia. Então ó [batendo o dorso de uma mão na palma da outra, seguidamente], tão nem aí! [sic]

(Lourdes, 70 anos, Aposentada, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Fernando esclarece que essa diferença na distribuição dos aparelhos de segurança pública se apresenta, como consequência, na própria distribuição do efetivo policial, com as áreas nobres privilegiadas pelos administradores – que moram/frequentam/possuem negócios nelas, em detrimento das periferias. Assim, para a população de periferia, é muito forte a percepção de que os aparelhos de segurança pública, principalmente as polícias, estão voltados para a defesa do acúmulo de capital econômico. Ou seja, o foco da polícia na Grande Vitória é proteger os espaços de comércio e onde residem as elites político-econômicas do estado:

Eles não divulgam porque dizem que é questão de segurança [risos] né, mas a própria distribuição do efetivo, você vê uma presença maior nas áreas nobres. E... também assim, fala-se que o principal objetivo ou meta da segurança pública seria reduzir homicídios, reduzir crimes violentos, mas a própria distribuição de escala, de horário, o efetivo tá mais concentrado em áreas comerciais, então você vê aqui no centro de Vitória, em Campo Grande, na Praia do Canto. Nas áreas comerciais você vê uma presença maior de polícia. E também nos horários comerciais, então há uma distribuição do efetivo de modo a privilegiar a proteção do patrimônio, não necessariamente a proteção da vida. Porque se você pega onde ocorre o homicídio, os horários que ocorrem os homicídios, em tese, se seu objetivo é combater homicídio, o objetivo principal, você iria também distribuir esse efetivo conforme os horários de incidência do crime e os locais de incidência do crime. Aí se você pega a distribuição de efetivo, o horário, eles estão concentrados né, em áreas nobres, e em áreas comerciais, né.

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Essa proteção tem uma codificação muito clara na geografia urbana da capital. A Avenida Leitão da Silva, que corta Vitória verticalmente (ver Figura 1), conectando algumas das pontes da ilha (que levam à Vila Velha ao sul e aos bairros continentais ao norte), também separa claramente a área rica e a área pobre da cidade, em sentido horizontal (leste-oeste), de modo que quanto mais longe do mar mais pobre é a população. O Território do Bem está exatamente neste limite representado pela avenida. Uma posição que contribui para que a população não-rara desça e feche a via como protesto, geralmente contra a violência policial –

quando a polícia mata um jovem durante uma operação, por exemplo⁴³. Episódios assim são muito comuns no universo memorial da população, como Heloísa, moradora da Ilha do Boi [estrato socioeconômico superior], que narra uma destas manifestações “de traficantes”:

[...]. Normalmente, por exemplo, no bairro da Penha [bairro mais famoso do Território do Bem, vizinho de S. Benedito] mesmo. Uma vez mataram um traficante, lá. Aí o morro desce, aí fica a briga da polícia do morro, aí ninguém passa naquela rua, na Leitão da Silva por exemplo, que é uma avenida super movimentada, ninguém passa porque ali tá tendo briga naquele dia porque mataram um traficante. Aí o tráfico desce pra brigar com a polícia. [...] Isso acontece mais na Serra, Cariacica... aqui em Vitória não. Vitória quando tem esse negócio assim do bairro da Penha que é Vitória, mas é mais difícil. Ai quando acontece a polícia já vem e acaba no mesmo dia. No máximo dois dias.

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Essa lógica também se revela no racismo procedimental da polícia. André, jovem professor de economia e morador da Mata da Praia, classificado como um entrevistado de estrato socioeconômico médio, contou casos de seu círculo social que mostram como a questão de raça não necessariamente embute uma questão de classe:

[...] já tive amigo meu que é negro, e mora em bairro nobre, e que a gente falou: “vamo na praia andar?” [sic]. E a gente combinou de se encontrar na praia. Cara, tipo, ele recebeu, ele foi abordado e revistado pela polícia. E tipo, querendo ou não ele mora em bairro nobre, então tipo, é mais uma questão mesmo só de ele ser negro. Ai ele: “caramba, a polícia sempre me revista, nunca te revistaram não?” Tipo, eu: “Não...” Nunca nem suspeitaram. E eu já tive amigo meu que, tipo assim, é pobre, mora em bairro extremamente periférico, inclusive meu melhor amigo, vive na minha casa, sai junto sempre, que ele falou: “um dia estava andando com o pessoal do meu bairro, foi todo mundo revistado menos eu”. Ele era o único branco. O único! O resto era tudo negro, todo mundo revistado e ele não. Então tipo assim, pra mim, está super de boa, mas como eu convivo com vários tipos de pessoas, né, e... então, tipo, talvez pra eles não esteja tão ok o quanto está pra mim.

(André, 27 anos, Professor/Economista, Mata da Praia/Vitória, estrato socioeconômico médio).

⁴³ Esse foi o caso do dia 14 de fevereiro de 2020. Uma operação policial deflagrada no Território do Bem resultou na morte de um menor de idade, que segundo a PMES, era um membro importante do tráfico de drogas da região. Logo após, enquanto imagens do garoto segurando um fuzil viralizavam, pessoas encapuzadas “tocaram o terror” na Av. Leitão da Silva em plena manhã de sexta-feira, com toque de recolher e ameaças armadas. Destaque das mídias jornalísticas/televisivas locais, que cobriram principalmente os ônibus queimados e os depoimentos dos comerciantes e motoristas que presenciaram a cena; nas mídias sociais (principalmente Whatsapp, Facebook e Twitter – neste último, na posição de trending topics nacional: <https://twitter.com/i/events/1228332457365209089>) ficou a incerteza: alguns diziam que eram membros do tráfico em retaliação ao companheiro morto, outros, que eram policiais aproveitando mais um evento nevrálgico para implantar o medo e o terror em prol de condicionar uma nova paralisação da polícia. No fim, a população ficou à mercê de grupos criminosos. As periferias, em especial o próprio Território do Bem, passaram o fim de semana sob o medo de viver outro evento como o motim de 2017 – quando encapuzados subiram os morros para executar os “bandidos” –, expresso nos áudios e mensagens que viralizaram nas redes sociais.

Fernando resume, de forma mais ampla, a forma como a polícia trata os cidadãos, havendo claramente os dois recortes nesta lógica estrutural dos encontros dos cidadãos com a polícia: de classe e de etnia.

Então assim, fora essa questão estrutural da própria distribuição da polícia né, você vê que a abordagem é outra... é... até no modo de se referir né, ao cidadão à pessoa, né. Então, tiveram vários casos que mostram isso. Teve até declarações da própria polícia dizendo, né, que abordagens na comunidade é uma e em área nobre tem que ser outra.

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Levando em conta sua posição de liderança comunitária, sua fala traduz uma percepção de Estado não é capaz de prover minimamente uma ideia de proteção à vida e respeito à cidadania de forma universal: “não consegue garantir o direito mais elementar que é o direito à vida, né?”. A exposição disso são os homicídios concentrados nas periferias, enquanto o policiamento se faz mais presente nas áreas nobres e de comércio. Pior, além de não garantir os direitos básicos, os aparelhos de segurança pública – principalmente a polícia – atentam contra a própria vida dos periféricos: “a gente sofre com os abusos também cometidos pelas instituições, né, de segurança pública. Então para além de não garantir, o direito a nossa vida né, também atenta contra nós.” Essa percepção é tão forte que, quando perguntado sobre os maiores problemas da segurança no seu bairro (Santana – Cariacica) e nas periferias da Grande Vitória, como um todo, ele elenca: “primeiro desafio, primeiro problema é a questão dos homicídios né. Em segundo, é a violência policial.”

Professor em cursos de direitos humanos da PMES, ele vê que o fim do programa de policiamento comunitário que vigorou no estado, no passado, tem conexão com um processo mais amplo, nacional, de investimento na “guerra às drogas”, em uma polícia voltada para a guerrilha urbana e não para um policiamento de patrulha de atendimento de emergências realmente efetivo. Como consequência, não só as ideologias políticas que influenciam nas políticas públicas da segurança são grandes entraves a nível nacional, como o acúmulo do descaso local com o capital humano das corporações acaba por se tornar um entrave em nível regional:

Acho que o Brasil de modo geral, né, comprou essa ideia do combate, né? Sobretudo o combate às drogas, então abandonou-se a ideia de se fazer, de fato, um policiamento comunitário, né? Agora, as polícias acabam sendo treinadas para o confronto, para o embate, não para a interação com a comunidade. Então acho que isso tem a ver com o movimento que acontece em nível nacional, mas também tem questões políticas locais, que foi um programa lançado por um governo, depois chega outro governo,

não dar continuidade né, então cada governo tenta lançar uma marca, um programa, e você acaba não vendo continuidade. Além disso, tem questão de efetivo né? O efetivo diminui a cada tempo da polícia, então fica mais difícil de fato, você ter uma polícia comunitária, de proximidade, né?

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Quando perguntado sobre o porquê dessas diferenças na distribuição dos recursos e até mesmo do tratamento e da relação de minorias com a polícia, Fernando atenta para o aspecto estrutural-institucional da violência policial, e que encontra baliza em uma fala apresentada anteriormente, de João, ex-PMES que narrou a naturalidade do discurso militarizado de combate/guerra:

Não, acho que é intencional, é intencional. Mesmo que estivesse o efetivo completo, ele estaria distribuído dessa forma. Então isso é uma questão estrutural. É... do ponto de vista dessa distribuição. Agora, do ponto de vista da abordagem, acho que é algo, é algo da instituição né, infelizmente a instituição é uma instituição criada para proteger privilégios, né. Então acaba, mesmo boa parte dos policiais vindo de comunidades, né, de bairros populares também, a gente percebe que o tratamento lá é um e o tratamento em área nobre é outro, né. Então é algo que tá colocado na sociedade, mas que também a instituição tem isso pra si muito forte.

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

A desigualdade no acesso aos recursos de polícia se mostrou também durante o motim da PMES. Como descreve Fernando, casos de grande repercussão – por envolverem funcionários públicos ou ainda membros da elite capixaba – geralmente são solucionados, o que foi percebido mesmo durante a ausência da polícia. Por mais que o governo argumente a dificuldade de se investigar os crimes durante o período, determinados crimes foram solucionados. Porquê? Porque havia intencionalidade política para isso – o que não ocorre com os inúmeros homicídios que ocorreram na periferia, que permanecem sem solução. Uma fala que encontra ressonância na fala de... dona Lourdes, que se você bem se lembra, acredita que a polícia não atua com maior coercitividade por não ter interesse, porque “só tem pobre, só tem preto [...] tão nem aí!”

Entrevistador: Como tem sido os resultados dessas investigações [dos homicídios durante a greve]?

Então, no último monitoramento que a gente fez, assim né... a maioria dos inquéritos conclusos sem autoria, né? Então arquivados. Os casos que foram rapidamente resolvidos, e eles ontem tavam falando isso assim, é... a polícia tem competência sim para apurar quando quer, né, que quando acontece um crime de grande repercussão rapidamente você tem os resultados [sic]. Então quando vieram falar ontem da complexidade né, das dificuldades que se tem para investigar, eu falei: "não, alguns casos né?". Porque nos casos que tem a intenção, a intencionalidade política, a repercussão da mídia, rapidamente é... se resolve. E eu lembro assim, foram dois casos

emblemáticos. É, dois casos emblemáticos, que foram resolvidos rapidamente assim, mesmo durante a greve da polícia. Foi a morte de um policial civil indo para Colatina, [...]. Rapidamente prenderam os meninos. E a morte de um irmão de uma vereadora lá de Cariacica, que também rapidamente, já foi até processado, os caras já tão respondendo. Rapidamente se buscou a autoria, se prendeu as pessoas e depois se processou né. Então a gente percebe que há uma diferença, é... nesses casos.

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Essa governança perniciosa dos recursos de polícia se revela de forma dramática na experiência pessoal de Fernando. Voltando-se para as memórias da vivência em seu bairro, ele narra o poder e a dominação que corporações policiais exercem nas proximidades de onde mora. Uma dominação que não é menos coercitiva e opressiva do que a vivida por Lourdes, sob o fuzil e os “roques”⁴⁴ do tráfico. Ambos produzem e lucram pelo medo e submissão ressentida da comunidade. Talvez pior, uma vez que são autoridades e/ou ex-funcionários públicos, que se aproveitam das estruturas do Estado para prover ganhos privados e exercer poder extorsivo – enquanto o tráfico dos morros (não dos chefes, que não estão nos morros) se resumem a uma cena de moleques paupérrimos, de bermuda e chinelo. Sob o signo legítimo da farda/autoridade, alguns policiais distribuem privilégios em detrimento de uma governança realmente pública.

Entrevistador: e... como você vê o sentimento da população na presença da polícia, no cotidiano? Como as pessoas se sentem na presença da polícia?

Depende do lugar que você está, mas na comunidade não é um sentimento de segurança não. Eu moro lá em Santana (bairro periférico de Cariacica), né, e acho que é um dos bairros que tem maior concentração de policiais. [...]. Porque ele fica próximo do centro de formação, então varia pessoas né, lá no início do bairro, que foram fazer o curso para entrar na polícia, acabaram ou tendo relacionamento e casando por lá, ou indo morar mesmo, que era perto e tal. Então é um bairro que tem desde coronel – coronel, um aí que tá respondendo por uma diretoria da PM – até recruta; e muito policial mesmo. E lá, aí uma percepção muito particular mesmo, do bairro né. Lá que que acontece, é... ele acaba sendo um bairro blindado, por uma presença muito grande de policiais, ele acaba sendo um bairro blindado, porque também já tiveram policiais, tem ainda, policiais envolvidos com extermínio, com mortes né? É... a gente tem lá o vereador do bairro, que se elegeu para representar o bairro, foi o mais votado de Cariacica e ele tem uns dez autos de resistência nas costas, né. Dez mortes que ele participou que foram enquadradas como auto de resistência – parece que vai à júri popular num caso aí que aconteceu lá também. Então, assim, lá tem essa percepção de segurança por ser um bairro de policial, por tem policiais envolvidos em homicídios e por ter casos de pessoas que foram assaltar lá ou cometer qualquer outro tipo de crime e que foram mortos. Foram executados, provavelmente por policiais, né. Então, aí tem um misto na comunidade, né? Um misto de sentimento. Das pessoas que se sentem protegidas, pelo bairro ter essa fama, né [sic]; mas também de pessoas que podem ser vítimas de abuso desses policiais a qualquer momento. Como casos que tiveram né, de policiais estarem no bar e aí agredir pessoas e tal. Então lá em particular tem esse misto né, de pessoas que por ora se sentem protegidos, mas também se sentem ameaçadas pelo histórico que se tem lá. Mas, de modo geral,

⁴⁴ Como os nativos denominam o que os paulistas (e norte-paranaenses, caso do autor) chamam de “rolê”: evento, festa, diversão.

né, a presença da polícia causa certo incômodo sim, na comunidade né. Ainda mais quando não tá aí fazendo aquele policiamento é... de proximidade né, e tal. Então, quando você vê, por exemplo, uma viatura né, da ROTAM, existe um certo pavor. Existe um sentido de tranquilidade, né, quando vê as viaturas comuns, né – não tanto. Mas o que geralmente ronda lá mais são viaturas das forças especializadas que geram um certo pavor.

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Acaba sendo impossível não especular: como dona Lourdes, que pede mais “pressão” e “vontade” da polícia contra os traficantes de São Sebastião, se sentiria morando em Santana? Se sentiria mais segura? Aparentemente sim, Fernando claramente não. Além do mais, a perspectiva de um “campo do policiamento”, com alguma multiplicidade de atores que disputam posições e a imagem de “legítimos”, é um pouco distante da realidade da periferia. O único ator que pretende alguma acumulação de capital simbólico “legítimo” é a polícia, embora esse seu *modus operandi* pareça cada vez mais cercado de interesses e influências corporativistas, transformando os recursos e mandatos públicos em privilégio estatal. Afinal, como falar de legitimidade do policiamento no interior de uma ordem social que é, em grande medida, controlada e “mantida funcionando” pelo tráfico? Numa região marcada pela desigualdade econômica, pobreza, segregação espacial e racial, e todas as demais mazelas que muitas das grandes capitais brasileiras hoje, também enfrentam? Como contou Dona Lourdes: “Já mataram muito aqui. Muito, muito, muito. Cada beco desse bairro aqui tem uma marca de sangue de muita morte de jovem por causa do tráfico.”

Durante a entrevista com Fernando, foi marcante a forma como explicou o cotidiano da relação entre polícia e comunidade. Primeiro, respondeu de modo categórico quando perguntado se a população periférica confia na polícia: “Não!”. Parou e puxou o celular, para mostrar uma foto que ele havia tirado das autoridades políticas do governo estadual em visita ao morro da Piedade, no centro de Vitória. A história que ele narrou foi a seguinte:

“aqui no Morro da Piedade né, aqui no centro de Vitória, [...] eles propuseram né, propuseram não, já vieram goela a baixo que criariam uma base da polícia. E assim, as pessoas queriam que resolvesse o problema da violência que tava né, tinham matado cinco jovens num espaço muito pequeno de tempo, a comunidade também pequena, né? Mas enfim, [...] eles queriam criar uma base da polícia no único lugar de lazer da comunidade. A comunidade só tem um local, que é um centro de vivência né, um telecentro que tinha uns computadores velhos lá, mas tinha um salão, e a galera usava o salão pra... festa, pra reunião, pra, enfim, curso, palestra, enfim, essas coisas. E eles queriam transformar esse único lugar que a comunidade tem num posto da polícia né, numa unidade da polícia. [...] eles quiseram fazer algo para dar uma resposta pontual e tentar resolver a questão porque havia uma pressão muito grande né, da mídia, da sociedade também, para que se resolvesse o problema da Piedade. Então eles iam pegar dois, três policiais, colocar num espaço que já existia e dizer que tavam dando resposta né. Mas como a gente fez essa intervenção, eles tiveram que

desapropriar o lugar, construir um prédio, um prédio de três andares, é... e tá lá hoje, assim, e a percepção da comunidade é que fez, mas não necessariamente resolveu a questão. O que resolveu de fato lá, que há um tempo não tem homicídio, foi mais uma mobilização da comunidade local e a pressão da sociedade do que necessariamente a presença da polícia.” [sic]

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

O caso narrado é emblemático. A situação mostra o habitus da comunidade no que tange a relação com os administradores da segurança pública e a polícia, de modo geral: descaso com a cultura e as sociabilidades das comunidades, inefetividade, além da instrumentalização das consequências da violência e da barbárie – no caso, o medo e insegurança crescente – para o ganho de capital político, em detrimento dos interesses públicos. Não é possível afirmar se a presença da polícia de fato diminuiu os homicídios no bairro ou se foi mesmo a mobilização da comunidade. Provavelmente as duas coisas. Fato é que a população, em mobilização e se colocando em contraposição ao poder público, que catalisou aquela movimentação política e midiática em torno do problema que enfrentavam, e só assim conseguiu algum benefício tangível para a comunidade: um prédio novo da polícia e a manutenção do espaço de lazer. A depender das autoridades políticas, o único espaço de lazer da comunidade teria se transformado em espaço de polícia – e ganhado as manchetes dos jornais como algo positivo.

4.2. ESTRATO SOCIOECONÔMICO MÉDIO

A população do estrato socioeconômico médio é caracterizada por se localizar nos bairros mais abastados da cidade de Vitória e região. Ou seja, aqueles em tom mais escuro na Figura 1, excluindo as duas Ilhas – espaços categorizados como estrato socioeconômico superior. O recorte se fundamenta basicamente na diferença apresentada pelos entrevistados segundo os parâmetros de comparação para a definição dos estratos: renda, convivência com violência/criminalidade e geografia/espaço social. Ao contrário das periferias, estes entrevistados tendem a morar em bairros mais estruturados, possuem uma condição de vida individual e coletiva (entorno da comunidade onde vive) com mais recursos de controle social e de policiamento – públicos e privados. Graças a geografia urbana da cidade e da região, também tendem a morar em bairros localizados muito próximos das periferias das cidades (no caso, tanto dos morros de Vitória/ES, quanto das cidades conurbadas – Serra/ES, Cariacica/ES e Vila Velha/ES), onde estão os bairros conflagrados pelo tráfico. Cabe notar que quatro dos seis entrevistados deste grupo moram em dois bairros “novos”, fruto de uma expansão das classes médias da capital para além da própria ilha, ocorrida nas últimas décadas do século

passado e que geraram, entre outros, o Jardim Camburi e a Mata da Praia – bairros planejados, o primeiro mais verticalizado que o segundo.

Há exceções. Andrea mora no Centro, um bairro com estrutura urbana deficitária e bastante degradada por ser uma das regiões mais antigas da capital, que não nos esqueçamos, é uma das cidades mais antigas do país.⁴⁵ Mesmo com os problemas, o Centro ainda é muito melhor equipado do que as regiões periféricas, com uma estrutura urbana ainda pior. Assim, ela foi considerada muito mais próxima de uma classe média, ou até mesmo classe média baixa. Esse também foi o caso da aproximação de Moisés aos tipos ideais da pesquisa. Ele não informou o bairro onde mora em Serra, embora por seu discurso, tenha parecido que mora em algum bairro de classe média da cidade – que é marcada por ter muitos condomínios horizontais ou verticais, alguns praticamente como bairros fechados. Também contou o fato de ser um funcionário público municipal, além de ainda complementar a renda como motorista por aplicativos, sendo o dono do seu carro. Estes dois entrevistados são um grupo específico, mas presente no interior do tipo ideal de estrato médio.

Dandara e João são um caso à parte. Negros, crescidos na periferia, e hoje funcionários públicos – a primeira, da saúde na região da Grande São Pedro, o segundo, ex-PMES e atualmente policial civil –, algumas de suas falas e avaliações foram consideradas na seção anterior. Nesta, procurou-se aproveitar suas interpretações de cunho mais individual e atual, deixando de lado as lembranças dos tempos de periferia.

Diferente dos outros dois estratos socioeconômicos, o estrato médio teve grande assimetria entre os discursos, o que impossibilitou uma qualificação segura sobre um sentido geral do poder simbólico da PMES para essa população. Mesmo assim, um achado específico a este grupo – ou seja, que não foi encontrado da mesma forma nos outros estratos – é interessante para o problema de pesquisa, a saber, a importância das experiências de encontros dos entrevistados com a polícia para a avaliação e construção de um sentimento de confiança entre a instituição, os agentes e seu público. De modo inverso, também foram encontrados no estrato socioeconômico médio os discursos conservadores e de lei e ordem, típicos no Brasil através das categorias simbólicas do combate ao “criminoso” ou “bandido” – geralmente em associação à cena do tráfico de drogas das periferias. Neste sentido, cabe destacar a importância

⁴⁵ Para se ter uma ideia, durante o período de campo do pesquisador em Vitória/ES, uma construção abandonada, como tantas outras na região, desabou em uma das ruas mais tradicionais e movimentadas do comércio da região – a “Rua 7” (Rua 7 de Setembro). Felizmente o desabamento ocorreu de madrugada e ninguém ficou ferido. Conferir: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/01/15/imovel-de-dois-andares-abandonado-desaba-no-centro-de-vitoria.ghtml> <Acesso em: 21/01/2021>.

geral que as mídias jornalísticas, principalmente de TV e mídias sociais online, demonstraram também no estrato socioeconômico médio.

Visto a dificuldade em definir um sentido geral para todos os discursos, é justo lembrar que em nada atrapalha os objetivos da pesquisa, pelo contrário, pode indicar um achado sociológico interessante – mas que precisa de corroboração e maior aprofundamento por parte de pesquisas futuras – e que já foi indicado na revisão bibliográfica: a profunda ambiguidade dos discursos populares sobre a polícia.

4.2.1. Efetividade

Tratar da efetividade da Polícia Militar, para as classes médias de Vitória/ES, mostrou como discutir a polícia com a população é, muitas vezes, discutir muita coisa que vai além da polícia – como outras polícias, sistema de justiça criminal, judiciário, políticas públicas, entre outros. Esse fato chamou a atenção não só por um possível desconhecimento sobre as funções institucionais que as diferentes polícias assumem no Brasil – que convenhamos, realmente são complicadas para os cidadãos – mas até mesmo um certo desapego a essas questões que soam muito mais formais, administrativas, do que realmente importantes para o cotidiano das pessoas. Importava muito mais narrar suas opiniões sobre *as polícias* do que se focar em apenas uma delas em específico. Por isso, falar da PMES para as classes médias foi marcado por não se falar, necessariamente, apenas sobre a PMES. De modo que as entrevistas acabaram tocando em outros temas, como atendimento e estrutura das delegacias (Polícia Civil); Judiciário; CIODES – Centro Integrado Operacional de Defesa Social; entre outros que não se referem somente às responsabilidades e atividades PM. Em resumo, tratar da efetividade da PMES significa discutir a problemática do serviço público de segurança de modo geral.

A importância com que os encontros com a polícia modulam a avaliação popular sobre os agentes e a própria instituição como um todo, foi o fio condutor de pelo menos duas entrevistas dos estratos médios: Dandara e Andrea. A primeira, mulher negra, oriunda os estratos inferiores, hoje é funcionária pública no posto de saúde que atende a região da Grande São Pedro. A ascensão profissional lhe permitiu sair da periferia e mudar-se para o Jardim Camburi, um dos “novos” bairro da classe média e classe média alta de Vitória/ES. Entretanto, como ela mesmo anuncia logo no início da entrevista, “é considerado um bairro de classe média e não deixa de ser violento por ser um bairro de classe média.” O medo da vitimização no bairro é tanto que garante: “eu posso te dizer que lá eu me sinto muito mais segura, do que o bairro que eu moro, [...] "deveria ser" [aspas enunciada pela entrevistada] o que se poderia chamar de

um bairro seguro.” Ora, por que se sentir mais insegura no bairro em que escolheu morar exatamente por buscar melhores condições de vida, o que com certeza inclui a segurança – ou não? A justificativa, no fim, encontra sentido pela presença do tráfico nas periferias. As leis impostas pelos movimentos nos bairros são bastante efetivas em evitar a criminalidade no interior de seus territórios (para evitar chamar a atenção da polícia). Assim, a “demanda criminosa” que a vulnerabilidade social, mas reprimida nas regiões pobres através da lei do mais forte, desagua assim nos bairros de classe média e classe média alta de Vitória/ES e região.

Essa é, talvez, a principal diferença destes bairros para os bairros que foram considerados de “estrato superior”: a Ilha do Boi e do Frade não convivem com essa criminalidade cotidiana tão próxima. Isso significa bastante em uma capital que, como muitos entrevistados destacaram, é muito diferente de outras capitais porque em menos de 10 quilômetros é possível sair de um bairro extremamente elitizado – como a própria Ilha do Frade – e chegar a um dos morros que compõe a vista – e a ideia de violência urbana – da região. Deste modo, os bairros abastados próximos aos bairros pobres, ou cidades da região metropolitana, se tornam alvo corriqueiro de crimes, principalmente contra o patrimônio. É o que contou Dandara:

Então, tem leis, né? Não pode [cometer crimes nas periferias]. O que que eles vão fazer, então? Vão buscar isso fora, vão buscar nos bairros de poder aquisitivo. Então nós ficamos mais vulneráveis aqui [em Camburi]. Quando eu estou nessa periferia [São Pedro] eu me sinto segura, eu deixo o meu carro em qualquer lugar, né, das ruas. Eu estaciono em qualquer viela, eu subo o morro com celulares na mão; bolsa... já desci o morro de carro e... a única coisa que eu tenho que fazer é abrir os vidros, eles precisam identificar quem é. De resto, saio à noite desse local sem medo nenhum - e quando eu chego no meu bairro aí eu sinto medo, que é o Jd. Camburi. Então, à noite, quando eu vou chegando próximo ao condomínio onde eu moro eu venho devagar, eu verifico se tem pessoas no entorno, sozinha, se tem alguém atrás de poste, antes de abrir o portão na minha casa.

Entrevistador: Isso todos os dias?

Todos os dias. Então eu nunca imaginei que eu seria assaltada na minha rua, um pouquinho mais... é... há poucos passos, né, do meu prédio, às três e meia da tarde, próximo a padaria, por um jovem, seguramente de uma dessas periferias – e negro.

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Dandara e Andrea demonstraram claramente como experiências recentes de encontros com a polícia são moduladoras da avaliação sobre seus agentes e a instituição como um todo. As duas também não demonstraram nenhuma diferenciação entre a atuação da Polícia Militar e a Polícia Civil – sendo que ambas tiveram muito mais contato com policiais civis do que, propriamente, policiais militares, mesmo deixando claro para as entrevistadas que o foco da

conversa era a PMES. Ambas também expressaram a boa avaliação do CIODES, serviço centralizado de atendimento a emergências através do famoso telefone 190. Todas as referências feitas ao CIODES foram positivas, não raro lembrado como exemplo de uma política pública de segurança que deu certo, melhorando a relação da polícia com os cidadãos e tornando mais rápida a resposta aos chamados. Essa percepção do CIODES como uma política pública efetiva é muito simbólico, pois pode indicar como as experiências de encontros com a polícia são determinantes para a avaliação de seus serviços e de seu papel na ordem social.

Dandara precisou do CIODES quando seu carro foi assaltado, algumas semanas antes da entrevista para este trabalho, no início de 2020. Segundo ela, foi muito graças à política responsável pelo CIODES, que a atendeu e deu início aos procedimentos de busca por todo o estado, que os esforços resultaram em seu carro encontrado no dia seguinte, batido e com marcas de balas nos pneus. No interior do carro, marcas de sangue e um saco de pão: o ladrão foi à padaria antes de ser perseguido, levar tiros nos pneus e se acidentar, resultando na perda total do carro cujas prestações Dandara ainda não havia quitado, mas felizmente tinha seguro. Para alguém que até então só compreendia a polícia a partir do que viu quando jovem, ou o que continuava a ver todos os dias na periferia em que trabalha, passar por um susto desses e ter uma resposta eficaz da instituição, mudou não só a avaliação da polícia, mas como ela entende o “estar segura”:

Entrevistador: Sua experiência com o assalto mudou a forma como você vê a polícia.

Mudou, mudou. Principalmente porque meu carro foi localizado, porque a polícia que localizou [...]. Eu vi resolução. No meu caso houve eficiência. Realmente a polícia toda foi avisada no estado, o carro foi pego [...]. Então mudou, mudou no sentido de que pra mim é importante ter uma ronda, né? É importante porque, por mais que eu entenda as vulnerabilidades, desse público que coloca a gente nessa situação de risco, mas eu também sou uma trabalhadora, eu também conquistei esse bem com dificuldade - paguei cinco anos, pagando uma prestação alta, tinha acabado de pagar em agosto -, pago um seguro porque a violência existe - que também me é caro. Então a gente tá sempre pagando, pagando, pagando, pra se manter vivo, pra manter o que tem. Ali a questão da segurança tá nas nossas mãos, né? Praticamente, né? Então eu sinto que nesse caso foi efetivo, né, a resolução; mas eu sinto que o Estado tem muito o que fazer, muito a se fazer.

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

A fala de Dandara é muito marcante. Ela revela como, por mais que falemos – e na academia isso é quase uma regra – de uma polícia que deva ser “mais próxima da população”, em um sentido de requerer uma instituição desprovida de seus traços coercitivos, que, na verdade, são inalienáveis da função policial: a polícia é necessária na medida em que é

necessário ter alguém capaz de impor a força, pois manter a ordem, invariavelmente, depende de se dobrar vontades consideradas ilegítimas. No caso, a experiência mostrou para Dandara que, por mais que entenda as condições socioeconômicas que constroem a vulnerabilidade produtora de violência urbana, vê que como trabalhadora – uma contraposição parecida com a dicotomia entre *homo economicus* e *homo social* – necessita da polícia enquanto tal para proteger os seus direitos, principalmente sobre suas propriedades, que não podem ser subvertidos hierarquicamente frente a um quadro de desigualdade e violência.

Adiante, entretanto, ela demonstra que sabe que a presença da polícia é, no máximo, um sentimento de segurança passageiro, pouco efetivo e de curta duração no tempo. Deste modo, ela demonstra a percepção de que mesmo valorizando a presença física e visível, a polícia tem pouca capacidade de prover uma prevenção efetiva da criminalidade. Prevenção essa que só é capaz de ser solucionada através da melhoria do quadro geral da desigualdade.

Depois de muitos anos, um político que se candidatou a vereador - muito forte aqui na comunidade, inclusive foi eleito para deputado - ele conseguiu, foi construído um posto policial. Melhorou a segurança? Não... Porque não é isso que resolve o problema da insegurança, tem o problema da desigualdade. Segurança se trabalha com ações de prevenção no social, não é isso? A não ser que fica várias viaturas rodando o dia todo aqui para o bandido falar: "não, ali é sujeira, toda hora tem polícia, não consegue pegar uma rua tranquila", né?

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Foi curioso notar que a ambiguidade também se fez presente na forma como as pessoas assimilam as representações midiáticas sobre a polícia no cotidiano. O principal meio pelo qual se informa da prestação de serviços da PMES para a comunidade, no cotidiano de Dandara, é a mídia jornalística. É por causa da forma como os telejornais retratam a polícia e sua atuação que ela vê uma instituição que por mais que possa ser efetiva, desperta muito mais o medo do que a confiança da população.

Entrevistador: Pra você, quando você pensa na polícia, na sua opinião em geral, qual seria sua função primordial?

Quando eu penso a polícia eu tenho medo, né? Eu imagino uma polícia que é divulgada aí muitas vezes no noticiário: uma polícia corrupta, uma polícia que ganha mal, uma polícia [...], comprometida com criminalidade, eu tenho medo do policial.

Entrevistador: Na presença da polícia você sente medo?

Sinto sim. Talvez agora, depois do assalto, talvez eu pense: "ah, tá fazendo a ronda"; mas até então eu sentia medo, sentia medo mesmo.

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Ivone, por sua vez, entende que a PMES é responsabilizada por uma violência que é a única resposta ao nível de criminalidade que se enfrenta ultimamente. Telespectadora dos programas policiais e dos mesmos telejornais que provavelmente Dandara assiste, a entrevistada acredita que frente a criminalidade cada vez mais violenta, os policiais não têm muita escolha senão o comportamento violento como resposta à altura, que no fim, é a última proteção do “cidadão de bem pagador de impostos” frente não só a tanto perigo, como à incapacidade da “justiça” em garantir a sua proteção frente a esses indivíduos:

Eu... eu acho que devia mudar um pouco a justiça. Devia mudar um pouco essa lei aí que protege muito bandido. Eu acho. Bandido é muito protegido. Então, eles falam quando tem tiroteio: “ah, foi a PM”. Eu não tenho/tem problema algum com a PM não [áudio muito ruim], é que tem uns cara [sic] que é violento da PM que... né, é um bandido mesmo de farda. Mas tem muita gente boa dentro da PM também. Então, às vezes eles prendem, né. Aí sai o tiroteio e... aí a culpa é sempre da PM. São bandidos de 14, de 15, 16 anos. Eu to tirando, assim, pelo que a gente vê no jornal, onde muito acontece no Rio de Janeiro e São Paulo... onde eles saem com fuzil. Uma criança com 12, 13 anos com fuzil na mão. Não deve nem saber manusear aquilo! Ai a PM chega, entra em tiroteio [gesticulações em silêncio] e todo mundo tá aí contra a PM. Quando a PM, por exemplo, comete um ato de violência de pegar de qualquer jeito, às vezes bate no bandido – que eu também não concordo, não gosto de violência [em tom mais baixo] –, mas a PM fica sem... fica sem... de mãos atadas... porque... não pode fazer nada. Se prende a justiça solta, se vai com violência os direitos humanos vai em cima, porque não pode isso, não pode aquilo, então eu acho que defende muito bandido, e a gente né, que é cidadão de bem, paga os impostos, fica na mão dos bandidos, a gente fica sem segurança nenhuma, porque eles sabem, não vai preso. [sic] Vai preso e solta.

(Ivone, 60 anos, Profissional liberal, Mata da Praia/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Como ex-policia militar, João faz questão de lembrar como as soluções policiais ostensivas são limitadas. A atuação da Polícia Militar não diminui a criminalidade, no máximo tenta contornar suas consequências, tornando-as menos abrasivas por simplesmente existir para dar uma resposta emergencial a qualquer problema. Para uma diminuição da criminalidade, é preciso investimento nos procedimentos pós-ocorrências: investigação e sua prossecução no sistema criminal e judiciário. Como um atual policial da Civil, exatamente a polícia responsável por estes procedimentos investigatórios e o atendimento nas delegacias, ele clama pelo já famoso jargão do “ciclo completo”. Entretanto, é curioso como ele não o leva ao pé da letra como se apresenta no debate público – que no fim quer transformar as Polícias Militar e Civil em uma única polícia –, mas apenas uma efetividade do sistema já existente, cujo a efetividade

depende não só do bom policial na ponta, mas também da boa administração e prossecução penal no “interior” da Polícia Civil e do Sistema de Justiça.

Mas claro, a gente conhece e entende muito bem que não é simplesmente questão de polícia, né? Se você perguntar: “[problema] Da polícia?!” Sim, tem um papel. Presença, atuação ostensiva, né? Em todas as regiões para trazer essa sensação de segurança. Mas a violência em si não se resume à polícia, né? Até porque, eu como falava - e fazer minha visão hoje de polícia no sentido de “ciclo completo” - que eu não resumo a segurança apenas na ostensividade, mas em toda a cadeia.

Quando eu falo ciclo completo, quero dizer, na hora que também acontece o delito, ele aconteceu, você ter a atuação da polícia civil na investigação daquele delito, na devida materialização do delito e encaminhamento para o Ministério Público denunciar, oferecer denúncia ou não, e aí depois isso virar um processo criminal e aí depois a pessoa ser julgada. Esse é o ciclo, para mim, que deve se fechar, entendeu? Então, aí eu acho que a nossa Polícia Civil aqui até tem um bom grau de resultividade [resolutividade?] de casos, de homicídios até, resolve bastante coisa. Mas ainda é uma que tá bastante deficitária em pessoal para trabalhar mais nas investigações dos casos, sabe? Para poder dar ainda mais resposta. Na hora que o cara fez o negócio, se ele é preso bem fundamentado, aí a tendência é ir diminuindo alguns casos, né? Quadrilha, sei lá, roubo a banco, né... receptação de mercadoria roubada, pensando coisas até assim, to até tirando um pouco o foco dos homicídios, sabe assim...

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Se tomarmos mais uma vez a fala de Ivone, sobre “a polícia até prender, mas a justiça solta”, a fala de João demonstra um olhar por dentro da estrutura burocrática sobre o mesmo fenômeno. Para a sociedade geral, a culpa das ineficiências da Polícia Civil e do Judiciário acabam, de alguma forma, interferindo na forma como a PMES é avaliada. O que mostra como a avaliação sobre as instituições de segurança pública, como um todo, parece bastante fluída entre as instituições, com a muita ou pouca efetividade de uma delas interferindo na efetividade e na avaliação das outras. De que adianta um CIODES efetivo e a PMES capturar e prender um assaltante se, ao se dirigir à delegacia para dar cabo das burocracias envolvidas, Dandara encontrou uma estrutura extremamente deficitária, sem organização administrativa, sem tratamento digno ao público, onde encontrou mais informação sobre seu caso com um morador de rua do que no interior da própria delegacia (que aliás, foram três durante todo o processo). Mas sua indignação não se resume às delegacias, o assalto lhe trouxe a consciência de que a propaganda – e a presença – da Polícia Militar em seu bairro não passa de “um engodo”.

Agora, não se vê polícia circulando no bairro. Desde esse dia em diante, eu tenho andado a pé que eu estou sem carro, e é o que eu mais observo: se tem polícia circulando. Não têm! A gente não visualiza. “Ah, mas um dia eu vi um carro de polícia” Nem isso! Porque no bairro eu faço inglês no bairro, eu vou pra academia no bairro, eu vou na padaria no bairro, vou no mercado. Tenho circulado muito, a pé. Não visualiza. Agora, em várias ruas tem assim um cartaz, em alguns condomínios: “Aqui tem o monitoramento da Polícia Militar”. Ora, só se for um monitoramento de

vídeo! Que de polícia circulando não têm! Então também falta efetivo. Então é uma propaganda que o governo faz de mais polícia, de polícia, de Estado Presente - é esse o slogan, né? - e mais segurança, isso é um engodo, uma propaganda publicitária!

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

A percepção de Dandara é de que a Polícia Militar é muito mais presente nas periferias do que em seu bairro, corroborando sua ideia de polícia voltada para o controle das periferias e não o controle da criminalidade em si. João, que é ex-policia militar e atualmente trabalha na polícia civil e mora no mesmo bairro de Dandara, demonstra uma sensação parecida. Como conhece as estruturas da PMES por dentro, deu um esboço da disposição dos prédios na região. No Jd. Camburi há, por exemplo, não só um prédio da PMES como também uma delegacia. Uma estrutura que é invejável, se comparado com a região periférica da Grande São Pedro – como o próprio entrevistado indicou. Mesmo assim, ele considera que falta contingente e falta policiamento, argumentando que provavelmente a ausência da polícia no Jd. Camburi se deve pela necessidade de deslocar contingentes para regiões e situações mais críticas, em detrimento da presença de rondas e patrulhas convencionais.

Pois é, já em Camburi, se for pensar até em nossa estrutura física, eu tenho. Da mesma forma, eu tenho uma companhia, agora Camburi é regido por uma companhia independente, então a Polícia Militar tem mais estrutura que a de S. Pedro, se for comparar. [...] Eu vejo que tem movimento de ronda, mas não acho tão... aí aquela percepção de segurança, no sentido de visualizar os policiais voltando do bairro, né? Não vejo também. Quase que diria que é a mesma coisa que vejo em S. Pedro. Pouco. Bem pouco assim. Mas eu sei que tem a estrutura maior. E no que diz respeito a Polícia Civil, tem uma delegacia lá dentro, funcionando. Então já subentendo que nesse sentido tem mais estrutura. Tem um pouco mais estrutura, talvez busquem os crimes aí que ocorrem lá, mas eu acho que teria um pouco mais de estrutura. Inclusive da Guarda Municipal, né? Porque é um polo né a parte de polícia, você tem assim, uma base da Guarda Municipal, que é da prefeitura, que faz patrulhamento também, dá um apoio. Você tem, do lado, uma delegacia da Polícia Civil. Do lado você tem um batalhão, uma companhia do pessoal do trânsito, dentro do Jd. Camburi, para crimes de trânsito - acidente, essas coisas todas tem ali uma companhia do pessoal do trânsito. E um pouco, numa outra ponta do bairro, mas bem novo, prédio zero, que foi construído, tem essa companhia independente da Polícia Militar. Tem um grupo maior de efetivo, como falei, na minha visão, mas que também não vejo tanto essa presença circulando do bairro e tal. Mas também acredito que eles atuem nas demandas. A polícia tem um pouco a sua gestão, acredito que eles conheçam um pouco a rotina onde as ocorrências vão acontecendo e vão deslocando efetivo em alguns pontos, em alguns horários. Têm isso também. Como policial sei que existe, né? Como cidadão aí a gente fica assim, isso aqui, e tá..., mas às vezes estão em outros pontos assim que naqueles horários são mais críticos.

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Ou seja, por mais que Jd. Camburi, bairro onde hoje mora, tenha muito mais estrutura de serviços públicos, principalmente a polícia, que as periferias não têm, ainda há o sentimento

de que não é o bastante. Não só isso, de que a presença destas estruturas e da própria polícia talvez não esteja surtindo o efeito que as classes médias esperam dos corpos policiais: um serviço eficaz na diminuição da criminalidade – que, já se sabe, não é alcançável pela função policial nas sociedades modernas, pelo menos não se os corpos policiais seguem os princípios democráticos e republicanos.

4.2.2. Confiança

A experiência do assalto de seu carro fez com que a forma como Dandara via a polícia, se transformasse. Como muitos jovens e negros que cresceram na periferia, Dandara também nutria e ainda nutre grande desconfiança da polícia; em suas palavras: “a polícia representa o medo.” Segundo ela, é essa a mensagem que capta dos telejornais diários: uma polícia corrupta e mal equipada, despreparada para atender os cidadãos – mas capacitada em fomentar o medo, principalmente nas periferias.

Entrevistador: Pra você, quando você pensa na polícia, na sua opinião em geral, qual seria sua função primordial?

Quando eu penso na polícia eu tenho medo, né? Eu imagino uma polícia que é divulgada aí muitas vezes no noticiário: uma polícia corrupta, uma polícia que ganha mal, uma polícia que age com indiferença, que tá comprometido [...] com criminalidade. *Eu tenho medo do policial.*

Entrevistador: Na presença da polícia você sente medo?

Sinto sim. Talvez agora, depois do assalto, talvez eu pense: "ah, tá fazendo a ronda"; mas até então eu sentia medo, sentia medo mesmo.

Entrevistador: Por quê?

Porque o crivo é no noticiário, né? O noticiário também tem essa função, né, de levantar o medo, né?

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Entretanto, disse que como uma trabalhadora, passou a valorizar o trabalho da polícia na medida em que também sofre da violência e arca com seus prejuízos ao viver sob o medo e o alvo do crime. Essa “consciência de classe” sobre a dinâmica da violência foi desenvolvida muito graças ao trauma do assalto, e fez com que ela enxergasse a polícia de outro modo. Agora, Dandara está sempre atenta a seu entorno, prestando atenção em quem está passando por ela e se há alguma viatura ou agente policial por perto, se sentindo mais segura quando consegue visualizar sua presença. O problema é que essa melhora na confiança na polícia não foi

correspondida pela instituição, pois reclama insistentemente que no seu bairro não se vê policiamento da PMES.

Se para Dandara a efetividade da polícia em reaver seu carro levado em um assalto foi importante para mudar – para melhor – a confiança que têm na polícia, para Andrea, essa experiência levou ao processo oposto: mostrou para ela que as polícias (a PM e a Polícia Civil) do Espírito Santo não têm *interesse* em prestar um serviço de qualidade para o cidadão. O encontro aconteceu em decorrência de um assalto com o seu filho e sua nora, que passavam pela região do Palácio Anchieta (prédio do governo estadual) e tiveram seus pertences levados sob ameaças. Começava ali uma longa madrugada que terminou com um chá de cadeira de algumas horas na delegacia mais próxima, além do descaso dos policiais – os civis, na delegacia, com péssimo atendimento e a negativa de tentar recuperar os pertences depois que os dois assaltados conseguiram rastrear o celular; já a polícia militar não foi melhor, pois enquanto os dois estavam na delegacia, Andrea foi até o comandante da PMES que atua na região e o mesmo se comprometeu a buscar as imagens do assaltante nas câmeras do palácio ou nas proximidades – mas nunca mais apareceu. No fim, o sentimento dos três – filho, nora e Andrea – foi de decepção e descaso. A polícia não iria ajudar a recuperar seus pertences, o que significava que ninguém poderia ajuda-los. Restava seguir em frente e conquistar novos pertences.

Ao perguntar como ela definiria o serviço da polícia, ela repetiu: “é isso sabe, descaso... não se preocupam em solucionar nada, pura falta de interesse.” Talvez você já não se lembra, mas Andrea está na introdução deste trabalho. Foi ela quem chegou em Vitória/ES exatamente na primeira segunda-feira do movimento paredista de 2017. Para ela, o movimento tem muito a ver com isso, já que é de conhecimento popular que o insucesso dos paredistas em alcançar as demandas de melhoria das condições de trabalho no movimento levou a um sentimento de abandono também por parte dos policiais perante os comandantes e os administradores do estado. Assim, depois da greve, ressentidos, acuados, cansados e em condições extremamente precárias – sem coletes a prova de balas para todos, viaturas semidestruídas, um dos piores salários de polícia do Brasil – os policiais deram início ao o que Andrea disse ser conhecido como “operação tartaruga, sabe?” Ou seja, fazem a patrulha, mas com má vontade, de forma a serem apenas vistos “fazendo seu trabalho” sem realmente precisar fazê-lo; com lentidão, sem interesse em resolver os problemas os quais são responsáveis. A atitude dos policiais é complicadíssima para a avaliação dos populares: falta de condições ou de vontade?

Andrea parece já ter sua interpretação formada. A percepção de que a polícia não tem interesse em prestar um serviço de qualidade para o cidadão é o fundamento para a

desconfiança. No centro da cidade, onde reside e trabalha, também foi curioso notar as estratégias de policiamento da PMES frente às condições precárias. Ali é muito comum presenciar muitas viaturas estacionadas, o que em um primeiro momento levanta uma sensação de segurança nos moradores. Entretanto, quando você passa um tempo olhando para elas, percebe que só há a viatura mesmo, sem nenhum agente por perto. Segundo os populares, isto se tornou comum no cotidiano da capital capixaba, sendo uma estratégia da PMES para demonstrar presença e tentar inibir crimes, enquanto passa por uma crise estrutural profunda.

Ivone, que tem filhos jovens e mora em um bairro muito mais elitizado do que o centro de Andrea e parecido com o Jd. Camburi de Dandara – estamos falando da Mata da Praia, projeta em seu discurso a típica preocupação das mães de classe média, que assistem noticiários sangrentos durante o almoço ou a janta, e veem na comunidade um nível alarmante de violência. Não há como não lembrar da fala de Dandara, que demonstrou consciência de como os noticiários alimentam um medo sensacionalista:

É, a gente fica, quando os filhos saem, a gente fica aí até... Fala: “ai meu Deus, cuida!” Porque é muita violência, né? A gente não tem mais liberdade na rua de nada. [...] Quer dizer, a gente não tem... não pode fazer nada.

(Ivone, 60 anos, Profissional liberal, Mata da Praia/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Também de forma totalmente oposta à de Dandara, Ivone confia fortemente na PMES, embora admita que dentro da instituição existem aqueles “que... né, é um bandido mesmo de farda”. Para ela, o problema é a Justiça e a “lei” que é pouco eficaz, o famoso “prende, mas solta”. O que por efeito, mostra como a população vê o Judiciário e o Legislativo com grande parcela de responsabilidade pelo quadro de insegurança que a sociedade capixaba vive atualmente. Na verdade, a impressão que ficou da entrevista é que ela reproduziu um discurso muito corrente na mídia local e nos discursos políticos oriundos dos meios militares e/ou policiais, não só do Espírito Santo, mas também das cenas do Rio de Janeiro e São Paulo. Muito marcado pela nostalgia das lembranças da juventude, onde ia para bares e baladas e voltava sozinha na madrugada de Vitória, sem ter medo ou correr grandes riscos, a entrevistada acha que a lei e a justiça agem a favor dos “bandidos”. Como se não bastassem enfrentar a violência e a inércia da justiça, os policiais – que assumem um papel para além de um mandato puramente executivo, visto quase como um próprio justiceiro, dotado de um senso de defesa dos valores *certos* – também sofrem com a cobrança da população e “dos direitos humanos”, que condenam

os excessos que para a entrevistada, se justificam para a defesa dos “cidadãos de bens, pagadores de impostos” frente a tanta criminalidade e insegurança.

O grande problema que eu acho: a polícia até às vezes tenta, prende, mas a justiça solta. Entendeu? Então, eu acho que até a própria polícia fica desanimada, sabia? De correr risco, subir... nesses lugares atrás de bandido, tiroteio. E... depois eles vão, pega o bandido, daqui um tempo o bandido tá na rua de novo. Então eu acho que isso é desanimador.

[...]

Eu... eu acho que devia mudar um pouco a justiça. Devia mudar um pouco essa lei aí que protege muito bandido. Eu acho. Bandido é muito protegido. Então, eles falam quando tem tiroteio: “ah, foi a PM”. Eu não tenho/tem problema algum com a PM não [áudio muito ruim], é que tem uns cara [sic] que é violento da PM que... né, é um bandido mesmo de farda. Mas tem muita gente boa dentro da PM também. Então, às vezes eles prendem, né. Aí sai o tiroteio e... aí a culpa é sempre da PM. São bandidos de 14, de 15, 16 anos. Eu to tirando, assim, pelo que a gente vê no jornal, onde muito acontece no Rio de Janeiro e São Paulo... onde eles saem com fuzil. Uma criança com 12, 13 anos com fuzil na mão. Não deve nem saber manusear aquilo! Ai a PM chega, entra em tiroteio [gesticulações em silêncio] e todo mundo tá aí contra a PM. Quando a PM, por exemplo, comete um ato de violência de pegar de qualquer jeito, às vezes bate no bandido – que eu também não concordo, não gosto de violência [em tom mais baixo] –, mas a PM fica sem... fica sem... de mãos atadas... porque... não pode fazer nada. Se prende a justiça solta, se vai com violência os direitos humanos vai em cima, porque não pode isso, não pode aquilo, então eu acho que defende muito bandido, e a gente né, que é cidadão de bem, paga os impostos, fica na mão dos bandidos, a gente fica sem segurança nenhuma, porque eles sabem, não vai preso. Vai preso e solta. Menor de idade de... um de 17 anos – que é outra coisa que eu acho absurdo. Eles fazem, acontece, não vão presos porque é menor, então eles aproveitam isso, né... Eles podem tudo, menos ser preso. Pode fazer tudo, pode beber, pode sair à noite, pode votar, pode um monte de coisa, mas preso não pode. Matar alguém. Então eu acho que tinha que começar a mudar a lei.

(Ivone, 60 anos, Profissional liberal, Mata da Praia/Vitória, estrato socioeconômico médio).

O que para Ivone se soma como justificativa para uma reação mais violenta – e ilegal – da polícia contra “os bandidos”, a dificuldade em se distinguir o bom do mal policial é o principal fator de desconfiança a nível de interpessoal de Dandara. Essa percepção da entrevistada é muito interessante, indica uma consequência empírica da dificuldade da população em saber até mesmo como avaliar a polícia: sob que parâmetros? Quais os fundamentos legais de sua atuação? Quais os limites operacionais de um policial nos encontros com o cidadão? É um sintoma do que Muniz tem destacado há anos: o mandato policial, no Brasil, é um cheque em branco, ninguém sabe seus fundamentos e limites, e como consequência, a população não sabe nem mesmo o que esperar da polícia. Assim, Dandara expressa o sentimento que geralmente acompanha a incerteza quando o assunto é a sua segurança: o medo. No caso, sobre a polícia, pois o encontro com um policial é uma questão de

sorte: pode estar lidando com um bom policial ou mau policial, ou seja, depende muito mais da qualidade pessoal do agente do que na capacidade da instituição em fornecer profissionais treinados e éticos. Se não há homogeneidade das atitudes do corpo policial e o serviço da polícia é avaliado segundo as capacidades morais de seus agentes, é sinal de que a instituição falha em padronizar as atitudes e comportamentos de seus profissionais. Uma lacuna importante de legitimidade:

Mas para mim tem as exceções: tem o policial sério, policial pai de família, policial comprometido com seu trabalho - e tem o policial corrupto, mas você não sabe quem é quem! Você tá vendo aquele carro ali, aquela viatura. Sabe? Do que vem da mídia, a mídia tem esse poder né? De implantar medo, de implantar ideias, então você fica com... geral, você vai formalizando isso. Então, por exemplo, hoje, agora, para mim, é importante ver uma polícia rondando - depois que eu fui assaltada eu observo isso a todo tempo. Se tivesse um policial talvez ele avistasse, eu sendo assaltada - essa é a impressão que se tá, né?

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Moisés, porém, vai além de Ivone ao se declarar um fã da Polícia Militar. Para ele, a violência policial ilegal e desmedida parece um traço inerente do trabalho policial, que se aproxima muito mais da imagem do justiceiro do que de um policial. De modo que defende que os casos de morte de *inocentes* em operações policiais são extremamente raros. A realidade é que quem morre sob a mira da polícia “tem tudo histórico, nada de graça, entendeu?”. Como resultado, interpreta a autoridade policial sob os termos da autoridade paterna, ou seja, aquela que se qualifica da verticalidade e superioridade “natural” de sua posição, acima dos “filhos”, o oposto da concepção pública de autoridade⁴⁶:

Então lógico (ou acho) que eu entendo que algumas circunstâncias: "ah, fulano de tal morreu num confronto, tomou uma bala perdida quem acertou foi o tal..." Eu, particularmente, acho que poucas situações são realmente uma bala perdida de forma aleatória, raríssimo caso, só se realmente for uma fatalidade mesmo, fora disso as pessoas infelizmente, que eu tenho visto aqui, tem tudo histórico, nada de graça, entendeu? Essa história de bala perdida, tipo assim, a polícia militar, a polícia civil, as forças militares, as forças de segurança, aqui no nosso estado, eu não vejo assim como aquela força aterrorizante, entendeu? Não resta a menor dúvida que se o policial não demonstrar uma estrutura de... que imponha respeito, ninguém vai obedecer. Tipo assim, se sua mãe, se seu pai, fosse uma pessoa que o que você quisesse fazer tivesse feito e batiam palma você ia respeitar eles? Não ia. Então ele precisa de impor respeito e precisa a pessoa perceber que tem realmente força, entendeu? Então nesse sentido eu entendo que a polícia militar deveria impor, para quem realmente está em

⁴⁶ A alegoria paterna vai se repetir em uma entrevista no estrato socioeconômico superior (Silvia), mas no contexto da interpretação do motim como um resultado da falta de um “pai presente”, compreendendo a falta de continuidade e intensa rotatividade nos comandos administrativos da PMES e das políticas do governo estadual como causa da distância entre polícia e população. No fim, não vislumbra uma polícia muito diferente da expressada por Moisés.

desconformidade com a lei. Eu por exemplo, não tenho nenhuma dificuldade, nenhum atrito, nenhum problema com policiais militares, nenhum problema. Não sou abordado (ele é negro), não me botam na parede, não passam do meu lado assim, pô, sinalizando olhando para minha cara olhando com cara de bravo, entendeu? Então, acho que... infelizmente eu acho que... e aí você vai achar que eu discriminando ou to usando de forma preconceituosa, mas eu não sei se você vai concordar comigo, mas pelo menos aqui no estado do E.S eu vejo que, infelizmente, as pessoas que estão envolvidas no crime, eles querem ter uma marca, tipo assim: "eu sou do crime, eu sou marginal". Então, infelizmente, você consegue "maldar" (perceber, sacar, premeditar) um camarada, entendeu? Como, tipo assim, esse camarada não tá bem-intencionado, ele pode até não fazer nada naquele momento, mas já fez antes ou pode fazer posterior ou, provavelmente, continua fazendo mas aquela oportunidade não é a oportunidade propícia para ele fazer. Mas ele tem aquele... não é uma pessoa comum que você vê, tipo assim, um cara tomando um sorvete, um cara brincando de skate, e vai lá taca o skate no chão tá com uma arma na cintura. Não é, aqui no E.S infelizmente não é. Você consegue, infelizmente, maldar, infelizmente, você acaba...

Entrevistador: Maldar seria você conseguir perceber quem é do crime e...

Justamente, entendeu?

(Moisés, 35 anos, Servidor Público/Motorista, Serra/ES, estrato socioeconômico médio).

Para João, que conhece a polícia por dentro, a ambiguidade nas avaliações sobre a instituição é a tônica do trabalho de seus agentes. Entretanto, ao mesmo tempo em que a perspectiva de Ivone, fomentada pela mídia, é muito comum, também a vê como uma interferência na comunicação entre polícia e sociedade. Os crimes violentos são o centro das atenções, em detrimento de crimes próprios de classes mais ricas, como o desvio de dinheiro público, corrupção, evasão fiscal, etc. Deste modo, os jornais tem um foco nas tragédias da periferia, sem olhar os podres dos mais ricos. O tráfico de drogas, homicídios, violência policial, e todas as tragédias sociais que assolam as periferias, na mídia, se tornam corolário das avaliações sobre efetividade do trabalho policial, enquanto outros crimes próprios dos estratos abastados não são nem mesmo investigados, não se tornam 'caso de polícia'. Ora, por isso que, olhando para a mesma tela, Ieda sente medo dos 'bandidos' enquanto Dandara sente medo da polícia: uma se vê reconhecida como a vítima, a outra cresceu vendo aqueles que carregam os mesmos traços sociais que seus amigos, vizinhos, familiares, ou seja, os seus traços comunitários, representados como inimigos, ou seja, como parte do problema da criminalidade.

Por quê? Foi perguntado para João, de pele parda e cuja história é muito parecida com a de Dandara, embora ele tenha sido atraído quando jovem ao discurso de lei e ordem que hoje também vê como opressor das periferias. Porque não há interesse em nem mesmo iniciar as investigações que levariam ao descobrimento destes crimes, me revela. Assim, a ideia que se tem é que as elites capixabas não são corruptas, não estão inseridas em redes criminosas, já que a mídia está muito mais preocupada em apontar a câmera para os jovens de Cariacica ou de

Serra se enfrentando ou enfrentando a polícia, morrendo em conflitos por pontos de venda de drogas cujo os lucros mais vultuosos nem mesmo ali ficam. Dessa rede enorme – e obscura –, só se revelam os conflitos e crimes ligados à pobreza, principal alimento do estigma da violência e da repressão:

Entrevistador: E como você vê essa diferença do crime aqui em Vitória?

Honestamente eu acho que Vitória, o Espírito Santo né, mas Vitória em si, muitas vezes o que toma mais os jornais são os crimes violentos, né? Tráfico de drogas essas coisas, que muitas vezes ainda, infelizmente, ocorre em regiões periféricas, na sua maioria homens jovens, negros, pobres, isso é a realidade acho que do Brasil inteiro e aqui também, não é diferente. Na minha visão de morador, mas também de policial, essa é minha visão. Outros tipos de crimes, aí já não são tão divulgados, se a gente for pensar em corrupção, sabe? Em todos os sentidos. [...] Desvio de tributos fiscais, essas coisas não aparecem no jornal. A não ser quando é uma coisa muito escancarada, mas é engraçado que quase não se tem também investigações que levam a externar isso. Então parece que não tem corrupção, não tem coisa do tipo, entendeu?

Entrevistador: Mas por que você acha que não tem investigação?

[...] de fato é curioso, eu não saberia responder diretamente. Eu posso ser até leviano em falar alguma coisa que não seja realidade, mas honestamente eu não vejo um interesse real da gente que tem essa função de fazer essas investigações mais profundas de que isso avance, entendeu? Porque não dá para achar que simplesmente isto esteja, esse tipo de crime esteja acontecendo e não deixando rastro, né? Dizer que não existe é algo até surreal, né? [risos]. Então, a meu ver, estão por aí, mas não ganham as manchetes porque de alguma forma também podem não estar ocorrendo investigações, de interesse.

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Frente a uma criminalidade violenta que toma a mídia e constrói uma ideia de ordem excludente, afinal, certos grupos “claramente” são produtores da violência que domina os jornais e a ideia de polícia da comunidade. André, economista e professor universitário em Vitória/ES, conta como os bairros mais novos de Vitória/ES – como Mata da Praia, Jardim Camburi, entre outros – já incorporaram as consequências desse quadro: proteção excludente, fechando espaços com muros tão altos como fortalezas, instalando cabines igualmente dignas de comparação com as dos feudos medievais.

Cara, eu nem sei se a gente tem tráfico para chegar a fazer isso, tipo: “ah, acabar com a estabilidade no Estado”. Talvez as mortes sejam brigas de facção e aí o índice de homicídio aumenta. Mas aqui, [...], o risco de ser assaltado aqui não é grande, embora você não possa andar com dinheiro a mostra, tipo “olha tenho grana, venham todos”. Mas na Serra, andar a pé... complicado. Bastante ruim, não é bom. Em Cariacica também e Vila Velha também. Vila Velha você tem tipo, três bairros ali que são mais elitizados, que são os perto da praia, para trás esquece. [...] Mas assim, passou do centro de Vila Velha para lá, esquece. Terra de ninguém, você não vai não que... então. [...] Mas eu acho que é o que eu te falei, eu acho que funciona muito pela forma de a polícia agir. Tipo, bota bastante policiamento nas praias porquê... por exemplo, você

tá numa cidade igual onde você mora. Se você bota policiamento nesse bairro, ele corre para cá, ele corre para lá, e onde você tem praia ou ele foge para o mar ou ele foge para dentro [interior do continente, a leste]. Então você bota a polícia na praia, e o cara vai ficar lá dentro. Ele não vai se meter a besta por perto da praia. Entendeu, então... Como na praia coincide de estar os bairros mais elitizados, tipo, das classes média e alta, acaba tendo sim, né? Os dois bairros mais jovens de Vitória você tem uma guarita particular de segurança na entrada. [...] E se você for nas casas da Mata da Praia, que a Mata da Praia assim, o primeiro quarteirão é prédio, o segundo é casa, até o final só casa. Eles têm segurança privada lá também, monte de cabinezinha, segurança privada... E os seguranças com... [...] Bairro todo, as casas cheias de cabine, tudo policiado. [...] O que já não chega ali em bairro República. Passou Mata da Praia, parou o policiamento.

Entrevistador: República já é a classe média...

É, média, média né...

Entrevistador: O máximo que tem é aquele guardinha [sic] de moto, buzinando... ou não?

Talvez a PM se tiver passando, mas deles mesmo não tem. Tanto que você vê uma nítida diferença: as casas em bairro República o muro já é mais alto. Aquele lugar que tipo assim, o muro encosta com o telhado? Né, a grade encosta com o telhado. [...] É, um caixote. Mata da Praia não, tem casas com as grades mais baixas, né. Ainda sim com umas cercas elétricas, vidro. A última coisa que se teve notícia ali foi o marido que mandou matar a esposa, então, não foi: “vamos assaltar a casa”, né?

Entrevistador: Você tá me dizendo que os bairros da orla são os mais policiados [...]?

Sim...

(André, 27 anos, Professor/Economista, Mata da Praia/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Cada vez mais, a estrutura urbana vai se transformando para a realidade pós-moderna da segurança, onde o medo parece ser o único denominador comum entre os grupos heterogêneos que compõem a sociedade geral. Todo mundo um ao outro, cada um se protege como pode, e assim, a governança pública é dominada pelo lema da “farinha pouca, meu pirão primeiro”, permitindo a dominação do poder pelo corporativismo predatório – dentro e fora da polícia – em detrimento de uma governança dos instrumentos policiais em prol de um projeto *público* de segurança, o único que pode permitir a construção de uma ordem social onde a confiança na instituição fale mais alto de que a desconfiança e injustiça.

4.2.3. Justiça

O relato de Andrea ilustra o seu sentimento sobre a forma como as polícias capixabas tratam o cidadão: de omissão e total descaso com a população. Para a entrevistada, este sentimento é generalizado, compartilhado e reconhecido por quem lhe conhece. Perguntei se

ela percebia que esse tratamento era para todas as classes sociais, dos ricos aos mais pobres. Antes mesmo de terminar a pergunta, esboçou um leve sorriso, que foi sucedido por um sonoro “não”. Mas, segundo ela, no que tange a eficiência da polícia, não há mudanças entre as classes. A polícia só serve para, no máximo, apaziguar os ânimos e dar algum tipo de resposta momentânea, o que para ela não resolve em nada os problemas sob os quais eles têm responsabilidade de lidar. Como já dissemos, essa percepção de Andrea é resultado de um encontro frustrado com a polícia. Cabe aqui explicar melhor esse relato.

O filho dela foi assaltado em frente ao Palácio Anchieta (sede do governo do estado). Acompanhado da namorada, foram levados bolsa, celular, e tudo que pudesse ter algum valor. Os dois foram até a delegacia mais próxima, enquanto Andrea foi até ao Palácio pedir as imagens das câmeras de segurança, de modo a ajudar a identificar e encontrar os assaltantes e os pertences levados. Segundo ela, “o comandante Botelho [provavelmente o responsável pela segurança do Palácio] disse que iria providenciar essas imagens, pois lá tem muitas e com certeza os assaltantes passaram por lá.” Mas nunca obteve as imagens nem qualquer tipo de resposta.

Na delegacia, o casal aguardou a redação do boletim de ocorrência durante algumas horas. Segundo a garota, a demora e a aparente inabilidade da servidora – que demonstrava não saber confeccionar o documento – foram tão gritantes que ela própria se ofereceu para digitar o B.O. Ainda segundo ela, não demorou mais de 20 minutos para fazer o serviço que a funcionária não tinha conseguido em mais de duas horas. Uma cena constrangedora, que piorou quando o rapaz conseguiu rastrear o celular roubado, localizado em uma comunidade logo ao lado da delegacia, ambas próximas do próprio local do assalto. O casal contou que “os policiais simplesmente disseram que se eles quisessem ir lá [recapturar o celular e os pertences], poderiam ir, mas que eles não iriam”. Depois de alguma discussão sobre as possibilidades de ação e, percebendo a indiferença, a garota finalmente perguntou: “então quer dizer que vocês não vão fazer nada?” Os policiais teriam respondido com um: “como é? Está dizendo que não estamos fazendo nosso serviço?”, indicando que se eles continuassem com este tipo de indagação, teriam problemas por desacato. Cansados e com as horas adentrando a madrugada, decidiram não comprar uma briga que custaria, na melhor das hipóteses, um chá de delegacia até o dia seguinte. Foram para casa – indignados e ressentidos: “ficou tudo por isso mesmo”, disse Andrea, remoendo a inconformidade. “Se estivesse na delegacia no momento teria sido presa, pois não saberia me calar com uma situação dessas”, contou. Essa experiência marcou a forma como a entrevistada avalia e lida com as polícias, incluindo a militar, afinal, ela mesma

narrou o fato como um exemplo da sua falta de confiança na PMES – o que parece se estender para todas as polícias, sem grandes diferenciações entre elas.

Se Andrea teve uma experiência que diminuiu sua confiança nos serviços e na autoridade da polícia, o atendimento e eficácia da polícia no atendimento do assalto de Dandara fizeram com que ela mudasse a enraizada desconfiança que tinha sobre a polícia, aumentando o grau de confiabilidade na instituição. No caso, a entrevistada foi assaltada na rua de sua casa, “poucos passos do meu prédio, às 15:30, próximo a padaria, por um jovem, seguramente de uma dessas periferias – e negro”. O serviço de atendimento da polícia, o CIODES, foi muito elogiado pela entrevistada: “Sistema integrado aqui, integrado. Funciona, né? A gente soube que funciona.” No outro dia, foi informada que o carro havia sido encontrado batido na cidade de Serra/ES, provavelmente o próprio assaltante era de lá. Visto o horário, marcou de ir até o DPJ⁴⁷ de Laranjeiras no outro dia.

No outro dia, às 11:30 da noite, me liga o DPJ de Laranjeiras, que fica no município da Serra, que é o município vizinho né, [...]. É marcado por ser periférico, é marcado por ser violento e tá no mapa do crime, né? No mapa da violência [...]. Então, penso que talvez ele [o assaltante] tenha vindo de lá, não da periferia de Vitória. Foi lá que o carro foi encontrado. Ele veio desses municípios, dessas periferias, né?

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

No DPJ de Laranjeiras, em Serra/ES, a falta de policiais no interior e arredores da primeira delegacia (ao todo foram três) chamou a atenção da entrevistada. “A gente olhava para um lado e não via polícia [...], só aparece a escrivã.” Dandara ficou surpresa pela degradação do espaço e a demora nos trâmites para liberar o carro para a seguradora: “quando eu entro eu percebo uma repartição assim, muito degradada, né? Muito sucateada, muito! Espaço pequeno. [...]”. Já o atendimento na delegacia foi “tranquilo”, com uma escrivã simpática e prestativa: “não dá para dizer que o atendimento do funcionário público é ruim, o que é ruim são as estruturas das dependências das delegacias” [sic]. Com uma demora de horas na delegacia, a entrevistada utilizou de artifício de negociação com os policiais para ter alguma solução mais rápida, indicando não só a estrutura deficitária como a informalidade e ineficiência nos trâmites. Mesmo assim, começava uma ‘via crucis do assaltado’, passando por quatro (QUATRO!) delegacias, deslocando-se por conta própria, perdendo o dia todo na tarefa, sem nem mesmo um banheiro limpo disponível.

⁴⁷ Departamento de Polícia Judiciária.

Consegui a liberação 1h da tarde. Daí segui para três delegacias diferentes: uma para a perícia criminal, que o carro tinha marcas de bala. Era a Polícia Civil, outra Polícia Civil, daqui de Vitória, que ficava perto da Penha. Chegamos lá eu disse: "Olha"... Usei de artifício, nem tudo era verídico, mas usei de artifício para ser atendido rápido. Falei: "sou uma idosa - e sou -, sou uma hipertensa - e sou - sou diabética - mas não sou - e tô sem comer até agora e eu posso passar mal a qualquer momento, preciso ser atendida rápido!". Rapidamente realmente veio alguém: "Vem cá". Aí desceu, o perito também, fez algumas perguntas rápidas, fotografou o carro em cima do reboque, todo de baixo de chuva e me liberou para a próxima delegacia, a Delegacia de Furtos e Roubos - que tava na Ilha de Santa Maria. Aí vai eu com o rapaz do reboque do meu carro para lá. Também o atendimento foi rápido, falei: "tô sem comer, né, sou hipertensa". [responderam:] "Não, vou atender a senhora rápido, vai passar mal aqui não". Também o atendimento foi rápido, o policial que me acolheu. Os policiais todos aí, seguidamente, eram muito tranquilos, né, não tenho queixa quanto ao atendimento dessas pessoas. As queixas continuam sendo da estrutura, né, dos locais...

Então, essa delegacia de furtos e roubos acho que foi uma das piores. Simplesmente o teto - era forro de madeira - tava caindo. A chuva, muita chuva, muito mofo nas paredes. Os móveis sucateados. Todo o ambiente deteriorado. O pátio... Uma degradação! Não dá para imaginar que o governo de Vitória, com o tanto que arrecada, todos em as eleições falando em segurança, continua tendo os serviços públicos de segurança nessas condições. Uma coisa vexatória, uma coisa vergonhosa, é uma coisa que esse público, essa população mais elitizada, que cobra tanto segurança não se queixa disso. Eles querem polícia nas ruas, mas eu não vejo ninguém se queixando que a estrutura de atendimento desses policiais é precária - sem falar de salários, né? E eu fui abordando isso, em cada posto policial que eu chegava eu observava isso e conversando isso com os profissionais, e colocava o meu lamento: "que condições de trabalho é essa". E aí, não sei se eles encontravam um alívio, um alento em poder falar um pouco mais, eles falavam. E o pior, nessa delegacia de furtos e roubos um policial me disse: "o pior é que a gente encontra muitas pessoas para reclamar do nosso trabalho, reclamar da... mas para elogiar não. Eu falei: "o acolhimento tá sendo muito bom, de vocês, que eu passei até agora, eu posso elogiar. Aonde eu faço isso?". Aí ele me deu o endereço da Corregedoria, pra que eu fizesse isso. Eu falei: "eu vou fazer isso e vou me queixar das condições que vocês têm de trabalho, as estruturas que é muito ruim". E aí, nessa delegacia - que já é a terceira, né - eu tinha que ir para quarta... Olha só, por que que tudo não pode tá centralizado num lugar só? Num prédio só, né? Só que as condições... cada um num cubículo e um cubículo distante. A terceira [delegacia] era na Delegacia da Mulher, que lá funciona o setor aonde eu dou baixa na questão do furto. É tirado do sistema, né, a restrição de que carro tinha sido furtado, que o carro já tinha sido localizado então, o furto não tinha mais acontecido. Falar que foi resolvida pela polícia, eu tinha que dar baixa. Aí vai eu pra quarta delegacia. Isso já era quase 4h da tarde, eu muito cansada, liberei o reboque, falei: "pode levar o carro pra onde o carro tem que ser levado" - que era numa mecânica, uma mecânica credenciada pelo seguro, que ia avaliar se o carro tinha conserto ou não. Aí o rapaz seguiu sozinho e eu fui pra essa quarta delegacia, dá baixa no sistema. Como é o prédio da delegacia da mulher e talvez mais recente, aí sim eu vi uma estrutura melhorada.

Entrevistador: Mas ainda sim você via um pouco de degradação ou falta de estrutura?

Sim, os banheiros, por exemplo, né? Difícil usar. [...] Poucos banheiros pra gente, né? Pergunto: "onde é o banheiro aqui?" O banheiro era longe, chego, o banheiro não tinha papel - e a delegacia da mulher, o prédio da Delegacia da Mulher. Não uso o banheiro porque o banheiro não tinha papel, muito ruim a estrutura do banheiro. Aliás, na primeira DPJ que eu passei, eu não consegui nem adentrar o banheiro. A estrutura era tão ruim da sala [de espera] que eu estava que eu tive nojo de sentar nas cadeiras - toda quebrada, toda estropiada. Pra usar o banheiro na primeira delegacia eu fui a uma loja, pedir autorização para usar o banheiro porque eu não ia comprar nada. Pra você ver as condições, né, que recebem o cidadão [ênfase da entrevistada na palavra cidadão]. Não tinha uma água para tomar. Um café, então? Pior [risos].

[...]

Pra sentar, pra esperar horas a fio, como eu fiquei ali aguardando. Era melhor ficar do lado de fora, como eu fiquei. Fiquei do lado de fora, na marquise. Estava melhor do que lá dentro. As vias estavam melhores cuidadas.

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

É curioso que nas delegacias a entrevistada não conseguiu nenhuma informação sobre o seu carro e o que aconteceu – por que estava com marca de balas no lado do carona? com perda total, saco de pão no interior: o que aconteceu com o assaltante? se o carro foi usado em outros crimes, etc. Foi enquanto aguardava que soube um pouco sobre o que aconteceu, não por um policial, mas pelo morador de rua da marquise do DPJ de Laranjeiras, que sempre ajuda os policiais:

Entrevistador: E você não soube o que aconteceu com o rapaz?

Sim, soube através... quando eu tô... assim, entrei um pouco nessa DPJ, porque tava chovendo, [...] O reboque ia chegar, eu ia ficar junto com o carro do reboque, enfim. Entro um pouco para aguardar e aí vem um rapaz, todo sujo, faltando os dentes e pronunciaram meu nome, Dandara*, mas todo errado. Disseram: "Tá aí?". Estranhei, né? Aí quando eu vou ele tava na verdade ajudando o rapaz do reboque a me localizar. O carro do reboque tinha chegado, entrou dentro da delegacia e não sabia quem era... aí esse rapaz tava ajudando a me localizar. Aí eu saio, encontro o rapaz do reboque, e esse popular vai até o carro também - um carro que tava todo, né, todo amassado, todo quebrado - e ele... Aí eu falei "sou eu" [quando chamaram por ela], aí ele fala assim: "nossa, pra um carro tão danificado até que o cara se machucou pouco". Eu falei: "como é que você sabe que o cara se machucou pouco?". Ele falou: "porque eu vi; eu vi a hora que o policial chegou com o carro e com o bandido". Eu falei: "você viu como? Como é que você tava ali na hora?" Ele falou: "eu durmo aqui; eu durmo ali ó" - e me mostrou o local. Ele dorme na marquise da DPJ, é um morador de rua, entende? [...]. Tem uns que são acolhidos pelo comércio e pela própria polícia - e aquele era um acolhido. E ele era todo bem chegado ali entre os policiais: "E aí, Fulano! E aí, Ciclano!" Um morador de rua boa praça. Então ele me disse que ele tava lá, ele me disse inclusive o horário. Ele falou: "eles chegaram aqui por volta das 9 horas da noite". E olha que o DPJ me ligou às 11:30! Aí eu fiz assim: "como é que era o rapaz?" Aí ele deu a descrição perfeita: "pequeninho - ele até mensurou com a mão o tamanho -, preto e jovem, devia ter uns 18 anos". Não tenho dúvida dessas características porque fica marcada na sua mente - uma coisa engraçada, e olha que eu tenho déficit de atenção. Mas eu sei exatamente a cor do casaco dele - era verde claro, verde claro.

Entrevistador: Trauma né... marcado na sua memória

Totalmente, eu reconhecera ele [sic]. Sim. Se eu tivesse que fazer reconhecimento. E aí ele [o morador de rua do DPJ] falou: "por volta das 9 horas e ele só tinha machucado o braço". Realmente, tinha marca de sangue no airbag do carro, os chinelos dele tava lá, a sacola de pão e alguns pertences meus, assim, tudo espalhado pelo carro. Falei: "era ele". E ele ainda diz pra onde levaram: "levaram ele pra Viana". Viana é onde fica o presídio de Vitória. "Ele foi levado pra Viana".

Entrevistador: Mas a polícia não te passou essa informação?

Não.

Entrevistador: Por que você acha?

Disseram que não sabia [sic]. [...]. Na Delegacia de Furtos e Roubos eu ainda perguntei: "olha, eu não sei como o carro foi apreendido. Você pode me informar?" O policial falou assim: "Nossa, eu não sei, porque isso eu faço todo dia e toda hora. Todo dia e toda hora eu atendo alguém pra fazer uma perícia, sobre algo que aconteceu - um furto, um roubo. Então eu não sei, eu tenho que abrir o computador, abrir o processo, eu tenho que olhar" - isso era quatro horas da tarde, eu já tava cansada e com fome, ele fez o que ele tinha o que fazer e eu esqueci de falar: "dá para você dar uma olhadinha no que aconteceu?" Eu esqueci de falar. Finalizei o dia, né, só com informação do morador de rua. Talvez eu tivesse que voltar lá, de novo, "eu preciso saber...". Seguramente tá registrado no sistema. Então é uma rotina, todo dia e toda hora, o policial me fala: "eu faço isso todo dia e toda hora, eu tenho que abrir o computador, tenho que abrir o processo. Tenho que ver" - nem ele mais tem a preocupação [de informar o cidadão], não é mais curiosidade, é rotina! É o dia a dia...

Entrevistador: Numa estrutura totalmente precária...

Precária... o dia a dia, "todo o dia, toda a hora" [repetindo as palavras do policial, como um protesto]: essa é Vitória! Esse é o Espírito Santo, né!?

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

A história narrada por Dandara é um retrato da falta de estrutura das delegacias da região de Vitória, do atendimento extremamente precário, onde não havia nem mesmo um banheiro decente na Delegacia da Mulher – a melhor delegacia em estrutura, segundo ela. Em 2018, em contato para esta pesquisa, o Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo (SINDIPOL-ES) informou que a Polícia Civil, como um todo, tem uma defasagem no número de funcionários na casa dos 30%, com problemas estruturais não muito distantes daquelas que resultou no motim dos militares em 2017. Não à toa, João disse que a princípio, o motim de 2017 era para ter sido conjunta entre as duas polícias. Tanto que a desistência das lideranças da Polícia Civil, de última hora, provocou conflitos e fez com que os militares se sentissem abandonados pelos colegas da Civil, e muito mais fracos frente ao governo do estado. Fato é que o descaso com as políticas públicas de segurança e suas instituições é geral, não é exclusivo das Polícias Militares. Isto é importante de notar pois, através das entrevistas, percebeu-se que as pessoas não tem grandes distinções na hora de avaliar os serviços das polícias. Para muitas delas, a Civil e a Militar são “a polícia” e pronto. De modo que, uma experiência ruim com um Policial Civil, ou em uma delegacia, é igualmente crucial para a forma como o indivíduo avalia a Polícia Militar. Na mente da população, as duas polícias trabalham e são avaliadas em conjunto.

Por isso, indica-se a extrema importância de que não só o serviço ostensivo da PMES deva ser melhorado, como a sua melhora será insuficiente se não houver investimentos nas

estruturas da Polícia Civil. De que adianta uma polícia que encontra um carro roubado em menos de 48h, se depois o cidadão – já traumatizado – tem que perambular por 4 delegacias, sem nem mesmo um local digno para sentar, e com um atendimento precário, em grande medida informal.

Enquanto isso, em seu bairro (Jd. Camburi), Dandara sente medo de andar na rua depois de ter sido assaltada em plena luz do dia, situação onde seu carro foi levado. Desde então ela tem muito mais atenção com o seu entorno. Com isso, percebeu que a polícia, mesmo com todos os prédios e estruturas disponíveis no bairro, é muito mais vista na periferia do que no bairro de classe média, visado para roubos e furtos. João, que mora no mesmo bairro de Dandara e é oriundo de São Pedro, comparou as estruturas policiais dos dois bairros, concluindo que o Jd. Camburi tem muito mais estrutura do que toda a região da Grande São Pedro:

Da mesma forma, eu tenho uma companhia, agora Camburi é regido por uma companhia independente, então a Polícia Militar tem mais estrutura que a de S. Pedro, se for comparar. Então uma companhia independente quase como um batalhão. Ela tem uma circunscrição um pouco maior, porque essa companhia independente ela pega Camburi, Jd. da Penha, Praia do Canto, então uma região grande, populosa, porque verticalizado, então o bairro fica grande, inchado. [...] Eu vejo que tem movimento de ronda, mas não acho tão... aí aquela percepção de segurança, no sentido de visualizar os policiais voltando do bairro, né? Não vejo também. Quase que diria que é a mesma coisa que vejo em S. Pedro. Pouco. Mas eu sei que tem a estrutura maior. E no que diz respeito a Polícia Civil, tem uma delegacia lá dentro, funcionando.

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Frente à explicação de João sobre a diferença da disposição de estruturas das polícias, comparando Camburi com S. Pedro, lhe foi perguntado sobre como ele via essa distribuição desigual. Por que isso acontece? Para o entrevistado, que conhece as estruturas policiais por dentro, vê que a desigualdade social gera uma captura dos recursos do Estado por parte das elites, afinal, são nelas que se encontram os empresários, políticos, funcionários públicos, juízes, promotores... menos os próprios policiais, que estão entre os burocratas de baixo status, ou seja, que sai das periferias e por isso, também não tem grandes estruturas de trabalho. No fim, o serviço mal feito, sob condições precárias, da polícia, faz com que a própria polícia tenha que se deslocar para oprimir a população já indignada com sua violência recorrente.

Entrevistador: Como você vê esse padrão da atuação da polícia de estrutura, por exemplo, você estava falando do Camburi, um bairro de classe média que tem uma estrutura policial mais avantajada, enquanto a região de São Pedro não. Você vê que isso é um padrão?

Eu acredito que isso, de certa forma, infelizmente né, mas a realidade ainda os bairros de classe média alta tendem a ser mais beneficiados por essas estruturas. Quais

motivos... a gente pode entrar nas questões sociais mesmo, né? Porque é onde estão as pessoas com maior poder aquisitivo e conseqüentemente aquelas que cobram mais do sistema, que muitas vezes as pessoas que gerenciam também são residentes, moradores dessas regiões, então tendem a deslocar o próprio recurso do Estado - ao qual eles também são gestores, muitas vezes - para essas regiões. [...] Eu acho que existe essa visão sim. As regiões periféricas ficam um pouco com a sobra; eu tenho essa visão. [sic]

[...]

As regiões periféricas fica um pouco com a sobra, eu tenho essa visão. [...] Mas a parte policial, assim, ostensiva e até mesmo a parte investigativa mesmo, pra elucidar crime ali, eu acho que as regiões periféricas ficam ainda mais renegadas, assim - e quando muitas vezes, e aí sim, você vai ver intervenção muitas vezes mais repressiva mesmo, [...] recentemente teve uns movimentos assim, né? Um bairro, outro bairro, chamado Andorinhas, por exemplo, em algum confronto policial um rapaz foi morto. Aí entra aquele movimento: "a polícia diz que o rapaz tava armado, coisa do tipo, uma parte da população ali se revoltou contra a polícia". Aí queima pneu, fecha a rua, confusão danada. Aí entra a polícia para reprimir isso também, né? [sic]

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

É impossível não lembrar de Dirty Harry⁴⁸ através da narrativa de João: qual a saída decisória para um policial que, de frente para uma manifestação que cria empecilhos graves para o já complicado trânsito da região, tendo que aplicar força (ou oprimir) uma população que protesta contra a própria opressão policial para manter a ordem daqueles que julgam, de longe. Deste modo que nos aproximamos de compreender o porquê de a profissão policial ser compreendida como um vocação, uma razão de ser para qual nem todo mundo está preparado: a polícia que em sua atuação, pretensamente justa – combater o tráfico e o “crime” –, provoca reações – de familiares ou comunitários tocados pela perda de um jovem, do tráfico ou não, que é filho dali –, que acabam tendo que, também, serem reprimidas pela própria polícia. Se forma uma cadeia de indignação e opressão, fruto do dever da polícia em "manter a boa ordem" – boa ordem para quem?

Aí eu fico sempre nessa coisa: "e aí?", né? Um olhar um pouco de fora: "Será que realmente foi um desvio da polícia na ação e aí gerou essa revolta. Mas aí tem que haver também uma reação do Estado para poder retomar a ordem, permitir as pessoas ir e vir" e aí fica o Estado sempre numa situação assim, a força policial realmente ela fica numa situação complicada, muitas vezes, né? Eu acho que muitas vezes até mal interpretada em alguns casos - essa é minha visão também. Já fui policial militar, já tive em situações assim que realmente é difícil, você lidar com tudo isso. Você tem que coibir um crime, vamos dizer, à força, mas aí essa pessoa tem também parentes, amigos, que se revoltam contra essa ação, né? Aí gera um conflito ali que pode tomar proporções desse tipo, que aconteceu recente. O que eu falei, independente se a pessoa é ou não criminoso, a situação chegou ao ponto de fechar dois dias aí a pista principal de Vitória. De criar o caos assim, na cidade inteira, entendeu? Até a coisa amenizar e dissolver, né?

⁴⁸ Personagem do cinema americano que apelidou o paradoxo moral da polícia apresentado por Klockars (1980), apresenta na revisão teórica.

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

André usou da referência de uma série americana onde o racismo, o estigma e a segregação são os principais temas da narrativa baseada no humor escrachado de um adolescente negro descobrindo a vida adulta dentro e fora de sua comunidade/bairro, “Todo mundo odeia o Chris”⁴⁹. A referência é, em grande medida, autoexplicativa: sintetizar o racismo estrutural da polícia capixaba da região de Vitória/ES. Entretanto, para ele não há como culpar os policiais, pois é muito mais a consequência de um processo histórico, que coloca os pobres e pretos na mira de policiais igualmente pobres e pretos. Na sociedade capixaba, a segurança pública se desenha em conflitos com cor, idade, classe e regiões muito bem definidas.

[...] não sei se você já viu aquela série Todo mundo odeia o Chris? [...] Né, um dia que os dois [filhos, jovens negros] somem, ai a mãe liga [para a polícia]: “ah, dois meninos brancos sumiram” Ai o cara vai [no mesmo momento] na porta, lá: “ah, dois menos brancos”... Então é tipo, é basicamente isso, tipo... já tive amigo meu que é negro, e mora em bairro nobre, e que a gente falou: “vamo na praia andar?” E a gente combinou de se encontrar na praia. Cara, tipo, ele recebeu, ele foi abordado e revistado pela polícia. E tipo, querendo ou não ele mora em bairro nobre, então tipo, é mais uma questão mesmo só de ele ser negro. Ai ele: “caramba, a polícia sempre me revista, nunca te revistaram não?” Tipo, eu: “Não...” Nunca nem suspeitaram. E eu já tive amigo meu que, tipo assim, é pobre, mora em bairro extremamente periférico, inclusive meu melhor amigo, vive na minha casa, sai junto sempre, que ele falou: “um dia estava andando com o pessoal do meio bairro, foi todo mundo revistado menos eu”. Ele era o único branco. O único! O resto era tudo negro, todo mundo revistado e ele não. Então tipo assim, pra mim, está super de boa, mas como eu convivo com vários tipos de pessoas, né, e... então, tipo, talvez pra eles não esteja tão ok o quanto está pra mim.

Entrevistador: Você acha que é por quê?

Cara, não sei. Eu tenho uma opinião que é o seguinte: o ser humano ele... evolutivamente, né, na evolução sobrou os que criam estereótipos e são preconceituosos, né? Infelizmente é uma característica que a gente herdou. Então como no Brasil a maioria das pessoas que atiram na polícia né, que são nas classes periféricas, são negros, cria-se esse estereótipo: “melhor revistar porque ele é negro”. Honestamente tipo, eu nem consigo culpar tanto um policial por isso. Eles tão ali com medo de morrer ganhando 1500, 2000 por mês, então... eu não ia querer morrer por esse salário, por salário nenhum...

[...]

É, eu acho que é basicamente o seguinte: a nossa sociedade criou esse... [preconceito] né, na história né, e chegou até hoje, esse tipo de formação de sociedade, onde a maioria esmagadora dos pobres são negros, e tipo, a PM que é literalmente a polícia pra cuidar de quem... de ne... [... negro?] de crimes mais... que as classes mais baixas cometem, tipo roubo, tráfico, etc. Elas acabam ligando uma coisa à outra. Querendo ou não quem é PM não é rico né? Também não tá numa condição social favorável, o cara tá indo tomar tiro por 2 mil reais por mês, né? Então acho que se acaba criando um mecanismo de defesa: “Ah, sempre que eu troco tiro a pessoa tem aquele

⁴⁹ CBS Television Distribution, 2005.

estereótipo, então, é aquele cara que eu vou revistar. Aquele outro ali eu nunca troquei tiro com alguém igual a ele, então..." acho que talvez até inconscientemente se acaba criando isso, né...

(André, 27 anos, Professor/Economista, Mata da Praia/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Frente a tantos discursos, alguns indicando a polícia como reprodutora de estigmas e preconceitos, outros naturalizando estes comportamentos e fenômenos como parte do próprio trabalho policial, por vezes até mesmo justificados em prol de uma maior "eficácia" no combate ao crime – como narrou Moisés –, talvez a melhor definição sobre como a PMES é avaliada pelos moradores das classes médias seja de nosso entrevistado policial civil, ex-PMES. Segundo João, a própria natureza do trabalho policial é ambígua, a ação da polícia "é sempre uma dicotomia, quase né? O bom e o mal ali, de um lado e de outro". Isso se desdobra, obviamente, na avaliação e percepção sobre a polícia. Uma mesma ação pode ser considerada um grave desrespeito à dignidade para uma população, enquanto para outra uma garantia de um direito básico – como o de ir e vir.

Mas, o que que acontece hoje: muito consumo de droga na região. Que é bonito, que a galera tá nem aí, né? Vai para ali fumar o seu bequezinho e tal [sic], beleza, ok, teoricamente isso daí, o pessoal... rola por aí a fora mas... só que que acontece, o cara vai passear com filho, com a família, e como é muito próximo, é diferente quando o cara tá na praia, na beira do mar, vai lá pra baixo na areia, tá longe um pouco... Mas ali fica muito próximo, então já senti uma galera um pouco... puta né - vou usar uma expressão aqui - tanto com a polícia ou com a Guarda Municipal, [...], e ninguém faz nenhum tipo de repressão contra isso. Às vezes vejo uma queixa também da polícia que não entra para atuar em casos desses. [...] E como já fui policial militar e entendo um pouco a visão da polícia, nesse caso é que: "cara, pra que que eu vou entrar num negócio desse?" Porque não dá nada! E aí que que acontece - to falando agora minha visão como policial, já fui militar, então posso dizer também como militar, que tem essa função ostensiva - se entro num caso desse [de reprimir o uso de drogas em espaço público], o que vai acontecer: esse cara às vezes não vai me respeitar, eu vou usar a FORÇA [entonação do entrevistado], e aí a população inteira vai contra mim. Você tá entendendo? Então são situações que não são simples, até para o policial, então ele não gosta de entrar, porque se entrar, tem que entrar para rachar! [socos na mão para expressar a violência] porque o cara não vai respeitar quando falar: "o amigo..." Às vezes nem só a presença inibe o cara, tem uns meninos que são para frente mesmo, assim. Então às vezes a presença não inibe, o cara "ah.." [descuidado, avoadado] se der bobeira, assopra o cigarro de maconha na cara do policial. Aí, para o policial não ficar desmoralizado, ele vai ter que entrar rachando, né? Entrando firme. Aí nessa hora pode evoluir para uma situação mais complicada, de mais energia, e de repente você tem uma parte da população se voltando contra a polícia porque entrou forte num caso desse. Como você pode ter uma outra parte falando: "mas fez bem mesmo, os meninos tão aí atrapalhando as famílias aqui conviverem no espaço público, de forma harmoniosa, pelo menos com ninguém obrigado a ficar respirando cheiro de cigarro, aí... "o policial fez certo". Então é sempre uma dicotomia, quase né? O bom e o mal ali, de um lado e de outro.

[...]

Mas então eu diria para você assim, seriam essas as minhas duas visões: talvez *na região mais nobre, mais classe média, uma visão mais do serviço*. Na região periférica, mais um sentimento mesmo que se pode ter de uma aversão à polícia [barulho de soco na mão, de novo], por achar que ela é truculenta, só vem bater em pobre e menino humilde e tal, mas também sentindo um pouco a falta de uma presença mais enérgica também em alguns casos, eu acredito que isso também seria sentido, por uma parte das pessoas, né?

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

A percepção de João parece fazer bastante sentido se levarmos em conta tudo o que foi exposto na presente seção. Ademais, sua fala mostra como o trabalho – mais especificamente, a decisão – policial é resultado de um cálculo que além da ocorrência e da análise do ambiente, tem na percepção da comunidade local sobre essa decisão, um dos componentes centrais dessa equação. Na verdade, o relato acima é sintomático para toda a discussão deste trabalho, pois em grande parte dele o foco é na dificuldade do policial em atuar em casos de uso de drogas em espaços públicos, tendo de sopesar tanto o desconforto da comunidade local quanto a baixa periculosidade da ocorrência para a manutenção da ordem, além do risco de reação popular dos policiados. Entre os entrevistados do estrato socioeconômico superior as avaliações sobre a atuação, confiança e justiça da PMES no cotidiano giram em torno, exatamente, de casos como esse.

4.3. ESTRATO SOCIOECONÔMICO SUPERIOR

Como já foi dito, Vitória tem uma geografia urbana profundamente marcada pelos privilégios de classe, com os bairros mais abastados se localizando em uma faixa litorânea relativamente homogênea e privilegiada, que especificamente na Ilha de Vitória, tem sua fronteira delimitada quase inteiramente pela Av. Leitão da Silva (ver Figura 1). Desta forma, “do lado de lá” da avenida estão os bairros de menor poder econômico e status político, encrustados nos morros ou nas áreas de estrutura urbana deficitária. Estes espaços estão sempre a oeste da ilha. Isso significa que os grandes mercados, shoppings, edifícios, enfim, todas as atividades terciárias de grande porte, que necessitam de alguma estrutura urbana ao seu entorno, não por acaso, se encontram “do lado de cá” da avenida. As classes médias que conseguem alcançar um poder aquisitivo maior, geralmente, procuram os novos bairros planejados da cidade, que se localizam na porção continental, ao norte da ilha – como é o caso do Jd. Camburi, Mata da Praia, e outros.

Essa simbologia da avenida não é uma invenção (ou descoberta) deste autor, muito pelo contrário. A população do Território do Bem, principalmente do Bairro da Penha, já sabe, há

décadas, como a Leitão da Silva representa este limite simbólico entre o mundo dos pobres e dos ricos – e que por vezes é preciso desrespeitar estes limites para ter alguma voz. Por isso, quando há alguma violência ou abuso por parte do Estado (geralmente através das forças policiais) no morro, populares descem e fecham a avenida em protesto, provocando um grande problema para a mobilidade urbana da região metropolitana como um todo. Mas há uma população ainda mais privilegiada do que os moradores da Enseada do Suá, Praia do Canto, e demais dessa ‘faixa classe média-alta’. Eles não moram nestes bairros, embora os frequentem – sendo essa, muitas vezes, a única relação que nutrem com a cidade – apenas para acessar os serviços básicos de uma vida urbana moderna. Assim, essa elite consegue, embora não totalmente, se afastar da cidade – e seus problemas – por morar, literalmente, em ilhas de difícil acesso e grande controle: estamos falando dos moradores da Ilha do Boi e Ilha do Frade.

A primeira, localizada ao sul, se conecta a ilha de Vitória através de uma faixa de terra, fruto dos recorrentes aterramentos das décadas passadas. Sendo essa a única entrada e saída de automóveis no bairro, foi construída ali uma guarita para o controle de quem entra e sai do bairro. Por muitos anos ela foi ocupada por policiais militares, que proviam o policiamento do local. Entretanto, a partir de meados da década de 2000, o policiamento do bairro – incluindo a guarita – passou a ser provido por agentes privados, contratados sob a supervisão das associações de moradores. Cabe lembrar que na Ilha do Boi, este não é o único acesso ao bairro. Há um acesso alternativo para os banhistas, que podem acessar a benquista praia do bairro à pé, através de uma pequena escada, conectada a uma praia conhecida por ser muito frequentada por populações de periferia, que não raro, frequentam a própria Ilha do Boi.⁵⁰

Ainda mais isolada – localizada ao norte –, a Ilha do Frade é o bairro mais rico de todo o estado do Espírito Santo, sendo assim o território por excelência de suas elites político-financeiras. Ela se conecta com a ilha de Vitória única e exclusivamente através de uma ponte,

⁵⁰ Por que muitos banhistas procuram a praia da Ilha do Boi e da Ilha do Frade? Porque as praias de Vitória são particularmente poluídas pelo pó de minério, proveniente do porto da Vale do Rio Doce, localizado no limite norte da porção continental da cidade de Vitória/ES. Trazido pelos ventos e marés, o minério tóxico que voa dos vagões e reservatórios se decanta em todas as praias continentais mais próximas – como a orla de Camburi, onde é contraindicado o banho de mar. Assim, as praias da Ilha do Frade e do Boi, principalmente a segunda, são muito frequentadas por aqueles que procuram se banhar em uma água mais límpida, uma vez que não são tão afetadas por estarem fora do raio de decantação da poluição. De modo que, principalmente para um “estrangeiro” como o pesquisador que vos fala [que nunca havia pisado em Vitória/ES ou mesmo no E.S], foi muito estranho presenciar a linda orla da capital extremamente esvaziada, quase deserta, em pleno janeiro (sob um calor digno de nota). Se pensarmos no lazer de populações que moram longe e têm dificuldades de se locomover pelo espaço urbano segregacionado, este fenômeno representa um grande problema. Nas duas ilhas, como exemplo, o transporte público não adentra o bairro fora dos horários comerciais (ou seja, em horários de lazer), exatamente para dificultar o acesso público.

sendo essa a única entrada e saída do bairro – a não ser que alguém acesse a praia do bairro pelo mar/praias, como os pescadores.

Figura 4 – Orla da Ilha de Vitória/ES em perspectiva norte-sul.



Fonte: Prefeitura de Vitória/ES, grifo próprio.

Foram estas populações, representadas nesta pesquisa por quatro (4) entrevistados, que foram qualificadas como “estrato superior”. Por isso, é preciso levar em conta esses aspectos contextuais para desvendar minimamente os sentidos de seus discursos. Também é preciso declarar, embora pareça óbvio, que os índices de crimes – contra patrimônio e a vida (violentos) – nestes dois bairros, são ínfimos. As ocorrências se restringem ao âmbito dos conflitos da praia e de âmbito privado – violência doméstica, conflito familiar e afins. A violência urbana, portanto, não chega a esses bairros – pelo menos não como chegaria em bairros de classes altas de muitas cidades. Por fim e mais importante: nas duas ilhas apenas os seus “espaços públicos” (as praias) são policiados pela PMES. Embora as vias sejam espaço público, segundo os relatos, hoje o seu policiamento é em grande medida, privado. Assim como no resto do bairro, onde o policiamento é totalmente provido por agências privadas, cujo os agentes – sob poderes extremamente limitados – nada mais fazem do que vigiar a área e, se algo estiver errado, chamar a PMES.

Como os moradores das Ilhas do Boi e do Frade avaliam os serviços da PMES? O que esperam dela nestes espaços? Como veem a atuação dela no resto da cidade? É o que procuramos responder nesta seção.

4.3.1. Efetividade

A avaliação sobre a efetividade da PMES em bairros de estrato socioeconômico superior se mostrou bastante coesa entre os entrevistados. Embora considerem o trabalho da PMES, de modo geral, positivo; consideram a polícia inefetiva no trato dos problemas específicos e imediatos dos bairros onde moram. Sociologicamente, o que se pode encontrar de sentido nestas falas é que o caráter público do policiamento passa longe da ideia de polícia das classes abastadas. De modo que avaliam a polícia sob a mesma régua com qual avaliam os serviços da segurança privada. Essa perspectiva individualista da segurança encontra baliza no forte sentimento de risco de vitimização – e, como consequência, de necessidade de proteção – frente a uma população bastante específica, tida como uma forasteira perigosa nos bairros: os pobres de periferia que frequentam as praias. Assim, por mais que possam levantar relatos de situações específicas, o foco da efetividade da PMES recai quase que totalmente na capacidade de reprimir e controlar estas populações. Ou seja, uma polícia efetiva é uma polícia capaz de manter longe a população indesejada, e por isso, na medida em que a PMES não atende as expectativas de um policiamento produtor de exclusão, tendem a considerar a segurança privada mais efetiva do que a instituição pública.

Heloísa, de 33 anos, moradora da Ilha do Boi, vê uma PMES incapaz de solucionar e atender as demandas da população do bairro. Por isso, entende que a polícia privada é muito mais efetiva no policiamento porque os vigilantes trabalham “pra gente”. Note que, para Heloísa, o caráter público do serviço da PMES significa, diretamente, que ela não trabalha para eles, mas “deveria trabalhar a nós que pagamos também, né?”. Embora seja difícil fazer qualquer inferência causal, parece intuitivo supor que esta noção de serviço/autoridade pública é fruto das relações específicas destes bairros-ilha com a polícia, com o crime, e com o resto da cidade. Quase desnecessária no cotidiano mais imediato, onde raramente ocorrem crimes e a segurança privada fornece a vigilância e proteção patrimonial necessária para que estes bairros sejam menos bairros propriamente ditos, e mais bairros/condomínios fechados, que se não evita o acesso, controla o público que não reside no interior da comunidade. Deste modo, a proteção fornecida pela segurança privada representa um serviço muito melhor do que uma segurança pública sob os cuidados da PMES, porque os moradores são, literalmente, seus patrões, com poder sobre seus objetivos, procedimentos e carreiras – o que passa longe da governança dos serviços da PMES. Em resumo, para a entrevistada o maior problema da polícia pública capixaba parece ser, exatamente, o fato de ser pública:

Entrevistador: E qual a diferença, pra você assim, do policiamento privado pra polícia em si?

Então, porque aqui o policiamento privado trabalha pra gente, a gente, apesar de que deveria ser igual, a Polícia Militar também deveria trabalhar a nós que pagamos também, né? Mas aqui é diferente, porque aqui se ele não funciona, a gente troca. Lá não né, lá se você reclamar de um policial militar, vê quanto tempo que isso... se vai resolver, não vai resolver. Aqui não, aqui se eu reclamar de um policial que me atende aqui, se eu precisar de, vamos supor, parar um carro estranho aqui, a gente liga pra guarita: "ah tem um carro aqui que não é de nenhuma dessas casas". Ele vem no mesmo momento. Se ele não vier, eu reclamo e ele vai ser mandado embora e vai contratar outro.

Na Polícia Militar não é assim, né? E eles sabem que não é assim, né? Então pra mim a diferença é essa. Eu não tenho a mesma... resposta. Eu não tenho uma resposta tão rápida... e... até porque eu não sei quanto recebe um segurança aqui da... um particular, mas acredito que seja muito mais do que um policial militar e que ele corra bem menos risco, né?

Entrevistador: Então pra você o serviço da polícia privada é muito melhor que o serviço da polícia?

Muito melhor, muito melhor.

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

É preciso atentar para o risco que essa perspectiva representa para uma governança realmente pública do espaço urbano. A polícia pública tem como princípios de atuação o respeito às leis e o dever de prover a paz através da manutenção de uma ordem social democrática e inclusiva. Ou seja, atua sob a pretensão de um serviço universal, sem distinções políticas. Deste modo, defender a atuação da polícia sob valores particulares de uma comunidade, ou mesmo a contratação de uma polícia privada para sua substituição, representa o risco de se policiar em prol de interesses que não tem lastro no interesse público. Pelo contrário, sob o fundamento do contrato e da proteção da propriedade, não raro o policiamento privado é capaz de assumir ilegalidades e/ou opressões como meio de se construir a ordem social ideal para seus contratantes. Temos assim a tendência de encontrar uma ordem social pautada em interesses privados de um grupo específico, ou seja, uma ordem excludente e não democrática, preocupada com a proteção dos privilegiados contra aqueles que consideram perigosos. Por isso produzir um policiamento “comunitário” envolve sempre o risco dos agentes de policiamento não se preocuparem apenas em controlar situações, mas populações.

Nos últimos anos, no Brasil e no Espírito Santo, o modelo de policiamento comunitário, baseado na premissa de uma “proximidade” com a comunidade em que atuam, se tornou não só um marketing poderoso para os administradores da polícia, como muitas vezes – e essa é a sua maior crítica – pode fazer da corolário de valores e sentimentos degradantes para uma ordem democrática. Basta que a comunidade expresse valores individualistas, que em um contexto de

medo (excessivo e até mesmo irreal) de vitimização, pode gerar pretensões antidemocráticas e excludentes. Este parece ser o caso dos moradores das Ilhas – do Boi e do Frade. A outra entrevistada do bairro, Silvia, uma carioca de 60 anos que mora em Vitória há décadas, defendeu exaustivamente o modelo comunitário de policiamento. Por quê? Porque ela vê a polícia inefetiva no controle das populações “de outra cultura”, que acessam a praia da ilha – principalmente através da escada, segundo ela o maior problema de segurança no bairro. Assim, mesmo que veja uma atuação positiva e melhor da PMES nos últimos anos, compreende que ela ainda é inefetiva no bairro por estar distante dos interesses dos moradores.

Durante a explicação sobre as deficiências que vê na PMES, a entrevistada revelou o cálculo da política de policiamento “efetiva” no bairro. Ela contém dois agentes: polícia e comunidade. Só faltou alguém... os policiados. Mostra que os interesses dos policiados, que não são os próprios comunitários, não é nem levado em conta. Para ela, eles são produtores de bagunça e desrespeito, e a polícia surge como uma responsável por garantir sua defesa desse “respeito” aos valores do status quo da comunidade. A polícia ideal para Silvia é a polícia que defenda e imponha o respeito aos valores políticos e culturais da comunidade, de forma que outras populações devam se moldar a essas expectativas. Ou seja, para ela o principal problema é dar acesso alternativo para estas populações, facilitar seu deslocamento, seu acesso, sua presença, sem ao menos estarem sob o controle dos seguranças privados da guarita que está posta na entrada da única rua que dá acesso do trânsito à Ilha:

Eu acho que tem melhorado, inclusive a mídia tem falado sobre isso é... em termos de segurança comunitária. Eu acho que a polícia comunitária é um efetivo muito importante para a segurança. [...] já vi várias cidades darem certo quando há essa proximidade polícia com a comunidade e essa polícia treinada para respeitar os direitos humanos. Isso em outros países, isso tem dado certo.

[...]

Agora, aquela escadaria ali do hotel é uma coisa boa, mas uma coisa ruim ao mesmo tempo, que faz com que... é... população que tem outra cultura venha pra praia aqui. Não que eu diga que "ah, é... nossa praia". Não é isso, mas trazem uma outra cultura de barulho, de bagunça, de droga, de um monte de coisa que o pessoal que paga o imposto aqui não tá acostumado.

[...]

Ela [a polícia] tem que primeiro se unir com quem? Com os moradores, e ver as políticas que podem ser feitas. É... eu acho que o poder não tem que vir de cima pra baixo. Tem que ser os dois juntos, chegarem num acordo, "vamos fazer o que agora?" [sic]. Ouvir as diversas opiniões, fazer isso que você tá fazendo, ouvir as diversas opiniões e chegar num consenso, do que pode ser feito. Aí... a gente vai poder denunciar mais para a polícia, a gente vai poder inibir bagunça. Afinal de contas a gente paga um imposto que eles não pagam, né?

(Silvia, 60 anos, Arquiteta aposentada, Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Na outra ilha, a Ilha do Frade, foram entrevistados um casal de advogados: Rogério e Amanda. Como introduzido, seus discursos são bastante coesos com os discursos dos moradores da outra ilha, declarando uma ideia de eficácia da polícia a partir de sua aderência aos desejos da comunidade. Rogério, que recebeu o entrevistador em seu escritório localizado em um dos prédios comerciais de “alto-padrão” da Enseada do Suá, declarou de trás de sua mesa, com uma bela vista da cidade ao fundo, que avalia bem o policiamento da PMES, com ressalvas que envolvem o acesso de populações periféricas à praia, onde aconteceria não só o uso de drogas, como tráfico e sexo. Para ele seria muito mais efetivo se a PMES se postasse na única entrada e saída do bairro – uma ponte, sem acessos alternativos como a Ilha do Boi. Ou “melhor”, poderia continuar com o policiamento privado que já existe na referida entrada, mas com os agentes privados detendo os mesmos poderes da polícia, principalmente o de portar armas – para poder inibir os “traficantes” que se utilizam da segurança e permissividade dos poucos poderes desses agentes no bairro. Cabe notar que essa é a percepção do morador, pois não há nenhum sinal objetivo destes fatos, inclusive sendo pouco provável haver o referido tráfico de drogas no bairro, pelo menos não como é conhecido o problema do tráfico em grandes centros urbanos. O uso de drogas, por sua vez, é uma realidade, principalmente de maconha e álcool, mas que será melhor explorada na próxima seção.

Não, é... a polícia, no bairro, ela é muito presente, não vou falar que não é presente. É... durante o ano essa atuação varia, no verão há uma atuação mais efetiva, mas eu acho que o trabalho da polícia diminuiria se, por exemplo: o bairro só tem uma entrada e uma saída; se houvesse uma presença mais efetiva da polícia na porta do bairro eu acho que talvez não fosse necessário policiar o bairro todo. Ou seja, a própria presença da polícia inibiria a presença de pessoas que vão lá para fazer uso de drogas e etc.

Então é um bairro que dá segurança para quem vai usar ou para quem vai traficar porque normalmente a polícia não transita, né, é um ponto final. Então acho que as pessoas que vão para fazer, tanto o tráfico quanto o uso de drogas, eles têm meio que um salvo-conduto, uma área segura para fazer isso.

[...]

Entrevistador: Então de certa forma, se vocês pudessem, que a polícia fizesse o mesmo serviço que a segurança privada, isso seria ótimo?

Ou poderia a segurança privada fazer a mesma coisa da polícia, né? Porque assim, que que é minha opinião, né? Não entendo de segurança pública e tal. É, eu sei que a gente aqui, tanto Ilha do Boi como Ilha do Frade, classe média, classe média alta, considerando as famílias que vivem, o potencial de crimes, se você deixar só as famílias ali dentro é baixo, né, o potencial de tiro e etc. Se você colocasse, talvez um policial militar na porta, que de fato inibisse a presença, né, desses meliantes etc, você teria muito mais policiamento disponível para cidade, nos lugares onde realmente precisa do que lá.

[...]

Uma forma de não estar é você permitir que tenha um policiamento ostensivo na porta, porque se você tem um guarda PM, que seja, que iniba essa entrada, você não vai precisar deslocar contingentes para dentro do bairro. Seria um policiamento muito mais inteligente, aí não entendo de política de segurança, mas seria mais inteligente. Por quê? Porque os dez soldados que tem que ir lá diariamente, tanto lá quanto na Ilha do Boi, Ilha do Boi muito mais, que a praia tem muitos usuários de droga, tem comércio, tem não sei o que. Você liberaria essa polícia para outros lugares, para onde realmente precisa, para onde a população tem a necessidade.

(Rogério, 45 anos, Advogado, Ilha do Frade/Vitória, estrato socioeconômico superior).

A sua proposta de policiamento mostra como é importante para ele a questão do controle sobre quem entra e quem sai do bairro. Mostra também como uma polícia efetiva seria aquela que impede a própria presença de pessoas tidas como perigosas. O desejo parece ser um distanciamento total – geográfico e social – da cidade e seus problemas: tráfico, drogas e promiscuidade. Tanto que sob este modelo ideal, considera que seria até mesmo desnecessário a presença de policiamento – privado ou público, ele faz pouca diferenciação desde que o objetivo seja alcançado – no interior do bairro. Sendo assim muito mais eficaz – claro, ninguém acessaria o bairro a não ser os próprios moradores, privatizando (ainda mais) um espaço que, na visão dos periféricos, já se apresenta como uma comunidade fechada e amedrontada – como relatou Marcelo, cuja praia preferida é a da Ilha do Boi:

[...] minha praia preferida é a Ilha do Boi, que fica um pouco mais pra cá [ao sul].

[...]

Entrevistador: Você pode entrar na ilha do boi?

Pode. Ela é um bairro só de mansões. Tipo assim, é absurdo porque na Ilha do Frade, que é do lado, que também é a mesma coisa, tem até uma guarita na porta, na única rua que tem na ilha. [...]. Mas é super tranquilo, você não precisa pedir autorização nem nada. Mas dá um aspecto assim... [...] De que é fechado assim, mas o pessoal [que vai à praia] nem liga. Lá é a praia que mais lotada, assim, estourando. Ontem eu fui, tava abarrotado de gente, fica muito, muito, muito [sic]. Só que aí você vê, lá dentro da Ilha do Boi a única coisa que não é casa lá, que só tem mansão, é o hotel [...] gigantesco, hotel 4 estrelas, assim, de luxo. [...] Tipo assim, em cima assim, no topo da ilha. [...]. Então lá não tem padaria, farmácia, mercado, bar, não tem nada. Nada, nada, nada.

(Marcelo, 22 anos, Auxiliar de hotelaria, Centro/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Anderson, por sua vez, duvida de uma presença intensiva da periferia nestas praias. Para ele a coerção é implícita, simbólica, mas muito sensível para a população, que reflete o controle

imposto sobre ela através do medo, da vergonha e do receio de adentrar espaços onde não é bem-vinda. Essa segregação assume tons mais drásticos quando ele relata as oportunidades de lazer que o tráfico produz neste contexto de imobilidade social. O controle sobre os periféricos que frequentam os dois bairros é tão marcante e conectado com sua ideia de polícia que Anderson nem mesmo sabia que a PMES não ocupa mais a guarita da Ilha do Boi:

Entrevistador: [...] como que o senhor vê a dinâmica... - por exemplo, acabei de ir na Ilha do Boi e uma das reclamações das pessoas é de que a praia da Ilha do Boi é muito frequentada pelas pessoas de periferia.

É, porque tiraram a guarita, até pouco tempo tinha uma guarita lá que impedia as pessoas da periferia de frequentar. Os ricos não querem ter contato com os pobres. Agora, pergunta: quantos homicídios teve na Ilha do Boi nos últimos 10 anos? Nenhum! Nos últimos 10 anos [não], nos últimos 20 anos! O último homicídio que eu lembro foi de um prefeito, de Conceição do Castelo. [...] que matou, prendeu a companheira e depois matou [...]. Último crime que eu me lembro lá da Ilha do Boi.

Entrevistador: Que não tem nenhuma relação com...

... Nenhuma relação com pobreza, com periferia, com tráfico, nada disso. Agora, Ilha do Boi tem policiamento 24 horas [fazendo referência à ausência de policiamento nas periferias].

Entrevistador: Mas é privado [o policiamento], o senhor acha que essa...

Não! Não tem mais a guarita não, na Ilha do Boi?

Entrevistador: Tem a guarita só que é a polícia privada que fica lá.

Não, era a Polícia Militar até pouco tempo.

Entrevistador: Mas saiu.

Saiu?

Entrevistador: Saiu.

Ah, antes era a Polícia Militar.

Entrevistador: Mas a Polícia Militar continua policiando a praia...

É, né?

[...]

Entrevistador: Enfim, era isso que eu ia perguntar: se a saída da Polícia Militar da guarita deu mais liberdade para a população de periferia ir para esses locais...

Eu acho... é... eu acredito que sim. Mas eu acho que a frequência também não é tanto assim não, tá? Acho que o pessoal da periferia é muito tímido, ele é muito... ele tem medo de incomodar, não gosta de incomodar e não se sente bem em espaços que ele não tem o controle. Aqui, por exemplo, você precisa ver o constrangimento das pessoas para irem na minha casa. Elas não se sentem à vontade, elas não se sentem bem de entrar, você vê que a pessoa fica travada assim, né? Porque tá acostumada a ficar isolada. Então, assim, essa frequência não é lá essas coisas, não. Curva da Jurema [a praia ao lado da Ilha do Boi, conectada a ela pela tal escada] sim, é um espaço que

sempre... Camburi [orla muito bonita, porém extremamente poluída], né? Um espaço bem frequentado pelas periferias, mas Ilha do Boi e Ilha do Frade não é tanto assim não. [...] E nem é o roque que a periferia gosta de fazer não. Eles gostam de sair, por exemplo, jovem gosta de sair - agora é uma nova modalidade: eles saem com times e vão jogar no interior, e aí eles também aproveitam para expandir os negócios deles do tráfico no interior através dos times de futebol.

(Anderson, 50 anos, Líder Religioso, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Surpreendente, se analisada com mais calma a confusão de Anderson faz sentido, pois embora a guarita da Ilha do Boi não seja mais espaço da PMES há pelo menos uma década (o bastante para nenhum morador conseguir se lembrar especificamente do ano específico de sua saída), as sinalizações ainda mantêm as características de quando era ocupada por ela, sobrevivendo até mesmo a reformas recentes na estrutura do local. De modo que até hoje, antes mesmo de se chegar até a entrada do bairro, você passa por duas placas – muito bem cuidadas – indicando a presença de um programa comunitário de policiamento, acompanhado do distintivo da PMES (figuras a seguir). Na altura da guarita o estandarte revela mais uma vez o símbolo da PMES, junto das inscrições do destacamento que atende a Ilha. Para quem mora longe, frequenta esporadicamente ou mesmo acessa a ilha apenas pela entrada alternativa, é intuitivo pensar que a PMES está presente diuturnamente em todo o bairro:

Figura 5 – Já no acesso à rua Renato D. Carneiro, que adentra a Ilha do Boi, é possível ver uma placa indicando a presença da PMES, claramente remetendo à ideologia do policiamento comunitário.



Fonte: Google Maps.

Figura 6 – Seguindo a via, antes da guarita a placa se repete, à esquerda.



Fonte: Google Maps.

Figura 7 – A guarita com a inscrição do 1º Batalhão – 3ª Companhia, destacamento da Polícia Militar responsável pelo policiamento da Ilha do Boi. A presença da PMES nesta guarita, segundo os entrevistados, se resume aos símbolos e inscrições.



Fonte: Google Maps.

A moto vermelha, visível na Figura 7, provavelmente é de propriedade do(s) agente(s) que hoje assume(m) os turnos no posto de policiamento, recebendo informações dos colegas que patrulham o interior da ilha ou atendendo os chamados dos moradores. Assim, é curioso que mesmo com a possibilidade de ligar diretamente para a PMES, os moradores relataram

sempre ligar primeiro para a guarita. Se há alguma emergência na qual o uso da força possa ser necessário, a guarita chama a PMES, conforme o protocolo padrão informado pelos entrevistados – Rogério inclusive foi presidente da associação de moradores da Ilha do Frade, o que significa ser também o “chefe” da polícia no bairro.

Ademais, também há uma guarita na entrada da Ilha do Frade, só que sem os adornos simbólicos da PMES encontrados na Ilha do Boi. Lá o ambiente intimidatório tem os traços simbólicos característicos das empresas de segurança patrimonial: estandarte preto com o nome da empresa em letras garrafais – que usa o mesmo nome da inscrição do grupo de operações especiais contra roubos e assaltos da Polícia Civil de São Paulo – e placas informando a presença de câmeras em todo o bairro. Nem sinal de simbologia da PMES:

Figura 8 – Entrada da Ilha do Frade. À esquerda, a estrutura usada como guarita, que diferente da Ilha do Boi, exibe apenas um estandarte da empresa de segurança patrimonial (privada), responsável pelo policiamento no bairro. No lugar das referências à PMES, a Ilha do Frade parece apostar em placas de aviso sobre a vigilância por câmeras.



Fonte: Google Maps.

Parece que nas estruturas cognitivas dos entrevistados, a polícia assume uma função muito específica na produção e reprodução da ordem social das duas ilhas: controlar as populações forasteiras tidas como perigosas, e se possível, tornar o acesso ao bairro mais restrito para elas. Sem um contexto de crimes violentos, a proteção patrimonial é feita de maneira bastante efetiva por meio da segurança privada. De modo que os problemas da ordem estão, sempre, ligados de alguma forma com as consequências da existência de um ‘espaço público

aberto ao público' muito frequentado, no interior do bairro. Pode-se dizer que os entrevistados demonstraram um apelo sentimental a expectativa de um bairro fechado, mais parecido com um condomínio do que um bairro propriamente dito. A percepção de privatização do espaço é tão clara que os moradores mesmos destacam que é a polícia privada da associação de moradores quem vigia as ruas – que também são espaço público, cabe lembrar –, havendo uma clara separação informal de espaços sob responsabilidade da empresa contratada e da PMES. Portanto, de um lado a segurança privada é responsável pela vigilância, enquanto a polícia pode se concentrar nos espaços em que seu mandato público é mais efetivo do que os poderes privados, mas que não parecem – como as placas indicam – “para o bem-comum”.

Uma vez investida desta função implícita, a avaliação sobre os serviços da PMES gira em torno da capacidade de alcançar os objetivos específicos que a ela competem, sendo assim vista como inefetiva dentro do bairro. Entretanto, os moradores parecem também entender que os problemas que veem no bairro estão além das atuais capacidades e limites da solução policial. Isso significa que, mesmo intuitivamente, entendem que o problema não é exatamente da PMES e seus agentes, que fazem o possível dentro do que é permitido, mas que ela poderia ser mais efetiva se houvessem mudanças nos fundamentos normativos de sua governança nos espaços do bairro, ou seja, na política da polícia no bairro: permitindo que a polícia assuma os interesses dos moradores como norte operacional, e como consequência, se volte para o controle de pessoas/populações tidas como perigosas.

Na próxima seção, os sentidos morais desta função e percepção de efetividade no cotidiano dos entrevistados, expressos por seus discursos, são aprofundados.

4.3.2. Confiança

Uma vez dito que a polícia pública (PMES) assume um papel/função muito específica, modulando suas avaliações e representações, no caso, o de controle das populações forasteiras que frequentam as praias dos bairros e assim, se tornam produtores de medo nessa população. Quando os entrevistados falam da polícia, o sentido de suas falas está, sempre, voltado para o controle destes espaços e seus frequentadores. Esse é o objetivo dessa seção: mostrar o sentido moral das avaliações. Até aqui mostramos quais são as estruturas superficiais de seus discursos, agora, a discussão é sobre os valores que guiam a avaliação sobre a polícia. A cultura e os comportamentos reprovados pela comunidade explicam esses sentimentos, mas em parte. Os crimes e riscos que esses comportamentos geram, na realidade muito raros no bairro, por vezes parecem amplificados pelos entrevistados, talvez como estratégia discursiva para tornar mais

neutro, ou legítimo, um discurso que se revela sob um sentido de segregação de classe e contornos de patrimonialismo – expressado no despreço aos valores públicos da governança política, e conseqüente defesa de uma segurança “pública” voltada para a defesa de privilégios e interesses particulares dos “estabelecidos”. No fundo, os moradores das Ilhas do Boi e do Frade compreendem a polícia como uma instituição voltada – e capaz – de manter os indesejados longe do bairro.

Um primeiro sinal desse sentido segregacionista é a tendência que todos os entrevistados mostraram de incorporar suas preocupações sobre essa presença forasteira, para objetos inanimados. Foi o que aconteceu com Heloísa, que destacou “a droga” como o maior problema do bairro. Sílvia, por sua vez, declarou que o maior problema de segurança do bairro é “a escada”, que num primeiro momento, talvez ponderando o fato da escada servir aos banhistas da Curva da Jurema, disse ser uma coisa “boa e ruim ao mesmo tempo” – boa para os frequentadores, ruim para os moradores. Já na Rogério, da Ilha do Frade, descreveu um bairro cuja presença de “traficantes” é um problema cotidiano que tira o sono dos moradores. Já Amanda, sua esposa e a outra entrevistada da Ilha do Frade, quando perguntada sobre os riscos que enfrentam na cidade como um todo, demorou para demorou para encontrar memória (não só ela como seu marido, Rogério), mas reclamou da presença constante de moradores de rua e pedintes nas ruas em que passa. Um problema que realmente vem se agravando em Vitória/ES.

O que eu vejo sempre, o que eu fico preocupada, é eu dentro do carro, sabe, qualquer sinal que você para, chega uma pessoa no vidro para pedir dinheiro. Você para na farmácia vem uma pessoa, te aborda. Então essa coisa de tá entrando no carro, sabe, dentro do carro, eu to sempre... [...], tem o crackeiro que te aborda sabe? [sic]. Que vem te pedir um dinheiro, sabe? [...] Muito morador de rua. [...] Aqui tem muito, muito, muito! Praia do Canto também, sabe? "Ah, preciso do dinheiro, não sei o que", aquela abordagem que, sabe, você fica assim... [...] Que nem, essa semana, parei na Farmácia e aí vem uma pessoa e "ah, ta precisando, não sei o que". Sabe? Então tem muito essa abordagem. Né?

[...]

Entrevistador: Então a presença desses moradores de rua é [...] um dos [piores] problemas...?

Para mim sim, para mim sim, sabe?

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Dizer que a ideia de polícia do estrato socioeconômico superior está, mesmo que implicitamente, voltado para o controle das populações que acessam “seu” espaço, principalmente pobre e periférica, não significa dizer que a confiança dos moradores não carrega traços propriamente instrumentais. Uma vez que veem essas populações como

produtoras de criminalidade e violência, a presença da polícia (confiada como capaz de controlar tanto a criminalidade quanto a violência) é capaz de produzir reconhecimento e sensação de segurança. Heloísa, por exemplo, mesmo que veja a PMES menos eficiente na resposta a comunidade do que a segurança privada, entende que a visibilidade da polícia nas ruas é essencial para sua sensação de segurança. Não só isso, vê também que nos tempos quando a polícia ocupava a guarita do bairro, sentia-se mais segura porque o policiamento era garantido pelas duas agências: privada e pública. De modo que a sensação de segurança com a presença física e visível da polícia é muito importante: “Com a polícia me sinto segura. Com a polícia me sinto segura.”

O fundo moral da avaliação da polícia começa a se revelar quando ela é instigada a avaliar o serviço da polícia frente aos problemas que ela considera importantes para a paz da comunidade. Quando o assunto é correspondente aos perigos que vê no bairro – no caso, a droga – passa a avaliar o serviço da polícia sob outros termos: “em relação à droga a polícia não faz nada. A polícia tá ali, mas ela só tá vigiando.” Mesmo com a presença da polícia no bairro restrita ao espaço em que a drogadição ocorre, não é sentido eficácia da polícia no combate ao problema, muito pelo contrário, vê uma atuação condescendente. A presença de um outro indesejado e perigoso, simbolizado pelo uso de drogas (das ilícitas, só foi citado maconha, o que não é exclusividade das praias das ilhas, ou mesmo de Vitória) acontece em parte pela permissividade da Polícia Militar, que não atua como deveria, pelo menos como a entrevistada acredita ser o ideal. Ou seja, para ela a polícia tem capacidade de solucionar o problema da droga, não o faz porque simplesmente não quer, como se fosse um fruto de uma decisão racional, ao alcance, mas sob um custo alto ou indesejado para o tomador dessa decisão.

Provavelmente Heloísa não é a favor de uma ‘solução policial’ para os usuários de drogas, pelo menos não quando os usuários são “do morro” – o que ajuda a revelar o argumento de um sentido segregacionista em seu discurso. Tentando investigar a conexão entre a atuação da polícia e a sua percepção da droga enquanto problema social (e policial), foi perguntado a Heloísa se a comunidade nunca tentou se organizar para dar alguma resposta a esse problema. Ela então explica que antigamente o problema não incomodava porque os usuários eram de classe média, “mauricinhos, os filhinhos de papai que aí vinham de carro, paravam o carro no canto fumar.” Ou seja, o problema real não é a droga, mas quem usa a droga.

Entrevistador: E por que você acha que a polícia privada ou a população não se mobiliza contra essa... ou vocês se mobilizaram e não conseguiram...?

Não, nunca. Nunca fizemos nada. Na verdade, nunca incomodou tanto igual tá incomodando agora. É... mas eu não sei, eu acredito que a gente tá esperando passar.

A gente acredita que em um certo momento eles vão sair dessa praia e vão para outra, assim. Porque a quantidade que tá hoje, tá incomodando. Antigamente não, antigamente as pessoas vinham usar drogas, mas não era tanto quanto é hoje, assim.

Entrevistador: E não afetava a segurança pra vocês.

Não afetava, exatamente. Antes vinha a classe média, os mauricinhos, os filhinhos de papai, que aí vinham de carro, paravam o carro ali ia lá no canto fumar. Hoje não é mais, então por isso...

Entrevistador: É a galera do morro?

É a galera do morro que desce pra usar droga. [...]

[...]

Entrevistador: E você acha que essa... vamos dizer assim, essa piora no uso da droga aqui na praia, tem a ver com a saída da polícia daqui ou...

Então, tem, porque sempre teve [polícia militar]. Mas igual to falando, é... tinha dos filhinhos de papai, pessoas que vinham no carro, que tinham medo. Não era que nem é agora, agora ninguém tem medo, todo mundo usa. Antes era errado também, mas as pessoas vinham e elas faziam com medo. A polícia chegava, na mesma hora saíam de perto, é... Agora, eu sei porque eu tinha amigos que vinham e me contavam. Agora não. Agora se você chegar lá agora tem gente fumando maconha lá. Agora tá liberado. Agora ninguém tem medo.

Entrevistador: Uhum... e por que você acha que a polícia não faz nada?

Porque eu acho que não incomoda, acho que não incomoda.

Entrevistador: Mesmo incomodando tanto assim vocês?

É... mesmo incomodando a gente... na verdade, se tiver usando droga não tá roubando, sabe? Então vai e usa droga. Mas nesse momento tá incomodando, nesse momento tá incomodando porque a praia tá inabitável, tá ruim, você chega na praia e gente usando droga. Como você vai com criança na praia com gente usando droga? E a droga trás outros riscos pra gente, né? Então nesse momento sim, tá incomodando.

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Percebe-se claramente dois pesos e duas medidas na avaliação dos riscos sobre os usuários de maconha da praia: quando os usuários e frequentadores eram das classes abastadas, não havia grandes problemas. Como a presença hoje é das classes periféricas, a reclamação toma tons de desordem, de verdadeiro caos no cotidiano das Ilhas – longe de ser real, pelo menos fora da cabeça de seus moradores. Ou seja, rico fumando maconha na praia é visto como lazer; já quando é o pobre, provavelmente é “traficante” ou é “bandido” – afinal, se acredita que a polícia “não faz nada” pois “se tiver usando droga não tá roubando”, é porque vê a predisposição dessas populações para o comportamento criminoso. O exemplo de como esse medo mora muito mais na cabeça das pessoas do bairro (que associam uma coisa à outra) do que na realidade objetiva da segurança do bairro, foi dado pela própria Heloísa. Logo quando

disse que “é a galera do morro que desce pra usar droga”, emendou um caso em que basicamente narra um conflito por causa de... uma bola de futebol – não foi assalto, arrastão, tráfico, mas o fato de estar jogando futebol na praia. No fim, a entrevistada sintetiza o seu incomodo com uma polícia que está preocupada em atender ocorrências, e não controlar espaços e pessoas. Como solução, o bairro recorreu aos salva-vidas, que agora aconselham e controlam informalmente o horário permitido para se jogar futebol na praia do bairro:

Entrevistador: É a galera do morro?

É a galera do morro que desce pra usar droga. Teve um caso aqui, há pouco tempo atrás, acho que no verão do ano passado, que um morador da I.B reclamou sobre... que tinha umas pessoas jogando altinha na praia e tava ruim, porque a bola ia nas pessoas né, às vezes família com criança. Aí ele fez um vídeo e postou na internet falando: "ah, vocês que vem jogar altinha na I.B". Gente, esse vídeo viralizou, falaram que iam pegar ele, que iam matar ele, não sei o que, por causa... Realmente incomoda e ele reclamou de uma coisa que tava acontecendo no bairro dele, tudo bem que a praia é pública mas tava incomodando, aí ele passou a correr risco de vida. É... agora, pouco tempo atrás, teve um caso... foi agora, nesse verão, que chegou a ter uma briga mesmo de umas pessoas que vieram, tava jogando altinha, a bola acertou um senhor e esse senhor foi reclamar e de repente virou uma briga danada, um bolo de gente brigando. A polícia veio, mas... depois que já tinha acontecido. Aí hoje tem um guarda-vidas, é... salva-vidas, na praia. Se não me engano nessa praia são dois. Aí quando começa alguém a jogar bola ele já vem e fala que não pode, não tá permitido até algum horário, se não me engano até às 16h não pode. E aí as pessoas respeitam, não jogam, na hora que ele vem, fala, ele fala e param. Esses dias eu tava na praia, e vi que ele veio, falou com um rapaz, aí eles pararam, o rapaz até falou que eles queriam: "ah eu queria ter jogado a bola na cabeça dele, não sei o que... Quem é ele pra falar!" Aí o pessoal falou: "pô, mas tem que respeitar". E ele ficou numa boa. Mas não eram moradores daqui... e aí, vai sendo assim, a polícia..., mas a polícia tá ali, mas nesse caso, só aparece quando [...] acontece a confusão.

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

O estigma se revela também no apelido que o local preferido por estas populações periferias ganhou, nos últimos anos: o “maconhão”.

Eles chamam ali de... aí tem um nome, meu pai que fala... tem um canto da praia que eles se referem à maconha assim... esqueci o nome... [...] Maconhão! É maconhão!

Entrevistador: Maconhão?!

Isso. [risos]

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

O “maconhão” foi citado por um dos frequentadores “do morro” da Ilha do Boi, Marcelo, que deu a versão dos periféricos sobre essa cena nas Ilhas. Sua fala é simbólica: ele sente o controle e a vigilância, porém, a resiliência fala mais alto frente a um controle tão

“difuso, disperso”, que diz muito mais sobre o medo extremo da elite do que sobre as ocorrências do bairro, expressado não só nos objetivos da polícia como até mesmo na arquitetura das casas. De modo inverso, revela que os frequentadores dos morros também criam um universo simbólico para significar aqueles “mauricinhos” medrosos, cuja praia preferida ganhou o apelido de “Bervery Hills”. Se a presença dos pobres são simbolizados nos discursos da elite através dos signos da droga, do tráfico e da “bagunça”, essa população não só sabe que é vista com desconfiança, como reafirma e se reconhece nessa identidade ao tirar sarro da pompa e finesse que os nativos ensejam – onde jogar “altinha” na praia é motivo de vídeo de contestação em rede social, por exemplo.

Para simbolizar essa distância entre o mundo dos pobres e dos ricos, vista como consequência de uma estrutura de poder voltada para essas elites, Marcelo usa como exemplo – em tom irônico – o caso que ficou famoso durante o motim da PMES: o carro de som pedindo paz; que durante o evento, dividia espaço nas redes sociais junto das dezenas de vídeos de assaltos, arrastões, depredações e até mesmo homicídios. De certo modo, isso revela como Marcelo e outros frequentadores dessas praias sentem e se colocam no interior da disputa simbólica por estes espaços públicos, onde a polícia surge para eles como uma agência garantidora dessa bolha social dos ricos. É interessante notar também que a vigilância, a disputa simbólica, e o medo intenso que reconhece nas pessoas ricas não o impede de qualificar as praias como “uma coisa democrática, assim, que uma parte que você vê as madames bebendo uma tacinha e, do outro lado, tem a parte que eles chamam de maconhão, que é onde fica os meninos [risos].”

[...] Mas, é muito doido a Ilha do Boi porque é um lugar que as pessoas da periferia vão para lá tomar banho. Porque, realmente, a praia é sensacional. Então você vê só os menino da periferia, basicamente [sic]. E isso é muito doido, né? Como que a praia é uma coisa democrática, assim, que uma parte que você vê as madames bebendo uma tacinha e, do outro lado, tem a parte que eles chamam de maconhão, que é onde fica os meninos [risos]. E o pessoal queimando horrores de maconha. Todo mundo ali no mesmo, sabe? Provavelmente nessa época aí [da greve, assunto inicial da conversa] só quem ia para a praia era o pessoal que já morava lá, que não vão porque tem muita gente. Eles não vão para a praia de lá.

Entrevistador: Mas então a população não vê como ameaça a galera da... como que é essa relação periferia e elite?

Vê. Vê. Mas é tão difuso, disperso essa forma de controle que eles têm, eu imagino, do tipo, câmera e eles tem segurança, as casas... você chegou a ir na Ilha do Boi?

Entrevistador: Ainda não, mas eu quero ir lá.

Vai lá, é muito bonito, na verdade, as casas... eu acho sensacional ficar olhando para elas. É... várias delas são, tipo assim, pela arquitetura que eles possuem. [...] Então, quando eles já os construíram já pensaram que esse tipo de coisa poderia acontecer. [...] *Esse problema aí eles já não vão ter, tipo assim, ter o contato, né, com as pessoas*

que vem de fora. [...] Eles mesmos... olha para você ver se tivesse isso, né. Eles mesmo não podem ir na Praia da Poça aqui [praia "secreta" da Ilha do Frade]. Eles de vez em quando ficam meio assim. Tem um lugar na praia da poça que se chama *Beverly Hills* [risos].

Entrevistador: Por quê? [risos].

[risos] você passa lá. Eu só passei, não tive nem vontade de sentar naquele lugar. Porque as pessoas mesmo bebendo um 'Chandon' [champanhe], assim, na tacinha [imitando beber a taça com o dedo mindinho levantado], e os cara malhadão, assim... as mulher loirona, assim, aquelas bem perua mesmo, assim, com os óclusão, assim [sic]. Eu acho até engraçado olhar. Acho sensacional também. Mas essa galera, que é daquela parte ali de Beverly Hills, tem pavor de ir na outra parte da Praia da Poça, [...]. Eles têm pavor para a Pedra da Sereia, que é a outra ponta. A Beverly Hills é uma ponta da meia lua e a pedra da sereia é a outra ponta. Porque lá é onde vai a... tipo assim, tem muita gente para cá, pra Vitória, da periferia, mas a maioria vai pra Vila Velha, para a Pedra da Sereia. Então você vai lá eles falam que é os farofeiro, sabe? [sic]. As famílias com 5 crianças, as crianças correndo, todo mundo parecendo um frango empanado assim, sabe?

[...]

É maravilhoso, também. É uma outra vivência de praia que é sensacional – e eles têm pavor. [...] Eles abominam ir para pedra da sereia, sabe? Eles não gostam não. [pausa]. Teve uma época... uma época não. No meio dessa coisa da greve aí, para você ver a forma como as pessoas reagem às situações. [...] *Lá em Jardim da Penha* [bairro de classe média alta], na época, eles colocaram um...um... carro de som, que saía na rua com jato de luz, assim, formava a frase: "sem medo". Aí saía tocando 'Imagine' [risos].⁵¹ E tipo, aquilo ali para eles, é tipo, sabe? Você chegou a ver aquele meme que a Paola Oliveira [atriz] pinta a unha de branco pela paz, assim? Ela colocou uma unhazinha assim de branco, sabe? [risos]. Aí na cabeça deles é tudo que eles podem fazer, o máximo possível.

(Marcelo, 22 anos, Auxiliar de hotelaria, Centro/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

A fala de Marcelo mostra como a população periférica reconhece uma elite pouco interessada, de fato, com os problemas da sociedade geral, principalmente os seus problemas, dos jovens, pretos e pobres. Os contatos são descritos sob o contexto de medo e confronto, nunca de coalizão e convivência. Isso demonstra um pouco da grande segregação socioespacial que há na região metropolitana de Vitória/ES, e que Marcelo narrou bem, onde os ricos não sobem os morros e os periféricos são vistos com desconfiança. No meio dessa disputa simbólica, a polícia acaba responsabilizada pelo impasse. No relato de Heloísa, a seguir, ela mostra que não entende os frequentadores das praias. Mesmo com tantos obstáculos – o ônibus que não entra mais no bairro em horário comercial, a distância percorrida até a não menos cansativa escada, depois da bela Curva da Jurema; as blitz recorrentes da PMES na avenida que dá acesso pelo trânsito ao bairro, o seu policiamento nas praias – eles continuam preferindo a

⁵¹ https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/02/09/interna_politica,846155/carro-de-som-toca-imagina-e-pede-paz-nas-ruas-desertas-de-vitoria.shtml <Acesso em: 20/01/2021>.

Ilha do Boi: “por que que não pega a praia lá em baixo?” Pergunta que ela mesmo tratou de responder em seguida: “porque aqui a polícia não vê nada, vamos supor. A polícia vê né, mas ali é legalizado usar droga. Assim, a gente fala isso, que é legalizado. Que ali no cantinho do maconhão...”

Mesmo Silvia, que defendeu ferrenhamente um “policimento comunitário” para o bairro, pois vê que isso dá certo em países desenvolvidos como Japão e Suíça, acabou por catalisar a ideia do “programa” para o papel – e as expectativas – que estamos vendo no bairro: atender aos desejos segregacionistas dos moradores, impedindo que determinadas pessoas usem o espaço público.

[...] Não que eu diga que "ah, é... nossa praia". Não é isso, mas trazem uma outra cultura de barulho, de bagunça, de droga, de um monte de coisa que o pessoal que paga o imposto aqui não tá acostumado. [...] Pessoal vem com uma cultura de funk, que é uma cultura que eu acho que, não é porque eu seja contra, mas é uma cultura que não acrescenta. E bem alto, como quem diz "eu to aqui, eu vou extrapolar os seus limites". [...] Ela [a polícia] tem que primeiro se unir com quem, com os moradores, e ver as políticas que podem ser feitas. É... eu acho que o poder não tem que vir de cima pra baixo. Tem que ser os dois juntos, chegarem num acordo, "vamo fazer o que agora?". Ouvir as diversas opiniões, fazer isso que você tá fazendo, ouvir as diversas opiniões e chegar num consenso, do que pode ser feito. Aí... a gente vai poder denunciar mais para a polícia, a gente vai poder inibir bagunça. Afinal de contas, a gente paga um imposto que eles não pagam, né?

(Silvia, 60 anos, Arquiteta aposentada, Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Mas note que o cálculo decisório para a política de policiamento, para ela, se dá entre “os dois juntos” – no caso, entre os moradores da Ilha do Boi e a polícia. Os frequentadores da praia, ou seja, os policiados e seus interesses, não entram na ‘conta’ desse policiamento comunitário. Pelo contrário, não passam de objeto. Como conclusão, fundamenta seu discurso através da lógica patrimonialista do “pagador de impostos”, usando-se disso como legitimação para se colocar em uma posição social privilegiada, que merece uma atenção que ‘os outros’ não merecem. Deste modo, o policiamento comunitário da entrevistada pode carregar um fundo pernicioso, onde a proximidade dos policiais com a comunidade seja voltado para a repressão e privatização dos interesses destas instituições de Estado, e não a garantia e construção de uma segurança pública que não tenha vieses segregacionistas que reduzam populações a espaços específicos e controlados.

Esses valores e interesses excludentes, voltados para a questão do acesso de terceiros ao bairro, também dão a tônica dos relatos da Ilha do Frade. Rogério vê uma PMES “muito presente”, entretanto, considera que sua presença não é efetiva. Sempre destacando sua

preocupação com o uso e o tráfico de drogas, ele acredita que a polícia conseguiria ter maior sucesso no policiamento se simplesmente se postasse na única entrada e saída do bairro. No fim, a fala de Rogério parece propor como solução para o problema da droga, o controle das pessoas que supostamente são as responsáveis por trazê-las. De modo que sua preocupação parece ser muito mais o controle dessas pessoas do que propriamente a repressão do uso e tráfico de drogas. Para ele, a solução do problema da droga no bairro se daria através do controle do acesso “de pessoas que vão lá para fazer uso de drogas e etc.”

[...] a polícia, no bairro, ela é muito presente, não vou falar que não é presente. É... durante o ano essa atuação varia, no verão há uma atuação mais efetiva, mas eu acho que o trabalho da polícia diminuiria se, por exemplo: o bairro só tem uma entrada e uma saída. Se houvesse uma presença mais efetiva da polícia na porta do bairro eu acho que talvez não fosse necessário policiador o bairro todo. Ou seja, a própria presença da polícia inibiria a presença de pessoas que vão lá para fazer uso de drogas e etc.

(Rogério, 45 anos, Advogado, Ilha do Frade/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Isso indica que o problema não é exatamente a droga (pelo menos não só), em um sentido estritamente instrumental, mas (também) a presença de pessoas indesejadas, vistas como responsáveis por trazer consigo a droga. Para Rogério, acabar com os problemas do bairro é sinônimo de impedir a presença da população que os produz. Por isso, é um problema que a polícia deve cuidar: controlar determinadas populações – seja oprimindo diretamente seus comportamentos ‘de risco’ (uso de drogas, som alto, “bagunça”, jogar futebol); seja controlar seu acesso às áreas onde não são bem-vindos e que lhes permitem expressar estes comportamentos.

Sob o que pareceu um medo extremo de vitimização, Rogério pinta o quadro da segurança na Ilha do Frade em cores pesadas e, por vezes, exagerada. De modo que ele dá como certa uma presença excessiva de drogas no bairro. Não só isso, vê o seu bairro como uma área segura para o tráfico, afinal, “é um lugar que não tem polícia [pública]”. Ou seja, a ausência da polícia pública significa, de algum modo, uma maior liberdade dessas populações produzirem criminalidades – mesmo sob uma presença intensa de vigilantes e das tecnologias de controle como câmeras. Assim, ele parece entender que as estruturas privadas de segurança no bairro acabam por oportunizar uma maior liberdade para os crimes envolvendo drogas.

Aham. Então é isso assim, o bairro, por dar essa segurança, a pessoa também que quer fazer a coisa errada, a gente tem a segurança privada, polícia não vai, então "ah, vou usar drogas lá dentro... [...] vou entregar a droga, né? Lá dentro, marco o encontro lá, porque é um lugar que não tem polícia".

(Rogério, 45 anos, Advogado, Ilha do Frade/Vitória, estrato socioeconômico superior).

É difícil comprovar o que diz Rogério. Claro que pode haver tráfico no bairro, mas obviamente não como estamos acostumados a imaginar um local de tráfico – tal qual os dos morros de Vitória e região – longe da proteção geográfica e coercitiva pelos agentes do tráfico nos morros, onde não há presença intensiva e constante da polícia e muito menos pessoas ricas (e suas agências privadas de segurança) para suspeitarem de qualquer atitude suspeita. Entretanto, para o entrevistado, o morro e a Ilha do Frade são parecidos nos riscos e nas necessidades de segurança, demonstrando o nível de distância social que as camadas mais ricas têm do cotidiano violento das periferias de Vitória. Como síntese, desenha o que seria seu modelo ideal de policiamento para toda a cidade, sem discriminações entre os morros e as ilhas: controlar o ir e vir dos indivíduos, o acesso aos espaços, de modo que se possa capturar os “traficantes” e “bandidos” que ameaçam o desenvolvimento e a tranquilidade destas regiões.

Porque assim, que que é minha opinião, né? Não entendo de segurança pública e tal. É, eu sei que a gente aqui, tanto Ilha do Boi como Ilha do Frade, classe média, classe média alta, considerando as famílias que vivem, o potencial de crimes, se você deixar só as famílias ali dentro é baixo, né, o potencial de tiro e etc. Se você colocasse, talvez um policial militar na porta, que de fato inibisse a presença, né, desses meliantes etc, você teria muito mais policiamento disponível para cidade, nos lugares onde realmente precisa do que lá. A gente faz uma analogia, aqui tem uma escola que tá muito próximo dos morros que o próprio dono falava: "ah, você para subir o morro, você precisa de autorização do traficante. Cara para entrar no meu bairro, ele entra armado, trafica dentro do bairro, e... e aí?" Aí depois se contrapõe: "ah não, no morro..." Qual a diferença? São bairros! Pra eu subir no morro eu preciso, eu participei de um projeto social lá e fui algumas vezes lá em cima: tinha que subir de vidro aberto. E os caras. Você entra no bairro com famílias, com crianças. Assim, e o potencial do bairro, se você for lá agora, tem noiva tirando foto, tem criança dando comida pra patinho e etc. O ideal seria que você tivesse uma segurança muito... se você tivesse alguém que inibisse a ida. Por quê? Porque de uma hora para outra pode sair um tiroteio e acertar uma criança que tá no lago, que não é morador de lá. Você pode ir lá. 90% das pessoas que estão lá agora tirando foto, dando comida aos patos na lagoa, etc, eles não são moradores. Essa população, que bom que tá lá, mas traficante o ideal é que não esteja. Uma forma de não estar é você permitir que tenha um policiamento ostensivo na porta, porque se você tem um guarda PM, que seja, que iniba essa entrada, você não vai precisar deslocar contingentes para dentro do bairro. Seria um policiamento muito mais inteligente, aí não entendo de política de segurança, mas seria mais inteligente. Por quê? Porque os dez soldados que tem que ir lá diariamente, tanto lá quanto na Ilha do Boi, Ilha do Boi muito mais, que a praia tem muitos usuários de droga, tem comércio, tem não sei o que. Você liberaria essa polícia para outros lugares, para onde realmente precisa, para onde a população tem a necessidade.

(Rogério, 45 anos, Advogado, Ilha do Frade/Vitória, estrato socioeconômico superior).

É interessante como esse “traficante” e “bandido” é um ser abstrato, despossuído de individualidades ou traços que o identifiquem a coletividades – origem, raça, sexo, idade, classe, sociabilidades, etc. Para o entrevistado, o ‘traficante’ parece carregar um signo que lhe identifica à distância – um indivíduo que sempre vem de fora e cujas características são indissociáveis. Como conclusão, a população do estrato socioeconômico superior demonstra confiar na polícia sob estruturas profundamente expressivas, morais. O medo da presença dessas populações faz com que a leitura da confiança instrumental que demonstram na polícia – cabe dizer, legítimas: drogas, tráfico e outros crimes são realmente problemas graves de muitos bairros e ninguém quer morar em um castigado por eles – se revela muito menos como uma lente sob a qual eles significam as relações com a polícia, e muito mais como uma estratégia cognitivo-discursiva para legitimar uma perspectiva excludente de ordem social, com uma clara divisão simbólica – externada pelos signos de classe e, inevitavelmente, de cor⁵² – entre os estabelecidos e os ‘outsiders’. Uma vez dividida e hierarquizada a ideia de ordem social – como destacamos na introdução, bastante coesa –, tem-se como consequência lógica a ideia de polícia: a agência que deve dar vazão a estes interesses privados – o que, por si, significa que o sentido público de governança da segurança não faz parte do horizonte ético desta população. Pelo contrário, confiam na PMES como solução para objetivos condenáveis sob a ótica republicana/democrática: controlar o ir e vir, manter indivíduos sob suspeição tácita, porém não menos explícita – que já ocorrem, através de diversas estratégias.

Por fim, sob a ótica de uma ordem social vista de maneira mais ampla, sob os valores modernos, o fato de a polícia não corresponder inteiramente aos desejos desta população parece ser um ponto positivo para a instituição, que se mostra minimamente autônoma frente aos desejos daqueles que detêm maior voz na sociedade: as elites político-financeiras.

⁵² Durante a entrevista de Silvia, um momento foi marcante. Ela iniciou defendendo que a segurança no Espírito Santo era deficitária por ser um estado que “tem influências de pessoas de fora”, “embora aqui em Vitória seja uma colonização alemã e italiana.” Foi perguntado, então, como isso afeta a segurança da cidade, o que foi respondido: “os costumes são diferentes. Eu acho que de onde você vem a cultura é mais enraizada [o entrevistador é natural do Paraná]. *Tem menos ne...* onde tem menos litoral eu acho que tem menos bagunça [risos].” Aqui, me parece que há um ato falho: ela *quase* falou negro. Está claro na gravação que ela inicia com “nê”; há então uma pausa, logo depois ela reinicia a frase falando “litoral”; “li” e “nê” são sons bastante distintos. Ela continuou: “Por incrível que pareça acho que o sol o mar faz a pessoa se descontrair demais e ficar assim a vontade, nisso tem mais roubo, tem mais pessoas distraídas, tem mais... é... essa consciência de “ah, vamo leva...[sic]”, acho que tem muito isso.” Racismo ou determinismo geográfico?

4.3.3. Justiça

Através dos discursos das classes abastadas, é possível notar como o papel que se espera da polícia é voltado para a proteger das populações ricas e controle das periféricas, que concentrariam os “bandidos”. Mas como analisam o tratamento da polícia com a comunidade – interna (bairro) e externa (cidade)? Essa seção tenta desenhar o sentido dos discursos externados sobre esse tema.

Eles admitem que são muito bem assistidos pela polícia, embora haja problemas na atuação. Heloísa acha que o policiamento provido pela PMES é de boa qualidade, embora haja muito o que melhorar, ela coloca as diferentes realidades em proporção: “no meu meio social acho que é satisfatória. A maioria é satisfatória para a polícia. A guarda municipal ajuda muito também, ajuda muito!”. Rogério, Amanda e Cristine também avaliam bem a polícia no contexto do bairro, em perspectiva com o que veem no resto da cidade. Entretanto, é nítido no conjunto dos discursos que há três mundos na região da Grande Vitória: o mundo dos ricos – na faixa de areia da orla de Vitória e Vila Velha principalmente, em que moram a elite financeira do estado; o mundo da periferia de Vitória/ES – o morro de S. Benedito, o Território do Bem; Região da Grande São Pedro –, onde há muita pobreza, violência e tráfico de drogas, só que não tanto quanto o terceiro e último mundo simbólico: as periferias das periferias, as comunidades pobres de Serra/ES, Cariacica/ES e Vila Velha/ES, que concentram a ideia de violência urbana e seus estigmas.

A acumulação social – e assim, simbólica – da violência nestes espaços é tão grande que os moradores ricos de Vitória tratam com naturalidade o fato de não se sentirem seguros a adentrarem estes bairros. Para eles, é um mundo à parte, com tons sombrios. Heloísa, por exemplo, diz que:

Nós não frequentamos certos bairros, tem bairro que a gente não entra. É... Por exemplo, no meu trabalho às vezes eu preciso ir até um cliente, e dependendo do bairro o cliente que tem que vir até mim, entendeu? Não vou. A gente tem esse cuidado. E isso não é na Grande Vitória, isso é mais em alguns bairros de Vila Velha, Cariacica, na Serra.

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Nesta ordem social, a ausência da polícia nas periferias acaba naturalizada no universo simbólico da sua atuação na sociedade capixaba, se fazendo presente sempre apenas através da figura da guerra ao “crime”. Assim, para eles, os morros são “terra sem lei”, onde a polícia “sobe algumas vezes”. Os conflitos ganham importância – e geram medo – para as populações

mais abastadas quando as comunidades, principalmente do Território do Bem (cujo nome oficial é Complexo da Penha, em referência ao bairro mais famoso – e violento da região), descem o morro e atrapalham o ir e vir dos abastados ao fechar a Av. Leitão da Silva como forma de protesto; com o morro invadindo e desrespeitando o “asfalto”

Heloísa: Mas aí no morro a gente sabe que eles andam armados... é terra sem lei [risos].

Entrevistador: É? A polícia sobe os morros? Atua nos morros?

Heloísa: Algumas vezes. Algumas vezes. Normalmente, por exemplo, no bairro da Penha [vizinho a S. Benedito, bairro de Lourdes] mesmo. Uma vez mataram um traficante, lá. Aí o morro desce, aí fica a briga da polícia do morro, aí ninguém passa naquela rua, na Leitão da Silva por exemplo, que é uma Avenida super movimentada, ninguém passa porque ali tá tendo briga naquele dia porque mataram um traficante. Aí o tráfico desce pra brigar com a polícia.

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

É muito forte para o universo simbólico dos moradores da região a violência e a guerra das periferias destas cidades, já naturalizados em seu cotidiano. Em Vitória, entretanto, não é comum e incomoda muito as elites quando chega ao ponto da Av. Leitão da Silva ser interditada por moradores dos morros. O fato de incomodar exatamente a “divisa” que separa estes dois mundos, faz com que a polícia sempre aja de forma rápida para conte-los, de forma a controlar uma ameaça tão próxima. O que chama a atenção é que Heloísa demonstra saber exatamente disso, e é natural, tão natural que não precisa ser dito, mas fica no ar na medida em que ela mesmo narra todo o contexto de desigualdade socioespacial que envolve essa violência. No fim, a mensagem que fica é que a polícia tem o papel de defende-los (os ricos) desta cena violenta que assola as periferias. Seu papel é manter estes conflitos longe, contidos, reduzidos a estes espaços distantes – que são tratados de forma resumida pela simbologia do “traficante/tráfico/criminoso/crime”.

Tem troca de tiro... tem, às vezes isso acontece. Esse final de semana, teve em três bairros da Serra. Nesse grupo de trânsito falaram que não era pra ir nesses três bairros, porque tinham matado um traficante, e aí tava tendo briga com a polícia [sic].

Mas era na Serra. Isso acontece mais na Serra, Cariacica... aqui em Vitória não. Vitória quando tem esse negócio assim do bairro da Penha que é Vitória, mas é mais difícil. Aí quando acontece a polícia já vem e acaba no mesmo dia. No máximo dois dias.

Entrevistador: E por que você acha que tem essa dinâmica assim, Vitória não acontece nada...

Porque Vitória tem mais bairros... de classe, mais de classe alta assim... A Serra e Cariacica são... são pessoas, classe mais baixa, né? A gente vê a... criminalidade chega

mais fácil nesses bairros, são pessoas que eu acredito vêm de fora e, vão morar em bairros mais humildes, aí chegam lá não tem tantas oportunidades de vida, acabam entrando pro crime, aí... e aí eu acredito que aconteça mais nesses bairros.

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Silvia confirma esse estigma da violência quando associa os espaços onde ocorrem a violência policial e o uso de drogas, deste modo, justificando de alguma forma os riscos sentidos pela presença dessas populações na Ilha do Boi:

Entrevistador: Uhum, e aqui em Vitória acontece muito esses casos de violência policial?

Em bairros, em bairros mais violentos, entram sim.

Entrevistador: É?

Onde tem mais drogas [risos].

(Silvia, 60 anos, Arquiteta aposentada, Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Para ela, os problemas da atuação da polícia na cidade como um todo se devem à falta de confiança que a população deposita na instituição e seus agentes, resultado de uma incapacidade da polícia em se aproximar de seu público. Para isso, empresta da alegoria paterna para explicar o problema (simbólico) que a polícia enfrenta em Vitória: como um padrasto estranho e pouco comunicativo, dotados de ‘autoridade’, porém despossuídos de confiança, desperta assim o medo (e não o respeito) dos “filhos”: a população.

Entrevistador: Mas como você vê a atuação da polícia nos bairros mais periféricos e outros bairros da cidade? ... Você acha que a população confia na polícia? Há uma boa relação?

Não, não. A população não confia, por isso não denuncia os vários casos que poderiam ser denunciados. [...] Falta desse entrosamento. Se você chega, digamos assim, vou te dar um exemplo bem coisa... Sua mãe ficou viúva, chegou um padrasto na sua casa, e se esse padrasto não se comunica com você, você vai ter confiança nessa pessoa? Não. É a mesma coisa. Mudam os poderes de quando em quando, de vereadores, prefeito, não não não, e muda-se as polícias, muda-se os comandantes. E não há um entrosamento, não se apresenta "ó, agora vai ser fulano, vai ser beltrano". "Olha, esse é fulano de tal, nome dele é tal, ele tem família.". Quando tem uma apresentação assim, a pessoa passa a "olha, que legal, ele é gente igual a gente". Então, passa a desmistificar o medo e ter um melhor entrosamento. E aí um respeito maior, né? [...]. O problema é que a polícia é vista como um poder. E todo o poder tem a sua cota de autoridade, e autoridade mete medo, e medo não é o sentimento correto para se ter uma boa convivência. A autoridade tem que ser acessível à comunidade e ser uma convivência pacífica, de interação. Quando tiver essa interação, aí eu acho vai começar a ter respeito até... os bandidos vão dizer "ah, chega, isso aqui é gente boa, não vou nem... assaltar pra quê? Vou procurar outros lugares."

(Silvia, 60 anos, Arquiteta aposentada, Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

A figura do pai, entretanto, representa exatamente o tipo de autoridade que a polícia moderna surgiu para suplantar na governança pública. Afinal, a autoridade paterna é aquela que não presta contas ou é pode ser posta em dúvida frente aos demais e que se assume enquanto tal, na medida que está hierarquicamente acima dos seus ‘filhos’. Essa dominação nada mais tem como fundamento do que a tradição, ou seja, por força da “ordem natural das coisas”, “os filhos” lhe devem respeito e dedicação, nunca desautorizando-o e duvidando de sua superioridade e controle. De modo geral, isso também corrobora a falta de proximidade entre instituição e população, já que a polícia é vista como uma autoridade que “mete medo”, um sentimento impróprio para uma relação positiva – porém um problema comum para as forças policiais pela própria natureza de seu trabalho. Incrivelmente, na mesma frase, ela apresenta uma versão de autoridade totalmente oposta a da autoridade paterna. Mais uma vez a ambiguidade dá as cartas.

Para a entrevistada, portanto, se a polícia fosse mais próxima da população, seria capaz até mesmo de “espantar os bandidos”. Já mostramos discursos da entrevistada que mostram como sua perspectiva de “policimento comunitário” é um exemplo das críticas sobre essa perspectiva política de policiamento. Porém, em outro momento ela descreve exatamente o “nó” de interesses em que a polícia moderna se constitui enquanto força de segurança e assim, fruto de expectativas compartilhadas sobre sua atuação: torna-se uma ideia, moldada pelas estruturas objetivas e subjetivas dessa existência simbólica. Não só isso, o trecho a seguir mostra como a mesma entrevistada pode apresentar perspectivas morais de ordem e policiamento que, por vezes, parecem conflituosas entre si – mas que se olhadas com cuidado, podem conviver e compor, muito bem, o universo cognitivo de qualquer pessoa, seja abastada ou não.

Um, reclama das comunidades de fora, a polícia reclama das comunidades de fora, a gente reclama das comunidades de fora, e a comunidade [de fora] reclama da gente e da polícia. Então, fica como se fosse uma guerrinha sem necessidade, sem necessidade. Nenhum entra em contato pra saber qual a real causa necessidade de cada um dos setores. Por que que eles tão precisando vir à praia aqui? Porque eles também não têm acesso a clubes comunitários. A comunidade mais pobre não tem acesso a um... poucos clubes comunitários. [...] Ao lazer em geral. Entendeu? Quando há um lazer é um lazer pra poucos, não é um lazer pra muitos. Então eu acho que tem que procurar, sentar, e discutir a causa, não a consequência. Se discute muito a consequência: "ah, vamo armar, vamo fazer, vamo repreender". Eu, nunca vi sociedade que seja repreendida que melhore.

(Silvia, 60 anos, Arquiteta aposentada, Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Entretanto, nenhum dos entrevistados do estrato socioeconômico superior enxergam a desigualdade social como implicadores no policiamento ou mesmo na insegurança que sentem frente a presença destas populações. Mais uma vez, quando o tema é mais contundente sobre a desigualdade vivida na região, os moradores se utilizam de categorias e termos “neutros”, que carregam pouco significado literal e assim, parecem mais funcionais no interior do discurso se traduzido como um instrumento de esvaziamento simbólico de temas sensíveis, do que realmente a descrição valorativa de questões que a elite sabe que produz e/ou reproduz. Para Silvia, por exemplo, a polícia não vê os periféricos como uma classe sob alguma opressão, sendo assim subjugada ou no mínimo desrespeitada; mas como “uma classe que eles [a polícia] têm que proteger e não tem condições por falta de parceria” – ou seja, esvazia-se qualquer equívoco da polícia e coloca os holofotes sobre a incapacidade dela, ou da própria população, em construir uma “parceria” – seja lá o que isso possa significar concretamente.

Rogério seguiu uma lógica parecida quando declarou diretamente que a desigualdade não implica na (in)segurança, o problema mesmo é a “falta de oportunidades” e a “qualidade de nossos representantes”. Embora ele não tenha dado mais detalhes de seu pensamento, pareceu uma ode a interpretação do comportamento desviante como um produto individual, fruto de desvio de caráter. Como se a criminalidade fosse resultado de um desvio de formação do indivíduo – o que faz sentido se lembrarmos sua proposta de policiamento voltada para impedir “traficantes” de adentrar qualquer bairro (como se o “bandido” fosse um alienígena; mas principalmente como se ser bandido fosse um signo natural do indivíduo: indissociável, perene e visível). Isso porque no fim, o problema é – de novo – “a qualidade da população”:

Entrevistador: E como que é para vocês conviver com essa desigualdade aqui em Vitória, isso chega a afetar um pouco, na forma como vocês se sentem seguros, ou não?

Rogério: Acho que isso não afeta a segurança...

Entrevistador: Você acha que a desigualdade implica na segurança? Na criminalidade.

Rogério: Eu acho que lá... não acredito que desigualdade implica em segurança não. Eu acho que o que implica em segurança é a falta de formação, né. A própria falta de oportunidade, acho que a desigualdade por si, a desigualdade existe em todas as sociedades, né? E as sociedades que tentaram não desigualar [risos], tão aí do jeito que tão, né? Eu não creio que seja isso não. Acho que o que cria desigualdades é mais a falta de oportunidades [...], lógico é o voto no final das contas, né, mas os nossos representantes, a qualidade dos representantes, que reflete a qualidade da população, acho que a raiz do problema tá aí né.

(Rogério, 45 anos, Advogado, Ilha do Frade/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Heloísa, por sua vez, demonstrou total consciência do privilégio sob o qual é tratada pela polícia no cotidiano. Ela declarou abertamente que a polícia tem um tratamento diferenciado com as classes mais altas, no caso, os moradores da Ilha do Boi, cujo as demandas são prioridade frente ao resto da região. A mídia, por sua vez, acaba servindo como meio de alcançar esse privilégio.

Entrevistador: E você acha que tem [...] diferença na atuação da polícia no seu bairro e dos bairros periféricos?

Com certeza. [...] Eu não sei. [...], mas eu acredito que aqui a gente tem acesso melhor a imprensa, é... aconteceu alguma coisa na Ilha do Boi, sai no jornal de uma maneira diferente. No... nos bairros periféricos é comum né. A gente vê, tipo... que tem. Por exemplo, eu nunca vi um assassinato na Ilha do Boi, nunca vi! No entanto, no bairro que minha irmã mora é comum. Né, acontece praticamente todos os dias. Então, eu acredito que por isso. Por causa do que seria... Na verdade, por causa do poder aquisitivo das pessoas que moram aqui existe uma diferença sim. A polícia de repente se preocuparia mais com uma repercussão ruim se alguma coisa acontecesse aqui. Acho que por isso, acho que tem diferença sim. Pra tudo na verdade. Pra tudo. Tudo que a gente fala, quando a gente fala, eu moro na Ilha do Boi, o atendimento é diferenciado.

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

A fala acima sintetiza uma outra característica da ideia de polícia dos entrevistados abastados: o tratamento privilegiado. Essa injustiça é naturalizada, já que não a identificam como uma falha ou algo que também deva ser mudado, já que faz parte de um quadro maior de desigualdade. Pelo contrário, parece haver um senso de que isso é normal – no sentido estrito do termo, como uma das ‘normas’ naturais com as quais nem mesmo se pensa sobre. Ou seja, um senso patrimonialista de justiça distributiva dos recursos da polícia, afinal, ao mesmo passo que demonstram conhecimento sobre a dificuldade das periferias no cotidiano, não veem os seus privilégios como parte desse quadro – talvez mais próximo até de ser visto como solução para protegê-los dos riscos da cidade. Como definiu Heloísa, a polícia existe para “nos defender. Nos proteger. Com certeza, nos proteger. Nos livrar do crime mesmo. Dos bandidos.” Consequentemente, muitas vezes o problema não parece estar nem mesmo na polícia, mas na periferia, na própria população, que produz violência tamanha que a polícia, com pouca estrutura, não consegue atingir objetivos mínimos. Se os periféricos veem a atuação da polícia em seus bairros como inefetiva e distante, que poderia ser feito mais; a ideia de polícia dos ricos tem como principal sentido a leitura da polícia sob o papel de proteger o “cidadão de bem”, o “pagador de impostos”. A configuração social da região e o habitus da comunidade, já apresentados, diz por si só sobre quem está em cada posição na dicotomia “cidadão de bem” x “bandido”.

A força da ideia de “cidadão de bem” aparece não só nos discursos sobre a cidade em geral, mas também são o fio condutor das avaliações sobre os encontros com a polícia. Heloísa narrou casos em que objetos foram furtados de casas no bairro – inclusive a sua; já Silvia três casos onde dois foram assaltos: dos seus óculos e de seu carro; e o outro foi de furto de alguns pertences de sua casa. Em todos eles alguma solução posterior foi alcançada pela polícia, mesmo demorando meses – como o caso dos pertences (eletrônicos), que foram encontrados e devolvidos nove meses depois da ocorrência. Sobre um desses casos, Silvia demonstrou a surpresa do marido com a efetividade da polícia – e como é importante o status para conseguir esse serviço no Espírito Santo:

Entrevistador: E você acha que só devolveram porque aconteceu esse outro roubo de uma pessoa importante?

Isso. Com certeza. [...] Foi uma coisa assim... Meu marido na época, quando viu e chegou em casa não acreditou. Existe? Existe. Quer dizer, Espírito Santo não é tão ruim assim de... Desde que tenha alguém importante que perdeu o celular. [risos]

(Silvia, 60 anos, Arquiteta aposentada, Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Neste quadro, a mídia aparece com o papel central de propagar os acontecimentos do bairro, movimentando a polícia para que responda com eficiência e assim, não sofra com uma repercussão negativa posterior. Mas isso não significa que a polícia não seja alvo de outras reclamações para além da questão do controle das populações que frequentam as praias. Silvia também expressou sentimentos de tratamento injusto da polícia, sentimentos esses que mais uma vez corroboram uma ideia de polícia extremamente patrimonialista, sempre sob o universo ideológico individualista, expresso na ideia de que há uma estratificação natural do ‘status de cidadania’ capixaba, cujo a sua corresponde a mais bem posicionada: dos “cidadãos de bem pagadores de impostos”.

Entrevistador: Você lembra alguma experiência que você teve, algum relato.

Ah, eu não gosto dessa polícia de multas, essa indústria de multas do DETRAN (Departamento de Trânsito). Tipo da polícia que coage, que... já vem com aparelhos de longe, percebendo, usa a alta tecnologia pra, por poucos, por décimos, por pontos, deixa a população completamente com medo, né? De ser parada, de ser presa. Uma população que paga imposto, uma população que respeita as leis e tudo, mas que é dominada por uma legislação que acho que precisa ser mudada. Essa indústria de multas, é... tem mais outras coisas, enfoques mais importantes [...].

(Silvia, 60 anos, Arquiteta aposentada, Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

O que é interessante em seu discurso é como ela sustenta que a aplicação da lei de trânsito é um modo de amedrontar e coagir “uma população que paga imposto, uma população que respeita as leis e tudo [...]”. É bastante óbvia a incoerência: alguém é multado por respeitar as leis de trânsito? Se é multado, é porque desrespeitou.

É um exemplo de como o estrato socioeconômico superior também vê a PMES sob desconfianças, mas que parecem muito mais uma consequência do desrespeito a regras e status social informal do que a ocorrência de desacertos operacionais ou atitudes ilegais da instituição e seus agentes. Dito de outro modo, as desconfianças dos abastados sobre a polícia parecem muito mais uma quebra do privilégio esperado do que um serviço público, propriamente, deficitário. O que por sua vez demonstra a naturalização da noção de uma PMES voltada para a defesa dos interesses das elites capixabas, em total contraposição/detrimento aos direitos e deveres da instituição perante o resto – lê-se, populações das classes médias e baixas – da população. Não à toa, a principal reclamação sobre ela é o fato de não corresponder aos ânimos segregacionistas e excludentes desse estrato social.

4.4. “NO CAOS NINGUÉM É CIDADÃO”: O MOTIM COMO SÍNTESE SIMBÓLICA DA POLÍCIA.

Por que caminhos você vai e volta?
Aonde você nunca vai?
Em que esquinas você nunca para?
A que horas você nunca sai?
Há quanto tempo você sente medo?
Quantos amigos você já perdeu?
Entrincheirado, vivendo em segredo,
E ainda diz que não é problema seu!?

A vida já não é mais vida,
No caos ninguém é cidadão.
As promessas foram esquecidas,
Não há Estado, não há mais Nação.
Perdido em números de guerra.
Rezando por dias de paz.
Não vê que é a sua vida que se encerra,
Com uma nota curta, nos jornais?

Eu vivo sem saber,
Até quando ainda estou vivo.
Sem saber o calibre do perigo,
Eu não sei, de onde vem o tiro.

O Calibre – Os Paralamas do Sucesso
(EMI, 2001).

Como argumentamos na introdução e durante este trabalho, um evento de ausência da polícia ostensiva tem enorme valor enquanto fenômeno sociológico. Nesta pesquisa, “a greve”

foi assunto muito presente e por vezes, fio condutor das entrevistas. Falar de polícia com os capixabas, é, invariavelmente, lembrar do que foi passar por aquele motim. Os discursos e relatos expressam uma síntese da convivência com a PMES, o governo estadual, e a ordem social que cerca o indivíduo, a sua comunidade, e que dá sentido aos seus valores e medos. Em resumo, mostramos nas seções anteriores que os bairros de estrato socioeconômico inferior compreendem a PMES sob os signos da opressão e distância – operacional e moral/afetiva –, majoritariamente simbolizada como uma instituição voltada para proteção dos espaços e das pessoas que concentram capital econômico. Adriano, o motorista por aplicativos de Cariacica, que se vê bem informado e acompanhador assíduo do noticiário econômico resume bem como a “notícia” chegou para os trabalhadores capixabas – e como viveram aquele período:

Entrevistador: Mas aí, em Cariacica o bicho pegou?

Pegou, Cariacica, Serra... Então, inclusive isso depois, qual foi a jogada? Colocaram as mulheres, né, para ficar na porta lá, e eles não podiam usar a força contra as próprias mulheres. Se fosse a minha, a sua, qualquer outra, eles tiravam, mas lá não...

[risos]

Então a ideia é essa, e... querendo jogar a população, de certa forma, contra o governador... [fazendo] algumas exigências... Rapaz, vivemos um cárcere privado, porque, muitas pessoas a orientação é não sair de dentro de casa. Né, por falta de segurança. Eu tinha que sair às 4 da manhã, para eu ir até o ponto, que eu andava uns 800 metros para eu pegar o ônibus que me levava até a empresa, e aí nesse período era um tormento, cara.

Entrevistador: Mas você não deixou de trabalhar?

Não. Não deixamos, porque a empresa fornecia um ônibus, mas de certa forma também, se você alegasse que você não tinha segurança, que tinha alguns pontos que a empresa de ônibus não passa. Eles também não tavam... [fiscalizando].

[...]

E aí cara, eu acho que ficou aquele negócio, aquela discussão, que na verdade foi contra os policiais. Porque querendo ou não, o governador Paulo Hartung ele tinha uma... um respeito... porque ele já tinha tirado o Espírito Santo do buraco, da época do [outro governador que ele não lembrou o nome - provavelmente José Inácio Oliveira]. Tentaram até privatizar o banco do estado, não sei o que, o estado estava todo falido quando ele chegou e dois mandatos botou tudo em ordem. Então, ele já tinha feito um mandato, teve o segundo depois. Teve até um destaque lá da Miriam Leitão, aqueles analistas lá da... de eleições, que o Casagrande pegava o estado mais organizado financeiramente que o Brasil, né? Que é o E.S. Então, os policiais acabam ficando contra os policiais, que viu que era golpe né, digamos assim. E... na minha família a gente têm um grupo [de whatsapp] e todo mundo falando... eu já revoltado com aquilo cara, porque eu tinha que trabalhar, sair preocupado, com medo. Aí eu fui, usei uma expressão lá, que “poxa, eu em, tira essas mulheres daí”. Aí veio minha prima, aí foi lá, manifestou contra. Falei, minha filha... [ela respondeu]: “não, mas não sabe o que policial passa”. Falei, gente, não to falando que meu primo [policial] não tem caráter não, que ele é uma pessoa... o que eu to falando é que o que a polícia tá fazendo é coisa de bandido, tá deixando a população toda presa... rapaz, até hoje não voltei mais para o grupo.

[risos]

Ela nem conversa mais comigo... falação danada, rapaz [sic]. Poxa, não estava me referindo a ele, tava me referindo à categoria, a gente sabe que tinha muito policial que não concordava com aquilo [sic].

(Adriano, 35 anos, Motorista, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Anderson, que viveu as consequências violentas do motim de perto, também deu sua definição, que também sintetizou o capital simbólico da Polícia Militar do Espírito Santo para os pobres: a instituição ausente, presente quando se precisa “manter a pobreza no lugar”⁵³ – sem ela, os “ricos” não tem a quem recorrer, se veem desprotegidos frente a um caos generalizado.

Entrevistador: E como foi a greve aqui, para a população da periferia?

[...] Foi um horror, né, foi um caos, foi uma carnificina. Eu chamo: fevereiro da carnificina. Porque eram corpos e mais corpos tombando e amontoados e um caos generalizado, ruas pegando fogo, comércio sendo invadido, casas sendo... Até que casa não teve muito assaltos a casas não, mas comércio teve muita, né, depredação muita... roubos mesmo, né? Foi um caos. Foram 15 dias de caos aqui no Espírito Santo. De muita violência, de muita morte, de muitos tiros na rua, né? Mas, por outro lado... na época eu escrevi um texto e eu vou ver se eu recupero esse texto, ver se alguém tem, eu falei sobre a democratização da violência. Porque para mim foi isso que aconteceu. Quando eu vi todo mundo muito assustado, eu falei assim: "mas gente, mas por que que esse povo tá assustado? A gente vive isso todos os dias aqui na periferia! Para mim não fez a menor diferença, porque todos os dias eu via tiroteio. Todos os dias... Teve um período que eu, no final de semana, de quarta à domingo, eu passei por oito cadáveres, né? [...] isso em 2010. Então, para mim o que estava acontecendo durante a greve da PM era o ordinário da vida dos pobres. Agora, acontece que chegou na classe rica, né? Então o problema não foi na periferia, né. Quando se fala da Greve da Polícia aqui no Espírito Santo tá se falando da insegurança dos ricos, porque os pobres vivem isso no cotidiano.

[...]

Entrevistador: E o comércio, a movimentação da periferia não mudou durante a greve?

Não, não mudou não. Na hora dos conflitos eles fechavam as portas, depois levantavam de novo, e surgiam as ondas no Whatsapp dizendo que tava sendo invadido, e baixavam as portas - depois levantavam de novo [sic]. Foi assim, 15 dias assim, de muitas emoções [risos].

(Anderson, 50 anos, Líder Religioso, São Benedito/Vitória, estrato socioeconômico inferior).

Depois do pico de violência durante o motim, entre os dias 6 e 7 de fevereiro, os homicídios diminuíram, mas continuaram muito acima da média esperada para o período. Com

⁵³ Expressão de Dandara.

as notícias 24 horas na TV, o medo crescendo, o caos se espalhando nas ruas das periferias e dos comércios, e nos celulares de toda a população – inclusive as classes altas; o governo federal, depois de pedido enviado pelo secretário Garcia, resolveu agir e abriu operação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem, em que a Força Nacional, especializada para isso, assume a operação e comando da segurança pública, que do estado passa a ser governada pelo Exército). Amanda narra como foi viver aquilo na Ilha do Frade:

Entrevistador: Como você viu a atuação do exército durante a greve?

Ah, acho que foi fundamental para voltar. Porque, realmente assim, eu não lembro dos dados, "ah a greve durou 22 dias", nós não ficamos 22 dias em casa. Entendeu? Então, provavelmente a gente ficou, sei lá, dez... Então assim, eu acho que a gente ficou dez dias no caos e o exército veio, e a gente conseguiu esses últimos doze dias a gente voltar a viver, né? Então, tinha memes super engraçados que era assim: a gente ia pro quarto para a cozinha, da cozinha para o quarto, sabe? Depois da greve, sabe, "quantos quilos você engordou?" Foram 10 dias em casa comendo, sabe? Não... Não consigo imaginar nenhum outro período da vida, nunca aconteceu nada, sabe, de você não poder sair de casa. Então, assim, foram 10 dias de prisão domiciliar mesmo. Sabe, fato da gente ter pego o carro e ido para Itaúnas, aqui no E.S, foi assim, um ato de coragem, a gente falou para os meus pais: "nossa, como vocês vão viajar?" Sabe? Os pais dele, todo mundo: "Como vocês vão viajar?" Então, realmente assim, chegamos lá super rápido. Estrada não tinha carro nenhum.

[...]

Entrevistador: E vocês experienciaram algum crime durante o caminho, ou viram lojas...

Não, não... não.

Entrevistador: Então muito mais exatamente como você tava falando, essa sensação...

Então, é porque já tava nesses finalmente [do motim] [sic]. Nesses finais [quando saíram de casa e se "aventuraram"]. Porque isso de ter visto tiroteio perto de casa, o meu irmão [que] viu, sabe? [e avisou por whatsapp, com vídeos e fotos] [...]. Então assim, realmente aconteceu. Mas sei lá, parecia que era bandido, assim: "vai lá e faça isso para impor o medo".

(Amanda, 35 anos, Advogada, Ilha do Frade/Vitória, estrato socioeconômico superior).

O estrato socioeconômico médio apresentou discursos igualmente morais, embora tenham expressado uma importância dos encontros cidadão-polícia para a avaliação da instituição que não apareceu da mesma forma em outros estratos, o que se aproxima da hipótese traçada. Mas outros discursos também se sobressaíram nesse estrato, mostrando a ambiguidade da representação policial: tanto de racismo e até descaso por parte da(s) polícia(s), como de defesa de uma postura mais ostensiva – e violenta – frente ao quadro de insegurança pública que se vive – lembremos Moisés, o “fã” da PMES, para quem “só morre [de bala perdida] quem

tá envolvido”, enquanto outra entrevistada apresentou uma profunda desconfiança sobre a justiça, porque “polícia prende, mas a justiça solta”.

Dandara conta como foi para as classes médias do Jd. Camburi, passar pela “greve” e o apoio popular que a PMES recebeu durante o movimento:

Eu já tava morando aqui em Jd. Camburi, nós era orientada a sair o mínimo possível de casa, né? [sic] A gente acompanhava o noticiário pela televisão, mas também via muita informação via Whatsapp, muuuuita. Principalmente com vozes, dizendo que era policial, dizendo o que tava acontecendo, né, pedindo apoio. [...] eu não acreditava que aquelas mulheres realmente era quem tava na linha de frente. [...] Eram donas de casa, tavam lá apoiando a luta do marido, né, tinha um discurso pronto e tal. [...] Mas já foi identificando quem tava por trás da manifestação, já apareceu os tenentes... [...] Não saiu no noticiário sobre isso, na época. O que eram noticiados eram os negros, por exemplo, meu filho, que estava com medo de sair na rua porque as pessoas estavam com medo dele, por ser negro, por ser jovem, né? Ele evitou andar nas ruas, por exemplo. Mas não saiu, assim. [...] Ficou a sensação. Sensação, tá? A sensação. Se há uma segurança, a polícia tá circulando, a gente tem medo - você imagine com a certeza de que ela não está, mesmo, circulando; que os batalhões não estão funcionando, os DPJ; que se houver um homicídio, uma situação a polícia não virá -, como é que você enfrenta a rua? [...]. Um mínimo se movimenta! Agora, imagina sem esse mínimo? Num bairro que é visado para roubo, né? Era orientada por amigos: "não vão para o calçadão caminhar!" [...] porque vira uma paranoia, né? Contagiante.

Entrevistador: Seu acompanhamento da situação foi muito mais pelas redes sociais do que pela TV?

Os dois. Mas a rede social, o zap, foi um canal de informação assim... né... não existia em outras épocas. Eu podia acordar e lá tinha um monte de zap que chegava. [...] De áudio, de áudio. De policiais inclusive. Saber se era fake ou não.

Entrevistador: Os policiais para tentar um apoio?

Sim, eles usaram muito. Dizendo que, desmentindo informações que eles diziam que eram fake, que vinha da instituição organizada da polícia - eles desmentiam o tempo todo, passavam informação da situação deles como é que tá. Recebi muito assim dos policiais. Que os policiais tiveram apoio né, da população. Não foi avaliado negativamente, né? Apesar de ter gente que fala, tem gente que toda a manifestação é contra né, manifestação por garantia de direito é contra, pensa só no seu próprio umbigo. Mas eles receberam o apoio, não foi criticado pelas redes, entende? Um ou outro, caso isolado. Mas teve o apoio da sociedade, das instituições, por exemplo, [...] as instituições de garantia de direito, seguramente, todo o apoio.

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Frente a sua resposta, foi perguntado o que pensa de uma situação hipotética: a ausência da notícia de que a polícia não está nas ruas. Essa pergunta teve o poder de isolar a percepção da entrevistada sobre o papel da mídia, principalmente as mídias virtuais (redes sociais), na construção dos sentimentos que balizaram a leitura do público sobre o significado daquele evento. Neste sentido, o exército foi muito bem recebido pela população das classes médias e

altas, significando uma espécie de volta da ordem social, uma vitória do status quo frente o caos – com um “desfile” para marcar essa ritualística simbólica.

Entrevistador: Se eu te perguntar, uma situação hipotética: se a polícia tivesse entrado de greve, mas a população não tivesse ficado sabendo que ela não está nas ruas, você acha que isso tudo, essa sensação de insegurança, teria acontecido do mesmo jeito?

Muito hipoteticamente, porque pelas redes sociais a própria polícia tratou de divulgar para buscar apoio, né?

Entrevistador: Mas e se isso não tivesse acontecido?

Não teria essa sensação toda de insegurança. Estaríamos como estamos agora aqui: sentindo que a polícia tá atuando, apesar dela não aparecer em nenhum momento, e tenho a sensação de que se eu preciso, se chamar, ela vai aparecer. Pelo menos isso. Então, não teria toda essa paranoia não, não teria tido, seguramente. A pressão que vem, as informações via redes sociais - que aí vinha todas: você recebia muito pelo zap, muito pelo zap! Compartilhar... no Facebook - e menos pelo Instagram. Mas Facebook e Zap... Zap então é um terror, zap hoje é um meio de comunicação e tal. Os filhos de Bolsonaro foram os que mais usaram, né, fake via zap, usaram fortunas aí em grandes empresas. O pobre tem o zap, entende? Você paga uma cotazinha, um boleto de R\$40,00, e você tem o zap o mês inteiro. Você pode até acabar sua cota de internet, mas o zap você tem. Então, na periferia todo mundo tem zap. Celular bom, também. Tem gente que chega lá [na unidade] com celular de ponta, que fica "caraca". [inaudível].

Entrevistador: Quando a polícia saiu das ruas, depois o exército veio pra cá, não sei se você viu... Melhorou alguma coisa?

Era um desfile, né? Parecia um desfile de 7 de Setembro. [...] eles todos armados com fuzis, aquelas fardas, né? [...] eu acho que aí as pessoas se sentiram... as pessoas aplaudiam, né? Aplaudiam, davam tchau, entende? Essas coisas assim. Receberam muito bem o exército.

(Dandara, 60 anos, Funcionária Pública, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

Fernando, em longo discurso – que rememora seguindo a cronologia do evento –, deu o quadro geral do motim segundo a percepção dos mais pobres, com um destaque para a consequência da atuação da Força Nacional durante a ausência da PMES: a morte de um garoto que carregava um refrigerante, confundido com um fuzil; e a percepção de que o impacto maior foi sentido pelos mais ricos, que dependem da existência da polícia para o controle e proteção.

Entrevistador: Por que aconteceu tanto saque, tanto roubo, tanta morte no E.S nesse período [do motim], você conseguiria me dar uma explicação?

Acho que assim, a própria greve né, a paralisação da polícia né, a falta desse controle, é... gera uma outra sensação, né? Então... uma sensação de que você vai fazer uma coisa e vai ser responsabilizado, que... no cotidiano já não é tanto assim, as pessoas não deixam de cometer crimes porque há uma possibilidade de punição, ou de ser pegos, não necessariamente é isso. Mas isso contribui, claro, né. Então, essa sensação

de impunidade, que poderia fazer as coisas sem ter uma responsabilização, eu acho que contribuiu bastante, né? Então, muitos acertou de conta que tiveram né, de mortes, foi um pouco por isso né, porque... estavam com a sensação de que, se a possibilidade de ser pego já é pequena, naquelas condições seriam menores ainda, e dos saques eu acredito que também né. Mas há atrás disso outras questões que... que... é... parece que o estado mostrou sua necessidade, né? Porque sem essa figura reguladora que acaba se fazendo através da polícia né, desse controle da ordem, as pessoas sentiram mais a liberdade de fazer aquilo que talvez [não] fariam em outras condições.

Entrevistador: E como você vê assim, lá... [...] uma percepção da população mais abastada, digamos assim: “nos homicídios morreu quem já tinha envolvimento com o crime e que os saques também já eram criminosos que viram a oportunidade?”

É... assim, é sempre isso né, sempre essa justificativa de querer naturalizar essas coisas, as mortes. Por exemplo, esse discurso de quem morreu quem devia é porque não atingiu nenhum deles né, ou quase não atingiu nenhum deles. A gente perdeu menino lá na comunidade, foi a única morte que teve lá em Santana, que... o menino de 16 anos, é... moleque tava trabalhando, tava fazendo entrega de açaí lá na comunidade e tal, e aí morreu na praça do bairro também, foi... é... aí você vê a dor da, da... eu sou amigo do pai dele, a família saiu do bairro, ficou um tempo afastado. O pai e a mãe numa depressão... numa depressão... muito mau, muito mau. Eles se recuperaram há pouco tempo, há alguns meses, aí voltaram inclusive para a comunidade. A gente nunca conseguiu conversar sobre isso, ele sempre me cumprimenta, assim, agradece, agradece nas redes sociais a atuação que a gente vem fazendo sobre essa questão da greve, mas a eles nunca tiveram coragem de chegar para mim e falar o que eles sentiram, o que eles tão sentindo. Eu também acabo não tocando né, nesse assunto. Mas assim, pra gente, que viveu isso, pra gente que teve pessoas próximas né, que morreram durante esse período, a gente sabe essa dor. A gente sabe como que as coisas funcionaram né. Então pra esse povo que não viveu essa dor, pra esse povo que o único, a única restrição foi de não poder andar, de não poder ir no shopping, de não poder ir ao trabalho, de não poder ir à praia, enfim. Pra esse povo vai ficar só essa sensação né, e aí que se dane o resto.

[...]

A gente não consegue comprovar né, mas alguns casos são muito característicos né, de... de grupos, eu falo que o Espírito Santo agora ele não necessariamente tem grupos de extermínio. O E.S você tem alguns policiais que matam e que é de conhecimento da população, assim, local né? Esse lá do meu bairro, não tem problema nenhum eu te falar, ele é conhecido como o cara que mata e, de fato, já matou alguns, então ele [risos] poderia ser o próprio grupo de extermínio. Assim como ele tem outros que a gente conhece aqui em Vitória/ES. Na Serra/ES mesma coisa, mesmo caso, um policial que era conhecido como cara que matava, que já tinha executado pessoas, foi eleito vereador também né. Então você tem vários grupos de extermínios espalhados aí nos batalhões e companhias. É... então, assim, eles também atuaram durante a greve né? Há uma ideia nossa, uma percepção, é... de que no pico mesmo da greve, dia 6, 7, muitas mortes foram executadas, muitas pessoas foram executadas, para aumentar a pressão em torno da greve. Então muitos desses casos que aconteceram nesse pico da greve, a gente acredita que tenham sido policiais que foram pra executar pessoas, pra aumentar os números, né, e aumentar a pressão em torno do que eles tavam reivindicando. Então, assim, a gente não consegue comprovar, mas é bem provável que teve sim execução de policiais durante a greve. Não necessariamente foram grupos, talvez duplas, ou individuais que saíram pra executar. [...] a gente vê isso como a herança dos esquadrões da morte aqui no Espírito Santo, né? De ter aqueles que resolvem as coisas, né? Porque era isso, assim, eram grupos que matavam por interesses. Interesses comerciais, interesses de limpeza mesmo, social né? E isso permanece.

Entrevistador: E como que foi também a dinâmica das disputas do tráfico?

A gente acredita que algumas comunidades tiveram, galera também aproveitou pra acerto de conta, alguns até pra tomar territórios, tentar tomar bocas, a gente acredita que teve. Mas também teve essa proteção, né? Teve esse momento de autoproteção que acho que na maioria das comunidades falou mais alto.

Entrevistador: E aí a proteção exatamente contra o perigo desses extermínios?

Sim.

Entrevistador: E como você vê a atuação do exército, né, por que durante a greve o exército veio e tomou o policiamento, como que foi a atuação?

Então, foi desastrosa né? Primeiro vi que não se tinha preparo pra atuação frente a esse cenário, então assim, primeiro eles ficaram nos terminais e na área nobre né? Foram pra praia, foram pra Praia do Canto, Jd. Camburi, Jd. da Penha, então eles ficaram concentrados mais nesses locais e nos terminais, né? Mas aí quando teve algum tipo de incursão, né? A gente viu lá em Cariacica um jovem que foi morto né, com um tiro de fuzil na cabeça por um soldado do exército. Ele vinha com um refrigerante na mão, virou a esquina da casa dele, quando ele virou, o policial foi e deu um tiro de fuzil na cabeça dele né? Então assim... o que a gente viu foi isso né? vieram primeiro para proteger as áreas mais abastadas e quando tiveram atuação na periferia houve caso de violência, truculência e até mesmo essa morte.

Entrevistador: E mudou algo da PM antes da greve pra depois da greve?

Acho que sim, né? Primeiro a percepção geral da população que houve um corpo mole né? Pós greve a polícia, de certa forma, fez a tal da operação padrão, né? Não... é... não tava mostrando trabalho, não tava dando o resultado que os governos esperavam. Então houve essa percepção de que teve um desânimo por parte da polícia em desenvolver suas funções básicas né, de patrulhamento e tal. Então acho que o número de prisões diminuiu, né? Todas essas questões, mas teve também, de modo geral, essa percepção de que para as comunidades, para as áreas nobres, o quanto que a polícia é imprescindível né? Então, pra nós das comunidades, a não ser os homicídios né, a gente ficou com a pior parte, né? A não ser os homicídios que ocorreram, os impactos não foram tão consideráveis assim, né? Dificuldade de circulação a gente já tem [risos], é... enfim. Não ter ônibus às vezes é comum, não poder ir para determinado lugar geralmente é comum, então para nós não teve um impacto tão grande né? Agora para as comunidades das áreas nobres você vê que o impacto é maior, o quanto que eles dependem da polícia para que mantenham seus privilégios, para que mantenham suas rotinas.

(Fernando, 35 anos, Liderança Comunitária, Cariacica/ES, estrato socioeconômico inferior).

Por fim, no estrato socioeconômico superior, a PMES é vista principalmente sob leituras patrimonialistas, sob o dever de controlar as populações periféricas, vistas como produtoras de violência e cuja presença é temida nos espaços “elitizados”. Dever esse que, para Heloísa, é inalienável. Nem mesmo as condições precárias dos profissionais justificam a quebra desse pacto:

Foi uma verdadeira guerra mesmo, na época da greve. Uma greve na minha opinião. É... É... Não to achando a palavra... Irresponsável. Porque, por mais que eu entenda os direitos da polícia, eu realmente penso assim, que é um... que o salário da polícia... eu não entendo a pessoa se tornar um policial militar, porque é correr risco de vida pra ganhar muito pouco. Mas.. se você se propõe. Você estuda para entrar na polícia.

Você se propõe, você quer, de fato, viver aquilo e aí você faz uma greve daquela. Foi ridículo, assim, o que eles fizeram com a sociedade, de falar que as esposas prenderam eles no quartel. Não sei se você viu os vídeos. E... Enquanto isso morriam inocentes, morreram muitos bandidos também. Aí aproveitou a briga de tráfico que existe na Grande Vitória, porque foi muito na Serra e Campo Grande, Cariacica. Então, eles aproveitavam para fazer o que eles quisessem né. Mas morreu muito inocente, morreu muita gente que não tinha nada a ver. E aí eu acredito que se a polícia existe para nos defender, uma vida inocente que foi por causa dessa greve já é... Já não compensa. Não faz sentido, né, se eles existem para nos defender. Então nesse momento da greve, eu acredito que a polícia foi contra a sociedade.

Entrevistador: E isso afetou de alguma forma a sua confiança na polícia depois que acabou a greve? Hoje em dia.

Sim, naquele momento sim, eu acho. Mas ao mesmo tempo que eu entendo esse lado da polícia, eu acho que foi mais uma briga política, da polícia com... acho que foi uma coisa armada mesmo. [...]

Entrevistador: Armada?

É, da polícia contra o governo. Eles não pensaram na sociedade, mas ao mesmo tempo eu sinto segurança na polícia. Se eu precisar assim eu sinto segurança na polícia.

Entrevistador: Você confia?

Confio. Confio. Mas naquele momento eles não tavam preocupados com a sociedade. Naquele momento não.

Entrevistador: E por que você acha que aconteceu tanto crime, tanto homicídio.

Óh, vou falar bem minha opinião mesmo em! Uma coisa assim que a gente conversava aqui em casa. Eu acho que foi uma coisa armada pela parte alta da polícia contra o governo. Porque nosso governador não estava aqui, estava... é... motivada pela própria polícia, pra mostrar que a sociedade precisa deles. Porque realmente o que nós vivemos aqui foi um caos, foi um caos!

(Heloísa, 33 anos, N.I., Ilha do Boi/Vitória, estrato socioeconômico superior).

Mas ainda falta uma fala. Um discurso, essencial. O de João, ex-policial militar (que assim como seus colegas, defende que “uma vez PM, sempre PM, nunca um ex-PM”), que viveu aquele momento de dentro da Polícia Civil. Seu relato mostra como o caos que assustou principalmente as classes médias e altas representou a quebra da última barreira para a completa privatização dos recursos policiais: muitos dos PMs paralisados foram contratados por agentes privados – principalmente condomínios residenciais.

[...] saía para a perícia, voltava com gente presa, entendeu? O tempo inteiro assim. Eu não fui acionado para nada externo, apesar de toda essa situação que foi diferenciada aqui no estado, eu segui meu serviço normalmente, interno ali. Mas foi uma doideira. E a polícia civil, especificamente, qual foi a postura dela: ela nem incorporou essa greve da PM, ou seja, entrando de greve também - cruzando os braços, fazendo qualquer tipo de movimento - e nem assumiu o papel da PM [risos]. Porque ela podia, né? Pegar assim, "ah, beleza, PM tá parada nós vamos entrar então fazer um ostensivo de forma... [...] A gestão da Polícia Civil optou por continuar seguindo, normalmente. "Ah, não estamos em greve, vamos seguir nosso trabalho normalmente". As partes

sindicais optaram pela mesma coisa, tanto é que foi feito somente um movimento, que foi feito uma assembleia. Dentro do movimento da PM nós fizemos uma assembleia, dessa assembleia nós fomos em passeata - que é perto, não é aqui mas é perto, o comando geral da Polícia Militar e da Polícia Civil são próximos - da Polícia Civil até a Polícia Militar, o comando da Polícia Militar onde era talvez o centro né... [...] tanto é, eu lembro, a PM achou que a Polícia Civil, naquele dia ia entrar junto. [...] Tenho meus contatos ainda, grupos da Polícia Militar, então o pessoal achou que "agora sim, a Polícia Civil tá junto, agora o movimento vai realmente encorpar", né? Mas a Polícia Civil não fez isso. Ficou até hoje um...

Entrevistador: Um clima?

É [risos], um clima assim de: "pô, o pessoal arregou né? Deixou a gente sozinho na briga" e tal.

Entrevistador: E como você vê o sentimento da população? Como você viu a percepção da população quando a polícia saiu da rua?

Olha, isso para mim foi o caos, assim né? Um caos total! Eu já morava em Camburi, [...] e ninguém saía, pessoal tinha medo, medo total assim, sair na rua e tal. Total.

Entrevistador: E S. Pedro?

S. Pedro da mesma forma, né? Até porque foi mais latente nas regiões periféricas a falta da polícia porque abriu mais espaço para a atuação do poder paralelo ali, entendeu? Por exemplo, em Camburi você não... eu não tenho tenho lembrança de ter tido um arrastão mesmo, de... começa muito burburinho, você não sabe se é verdade ou não, né? Porque quando tem essas coisas, né? Rola aqueles telefones sem fio, especulativos, que é meio para amedrontar. Às vezes não tá acontecendo nada de fato mas o medo estava tomado, ok. Mas já em S. Pedro, realmente eu vi, eu vi filmagens, gravações de grupos armados na rua, que você não sabia se era polícia, se era... outros tipos de marginais, assim, armados na rua e mortes aconteceram, entendeu? [...] Agora, até hoje paira aquelas dúvidas: foram policiais que cometeram algumas dessas mortes? Foram o poder paralelo aí? Aí não vou entrar nesse mérito porque, de fato, até hoje não se tem isso comprovado. Mas foram mais de 200 mortes no estado, isso não é pouca coisa, né? Isso foi geral, né? Mas as mortes concentradas nas regiões periféricas, com o mesmo tipo de população que morre, até hoje. Com polícia ou sem polícia, a maioria que morreu: jovens, negros, das periferias do estado. As regiões de classe média e comercial sofreram com os saques. [...] Eu lembro que nesse período chegou a ter pessoas contratando policiais; condomínios contratando policiais para fazer vigília ou, condomínios - o meu colega, no prédio dele, perto da minha casa, ele é policial, trabalha comigo - fizeram um esqueminha de revezamento, assim. Ele ficou um dia.. Vigilância mesma na rua lá!

Entrevistador: Segurança privada?

Segurança privada no prédio lá. Eu cheguei a receber convite, por exemplo, para trabalhar num prédio, fazer segurança no prédio. Não fui, não sei por que motivo também, mas recebi o convite para fazer segurança num condomínio, assim. [...] Foi geral, nas regiões.. [...] nas regiões média e alta se trabalharam dessa forma. Tentaram contratar policiais aí, seguranças.

Entrevistador: A maioria era policial?

É, porque você vai logo no policial, né? Tá armado, pode... não pode fazer segurança privada, né? [risos]. Assim, oficialmente lógico que não, mas tô ali, "ah, to aqui na casa do meu parente aqui" [risos] Fiquei acordado a noite toda aqui!

(João, 35 anos, Policial Civil, Jd. Camburi/Vitória, estrato socioeconômico médio).

A ausência da polícia foi o resultado do descaso com as estruturas de segurança pública, a pauperização de seus funcionários, além do domínio político de grupos mais preocupados com ganhos privatistas do que a qualidade do trabalho de polícia. Sob a análise conjunta com o quadro geral da percepção da polícia, exposto na seção anterior, a ausência da polícia representou um esfacelamento da ordem social cotidiana dos capixabas. Entretanto, a sua ausência “assustou” muito mais as populações abastadas, do que as periferias, que vivem a ausência da polícia e a violência homicida corriqueiramente. As consequências seguiram o guião do status quo: os homicídios explodiram nas periferias, com a atividade de agentes executores e conflitos do tráfico; enquanto as áreas de comércio e os bairros médios-altos foram o foco dos crimes contra o patrimônio, principalmente saques e roubos/assaltos. As ilhas, por sua vez, simplesmente se fecharam e segundo os moradores, nada além do medo ultrapassou as duas guaritas. Praticamente inacessíveis, o maior problema para seus moradores foi o fato de não poder sair de casa por uma semana.

Enquanto Fernando narrou o assassinato de um garoto, pelo exército, por estar segurando um refrigerante; Lourdes viu o período de motim como a “maior manifestação de bandido” que já viu, com os traficantes aproveitando o momento para dar maior vasão aos negócios; já Anderson, com indignação, narrou os assassinatos que presenciou no morro de Conquista (Grande São Pedro) e que marcaram o início do “fevereiro da carnificina” – como chama a “greve”. Nas periferias, como dito, o evento seguiu com as cores rubras do cotidiano: cor de sangue.

Em um mundo oposto, Amanda, da Ilha do Frade, viu nos memes sobre o excesso de comida e a “prisão domiciliar”, os símbolos representativos desse período; Silvia, viu como “lado positivo” a união da comunidade da Ilha do Boi em prol da segurança coletiva dos moradores. Para a elite capixaba, o “caos” teve as cores do medo. Medo de que o que a periferia vive no cotidiano fosse capaz de invadir seus espaços, transbordando as barreiras da ordem social cotidiana, garantidas pela polícia, que ausente, representou a quebra das garantias desse horizonte político-hierárquico da sociedade. Não à toa, trataram de rapidamente contratar as forças públicas sob as ordens privadas das associações de condomínios e bairros. Moisés mesmo, o fã da PMES, disse que o evento foi bom para ele, já que foi contratado para fazer bicos de segurança em condomínios. João, que nem PM era mais, mas policial civil, também recebeu propostas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que a hipótese foi, em grande medida, corroborada pelos dados. A análise indica que o poder simbólico da Polícia Militar do Espírito Santo se expressa através dos signos do privilégio de classe, da segregação socioespacial e dos discursos de guerra ao crime/lei e ordem. Dizer isso, entretanto, não significa que a PMES não desperta confiança em parte da população, pelo contrário, em todos os estratos houve entrevistados que se colocaram, expressa e explicitamente, como apoiadores da instituição. Na verdade, até mesmo nos discursos mais críticos sobre a instituição, também era perceptível pormenorizações que indicavam, mesmo que sutilmente, senão uma confiança nos policiais, uma esperança de que a polícia seja um agente transformador do contexto onde os entrevistados viviam. Nessa linha, também foi percebido que a visibilidade da polícia nas comunidades é *essencial* para a avaliação de sua efetividade. A presença e visibilidade é importante na medida em que o contato cotidiano entre polícia e o público se mostrou condicionante na acumulação – ou não – de confiança na instituição e seus agentes, o que não é nenhuma novidade em estudos sobre o significado social da polícia.

A análise do estrato socioeconômico inferior demonstrou similaridade com as conclusões de Paes-Machado e Noronha (2002), o que denominaram de “polícia dos pobres”. Entretanto, os resultados desta pesquisa indicam que é frutífero sociologicamente expandir essa compreensão sobre a ideia de polícia nos grandes centros urbanos, de modo a abarcar as “polícias das classes médias” e as “polícias dos ricos”. Só assim se pode alcançar, minimamente, um quadro geral da representação social da polícia para o seu público e como as dinâmicas de confronto entre diferentes populações incidem nas estruturas sob as quais os signos da polícia são disputados e seus recursos simbólicos e materiais, “conquistados”. Uma vez que leitura simbólica do lugar social das pessoas é fruto de seu reconhecimento do outro (como um ente perigoso – tal qual a elite vê os periféricos; ou opressivo – como os periféricos veem a elite e a polícia, por exemplo), saber o que vários estratos da sociedade pensam sobre a polícia parece primordial para compreender o porquê de cada um deles pensarem e expressarem a instituição como o fazem. Vide os conflitos entre os relatos de quem frequenta “Beverly Hills” e quem frequenta o “maconhão” (Marcelo e Heloísa, principalmente). Essas ideias de polícia em contraposição, expressaram exatamente o confronto simbólico cotidiano entre esses dois mundos, inseridos na mesma cidade.

As entrevistas do estrato médio, por sua vez, demonstraram uma dispersão de discursos entre esses dois mundos, o que em uma ordem social marcadamente significada sob termos

dicotômicos, do bem ou mal; cidadão de bem ou bandido/traficante; legal ou ilegal; ordem ou caos; é até mesmo esperado e corrobora com a ambiguidade/dispersão dos discursos sobre a polícia e a segurança, encontrada na bibliografia nacional e internacional (HALL, 1998; MACHADO e NORONHA, 2002; TYLER, 2004). Mesmo assim, é digno de nota o fato de que dois entrevistados expressaram suas (des)confianças sobre a polícia balizadas pela experiência do encontro com os policiais – enquanto nos outros estratos não. Embora uma generalização aqui seja impossível, esse resultado não corrobora a perspectiva de que os encontros com os policiais são essenciais para a avaliação da polícia. Mesmo que a visibilidade e a sensação de presença no bairro sejam importantes, a maioria dos entrevistados não usaram experiências de encontros com a polícia como fio condutor de suas avaliações.

Também vale notar que a polícia demonstrou ser valorizada não só quando há conformidade com um procedimento “limpo” e uma equidade na distribuição de seus recursos. Pelo contrário, é concomitante a expressão positiva de uma polícia produtora e reprodutora de ações e valores contrários a esses princípios. Para Lourdes, por exemplo, a polícia deveria “ter mais coragem” bélica para oprimir os bandidos; Ivone, por sua vez, justifica a violência policial pela inefetividade da lei; Rogério foi mais “estratégico”: por que não transformar os bairros da cidade em pequenos feudos, com as entradas e saídas vigiadas – um espaço público sitiado em prol da perseguição aos “traficantes”? Já Silvia e Heloísa veem com naturalidade os privilégios dos recursos policiais na Ilha do Boi, afinal, “pagam um imposto que os outros não pagam, né?” Também é interessante notar como os discursos do estrato socioeconômico superior são mais elaborados e, de certa forma, preocupados em se apresentar “da maneira correta”. Durante o trabalho de campo com este estrato, por vezes era perceptível a preocupação dos entrevistados em responder o que o pesquisador queria ouvir – e não o que realmente pensavam sobre as perguntas. Em uma leitura superficial, essas estratégias discursivas poderiam muito bem passarem despercebidas, envernizando (ou escondendo) os verdadeiros traços morais com que significam a polícia e a ordem social de seu entorno.

Para o entrevistador/pesquisador, o trabalho de campo mostrou que a polícia na região de Vitória – e, certamente, do Brasil - ainda está longe do que Peel definiu como princípios constitutivos do que viria a se tornar o que hoje entendemos como “polícia moderna”, isto é, uma instituição voltada ao policiamento por consentimento e apoiada nos seguintes princípios: i. prevenir o crime e a desordem; ii. reconhecer que o poder da polícia depende da aprovação pública de sua existência; iii. assegurar a cooperação voluntária do público na tarefa de assegurar a observância às leis; iv. reconhecer que uma ocorrência com cooperação do público sempre diminui a necessidade do uso de força física e de coação para alcançar os objetivos

policiais; v. buscar e preservar o fator público do serviço através do apego imparcial à lei, independência política, não atuando como juiz ou interferindo na substancia das leis individuais e oferecendo um serviço individual e de amizade com todos os membros do público, sem considerar riqueza ou posição social, pelo princípio da cortesia e da amizade, e pelo sacrifício próprio pela proteção da vida; vi. usar a força apenas quando a persuasão, o aconselhamento e as advertências se mostrarem insuficientes para obter cooperação do público; vii. sempre manter um relacionamento público condizente com a tradição de que a polícia é o público e o público é a polícia; viii. reconhecer e aderir às funções executivas da polícia, nunca se colocando contra os poderes do judiciário, de vingar indivíduos ou o Estado, e de autoritariamente julgar e/ou punir os culpados; e ix. reconhecer que a polícia é eficiente quando há ausência de crimes e desordem – e não a ação visível frente a eles.⁵⁴

Ecoa em minha mente a frase de Muniz e Proença (2007, p. 169), captada nos círculos policiais: “cada sociedade tem a polícia que merece”. A essa altura, espero que você tenha entendido o porquê.

⁵⁴ <https://www.gov.uk/government/publications/policing-by-consent/definition-of-policing-by-consent>. <Acesso em: 02/01/2021>.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. **As representações sociais do policiamento ostensivo: uma análise da atividade policial militar no contexto de Belo Horizonte.** *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, p. 745-745, 2012.
- BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa.** Edusp, São Paulo, 2017.
- BEATO, C.; RIBEIRO, L. **Discutindo a reforma das polícias no Brasil.** *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 4, 2016.
- BEATO, C. **Projeto Fica Vivo em Belo Horizonte.** In: VELOSO, F. et al. *É possível: gestão da segurança pública e redução da violência.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial.** São Paulo: Edusp, 2017.
- _____. **Florence Nightingale in pursuit of Willie Sutton: a theory of the police.** In: JACOBS, H. (ed.). *The Potential for Reform of Criminal Justice*, Michigan: SAGE Publications, v.3, 1974.
- BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise.** Editora Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Gostos de classe e estilos de vida.** São Paulo: Ática, p. 82-121, 1983.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Papyrus Editora, 1996.
- BOTTOMS, A; TANKEBE, J. **Beyond procedural justice: A dialogic approach to legitimacy in criminal justice.** *The journal of criminal law and criminology*, p. 119-170, 2012.
- BRADFORD, B; JACKSON, J; STANKO, E. **Contact and confidence: Revisiting the impact of public encounters with the police.** *Policing & society*, v. 19, n. 1, p. 20-46, 2009.
- BRETAS, M.; ROSEMBERG, A. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas.** *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.
- CANO, I; IOTT, C. **Seis por meia dúzia.** Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil.** IPEA, 2005.
- CERQUEIRA, D., et al. **Atlas da Violência.** 2019.
- COSTA, M. **Vítimas que choram: trajetórias de coerção, acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo.** Tese de Doutorado em Sociologia, UFRJ, 2015.
- ELIAS, N. **O processo civilizador 2.** Zahar, 1993.

FLICK, U. **Entrevista Episódica**. In: BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. pp. 114-136. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

FLORQUIN, N. **A booming business**: Private security and small arms. Small Arms Survey, p. 101-133, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GILL, R. **Análise de discurso**. In: BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. pp. 244-270. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, P. **Policing order**: Assessments of effectiveness and efficiency. Policing and Society: An International Journal, v. 8, n. 3, p. 225-252, 1998.

HUGGINS, M. **Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil**: uma mistura invisível. Caderno CRH, v. 23, n. 60, p. 541-558, 2010.

HUQ, A.; JACKSON, J.; TRINKNER, R. **Legitimizing practices**: Revisiting the predicates of police legitimacy. British Journal of Criminology, v. 57, n. 5, p. 1101-1122, 2017.

KELLING, G. et al. **The Kansas City Preventive Patrol Experiment**: A Technical Report. Washington, DC: Police Foundation, 1974.

KLOCKARS, C. **The 'Dirty Harry' problem**. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 452, n. 1, p. 33-47, 1980.

_____. **The idea of police**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1985.

LOADER, I.; MULCAHY, A. **Policing and the condition of England**: memory, politics and culture. Oxford University Press on Demand, 2003.

LOADER, I. **Policing and the social**: Questions of symbolic power. British Journal of Sociology, p. 1-18, 1997.

LOADER, I.; WALKER, N. **Civilizing security**. Cambridge University Press, 2007.

LOPES, C. **O setor de segurança privada da região metropolitana de São Paulo**: crescimento, dimensões. Caderno CRH, v. 26, n. 69, p. 599-617, 2013.

_____. **Por que os brasileiros desconfiam da polícia?** Uma análise das causas da desconfiança na instituição policial. 7º encontro da ABCP. Recife, 2010.

LOPES, C.; RIBEIRO, E.; TORDORO, M. **Direitos humanos e cultura policial na Polícia Militar do Estado do Paraná**. Sociologias, v. 18, n. 41, p. 320-353, 2016.

MACHADO, E.; NORONHA, C. **A polícia dos pobres**: violência policial em classes populares urbanas. Sociologias, n. 7, p. 188-221, 2002.

- MAGALHÃES, J. **Entre amarras e possíveis**: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. 2015.
- MANNING, P. **The study of policing**. *Police quarterly*, v. 8, n. 1, p. 23-43, 2005.
- MARTIN, R.; BRADFORD, B. **The anatomy of police legitimacy**: Dialogue, power and procedural justice. *Theoretical Criminology*, 2019.
- MANSO, B. **A República das Milícias**: dos Esquadrões da Morte a Era Bolsonaro. *Atualmente*, 2020.
- MEDEIROS, V. **Nasce um herói**: a personagem Capitão Nascimento em Tropa de Elite (2007). *Rascunho*, v. 6, n. 10-11, 2014.
- MUIR JR, W. **Police**: Streetcorner politicians. The University of Chicago Press: Chicago, 1977.
- MUNIZ, J. **A Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras**. *Security and*, 2001.
- _____. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**. *Cultura e cotidiano da PMERJ*. Rio de Janeiro, 1999.
- MUNIZ, J.; PROENÇA JR., D. **Bases conceituais de métricas e padrões de medida de desempenho policial**. *Polícia, Estado e Sociedade: Práticas de Saberes Latino-Americanos*, p. 231-280, 2007. (a)
- _____. **Mandato policial**. In: *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 491-502, 2014.
- _____. **Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são**. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 159-172, 2007. (b)
- MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. **Os estudos policiais nas ciências sociais**: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais–BIB*, São Paulo, n. 84, 2/2017, pp. 148-187. 2018.
- MUNIZ, J.; PAES-MACHADO, E. **Polícia para quem precisa de polícia**: contribuições aos estudos sobre policiamento. *Caderno CRH*, v. 23, n. 60, p. 437-447, 2010.
- OLIVEIRA JR., A. **Dá para confiar nas polícias?** Confiança e percepção social da polícia no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 5, n. 2, 2011.
- OLIVEIRA, T.; ZANETIC, A.; NATAL, A. **Preditores e Impactos da Legitimidade Policial**: Testando a Teoria da Justiça Procedimental em São Paulo. *Dados - revista de ciências sociais*, v. 63, p. 1-40, 2020.
- PEREIRA, J.; et al. **As faces da gestão da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, Brasil**. *Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n. 23, p. 190-221, 2013.

POLICE FOUNDATION (USA). **Newark Foot Patrol Experiment**. 1981.

PORTO, M. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. *Sociologias*, n. 16, p. 250-273, 2006.

_____. **Polícia e violência**: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *São Paulo em perspectiva*, v. 18, n. 1, p. 132-141, 2004.

_____. **Representações sociais**: entre a Sociologia e a Psicologia Social – um espaço para o debate interdisciplinar. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 3, p. 645-652, 2009.

PROENÇA.; MUNIZ, J. **O Desafio da Responsabilização Policial**. *Revista Preleção (PMES)*, p. 57-65. Espírito Santo, 2007. (c)

_____. **‘Stop or I’ll call the Police!’**: The idea of police, or the effects of police encounters over time. *British Journal of Criminology*, v. 46, n. 2, p. 234-257, 2006.

REINER, R. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Policing a postmodern society**. *The modern law review*, v. 55, n. 6, p. 761-781, 1992.

SHEARING, C.; STENNING, P. **Private security**: implications for social control. *Social problems*, v. 30, n. 5, p. 493-506, 1983.

SHEARING, C.; WOOD, J. **Nodal governance, democracy, and the new ‘denizens’**. *Journal of law and society*, v. 30, n. 3, p. 400-419, 2003.

SILVA, D. **“Capitão Nascimento” e os Direitos Humanos**: a construção do Ethos policial a partir de Tropa de Elite. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SILVA, L. **Violência e ordem social**. In: LIMA, R.; RATTON, J.; AZEVEDO, R. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 26-34, 2014.

SKOLNICK, J. **Justice without Trial**: Law Enforcement in Democratic Society. John Wiley and Sons Inc., New York, 1966.

SOUZA, A. **Representações sociais sobre a unidade de polícia pacificadora (UPP)**: a visão dos moradores da cidade de Deus. Dissertação de mestrado em Psicologia, UFRRJ, 2016.

SUASSUNA, R. **Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos**: a polícia democrática nas interações. Tese de Doutorado em Sociologia, UnB, 2013.

TANKEBE, J. **Viewing things differently**: The dimensions of public perceptions of police legitimacy. *Criminology*, v. 51, n. 1, p. 103-135, 2013.

TYLER, T.; WAKSLAK, C. **Profiling and police legitimacy**: Procedural justice, attributions of motive, and acceptance of police authority. *Criminology*, v. 42, n. 2, p. 253-282, 2004.

TYLER, T. **Enhancing police legitimacy.** The annals of the American academy of political and social science, v. 593, n. 1, p. 84-99, 2004.

_____. **Psychological perspectives on legitimacy and legitimation.** Annu. Rev. Psychol., v. 57, p. 375-400, 2006.